



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**BEATRIZ DE PAULA SILVA RIBAS**

**ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA *BOLSA FAMÍLIA* SOBRE  
OS ÍNDICES DE CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES  
POLÍTICAS BRASILEIRAS (2010-2012)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí para obtenção do título de Mestre.

**Orientador:** Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

**TERESINA**

**2016**

**BEATRIZ DE PAULA SILVA RIBAS**

**ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA *BOLSA FAMÍLIA* SOBRE  
OS ÍNDICES DE CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES  
POLÍTICAS BRASILEIRAS (2010-2012)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí para obtenção do título de Mestre.

**Orientador:** Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

**TERESINA**

**2016**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Serviço de Processamento Técnico

R482a Ribas, Beatriz de Paula Silva.

Análise do impacto do programa *bolsa família* sobre os índices de confiança nas instituições políticas brasileiras (2010-2012) / Beatriz de Paula Silva Ribas. – 2016.  
206 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, 2016.

Orientação: Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior.

1. Confiança Política - Brasil. 2. Instituições Políticas . 3. Políticas Sociais - Redistributivas (Brasil). I. Título.

CDD 320.981

BEATRIZ DE PAULA SILVA RIBAS

**ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA *BOLSA FAMÍLIA* SOBRE  
OS ÍNDICES DE CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES  
POLÍTICAS BRASILEIRAS (2010-2012)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: 24 de junho de 2016.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior (Orientador)  
Departamento de Ciência Política – UFPI

---

Prof. Dr. Monique de Menezes (Examinador Interno)  
Departamento de Ciência Política – UFPI

---

Prof. Dr. Robert Bonifácio da Silva (Examinador Externo)  
Departamento de Ciência Política — UFG

**TERESINA**

**2016**

## AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação certamente não seria a mesma sem a atenção e o incentivo a mim destinados por alguns profissionais, colegas e familiares, aos quais dedicarei aqui breves palavras de agradecimento. Inicialmente, em virtude da minha devoção cristã, dou graças ao senhor Deus porque creio que tudo quanto tenho e consigo provém dele.

Agradeço à Fundação CAPES, pelo apoio financeiro durante dois anos que, sem dúvidas, foi imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa.

Sou grata a meu orientador, professor Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior, por orientar-me com todo empenho possível e por sua disposição para que eu concluísse meu trabalho.

A todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI que participaram diretamente da minha formação profissional, ministrando disciplinas fundamentais para o aprimoramento dos meus conhecimentos.

Quero igualmente agradecer ao professor Max Brandão de Oliveira, do departamento de Estatística desta instituição, que me orientou na parte estatística da dissertação e apostou no meu trabalho. Sem as suas aulas, esta dissertação não seria possível.

Faço ainda um agradecimento especial à Barbara Johas e à Monique Menezes, por todas as conversas e palavras de incentivo a meu trabalho e à minha vida acadêmica. É muito bom poder contar com vocês.

Agradeço a meu pai, Antonio Carlos Nonato, minha mãe, Lucilene de Paula e a meus irmãos, Bruna e Breno, porque, graças à base familiar que me proporcionaram, foi mais fácil alcançar meus objetivos.

Por fim, registro aqui meus sinceros agradecimentos a meu marido, Ranieri Ribas, por acompanhar-me em tudo que faço. Obrigada por ser a pessoa que, desde o início, mais acreditou em mim. Obrigada por todo amor, carinho e cuidado.

## LISTAS DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

### Lista de Figuras

Figura 01 —	Ciclo Virtuoso Característico da Comunidade Cívica	46
Figura 02 —	Ciclo Vicioso Característico de Comunidades Menos Cívicas.	47

### Lista de Tabelas

Tabela 01 —	Programas de Transferência de Renda Condicionada na América Latina (1990 - 2012)	74
Tabela 02 —	Índice de variáveis dependentes	92
Tabela 03 —	Índice de variáveis independentes	92
Tabela 04 —	Estimativas dos Parâmetros da Regressão Logística Multinomial para Confiança no Judiciário	136
Tabela 05 —	Probabilidades Estimadas para cada Nível de Confiança no Judiciário	153
Tabela 06 —	Estimativas dos Parâmetros da Regressão Logística Multinomial para Confiança no Congresso	156
Tabela 07 —	Probabilidades Estimadas para cada Nível de Confiança no Congresso	167
Tabela 08 —	Estimativas dos Parâmetros da Regressão Logística Multinomial para Confiança no Executivo	171
Tabela 09 —	Probabilidades Estimadas para cada Nível de Confiança no Executivo	181
Tabela 10 —	Probabilidades Estimadas para cada Nível de Confiança nos Partidos Políticos	185
Tabela 11 —	Probabilidades Estimadas para cada Nível de Confiança nos Partidos Políticos	195

### Lista de Gráficos

Gráfico 01 —	América Latina: Evolução da Pobreza e da Indigência, 1980-2012 (em %)	72
Gráfico 02 —	Quantidade de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família (2010)	84

Gráfico 03 —	Quantidade de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família em 2012	85
Gráfico 04 —	Renda — Índice Analítico de Incidência de Medição da Pobreza (%)	86
Gráfico 05 —	Renda – Medição da Desigualdade (PNAD) – Coeficiente de GINI	87
Gráfico 06 —	Pobreza - Número de Pessoas Extremamente Pobres	87
Gráfico 07 —	Grau de Confiança nas Instituições, 2010 – 2012 (em proporção)	95
Gráfico 08 —	Confiança no Judiciário de Acordo com Beneficiário (ou não) de Programa Bolsa Família (2010-2012)	97
Gráfico 09 —	Confiança no Judiciário de Acordo com a Renda Familiar (2010-2012)	98
Gráfico 10 —	Confiança no Judiciário de Acordo com o Sexo (2010-2012)	99
Gráfico 11 —	Confiança no Judiciário de Acordo com a Área Geográfica (2010-2012)	100
Gráfico 12 —	Confiança no Judiciário de Acordo com a Participação em Reuniões de uma Associação de Bairro ou Junta de Melhorias para a Comunidade (2010-2012)	101
Gráfico 13 —	Confiança no Judiciário de acordo com a simpatia partidária (2010-2012)	102
Gráfico 14 —	Confiança no Judiciário de Acordo com o Interesse por Política (2010-2012)	102
Gráfico 15 —	Confiança no Judiciário de Acordo com a Confiança Interpessoal (2010-2012)	104
Gráfico 16 —	Confiança no Congresso de Acordo com Beneficiário (ou não) do Programa Bolsa Família (2010-2012)	105
Gráfico 17 —	Confiança no Congresso de Acordo com a Renda Familiar (2010-2012)	106
Gráfico 18 —	Confiança no Congresso de Acordo com o Sexo (2010-2012)	107
		108
Gráfico 19 —	Confiança no Congresso de Acordo com a Área Geográfica (2010-2012)	
Gráfico 20 —	Gráfico 20 — Confiança no Congresso Participação em Reuniões de uma Associação de Bairro ou Junta de Melhorias para a	109

Comunidade (2010-2012)

Gráfico 21 —	Confiança no Congresso de Acordo com a Simpatia Partidária (2010-2012)	110
Gráfico 22 —	Confiança no Congresso de Acordo com o Interesse por Política (2010-2012)	111
Gráfico 23 —	Confiança no Congresso de Acordo com a Confiança Interpessoal (2010-2012)	113
Gráfico 24 —	Confiança no Executivo de Acordo com Beneficiário (ou não) de Programa Bolsa Família (2010-2012)	114
Gráfico 25 —	Confiança no Executivo de Acordo com a Renda Familiar (2010-2012)	115
Gráfico 26 —	Confiança no Executivo de Acordo com o Sexo (2010-2012)	117
Gráfico 27 —	Confiança no Executivo de Acordo com a Área Geográfica (2010-2012)	118
Gráfico 28 —	Confiança no Executivo de Acordo com a Participação em Reuniões de uma Associação de Bairro ou Junta de Melhorias para a Comunidade (2010-2012)	119
Gráfico 29 —	Confiança no Executivo de Acordo com a Simpatia Partidária (2010-2012)	121
Gráfico 30 —	Confiança no Executivo de Acordo com o Interesse por Política (2010-2012)	122
Gráfico 31 —	Confiança no Executivo de Acordo com a Confiança Interpessoal (2010-2012)	123
Gráfico 32 —	Confiança Partidos Políticos de Acordo com Beneficiário (ou não) de Programa Bolsa Família (2010-2012)	125
Gráfico 33 —	Confiança Partidos Políticos de Acordo com a Renda Familiar (2010-2012)	126
Gráfico 34 —	Confiança nos Partidos Políticos de Acordo com o Sexo (2010-2012)	127
Gráfico 35 —	Confiança nos Partidos Políticos de Acordo com a Área Geográfica (2010-2012)	129
Gráfico 36 —	Confiança nos Partidos Políticos de Acordo com a Participação em Reuniões de uma Associação de Bairro ou Junta de Melhorias para a Comunidade (2010-2012)	130
Gráfico 37 —	Confiança nos Partidos Políticos de Acordo com a Simpatia	132



Partidária

(2010-2012)

Gráfico 38 — Confiança nos Partidos Políticos de Acordo com o Interesse por Política (2010-2012) 133

Gráfico 39 — Confiança nos Partidos Políticos de Acordo com a Confiança Interpessoal (2010-2012) 135

## LISTA DE SIGLAS

CadÚnico	Cadastramento Único
CTP	<i>Cash Transfer Programs</i>
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
ODM	Declaração do Milênio
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONU	Organizações das Nações Unidas
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTR	Política de transferência de renda
PBF	Programa Bolsa Família
PTRC	Programa de Transferência de Renda Condicionada
Senarc	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	16
<b>CAPÍTULO I — As Duas Dimensões Conceituais da Confiança: Política e Interpessoal</b> .....	22
1. O Estado da Arte dos Estudos sobre a Confiança .....	22
<i>A Dimensão Interpessoal da Confiança</i> .....	27
3. Confiança Interpessoal: <i>Causa</i> ou <i>Efeito</i> da estabilidade Institucional Democrática? .....	28
4. Confiança Interpessoal e Comportamento Político Na América Latina.....	31
5. Russel Hardin e a Confiança Interpessoal como Interesse Encapsulado .....	33
6. A Dimensão Política da Confiança .....	35
7. O Papel Público da Confiança: o Problema da Transitividade.....	37
<b>CAPÍTULO II — Matrizes Teóricas da Confiança Política</b> .....	41
1. Bases Teóricas da Perspectiva Culturalista Republicana.....	42
2. Correlações entre Capital Social, Confiança Interpessoal e Confiança Política... 47	
3. Bases Teóricas da Perspectiva Institucionalista e a Relação entre Confiança Política e Democracia .....	49
3.2. Modelos Teóricos Psicológicos e Socioculturais da Confiança .....	50
4. O Debate sobre Confiança Interpessoal e Confiança Política na América Latina 54	
4.1. Conclusão parcial.....	64
<b>CAPÍTULO III — Panorama da Política Social de Transferência de Renda no Brasil</b> .....	65
1. Os Indicadores de Desigualdade de Renda e o Contexto do Surgimento das Políticas de Redistribuição na América Latina.....	67
2. Características das Políticas de Transferência de renda na América Latina .....	72
3. Políticas de Redistribuição de Renda Condicionada e o Combate à Pobreza no Brasil.....	75

4. <i>Bolsa Família</i> : Condições, Perfil dos Beneficiários, Funcionalidade e Resultados.....	78
---	----

**CAPÍTULO IV — Comparação e Distribuição da Confiança Política a partir de Variáveis Institucionais, Culturais e Socioeconômicas No Brasil (2010-2012)** .....86

1. Procedimentos Metodológicos .....	86
1.1 Tipo da Pesquisa, base de dados e dimensão da amostra.. .....	86
1.2. Descrição das Variáveis.....	88
2. Análises descritivas.....	90
2.1. Distribuição da Confiança no Judiciário.....	93
2.2. Distribuição da Confiança no Congresso Nacional .....	101
2.3. Distribuição da Confiança no Executivo .....	110
2.4. Distribuição da Confiança nos Partidos Políticos.....	119

**CAPÍTULO V — Estimativas dos Parâmetros das Regressões Logísticas Multinomiais para Confiança nas Instituições**..... 129

1. <i>Procedimentos metodológicos</i> .....	129
1.1. Modelo Utilizado .....	129
2. Estimativas dos Parâmetros das Regressões Logísticas Multinomiais para Confiança nas Instituições .....	132
2.1. Interpretação dos parâmetros do modelo I .....	134
Teste de significância para a correlação dos níveis 2 e 1 .....	141
Teste de significância para a correlação dos níveis 3 e 1 .....	142
3. Explicações prévias para a interpretação das probabilidades estimadas para cada nível de confiança institucional por indivíduo.....	143
4. Probabilidades estimadas para cada nível de confiança no Judiciário.....	149
4.1. Interpretação das probabilidades estimadas para cada indivíduo quanto à confiança no Judiciário .....	150
5. Estimativas dos Parâmetros da Regressão Logística Multinomial para Confiança no Congresso.....	153
5.1. Interpretação dos parâmetros do modelo II — Confiança no Congresso .....	155

5.1. Teste de significância para a correlação dos níveis 2 e 1 .....	161
5.2. Teste de significância para a correlação dos níveis 3 e 1 .....	162
6. Probabilidades estimadas para cada nível de confiança no Congresso.....	164
6.1. Interpretação das probabilidades estimadas para cada indivíduo quanto à confiança no Congresso .....	165
7. Estimativas dos parâmetros da Regressão Logística Multinomial para Confiança no Executivo .....	168
7.1. Interpretação dos parâmetros do modelo III — Confiança no Executivo .....	170
7.2. Teste de significância para a correlação dos níveis 2 e 1 .....	175
7.3. Teste de significância para a correlação dos níveis 3 e 1 .....	176
8. Probabilidades estimadas para cada nível de confiança no Executivo .....	177
8.1. Interpretação das probabilidades estimadas para cada indivíduo quanto à Confiança no Executivo .....	179
9. Estimativas dos Parâmetros da Regressão Logística Multinomial para Confiança nos Partidos Políticos.....	182
9.1. Interpretação dos parâmetros do modelo VI — Confiança nos Partidos Políticos .....	184
9.2. Teste de significância para a correlação dos níveis 2 e 1.....	189
9.3. Teste de significância para a correlação dos níveis 3 e 1.....	190
10. Probabilidades estimadas para cada nível de confiança nos Partidos Políticos..	191
10.1. Interpretação das probabilidades estimadas para cada indivíduo quanto à Confiança nos Partidos Políticos.....	193
<b>CONCLUSÃO</b> .....	196
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	201

## INTRODUÇÃO

A confiança nas instituições políticas está em declínio em grande parte dos países do mundo. Quaisquer dos índices de mensuração que possamos cotejar, todos evidenciam em números uma mesma realidade, sejam os índices dos países desenvolvidos e democraticamente consolidados, sejam os índices dos países em desenvolvimento e com débil tradição democrática. A comunidade internacional de cientistas políticos, em diversas das suas linhas de pesquisa, vê-se assim obrigada a explicar um paradoxo: à medida que os regimes democráticos tornam-se mais difusos e sólidos em diversos países do mundo, mais rebaixados se apresentam os índices de confiança. É cada vez maior o número de países que adotam regimes democráticos, e, concomitantemente, são cada vez mais baixos os índices de confiança nas novas e velhas democracias. Quanto mais democracia há, mais desconfiança se lança sobre as instituições democráticas.

As explicações para este problema ramificam-se em diversas linhas de pesquisa. Ora a desconfiança é explicada a partir do tema da “crise da representação política”, ora é explicada pelo desempenho conjuntural dos governos, ora é explicada pela precariedade das poliarquias. Também diversos vieses ideológicos se fazem persuasivos para explicar os fundamentos institucionais da confiança: ora fundam-se na participação cívica republicana, ora são as instituições coercitivas da Lei que os sustentam. O decréscimo das taxas de confiança política e interpessoal em regimes democráticos consolidados causa preocupação aos estudiosos quanto à possibilidade desse declínio interferir na estabilidade do regime. Em geral, quer-se investigar os possíveis efeitos de tal *déficit* de confiança sobre o futuro da democracia.

Comparadas às democracias consolidadas da América do Norte e da Europa Ocidental (também denominadas *poliarquias ricas*<sup>1</sup>), as democracias sul-americanas encontram-se ainda num processo de afirmação de suas instituições. Os índices de confiança nas instituições políticas nesta região, conforme é possível verificar, por exemplo, nos *surveys* do *Latinobarômetro* em série histórica, evidenciam a inquestionável distância entre a realidade do norte afluyente e do sul recém-egresso de regimes ditatoriais. Lopes (2003), ao observar as análises de Marta Lago (2000), feitas a partir dos dados do *Word Values Survey* (1990), confirma essa proposição ao afirmar

---

<sup>1</sup> Power & Jamison, 2005.

que uma comparação com os países desenvolvidos mostra o grau de assimetria alarmante no que diz respeito às taxas de confiança na América Latina.

Dai surge outro questionamento acerca da relação entre índices de confiança política e consolidação das instituições democráticas: as variáveis determinantes para os bons índices de confiança política nos países do norte seriam aplicáveis aos países latino-americanos, em especial ao Brasil? Quer dizer, os modelos de análise apresentados pela literatura especializada possuem um caráter universal?

Em termos substantivos, variáveis tais como “valores democráticos”, “desempenho governamental”, “avaliação do funcionamento da democracia”, “sofisticação política”, “interesse pela política por parte dos cidadãos”, “a confiança no nível individual”, “o associativismo cívico”, “o desempenho econômico”, “o desempenho institucional” e “existência de um capital social”<sup>2</sup> teriam a mesma relevância no contexto social, político, econômico e cultural do Brasil? Este seria o enigma da assimetria norte-sul no que diz respeito à confiança política.

Há uma vasta literatura que nos provê explicações quanto ao papel do associativismo cívico e o papel das leis e da atuação nas instituições na consolidação da confiança em regimes democráticos. A vertente teórica institucionalista advoga, dentre outras assertivas, que o desempenho do governo e da economia influenciam sobremaneira a confiança dos cidadãos em relação às instituições.

A respeito disso, há também uma parte da literatura (Lopes, 2004) que sustenta a hipótese segundo a qual os índices de confiança nas instituições políticas nos países da América Latina são determinados por variáveis referentes à avaliação que os cidadãos fazem do desempenho do governo e do funcionamento do regime democrático (situação econômica do indivíduo, percepção do combate à corrupção e percepção cotidiana da presença de políticas de inclusão).

Um dos resultados das ações que incidem sobre a avaliação do desempenho do governo é a promoção de políticas que atendam demandas sociais (Moisés, 2012), o que inclui demandas socioeconômicas. Porém, os trabalhos que se propõem a analisar a relação entre a provisão de políticas sociais e confiança política ainda são poucos. Percebemos a escassez bibliográfica que explica o papel das políticas sociais para este fim.

---

<sup>2</sup> Almond & Verba, 1989; Putnam, 1993; Inglehart, 1999; Newton & Norris, 1999 etc.

Em meio a esta vastíssima literatura, o propósito deste trabalho é bastante singelo. Em termos de uma teoria política da estabilidade das instituições democráticas, nosso objetivo é saber se políticas sociais – especificamente as políticas de redução da desigualdade de renda – produzem algum impacto sobre os índices de confiança nas instituições políticas no Brasil. Em suma, pergunta-se: qual é o impacto das políticas de redistribuição de renda sobre os índices de confiança nas instituições políticas brasileiras?

Para responder tal questão, parte-se da hipótese de que o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família influencia nos indicadores de confiança de forma positiva, uma vez que a redistribuição de benefícios pelo Estado diminui as desigualdades socioeconômicas e atende às demandas de proteção social de uma parcela específica da população. Esta hipótese baseia-se no pressuposto segundo o qual a confiança institucional depende de aspectos como direitos econômicos redistributivos. Portanto, entende-se que a avaliação do desempenho das instituições políticas, uma vez implantada uma política redistributiva, cria expectativas positivas nos indivíduos diretamente atendidos por políticas sociais dessa natureza. É importante frisar, contudo, que os resultados podem confirmar ou não esta hipótese.

Pesquisas realizadas pela CEPAL (2012) acerca dos altos índices de desigualdade de renda na América Latina mostram que 32% da renda total da região está concentrada nas mãos de 10% das pessoas mais ricas; em contrapartida, apenas 15% da renda total está aquinhoadada por 40% das pessoas mais pobres. Dentre os países latino-americanos, o Brasil é um dos que possui os maiores índices de concentração de renda. Em 2012, 50% dos brasileiros detinha 2% da riqueza, 36,99% possuía 10,60% e 13,01% detinha 87,40% (IRPF, 2012). Apesar desses dados, o país, assim como o restante da região, registra, desde a década de 1990, uma redução progressiva dos indicadores de pobreza, o que se deve, em parte, ao aumento do gasto público nas áreas sociais. Novas políticas foram implementadas com a finalidade de reduzir as desigualdades decorrentes da má distribuição de renda.

Houve uma ampla difusão dos *programas de transferência de renda condicionada* no país. Como sabemos, a principal política redistributiva criada para superar a situação de extrema pobreza no Brasil foi o *Programa Bolsa Família* (PBF), implantado em 2003. Tendo em vista que o Brasil criou um modelo de política social exemplar, considerado o maior programa de transferência de renda no mundo, e considerando-se a disponibilidade de questionários para avaliação da correlação entre



tal programa e os índices de confiança política, concentramos nossa análise neste problema específico.

Para a análise da correlação entre política de transferência de renda e confiança nas instituições brasileiras, delimitamos um recorte temporal o qual englobou os anos de 2010 e 2012, em virtude da disponibilidade de dados na base utilizada. O *Barômetro das Américas* — um *survey* bianual, realizado desde 2004, baseado em amostras probabilísticas que incluem países da América do Norte, América Central, América do Sul e Caribe — foi nossa fonte primária de dados. Apesar da regularidade bianual<sup>3</sup>, as variáveis foram coligidas a partir de duas ondas de entrevistas: uma realizada em 2010 e outra em 2012. Pretendia-se verificar a correlação entre as variáveis num período maior no intuito de apresentar uma série temporal, porém, devido à falta de dados na base (constatada após uma varredura no *R* através da contagem), nos restringimos a esses dois anos, os quais continham todas as variáveis delimitadas<sup>4</sup>. Além disso, com esse recorte temporal foi possível obter dados para uma *amostra representativa*, uma vez que abrange todas as regiões brasileiras.

Quanto às instituições políticas brasileiras analisadas, quatro foram definidas: o Judiciário, o Congresso, o Executivo e os partidos políticos. O critério de seleção dessas instituições deu-se em razão de considerá-las as mais representativas do regime democrático brasileiro, bem como em razão da disponibilidade dos dados.

A dissertação, portanto, dividir-se-á em cinco capítulos. O *Capítulo I*, intitulado *As Duas Dimensões Conceituais da Confiança: Política e Interpessoal* apresentará as diversas concepções do conceito de confiança. Serão abordadas, portanto, as dimensões de um conceito considerado pela literatura especializada como *multidimensional*. Logo, serão vistas a dimensão interpessoal e a dimensão política do termo, além dos seus vários objetos de análise. Este capítulo terá por finalidade avaliar qual a abordagem conceitual da confiança prevalecente na área de Ciência Política e quais são interpretações e definições dos teóricos mais relevantes.

O *Capítulo II*, *Matrizes Teóricas da Confiança Política*, discorrerá sobre duas tradições teóricas que abordam a temática, as quais são definidas a partir de duas vertentes: a institucionalista e a culturalista. Em resumo, a despeito das abordagens

---

<sup>3</sup> Embora as pesquisas do Barômetro das Américas sejam feitas desde de 2004, o Brasil só foi incluído a partir das ondas de 2004. Sendo assim, ele aparece em todas as ondas de pesquisas seguintes (2004-2008-2010-2012). Mas apenas nos dois últimos encontramos todas as variáveis que delimitamos com as devidas informações.

<sup>4</sup> Adiante, estas variáveis serão apresentadas.

teóricas e empíricas, os estudos da confiança dividem-se primordialmente entre as *teorias institucionalistas liberais*, as quais enfatizam o papel das instituições formais na estabilidade democrática, e as *teorias culturalistas republicanas*, as quais acentuam o papel da confiança interpessoal e da cultura cívica como variáveis determinantes de tal estabilidade.

O *Capítulo III*, intitulado *Panorama da Política Social de Transferência de Renda no Brasil* descreverá o contexto no qual surgiram as políticas sociais redistributivas na América Latina e no Brasil. Faremos uma revisão da bibliografia pertinente, seguida da exposição de dados coligidos de relatórios da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), além de informações da Caixa Econômica Federal, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Dois serão os objetivos desta revisão descritiva: 1) oferecer uma visão panorâmica acerca da situação socioeconômica latino-americana mediante a comparação de indicadores de desigualdade, evolução da pobreza e cobertura do gasto público e social; 2) dissecar o *Programa Bolsa Família* no que diz respeito à sua funcionalidade, objetivos, perfis de beneficiários e resultados.

O *Capítulo IV*, *Comparação e Distribuição da Confiança Política a partir de Variáveis Institucionais, Culturais e Socioeconômicas no Brasil (2010-2012)* apresentará dados acerca da confiança política nas instituições do Judiciário, do Congresso, do Executivo e dos partidos políticos no período circunscrito entre os anos de 2010 e 2012. Trata-se da exposição dos indicadores que mostrarão como os brasileiros julgam as instituições do regime a partir de um grau de desconfiança geral até um grau de muita confiança. Com isso, poderemos verificar a evolução dos indicadores e concluir se houve ou não alterações a partir de uma comparação entre os dois períodos. Feito isso, este capítulo apresentará a distribuição dos índices de confiança política tendo em vista algumas variáveis que compõem parte de nossos dados, e os resultados serão representados por diagramas de frequência. Em resumo, será feita nesta parte uma breve descrição dos dados e a apresentação da distribuição da confiança conforme as respectivas instituições.

O *Capítulo V*, *Estimativas dos Parâmetros das Regressões Logísticas Multinomiais para Confiança nas Instituições*, mostrará quais variáveis são determinantes para a confiança nas instituições brasileiras. Esta análise será apresentada através de associações baseadas no modelo de *regressão logística multinomial*, por

meio do qual se estimará as correlações entre as variáveis relacionadas à confiança e à variável referente a “ser ou não beneficiário do *Bolsa Família*”. Também serão correlacionadas à confiança institucional, algumas variáveis (parâmetros) institucionais, culturais e socioeconômicas, as quais foram delimitadas a partir do que a literatura especializada diz sobre o tema. Além das estimativas das correlações, por meio da análise da magnitude da significância dos parâmetros, será possível verificar que fatores — benefício do Bolsa Família, fatores culturais ou demais fatores institucionais — impactaram sobre os índices de confiança nas instituições políticas brasileiras. Ao final de cada regressão, serão propostas interpretações acerca das probabilidades estimadas para cada categoria de confiança institucional por indivíduo. Ou seja, verificaremos as probabilidades de confiança nas instituições a partir de cada indivíduo da amostra, tendo por base as suas características. Assim, pretende-se, a partir do perfil individual definido para cada respondente, presumir probabilisticamente a avaliação destes no que diz respeito à confiança nas instituições do país. Tal hipótese probabilística permitir-nos-á compreender empiricamente a cultura política dos cidadãos a partir dos perfis preestabelecidos. Poderemos, assim, surpreender a regularidade da confiança nas instituições selecionadas conforme os perfis individuais dos respondentes.

Em suma, a agenda da Ciência Política que trata dos índices de confiança nas democracias recentes ainda é lacunar no que diz respeito à avaliação da correlação entre as políticas sociais de transferência de renda e os índices de confiança nas instituições do regime democrático. É, portanto, esta lacuna que pretendemos minimizar aqui.

## CAPÍTULO I

### AS DUAS DIMENSÕES CONCEITUAIS DA CONFIANÇA: POLÍTICA E INTERPESSOAL

#### 1. O Estado da Arte dos Estudos sobre a Confiança

O livro *The Civic Culture* de Gabriel Almond e Sidney Verba, publicado em 1963, é consensualmente considerado pela comunidade internacional de cientistas políticos como o estudo pioneiro sobre cultura cívica. Sabe-se que sua elaboração se deu a partir da necessidade de justificar teórica e empiricamente a participação e o engajamento político dos cidadãos nas democracias recentes. Almond e Verba aplicaram um *survey* com questões relacionadas à confiança política de modo a viabilizar a mensuração do grau de participação dos cidadãos em cinco países: Estados Unidos, México, Inglaterra, Alemanha e Itália. Em termos metodológicos, os autores coletaram e analisaram um conjunto de dados de modo que o tema da cultura cívica, até então exclusivamente estudado pelo viés qualitativo, passou a ser analisado pela perspectiva quantitativa. A quantificação da variável “cultura cívica” contribuiu, assim, para uma nova abordagem da cultura política, tendo em vista que os resultados da pesquisa indicavam a cultura cívica como variável determinante para a participação política ou a apatia dos cidadãos num regime democrático.

A participação política, concluíram os autores, não depende apenas do funcionamento das instituições democráticas formais, depende principalmente de uma cultura política que seja condizente com o sistema político participativo. Subentendia-se da conclusão desta pesquisa, que Almond e Verba não pretendiam apenas investigar empírica e objetivamente o problema da confiança política, mas aspiravam também propor uma saída normativa para os dilemas da irracionalidade da participação política<sup>5</sup>. Propunham, portanto, uma teoria da cultura política.

Desde a publicação desta obra seminal, outros estudos se sucederam, formando uma linha de pesquisa que se estende até os dias atuais. Em 1965, David Easton publicou o livro *A Systems Analysis of Political Life*, cuja tese tentava contornar o problema da participação política, ou melhor, o problema da não participação política,

---

<sup>5</sup> Desde a publicação de *Social Choice and Individual Values*, de Kenneth J. Arrow, em 1951 o problema da racionalidade da participação política tornara-se irresoluto para os estudiosos.

mediante a proposição do conceito de *apoio político* (Colen, 2010). Para Easton, o apoio político dividia-se em dois tipos: o apoio difuso e o específico. O primeiro relaciona-se a aspectos mais abrangentes como o apoio à nação e ao regime. O segundo refere-se às instituições específicas como os partidos, as autoridades políticas e o desempenho do regime.

As tentativas de justificar e explicar o declínio dos índices de confiança política, por um lado, e o declínio dos índices de participação política por outro, não cessaram. O ápice desta preocupação evidenciou-se quando da publicação de um relatório organizado pela Comissão Trilateral intitulado *The Crisis of Democracy*, de autoria de Michel J. Crozier, Samuel Huntington e Joji Watanuki, em 1975. Ali, os pesquisadores alertavam para a possibilidade de um colapso dos regimes democráticos, apontando o declínio dos índices de confiança como um dos fatores concorrentes da instabilidade.

Esta percepção do contínuo decréscimo da confiança institucional nos países industrializados, bem como o concomitante processo de expansão da democracia em direção aos países em desenvolvimento, conferiu à análise da cultura política lugar de destaque entre as pesquisas empíricas. Assim, a percepção da diminuição da confiança política nas democracias avançadas foi aos poucos despertando a atenção dos estudiosos para as democracias dos países em desenvolvimento, sobretudo para os países da América Latina. Surgiram, nesta época, as alegações de que a desconfiança seria um fenômeno generalizado.

Bernard Barber, ao publicar *The Logic and Limits of Trust*, em 1983, já assegurava que a quantidade de publicações sobre confiança só tenderia a aumentar, tendo em vista a espontânea popularidade do conceito. Como esperado, os esforços em pesquisar o significado, a função e os efeitos da confiança em democracias consolidadas terminaram por impulsionar os estudos desta área. O debate ganhou força após a advertência, reiterada por alguns pesquisadores, segundo a qual o regime democrático das sociedades industriais, bem como suas instituições, estaria em risco, tendo em vista os baixos níveis de confiança apresentados nas pesquisas de então. Quer dizer, os estudos sobre confiança política afirmaram-se em meio à comunidade de cientistas sociais à medida que as instituições democráticas passaram a ser concebidas como menos confiáveis na percepção dos cidadãos.

Logo, este debate seria reforçado pela segunda edição revista do livro *The Civic Culture Revisited*, de Almond e Verba (1989), o qual abriu uma nova rodada de discussões. A revisão proposta pelos dois estudiosos coadunava-se ao estado da arte das

pesquisas sobre confiança à época, quando alguns cientistas políticos passaram a conceber o regime democrático como objeto mais amplo de inferências, subsumindo o problema da confiança política como uma das variáveis concorrentes da estabilidade do regime. Mais do que a mera abstração do conceito de confiança, pretendia-se estudá-lo como fenômeno empírico e como indício ou fator causal da crise dos regimes democráticos (Jack Citrin e Donald P. Green, 1986).

Parte da literatura que reconstitui a trajetória dos estudos sobre confiança política, alega ter havido um revivescência do interesse pelo tema durante o início dos anos 1990. É neste período que Robert D. Putnam publica a obra intitulada *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy* (1993)<sup>6</sup>. Nela, Putnam apresenta os resultados de um *survey* desenvolvido e aplicado na Itália ao longo de duas décadas. O trabalho se iniciara em 1970, quando um processo de descentralização política desencadeou a fragmentação da Itália em governos regionais. Este acontecimento levou Putnam ao seguinte questionamento: “como ocorre o desenvolvimento das novas instituições e como se dá a adaptação destas ao meio social?”.

A resposta para esta pergunta foi obtida a partir de uma pesquisa empírica. Com apoio de sua equipe, Putnam buscou dados mediante a aplicação de questionários e entrevistas realizados no período que se estende de 1970 a 1989. Por meio de métodos estatísticos como regressão múltipla e análise fatorial, abrangendo variáveis institucionais e variáveis culturais, Putnam concluiu que sociedades com indicadores elevados de cultura cívica e capital social -- ou seja, aquelas em que se apresentavam altos índices de confiança interpessoal, solidariedade, associativismo cívico, interesse por questões políticas, dentre outras características -- desenvolviam, igualmente, instituições mais eficientes e estáveis do que as regiões caracterizadas pela desconfiança e apatia política. Portanto, Putnam reforçava a hipótese de que a cultura cívica e o capital social importam para o sucesso do desempenho institucional.

*Mutatis Mutandis*, em consonância com Putnam, Francis Fukuyama trouxe a lume o livro *Trust: The Social Virtues & The Creation of Prosperity* (1995)<sup>7</sup>. O trabalho foi escrito com a finalidade de apresentar uma teoria alternativa às explicações puramente econômicas acerca do desenvolvimento das sociedades e do seu avanço

---

<sup>6</sup> A edição brasileira foi publicada como *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. FGV, São Paulo, 1996.

<sup>7</sup> A edição brasileira foi traduzida como *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade* (1996)

industrial. Por meio de um método comparativo entre culturas diferentes (francesa, italiana, chinesa, norte-americana etc.), Fukuyama tenta mostrar o quanto a vida social e a organização da sociedade civil são determinantes para a vida econômica de uma sociedade.

Uma de suas principais conclusões é que o desenvolvimento da economia e a boa organização política têm como pré-condição a existência de uma sociedade civil firmada em tradições, valores, costumes e ética, ou seja, dotada de bons indicadores cívicos e de instituições associativas fortes. No escopo de sua teoria, a confiança ganha relevância para a constituição de uma sociedade civil na qual os interesses coletivos fiquem à frente dos interesses individuais. Portanto, neste modelo de explicação, a difusão das relações de confiança contribui para a eficiência das organizações e não dá margem a atos oportunistas ou de má-fé.

Em contraposição a estas vertentes favoráveis ao associativismo cívico, o teórico Russel Hardin apresentou-se ao debate mobilizando o tema da confiança a partir dos axiomas do auto-interesse característicos da *Rational Choice*. O artigo intitulado *The Street-Level Epistemology of Trust* (1993), ou seja, “A Epistemologia da Confiança ao Nível da Rua”, pode ser resumido como uma tentativa de complementar a teoria da escolha racional a partir da noção de confiança enquanto cooperação auto-interessada. Hardin propunha uma reflexão acerca da natureza e dos limites do conceito de confiança, portanto, propunha uma epistemologia da confiança.

Uma das suas hipóteses centrais é a noção de *encapsulated interest* (interesse encapsulado), isto é, a premissa segundo a qual toda relação de confiança baseia-se unicamente nos interesses privados mútuos dos agentes. Esta percepção tornou-se uma interpretação alternativa e completamente oposta ao que a literatura republicana difundia. Segundo os culturalistas republicanos, a confiança caracterizar-se-ia por uma relação de valores cívicos na qual todos os envolvidos direcionariam suas atitudes para o bem coletivo. Hardin, todavia, conferiu à maximização dos interesses do indivíduo um papel central em seu modelo analítico da confiança política e interpessoal.

O cientista político Ronald F. Inglehart, diretor e pesquisador da rede *World Values Survey* (WVS)<sup>8</sup>, considerou que a abordagem da Escolha Racional, hegemônica

---

<sup>8</sup>O *World Values Survey* (WVS) é um survey que analisa as características culturais, as mudanças de valores e seu impacto na vida social e política. Foi criado em 1981 e consiste em pesquisas realizadas em

desde a década de 1960, já havia produzido uma quantidade considerável de pesquisas as quais contribuíram para a compreensão dos microfundamentos das instituições políticas. Porém, estes estudiosos haviam desconsiderado os aspectos culturais da vida política. Para Inglehart, havia uma evidente assimetria entre a disponibilidade abundante de indicadores econômicos e a disponibilidade escassa de indicadores culturais. Esta assimetria é o que tornava incompletos os modelos explicativos acerca dos regimes democráticos.

Esse foi o motivo para a realização de sua pesquisa intitulada *The Renaissance of Political Culture* (1988), a qual foi realizada com base nos dados do WVS analisados através de regressão multivariada. Inglehart concluiu que a estabilidade dos regimes democráticos depende de variáveis como satisfação pessoal de vida, satisfação política, confiança interpessoal e apoio à ordem social existente. Portanto, a cultura cívica é determinante para a estabilidade do regime à medida que se correlaciona ao desenvolvimento econômico. O reconhecimento do trabalho de Inglehart deve-se, sobretudo, à ênfase dada por seu modelo de análise aos aspectos da cultura cívica e a explicação dos fatores determinantes para as mudanças culturais.

Podemos classificar estes estudos da confiança aqui sucintamente apresentados como *canônicos*, tendo em vista que a partir deles é que se desenvolveram os estudos contemporâneos<sup>9</sup>, além de serem amplamente utilizados como modelos de análise ao estudo da crise da confiança nas instituições políticas da América Latina.

De todo modo, interessa-nos para os fins desta pesquisa, tão somente a confiança política, isto é, aquela que se define por seu caráter *público*, fundado na regulamentação jurídica da lei ou nos costumes tradicionais. Esta confiança de caráter público é a que será investigada tendo em vista que ela situa-se nas relações que dizem respeito às formas de associação política entre os cidadãos. A confiança interpessoal nos interessará aqui tão somente quando ela apresentar-se como uma pré-condição para o desenvolvimento e a estabilidade da confiança política<sup>10</sup>.

---

cerca de 100 países. O *survey* está sob a coordenação do Prof. Ronald Inglehart da Universidade de Michigan. É possível acessá-lo consultando o site: [www.worldvaluessurvey.us](http://www.worldvaluessurvey.us).

<sup>9</sup> Como afirma Robert Bonifácio, posteriores a estes estudos, outros também merecem ser citados, a exemplo de “Fuchs e Klingemann (1995), Warren (1999), Norris (1999; 2011) e Dalton (2004) [que] analisam as associações entre confiança institucional e orientações políticas, tanto em democracias já consolidadas como nas recentemente instauradas; [...] Nye, Zelikow e King (1997) tentam explicar as altas taxas de desconfiança dos estadunidenses em suas instituições políticas. (Cf. Bonifácio, 399, p. 2012) in Bonifácio, Robert. José Álvaro Moisés (org) - *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* [Resenha]. Rev. Bras. Ciênc. Polít. no.7, Brasília Jan./Apr. 2012.

<sup>10</sup> Utilizar-se-á apenas as terminologias: “confiança política” e “confiança interpessoal”. Não serão utilizados termos similares como “confiança social” e “confiança pessoal”.



Esta é a subdivisão ortodoxa do conceito de confiança na literatura, a saber: a *confiança interpessoal* e a *confiança política*. E esta subdivisão será exatamente o tópico que abordaremos neste capítulo.

## 2. A Dimensão Interpessoal da Confiança

A definição acerca do que vem a ser *confiança interpessoal* pressupõe que saibamos o que designa o verbo *confiar*. Confiar, do latim, *fides*, designa a concessão de crédito mediante a promessa de pagamento, isto é, designa um acordo ou contrato cuja precondição é o cumprimento das cláusulas mutuamente consentidas. Este é o significado do conceito de confiança conforme o detectamos na instituição da *Bona Fides* do Direito Civil Romano, ou seja, a Boa-fé que funda as relações de troca e comércio<sup>11</sup>. Contudo, como sabemos, esta é a modalidade *pública* da confiança, uma vez que amparada no poder coercitivo da lei ou dos costumes. Denominaremos esta modalidade pública como *confiança política*. Contraposta e complementar a ela, há a *confiança privada*, isto é, a *confiança interpessoal*, cuja base psicológica reside na confirmação das expectativas de um agente em relação a outro.

No caso desta última, de caráter privado, a confiança é passiva, tendo em vista tratar-se de um verbo transitivo indireto. Quem confia, transfere as expectativas de cumprimento de suas demandas pessoais para um terceiro. A confiança interpessoal produz, assim, a satisfação moral da pessoa depositária do ato ao mesmo tempo em que produz a expectativa de confirmação das demandas do depositante. Importa-nos aqui que, em ambas as acepções – política e interpessoal - confiar implica estabelecer um pacto, tácito ou implícito, com uma pessoa ou instituição, de modo que as aspirações e expectativas de um agente se projetam sobre o comportamento do outro. A confiança, numa palavra, é uma *promessa a ser cumprida*, ainda que o ato de prometer não seja externado explicitamente por aquele a quem se impôs a expectativa.

É esta a definição de confiança que encontramos no *Leviathan* de Thomas Hobbes. Ali, o filósofo inglês define confiança (*trust*) como o gesto de *honrar* aquele que fiou sua crença em nosso caráter, ou melhor, aquele que fiou sua crença em nossa

---

<sup>11</sup>JUSTINIANO. *I. N. S. T. I. T. U. T. A. S.* "Tradução de J." Cretella Jr. E Agnes Cretella. São Paulo: RT (2000).

“virtude e poder”. Assim, desconfiar significa, por consequência lógica, *desonrar*.<sup>12</sup> Logo, a confiança pessoal baseia-se na afeição e na “crença” que temos nas qualidades de outrem. Quando nos referimos à confiança, fazemos claramente uma menção à regra de reciprocidade por meio da qual determinada ação estabelece a expectativa de um retorno e/ou retribuição de outrem, ainda que isto não ocorra de forma imediata (Putnam, 2000)<sup>13</sup>.

No que diz respeito à distinção entre estas duas modalidades de confiança, política e interpessoal, há uma controvérsia entre os autores segundo a qual a confiança interpessoal, ora não serve como valor de regulação da confiança política, ora é ela própria quem possibilita tal confiança.

### **3. Confiança Interpessoal: *Causa* ou *Efeito* da estabilidade Institucional Democrática?**

Os resultados encontrados por pesquisadores como Almond e Verba (1963), Putnam (1993), Miller e Seligson (1994), Inglehart (1998), Levi (1998), Norris (1999), Newton e Norris (2000) e Lúcio Rennó (2001), por exemplo, chamam atenção para uma controvérsia presente na literatura especializada sobre confiança interpessoal<sup>14</sup>: *são as instituições democráticas que possibilitam o desenvolvimento da confiança interpessoal ou é a confiança interpessoal pré-condição para que haja instituições democráticas estáveis?* De um lado, alguns estudos acerca da cultura política partilham do

---

<sup>12</sup> Hobbes *apud* Feres e Eisenberg. p.10. Segundo Hobbes: “*To believe, to trust, to rely on another, is to honour him; sign of opinion of his virtue and power. To distrust, or not believe, is to dishonour*”.

<sup>13</sup> Putnam, Robert D. 2000. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster.

<sup>14</sup> Segundo o viés republicano, a confiança interpessoal deve ser entendida como um incentivo ou pré-condição necessária para que haja engajamento cívico. Seligson e Rennó (2000), para analisar a conceptualização e mensuração da confiança interpessoal, conferem a esta duas dimensões: uma interna, e outra externa. A primeira dimensão – a confiança interpessoal interna – corresponde ao quão uma pessoa vê outra como confiável, e isso ocorre devido a sentimentos internalizados que regem a avaliação do indivíduo em relação à confiabilidade do outro. A segunda dimensão – a confiança interpessoal externa – relaciona-se a avaliação do meio em que o indivíduo se insere. De todo modo, a confiança interpessoal é tida como um fator influente nas decisões e atitudes dos cidadãos que se engajam civicamente. Em outro trabalho, Rennó e Bernardo (2007) confirmaram mais uma vez a bidimensionalidade da confiança interpessoal. Verificaram que a confiança interpessoal divide-se em dois níveis: o particularizado e o generalizado. Neste caso, apesar da nomenclatura diferente atribuída às dimensões da confiança interpessoal, o significado permanece o mesmo. A confiança particularizada relaciona-se às formas de confiança interpessoal que se expandem para além da vida particular, ou seja, refere-se a elementos externos ao contexto em que o indivíduo se insere. A confiança generalizada, por outro lado, limita-se ao âmbito privado, mais especificamente aos sentimentos construídos.

pressuposto segundo o qual a confiança interpessoal é uma variável determinante para o comportamento político, sobretudo porque é decisiva para a cultura cívica. Define-se por cultura cívica, neste contexto, o engajamento dos cidadãos de uma comunidade em associações cívicas, formando um conjunto de relações horizontais as quais se enlaçam conforme a confiança, a solidariedade e a tolerância entre os cidadãos. Esses sentimentos e atitudes são firmados a partir da relação de fidúcia que um cidadão tem para com o outro. Tais relações baseiam-se na crença de que o comportamento do outro sempre visará o bem coletivo em primeiro lugar. Por isso, os culturalistas consideram que a confiança constantemente robustece a ação coletiva e o associativismo.

Dessa forma, quanto mais um cidadão tem o sentimento de confiança no outro, maiores são as chances de que haja nesse meio o interesse voluntário em participar da esfera pública e em deliberar sobre os assuntos da sociedade a qual pertence. As associações desempenham a função de receber as demandas, identificá-las e organizar a participação. Logo, cria-se um contexto de forte cultura cívica, baseada no primado da confiança interpessoal, que culmina na estabilidade do regime democrático e no bom desempenho das instituições. Portanto, esse viés argumenta que a confiança interpessoal tem influências tanto no nível individual quanto no nível macro, tendo em vista que está

relacionada a resultados referentes à sociedade. Uma sociedade rica em confiança interpessoal, redes sociais e organizações voluntárias tem mais probabilidade de sustentar instituições políticas eficientes, assim como obter melhores resultados econômicos. Uma sociedade civil ativa impõe controle social sobre as instituições políticas e econômicas, aumentando a responsabilização política (*accountability*) e a eficiência econômica (Rennó, 2011, p. 392).

Inglehart (1999) argumentou que o grau de confiança interpessoal é produto de uma cultura política de um povo e que está estritamente relacionada à estabilidade do regime democrático e à cultura religiosa. Na mesma direção, Rennó (2001) afirmou que a confiança interpessoal “é uma garantia de que os indivíduos se comportarão de modo previsível. Em consequência, os contratos e as leis serão respeitados e a cooperação será incentivada” (p. 36). Ou seja, o nível interpessoal da confiança, decorrente das orientações culturais, pode ser tido com um fator predeterminante para o comportamento político. Em suma, é possível conceber a confiança interpessoal como um fator *causal* da estabilidade institucional da democracia.

Por outro lado, outros estudos defendem que o fortalecimento de uma cultura cívica e, principalmente, o grau de confiança interpessoal dependem de instituições

estáveis e eficientes. Neste caso, o caminho é inverso ao anterior: é o desempenho do regime que determina os níveis de confiança interpessoal. Aqui, a confiança interpessoal é concebida como uma *consequência* do desempenho das instituições. Pesquisadores como Mitchell A. Seligson e Edward N. Muller (1994), por exemplo, questionam o entendimento da confiança interpessoal como uma variável causal da performance das instituições. Para eles, a confiança interpessoal é um *efeito* da estabilidade do regime porque é o regime que provoca mudanças na cultura política dos cidadãos, e não o oposto. Para estes autores, uma democracia estável, com o tempo, maximiza o orgulho e a confiança tanto no nível interpessoal quanto no nível político. Portanto, não é possível afirmar que as variáveis puramente culturais<sup>15</sup> (sobretudo no nível individual) influenciam nos resultados da confiança política. Seligson põe em questão o pressuposto segundo o qual a confiança interpessoal interfere ou influencia a confiança política. Do mesmo modo, questiona a hipótese culturalista segundo a qual a confiança interpessoal interfere nas formas de participação política.

Em 2006, esta noção de conceber a confiança interpessoal como único fator explicativo para o desempenho das instituições e da economia também foi criticada por João Feres Júnior e José Eisenberg no artigo *Dormindo com o Inimigo: uma Crítica ao Conceito de Confiança*. As suas críticas direcionaram-se sobretudo às conclusões de Ronald Inglehart apresentadas em seu trabalho *Trust, Well-Being and Democracy* (“Confiança, Bem-Estar e Democracia”). Para Feres Júnior e Eisenberg, postular a confiança interpessoal como fator causal determinante para a estabilidade de um regime político é uma conclusão precipitada. Segundo os autores:

Inglehart apóia-se nos trabalhos de Robert Putnam (1993) e Francis Fukuyama (1995) para dizer que a confiança interpessoal é um elemento essencial para o desenvolvimento de democracias modernas. Segundo estes autores, esse tipo de confiança promove a cooperação entre estranhos, o que, por sua vez, é um elemento fundamental, no plano político, para a estabilidade das instituições representativas e, no plano econômico, para o funcionamento de sistemas de produção complexos de larga escala (Feres Júnior e Eisenberg, 2006, p. 459).

Feres Júnior e Eisenberg realizaram uma revisão do conceito de confiança a partir dos dados obtidos por pesquisas de opinião pelas questões formuladas em *surveys*. Nesse sentido, uma das principais considerações foi que a confiança interpessoal tem pouca eficiência como recurso de análises empíricas. Este problema, segundo os autores, decorre de seus aspectos normativos. Por isso, eles contestam a tese de que a

---

<sup>15</sup>Características de nível micro.

confiança interpessoal constitui-se mais em *consequência* do que uma causa. A confiança interpessoal, se comparada à confiança política no que diz respeito à quantidade de subsídios para a análise, oferece elementos mínimos para afirmar que a ela é a causa para a estabilidade do regime democrático e suas instituições.

Neste argumento, não é negada, de forma alguma, a sua importância para análise com relação ao contexto social ou às relações entre indivíduos. Contudo, quando o que está em questão é o âmbito político de regimes democráticos reais, a variável confiança interpessoal já não se torna mais útil, por ser mais limitada nesse aspecto (Eisenberg e Feres Junior, 2006).

#### **4. Confiança Interpessoal e Comportamento Político Na América Latina**

O cientista político Lúcio R. Rennó testou estatisticamente o peso da confiança interpessoal quanto ao comportamento político dos indivíduos no contexto da América Latina<sup>16</sup>. Aqui, o comportamento político é entendido como as atitudes dos cidadãos em relação ao regime político, a obediência às leis e a confiança nas instituições do regime. Para a mensuração da relação entre confiança interpessoal e estas outras variáveis associadas ao comportamento político, foram utilizados os dados do *Latinobarómetro* na série de 1996. A questão que norteou a pesquisa foi a seguinte: “se os países latino-americanos apresentam menores índices de confiança interpessoal do que os países democráticos europeus e norte-americanos, como mostram as pesquisas de Inglehart (1997), por exemplo, como a confiança interpessoal pode determinar o comportamento político?”. Portanto, objetivou-se analisar qual o impacto da confiança interpessoal nas formas de comportamento político.

Para responder este questionamento, foram realizadas várias correlações entre a confiança interpessoal e os vários tipos de associações cívicas e políticas. A primeira análise consistiu na observação do impacto da confiança interpessoal sobre os índices de participação em associações cívicas. Foram escolhidos, portanto, os tipos de associações consideradas as mais tradicionais: sindicatos, associações voluntárias e partidos políticos. Os resultados indicaram que, na maioria dos casos, não há uma relação estatisticamente significativa entre confiança interpessoal e associativismo cívico. Isso

---

<sup>16</sup> Os países englobados na pesquisa foram: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

quer dizer que, quanto maior a confiança interpessoal, menos necessidade os cidadãos sentem em participar de associações cívicas.

A segunda análise realizada por Rennó envolve a relação entre confiança interpessoal e participação política. Esta forma de participação foi classificada mediante atividades que requerem a atuação do cidadão frente aos assuntos públicos. Dessa forma, foram escolhidas três tipos de participação política: tentativa de convencer pessoas<sup>17</sup>, trabalho em prol de uma questão comunitária<sup>18</sup> e trabalho em partido político. Esta delimitação das variáveis de participação política tem o objetivo de testar o pressuposto teórico que afirma que a confiança interpessoal está diretamente ligada ao interesse dos cidadãos nos assuntos públicos. Os resultados evidenciam uma relação muito mais significativa entre as variáveis do que o teste anterior. Quanto mais confiança interpessoal houver, mais interesse os cidadãos tem em participar das questões públicas. Portanto, na América Latina, os cidadãos se tornam politicamente mais ativos à medida que confiam uns nos outros. Em resumo, a primeira conclusão encontrada por Rennó é que a confiança interpessoal é mais determinante para a participação política do que para o associativismo cívico.

Igualmente, a análise buscou testar se a confiança interpessoal influencia a confiança nas instituições. Cinco instituições políticas foram selecionadas sob a justificativa de terem papéis centrais na democracia: atores políticos, sindicatos, polícia, Congresso e Governo. Os dados confirmaram o que a vertente teórica sobre cultura política pressupõe: a confiança interpessoal determina ou influencia a confiança nos atores políticos e nas demais instituições. Quanto à significância da relação entre essas variáveis, os resultados encontrados foram: Congresso (82%), governo (56%), da Polícia (47%), atores políticos (56%) e, por último, dos sindicatos (41%). Portanto, a confiança interpessoal se relaciona com a confiança nas instituições na maior parte dos casos.

A percepção dos indivíduos sobre a ordem social baseada nas leis do regime democrático também foi avaliada. Nesta etapa, a confiança interpessoal foi associada às visões sobre o tratamento igual pela lei, à consciência dos deveres e à avaliação da honestidade. De um modo geral, os resultados indicaram que a confiança interpessoal associa-se ao respeito às leis e à concepção de honestidade das ações do outro. Ou seja,

---

<sup>17</sup> Esta variável se refere à tentativa de mudar a opinião política do outro.

<sup>18</sup> A variável associa-se ao interesse dos cidadãos para trabalhar em prol de questões que dizem respeito à sua comunidade.

a confiança interpessoal determina avaliações positivas sobre a obediência às leis. Entretanto, quando se trata da influência da confiança interpessoal na percepção sobre a consciência dos deveres, a relação não é tão significativa (30%). Para Rennó:

[...] pode-se afirmar que certos indivíduos são mais afetados pela confiança interpessoal do que outros. Em outras palavras, os laços criados pela confiança não são tão importantes em certos contextos como são em outros. Onde a confiança interpessoal não é um valor político pertinente, outras variáveis, tais como autoridade, medo ou conformismo podem ter mais relevância para a compreensão do comportamento político do que a confiança interpessoal.(Rennó, 2001, p. 55)<sup>19</sup>

Ao final, a pesquisa de Rennó constatou que, em apenas alguns países, a confiança interpessoal está relacionada de forma significativa à maioria dos comportamentos políticos. Em locais nos quais a previsibilidade de comportamento é alta, maiores são as possibilidades de que se maximize a confiança. Dentre estes países, estão: Paraguai, Guatemala, El Salvador e México.

A relevância da sua pesquisa para a compreensão da confiança interpessoal consiste na conclusão de que o impacto da confiança interpessoal no comportamento dos cidadãos pode ser diferente a depender do contexto e do momento. Ou seja, é preciso considerar outros elementos, e não somente a confiança interpessoal, como definidores do comportamento político, principalmente em regimes nos quais a confiança interpessoal não é o principal fator político. No caso latino-americano, por exemplo, é importante levar em consideração outras questões como medo, repressão, autoridade etc. Portanto, pode ser precipitado caracterizá-la como um fator causal da participação cívica e/ou política.

## **5. Russel Hardin e a Confiança Interpessoal como Interesse Encapsulado**

Não poderíamos deixar de apresentar também a noção de confiança interpessoal apresentada por Russell Hardin (1999), teórico filiado à vertente da *Rational Choice*, que nos expõe uma visão diferente do que comumente é visto na literatura. Para ele, a confiança interpessoal é relacional, tendo em vista que depende do contexto, ou melhor, dos ganhos mútuos previstos pelos agentes. Nesse sentido, confiar no outro depende das

---

<sup>19</sup> Em outro estudo, *Mensurando Confiança Interpessoal: Notas Acerca de um Conceito Multidimensional* (2000), Rennó e Seligson acreditam que grande parte das divergências presentes na literatura sobre capital social e cultura cívica se devem à maneira ou a forma como o conceito de confiança interpessoal é operacionalizado.

vantagens possíveis de serem obtidas na relação, a qual deve ser mutuamente benéfica. Hardin concebe um modelo de confiança baseado no *encapsulated interest* (o interesse encapsulado). Ou seja, a confiança no agente B presume que é do interesse de B agir de uma maneira condizente ao interesse do agente A.

Neste tipo de relação, as expectativas de comportamento entre os agentes não é determinante, uma vez que a confiança mútua não está baseada na boa-fé de pessoa para pessoa. O que importa, de fato, são as instituições que permeiam a relação. Logo, seria coerente dizer que não há confiança se não houver interesse mútuo<sup>20</sup>. A confiança interpessoal gera benefícios ou vantagens comuns aos agentes. Assim, a partir desse ponto de vista, a confiança é concebida como um “empreendimento” cooperativo, não como uma resultante do engajamento cívico.

Portanto, se o agente A confia no agente B, isso significa que a manutenção da relação entre ambos depende dos retornos positivos que o empreendimento cooperativo pode proporcionar. No entanto, embora a cooperação seja objetivo geral de uma relação, ela pode ser alcançada de outras maneiras que não sejam apenas por meio da confiança. Dessa forma, apesar das ações de um indivíduo muitas vezes estarem condicionadas à confiança interpessoal ou pela desconfiança interpessoal, a ação não é determinada unicamente pelo grau de confiança.

Ressaltamos que nesta concepção ainda há a ideia de “expectativa”, porém ela não está necessariamente associada ao comportamento do outro, mas sim, ao *interesse* do *truster* (pessoa que confia). Hardin não desconsidera haver entre as pessoas ligações baseadas em sentimentos desinteressados como o amor, relações estas que bastam por si só, a exemplo das daquelas que estabelecemos com parentes e amigos. Portanto, a seu ver, “confiança” não se refere a um argumento puramente republicano, a sua explicação é pautada na lógica dos interesses porque os indivíduos são axiomáticamente egoístas:

Para dizer que eu confio em você com relação a algum assunto significa que eu tenho razão para esperar que você aja em meu interesse em relação a esse assunto, porque você tem boas razões para o fazer, razões que são baseadas em meu interesse. Em outras palavras, dizer que eu confio em você significa que eu tenho razão para esperar que você aja, por suas próprias razões, como o meu agente em relação à matéria em causa. Seu interesse encapsula o meu interesse (Tradução nossa, Hardin, 1999, p. 26).

---

<sup>20</sup> Entretanto, alguns estudiosos afirmaram que as ciências sociais diminuíram o seu interesse no “conceito” de confiança, principalmente nas sociedades modernas (Hardin, 2006).



A crítica de Hardin incide sobre as divergências conceituais que envolvem o termo em questão, pois o entendimento normativo sobre o conceito de confiança interpessoal nem sempre reflete o que ocorre na realidade. Ademais, a confiança interpessoal envolve muitos outros elementos, e um deles é a *competência*. Ou seja, confiar em alguém significa acreditar em determinadas habilidades ou capacidades que o outro possui. Por isso, temos uma tendência a confiar nas pessoas sobre as quais sabemos alguma coisa ou naquelas que já conhecemos. Por esta razão, a crença na competência de alguém pode variar de contexto para contexto, uma vez que o objeto da confiança depende da avaliação que dele fazemos.

Na confiança interpessoal, as expectativas sobre o comportamento dos agentes pode fundamentar-se no crédito à sua moralidade ou no interesse próprio. Isso porque a interação entre os indivíduos transcorrem em torno de expectativas que podem variar a depender do contexto em que a interação ocorre. Portanto, a confiança interpessoal pressupõe que o interesse de um agente não entre em conflito com o interesse do outro.

## **6. A Dimensão Política da Confiança**

O conceito de *confiança política* é definido, em parte considerável da literatura sobre o tema, de forma difusa e imprecisa. Difusa porque o objeto da confiança pode ser identificado em pessoas, representantes, regimes políticos, instituições políticas ou governos. Imprecisa porque o ato de confiar pode designar, por exemplo, uma avaliação positiva do desempenho de um governo, e, simultaneamente, uma má avaliação da figura pessoal do governante. A distinção entre a percepção de um fenômeno e a avaliação axiológica deste desaparece nesta imprecisão. Avaliar o desempenho de um agente público pode ser interpretado como um ato de confiar.

Como o objeto da confiança é múltiplo, a avaliação do desempenho de um ministério tende a confundir-se à avaliação da figura pessoal do ministro. O indivíduo entrevistado em um *survey*, ao declarar que confia em uma instituição política, pode estar objetivamente manifestando opinião acerca de um assunto ao qual ele não tem opinião alguma. Quer dizer, a intransitividade entre sujeito e objeto evidencia em grande medida, o estágio pré-científico dos questionamentos, bem como a precariedade das inferências que se fundam nas respostas. Obviamente, uma declaração de confiança difere de uma avaliação do desempenho das instituições.

Ao declarar que confia na democracia de seu país, o entrevistado pode estar a julgar positivamente o desempenho do regime político ali vigente, como bem pode estar avaliando a eficiência do governo, como pode estar julgando honestos os representantes do poder executivo ou legislativo, como pode estar a crer na boa-fé da autoridade do governo. O desafio que muitos estudiosos enfrentam, é dar concreção e efetividade para aos índices de confiança de modo que os números possam transigir e assim, representar em alguma medida a realidade política.

Não obstante esta imprecisão e precariedade, os índices de confiança política têm sido mobilizados pela opinião pública dos regimes democráticos como um mecanismo de pressão sobre instituições, governos e homens públicos. Como não há no regime democrático mecanismos eficientes de controle das ações dos representantes políticos quanto ao cumprimento das expectativas geradas por eles, a confiança política assume este papel (Moisés, 2005). Portanto, os índices de confiança são mobilizados pela opinião pública, ora como um mecanismo de correção moral, ora como um instrumento de pressão para melhorar a eficiência dos governos (Godoy, 2011). Quer dizer, o juízo público acerca do desempenho moral, político e administrativo do governo, transforma os índices de confiança em “termômetros” no que diz respeito à confiabilidade e à responsividade dos homens de Estado. A confiança política, portanto, refere-se ao crédito que o “o corpo de cidadãos deposita nas instituições responsáveis pelo reconhecimento, participação e distribuição de riqueza” (Eisenberg e Feres Júnior, 2006, p. 477).

Compreendendo o dilema da precariedade dos índices de confiança política e participação cívica, David Easton propôs que se distinguisse entre *confiança* e o *apoio ao regime democrático*. Easton (1965) propôs uma definição em três níveis conforme eles se apresentam no sistema político: a confiança dos cidadãos em relação à comunidade política, ao regime político e aos líderes políticos e às suas políticas. O primeiro nível é definido pelas fronteiras do sistema, sejam elas territoriais ou sociais. O segundo refere-se à ordem institucional e seus valores. O terceiro nível, por sua vez, compreende os tipos de lideranças.

A distinção de Easton, contudo, não alcançou o cerne da questão quanto à validade pública dos índices de confiança. Conforme se apresenta publicamente nos índices, o conceito de confiança política pressupõe uma *regra de transitividade* entre as expectativas do respondente, a percepção do desempenho do governo e a avaliação deste desempenho. Numa palavra, podemos dizer que o *sujeito dos índices de confiança*

*é exclusivamente o respondente*, tendo em vista que os três momentos do questionamento — expectativa, percepção e avaliação — residem nesta pessoa. Ou seja, os índices de confiança não dizem respeito ao governo propriamente, mas tão somente às expectativas e limitações perceptivas e avaliativas do respondente. Esta é a perspectiva de Russel Hardin (1999). Conclusões como as de Hardin parecem conceber como improvável que as instituições sejam analisadas a partir da relação entre expectativa e avaliação de comportamento.

## **7. O Papel Público da Confiança: o Problema da Transitividade**

Para parte da literatura, a confiança política nas instituições constitui, ela própria, um vínculo entre a normatividade teórica e a realidade das democracias. Feres Júnior e Eisenberg (2006) defendem que a variável confiança nas instituições políticas pode desempenhar uma função importante para as pesquisas, uma vez que pode ser utilizada como um recurso para medir o teor democrático de um regime real.

Além de fornecer canais de participação e deliberação política à sociedade, toda instituição política de uma democracia deve atender algumas demandas sociais, dentre as quais podem ser mencionadas: redistribuição, reconhecimento e revisão das próprias regras institucionais (Feres Júnior e Eisenberg, 2006). Sendo assim, para analisar o teor democrático de um regime, os *surveys* precisam englobar, de maneira isolada, questões relacionadas a essas demandas.

Entende-se, assim, que a formulação das perguntas em pesquisa de opinião pública deve considerar a complexidade do conceito de confiança política porque:

Por exemplo, um cidadão em um país rico, com sistema de seguridade social consolidado, pode confiar nas instituições que atendem demandas por redistribuição ao mesmo tempo em que desconfia do sistema político, por esse não estar aberto a demandas por maior participação e deliberação (normas). Outra pessoa pode se sentir desrespeitada como membro de uma minoria cultural e alijada de processos redistributivos e ao mesmo tempo confiar nas regras do jogo político (Feres Júnior e Eisenberg, 2006, p. 476).

Resta evidente que a análise da confiança política pode servir como recurso para verificar a responsividade do governo, os índices de corrupção, além de avaliar a eficiência das instituições e de seus atores políticos. Este é, por assim dizer, o papel público exercido pelos índices de confiança enquanto índices de transitividade entre a qualidade da democracia e a percepção política dos respondentes e da opinião pública. Logo, não podemos esperar bons indicadores de confiança nas instituições em regimes

nos quais o governo não é responsivo, as taxas de corrupção são altas, as instituições não atendem às demandas públicas e as autoridades utilizam a máquina pública em prol de seus interesses privados.

A esta vertente contrapõem-se aqueles que não creem na validade pública da confiança. Dentre estes, Hardin é o que mais se destaca. Ele acredita que o decréscimo nos índices de confiança em democracias já consolidadas podem evidenciar mudanças no que diz respeito à probidade administrativa, e não necessariamente uma alteração na disposição a confiar dos cidadãos. Esta conclusão é a mesma a qual Newton e Norris (1999) chegaram.

Hardin (1999) enfatiza a necessidade de haver uma distinção entre os conceitos de confiança interpessoal e confiança institucional. Para ele, o ideal seria utilizar o termo *confidence* ao se referir às instituições políticas, em vez de *trust*. O termo *trust*, a seu ver, denota melhor a confiança interpessoal (*interpersonal trust*) do que institucional, tendo em vista que diz respeito à expectativa de um agente quanto à previsibilidade das ações do outro e envolve a disponibilidade interna de confiar do sujeito. Enquanto *confidence* está mais relacionado à confiabilidade do objeto.

Este ponto de vista entende que a confiança política no regime deveria ser analisada com base nos resultados da confiabilidade (*confidence*) do governo. Esta concepção identifica a variável confiabilidade como fundamental, e as perguntas acerca da confiança no governo podem ser tidas como elementos para mensurar o desempenho das instituições governamentais e a confiabilidade dos políticos. Dessa forma, caso seja identificada a baixa confiança em determinado regime, fatores como pouca responsividade e desempenho podem explicá-la. Esta assertiva enfatiza o papel das instituições políticas quanto à confiança, pois a confiabilidade é, nesse caso, impulsionada pelo governo e pode interferir nas expectativas dos cidadãos frente às instituições.

Para Power e Jamison (2005), por exemplo, os estudos sobre os índices de confiança não devem tampouco serem compreendidos dissociados de elementos da confiança interpessoal e política. Portanto, consideram que as pesquisas devem correlacionar a variável dependente “confiança política” a outros elementos de confiança dentro de um território, ou seja, devem elaborar uma avaliação de um conjunto de objetos. Logo, resta evidente que é indispensável considerar a “multidimensionalidade” do conceito de confiança nas pesquisas.

As considerações expostas neste tópico (Feres Júnior e Eisenberg, 2006; Hardin, 1999; Power e Jamison, 2005) são exemplos de como o papel público da confiança política pode ser entendida de várias formas e segundo vários modelos de análises.

Contudo, alguns problemas são identificados, derivados da constituição do conceito de confiança política, uma vez que são identificadas outras variáveis superpostas a ele. De acordo com Godoy (2011), podem ser citadas como exemplos as variáveis de renda, confiança interpessoal e educação, etc. Para o pesquisador, não obstante a dificuldade em gerar um *survey*, o que pode influenciar nas conclusões feitas sobre o tema, a variável confiança política ainda possui poder de explicação para muitas questões democráticas. O autor assinala que a confiança política relaciona-se também ao conhecimento e à avaliação política. Em algumas situações, exige-se um conhecimento do campo político e uma avaliação positiva deste, tendo em vista que envolve os cidadãos e os questionamentos de seus interesses pelas questões políticas.

Olivier Rozenberg, Jean- Louis e Richard Balme (2003), ao verificarem que há uma clara tendência à baixa confiança nas instituições entre os franceses, notaram que a política é entendida pelos cidadãos como uma atividade específica. Ou seja, constatam que as funções desempenhadas pelos representantes políticos são concebidas e avaliadas de forma muito distinta de outras funções como jornalistas, mecânicos, advogados etc. Em comparação a essas profissões citadas, os cargos políticos têm revelado índices de desconfiança cada vez maiores. Como exemplo, os autores assinalaram que, no ano de 1985, o percentual de cidadãos que desconfiavam dos seus representantes políticos correspondia a 55% da população francesa. Dezesseis anos depois, este número aumentou para 75%. Estes resultados os levaram a concluir que a efetividade e o sucesso das políticas públicas no que diz respeito a seus objetivos e resultados importam para ampliar a confiança dos indivíduos nas instituições político-democráticas.

Tendo em vista que a confiança política diz respeito às estruturas de representação democrática, outros autores dão ênfase ao impacto que tal confiança pode ter sobre a percepção e o comportamento dos cidadãos. Um exemplo disso, segundo Lopes (2004), é o que ocorre nos países industrializados, nos quais há uma relação direta entre confiança política e comportamento dos cidadãos. À medida que se constata o declínio dos índices de confiança, também se verifica a diminuição da identificação partidária, a redução de votantes nas eleições e o aumento do desinteresse nos assuntos políticos.

No contexto das sociedades modernas, alguns aspectos não podem ser desconsiderados quando o assunto é confiança política. A sua abrangência é um exemplo disso, uma vez que a confiança em seu nível político não está relacionada tão somente à pessoa a quem se confia, estendendo-se além, a outros objetos de confiança. Pois, envolve também as instituições que regulam e fazem a intermediação das relações políticas, além de abranger o cargo ocupado por determinada pessoa e, por fim, a maneira como o cargo é desempenhado.

Como se pode perceber, as diversas e comuns associações feitas à confiança política revelam que se o objetivo das pesquisas teóricas e empíricas consiste em compreender os propósitos e ideais de uma sociedade democrática, bem como averiguar o que é preciso para a sua institucionalização, é necessário também considerar como está a percepção dos cidadãos quanto ao regime. Por isso, além do debate teórico acerca da precisão do conceito de confiança, um desafio se lança: a sua operacionalização.

Muitas críticas são destinadas à abordagem de pesquisas comumente realizadas a partir dos dados de *surveys*, como *Latinobarômetro*, Barômetro das Américas e *World Values Survey*, as quais analisam uma ou outra dimensão da confiança, de forma isolada. A esse respeito, citamos o trabalho de Seligson e Rennó, no qual contestam a pouca atenção dada à forma de mensuração da confiança interpessoal, alegando o desprezo pelo impacto que essas variáveis podem exercer em aspectos como associativismo cívico e até mesmo quanto ao apoio ao regime democrático.

Para Power e Jamison (2005), por exemplo, os estudos sobre os índices de confiança não devem tampouco serem compreendidos dissociados de elementos da confiança social e política. Portanto, consideram que as pesquisas devem correlacionar a variável dependente “confiança política” a outros elementos de confiança dentro de um território, ou seja, devem elaborar uma avaliação de um conjunto de objetos.

Estas duas ressalvas analíticas evidenciam que para avaliar os índices de confiança — interpessoal e/ou política — e qual o seu papel público, primeiramente, é indispensável considerar a “multidimensionalidade” do conceito de confiança nas pesquisas. Quando a dimensão interpessoal e a política estão em questão, muitas ressalvas são feitas à utilização e à mensuração dos conceitos. Se o pesquisador voltar seus esforços para este aspecto, pode evitar problemas quanto à fragilidade analítica da pesquisa. É o que faremos doravante.

## *CAPÍTULO II*

### **MATRIZES TEÓRICAS DA CONFIANÇA POLÍTICA**

O debate atual sobre confiança política situa-se entre duas tradições teóricas distintas as quais buscam explicar não apenas a variação do padrão de confiança nas instituições políticas, mas também a correlação entre confiança e democracia. De um lado, encontram-se as *teorias culturalistas* que defendem princípios republicanos, tais como a defesa da democracia como valor cívico e o determinismo da participação política enquanto variável fundamental na estabilidade do regime democrático. De outro, as *teorias institucionalistas* as quais advogam, em geral, princípios liberais, tais como a defesa das instituições legais de regulação e controle entre os poderes. Neste caso, crê-se no determinismo das instituições enquanto agentes de estabilização dos regimes democráticos, ou ainda, enquanto reguladores do comportamento dos cidadãos e dos governantes.

Tais abordagens analíticas — culturalistas e institucionalistas — constroem suas hipóteses a respeito da origem da confiança, bem como a respeito dos fatores que a determinam. O objetivo de ambas as abordagens, ao fim e ao cabo, é compreender as implicações do grau de confiança política na estabilidade e consolidação dos regimes democráticos. Em geral, as primeiras pesquisas sobre o tema<sup>21</sup> verificaram a relação entre a confiança política e democracia tendo como contexto de análise os países com longa tradição democrática. Atualmente, é possível observar que o núcleo das análises mudou. Pesquisadores buscam entender melhor esta relação — confiança política e democracia — nas democracias recentes e em processo de consolidação. Nesse âmbito, os países do contexto latino-americano se destacam, uma vez que seus indicadores constituem um cenário privilegiado para examinar as variáveis determinantes na consolidação dos regimes democráticos. Trata-se de um cenário oportuno para tal investigação.

O problema torna-se mais significativo diante da constatação de que em democracias recentes há uma predisposição à desconfiança política. Regimes democráticos tornam visíveis, por exemplo, casos de corrupção ou situações de uso privado de recursos públicos. Quer dizer, tornam visíveis expedientes e situações outrora ocultas pelo arcano de regimes autoritários. A opinião pública, ao divulgar tais

---

<sup>21</sup> Putnam (1993), Almond e Verba (1963; 1989), Inglehart (1998).

casos, estimula a formação de juízos de desqualificação dos agentes e instituições políticas. Ademais, a transição de um regime para o outro, acarreta mudanças no campo político e no campo econômico. Além, da pouca experiência com o governo democrático.

Portanto, é indispensável entendermos as duas abordagens subjacentes ao tema da confiança política. Assim, a questão norteadora deste tópico é: Quais são os pressupostos defendidos pela teoria culturalista republicana e pela teoria institucionalista liberal quanto à temática da confiança política? A partir deste questionamento, interessa-nos a comparação das perspectivas a fim de compreendermos seus dissensos e semelhanças teóricas.

## **1. Bases Teóricas da Perspectiva Culturalista Republicana**

Para a vertente culturalista as condutas individuais e os costumes compartilhados constituem-se nas variáveis determinantes para o bom desempenho de uma democracia. Tais fatores — como podemos perceber, de natureza social e cultural — viabilizam o desenvolvimento e a estabilidade do regime democrático. Segundo essa vertente culturalista, as relações firmadas entre os membros de uma comunidade devem ocorrer a partir de princípios como a solidariedade, a tolerância e a *confiança*.

Por isso, a palavra-chave dos culturalista é *comunidade cívica*. Esta expressão se refere ao berço dos valores e virtudes republicanos que regem as ações dos cidadãos quando participam da vida comunitária. Ou seja, é uma sociedade formada por indivíduos que têm consigo o dever cívico de participar voluntariamente das questões do âmbito público, isto é, as questões que se referem à comunidade a qual pertencem.

Neste ambiente, as atitudes dos cidadãos são orientadas para o interesse do coletivo, e não pela mera vontade individual. Portanto, numa comunidade cívica, predomina uma sensibilidade geral que faz com que as relações sociais se construam com prestatividade, confiança e respeito mútuo (todas concebidas como *virtudes cívicas*). Não há espaço, neste contexto, para atos oportunistas e/ou corruptos que contravenham aos interesses da comunidade.

Para os culturalistas, o que reforça as virtudes cívicas são as associações, tendo em vista que elas contribuem para o aumento dos “hábitos de cooperação, solidariedade”, “espírito público” (Putnam, p. 104) e honestidade. Ademais, as



associações incentivam não apenas a participação, mas a consciência política dos cidadãos e a confiança mútua.

Os pioneiros no estudo da importância da cultura política e da cultura cívica para as democracias ocidentais foram os teóricos Sidney Almond e Gabriel Verba (1963). Eles definiram a cultura política como um conjunto subjetivo de orientações, quais sejam, os valores, as crenças e o conhecimento que os cidadãos possuem acerca do regime político. A partir desta definição testaram empiricamente como este conjunto de variáveis cívicas, no qual também estavam a confiança interpessoal e a confiança política, determinavam a participação política. O estudo *The Civic Culture* verificou que a comunidade cívica pode promover a criação de redes de associações fundamentadas em laços de solidariedade social, prerrogativa básica para o desempenho de um regime democrático eficiente.

Vê-se que, portanto, que nesta linha teórica, cultural, o republicanismo cívico é determinante para a *performance* institucional e, a participação na vida política pressupõe bons indicadores de confiança interpessoal e confiança política. Neste caso, a confiança constitui-se condição para “a legitimidade, governabilidade e consolidação do regime democrático” (Power e Jamison, 2005).

Um dos estudos mais notórios desta vertente foi o realizado por Robert D. Putnam em 1993. Este trabalho objetivou identificar o que determinou o desempenho das instituições nas regiões da Itália após a descentralização político-administrativa em 1970. Os seus resultados mostraram que a região setentrional apresentou maior êxito institucional do que a região meridional. Para fundamentar suas conclusões, Putnam justificou que o Norte era formado por “regiões mais cívicas” do que a região Sul. Ou seja, a vida social e política dos moradores daquela região, baseadas em práticas cívicas, contribuiu para que houvesse ali instituições mais estáveis, responsáveis e eficazes.

A fim de nos esclarecer o que diferenciava uma região da outra, ou seja, uma comunidade cívica de outra “menos cívica”, Putnam destaca que a vida pública

[...] é muito diferente nesses dois tipos de comunidades, Numa região cívica, quando dois cidadãos se encontram na rua, provavelmente *ambos* já leram em casa o jornal daquele dia; numa região menos cívica, quando duas pessoas se encontram, provavelmente *nenhuma* delas leu o jornal. Mais da metade dos cidadãos das regiões cívicas *jamais* exerceu voto preferencial em sua vida; mais da metade dos eleitores das regiões menos cívica diz que *sempre* votou assim. Ser membros de clubes desportivos, grupos culturais e recreativos, organizações comunitárias e filantrópicas, associações educativas e juvenis, entre outros, é aproximadamente duas vezes mais comum nas regiões mais cívicas do que nas regiões menos cívicas. (PUTNAM, 1996, P. 111)

Esta diferenciação entre as características de uma comunidade cívica e de outra menos cívica dizem respeito à participação política e à participação em associações civis. Numa comunidade cívica, é comum a formação de círculos virtuosos, isto é, ciclos que aumentam a confiança interpessoal, o que, por sua vez, promove laços de cooperação entre seus membros que perpassam o governo e as instituições. Resumimos esse ciclo virtuoso no diagrama a seguir:

**Figura 01 – Ciclo Virtuoso característico da Comunidade Cívica**



Outro pressuposto de Putnam é que, uma vez que os ciclos virtuosos são característicos de comunidades cívicas, as comunidades menos cívicas são marcadas por ciclos viciosos. Enquanto os primeiros — virtuosos — refletem altos índices de confiança interpessoal, participação civil e participação política, os segundos — viciosos — caracterizam-se pela ausência de sociabilidade cívica e pela desconfiança entre os indivíduos. Nesse caso, os interesses privados estão em primeiro plano, e não os interesses públicos. Portanto, uma das consequências inevitáveis para uma região menos cívica será o mau desempenho governamental, como ilustra o diagrama seguinte:

**Figura 02 – Ciclo Vicioso característico de Comunidades menos cívicas**



Para as teorias culturais, a confiança nas instituições provém primeiramente da confiança interpessoal, a qual o indivíduo apreende por vínculos culturais e comunitários e, posteriormente, projeta-se nas instituições políticas. Esta projeção fornece elementos para ao desempenho das instituições democráticas. Por isso, a hipótese central é que a confiança nas instituições decorre de fatores exógenos, ou seja, tem a sua origem no meio externo ao campo político (William Mishler e Richard Rose, 2001). Portanto, é a partir do ambiente e do convívio social que a confiança política se forma, tendo em vista que ela é firmada por crenças, normas e valores culturais.

Em outros termos, é possível dizer que a confiança interpessoal e política, assim como a estabilidade do regime democrático, resultam do contexto cívico das sociedades. Isto se evidencia quando Putnam utiliza o conceito de *capital social*<sup>22</sup>, ou seja, as “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade facilitando ações coordenadas” (p. 177).

---

<sup>22</sup> Apesar de a literatura sobre confiança política comumente referir o conceito “capital social” às abordagens de Robert D. Putnam, esta terminologia foi também utilizada pelo economista Glenn Loury, no artigo *Intergenerational Transfers and the Distribution of Earnings* (1981) e pelo sociólogo James Comenan em "*Social capital in the creation of human Capital*", em 1988. Para estes pesquisadores, o capital social corresponde à capacidade dos indivíduos de trabalharem coletivamente para alcançar os objetivos dos grupos aos quais pertencem.

A capacidade de confiar nas outras pessoas e de manter as relações cooperativas resultam das experiências de socialização e de participação pelas quais os indivíduos passam. O cerne da questão, portanto, consiste na formação do cidadão, ou seja, a confiança interpessoal e os laços de solidariedades e de cooperação dependem do nível educacional, de uma comunidade com uma cultura de participação, atividades voluntárias etc. São as relações de confiança que impulsionam a criação e a difusão de organizações fortes e eficientes. Por isso, elas também influenciam a os grupos políticos e as instituições, reforçando a confiança política.

Semelhante às teses de Putnam, Inglehart (1998) concebe a cultura, cívica (ou não), como fator decisivo para a estabilidade do regime. Sob seu ponto de vista a confiança também contribui para a formação de redes sociais e para a participação política. Assim, a reverberação de virtudes cívicas, sobretudo a confiança interpessoal, está estritamente relacionada à estabilidade da democracia. Dessa forma, entendemos que a confiança é o fator causal para a conservação do regime democrático. O núcleo da teoria de Inglehart é a análise da confiança em termos de mudanças culturais mais abrangentes (*mudança intergeracional*).

Inglehart, ao verificar os dados do *World Values Surveys*, abrangendo os anos de 1988 a 1989, observou que a confiança se correlaciona de forma positiva com o produto interno bruto (PIB) e com o regime democrático. A seu ver, o elevado índice de confiança interpessoal nos países deve ser questionado quanto à hipótese de ser provocado pela existência de um regime político democrático mais consolidado e por uma economia estável. Esta concepção reforça a conjectura culturalista<sup>23</sup> de que a confiança interpessoal é primordial para a análise do progresso de uma democracia, justamente porque ela é responsável por proporcionar e incentivar laços de cooperação e solidariedade entre os cidadãos, não se limitando a eles, mas ampliando-se às instituições democráticas.

Segundo Fukuyama (1996), o desenvolvimento das instituições políticas e econômicas das sociedades está estritamente ligado a estrutura social, à sociedade civil. Desta forma, os valores, os costumes e os hábitos perpassados de geração em geração são determinantes para uma sociedade civil “vital”. Para que assim seja, é necessária a predominância de um sentimento, de uma responsabilidade moral e ética quanto a respeitar e propagar o conhecimento e os valores adquiridos por meio da cultura.

---

<sup>23</sup> Putnam (1993), Inglehart (1998) e Fukuyama (2006).

Entendemos, portanto, que a sobrevivência e o desenvolvimento da sociedade civil “próspera” dependem primordialmente da manutenção da cultura, transmitida entre as gerações.

## **2. Correlações entre Capital Social, Confiança Interpessoal e Confiança Política**

As pesquisas sobre cultura cívica revelam que não é fácil delimitar variáveis para a mensuração do capital social, sobretudo porque estas se referem às características subjetivas do processo político. Em virtude disso, Lucio Rennó e Alexandre José Bernardo (2007) consideram que a combinação de abordagens de análises (quantitativa e qualitativa) é a melhor solução, como é possível observar, também, em alguns trabalhos feitos por Putnam (1993; 1995). Como exemplos de variáveis que podem ser utilizadas para medir o capital social, podemos citar: o número de leitores de periódicos, o envolvimento em associações políticas e civis, o grau de confiança nas instituições e o número de votantes.

Muitos estudos acerca da confiança, na perspectiva culturalista, seguem a hipótese da correlação entre capital social e desempenho das instituições democráticas, como é o caso dos estudos de Putnam (1993). Estes trabalhos caracterizam-se por verificarem fortes relações no nível individual entre a confiança social, a participação em associações cívicas e a confiança política.

Em contrapartida, outros pesquisadores, ao utilizarem o mesmo modelo de análise, chegaram a conclusões que questionam ou enfraquecem tal tese (isto é, a tese que concebe a confiança interpessoal como elemento central para a confiança política e o desempenho institucional). John Brehn e Wendy Rahn (1997), por exemplo, escolhem um modelo de explicação da relação entre participação e confiança a partir de uma onda de pesquisas do *General Social Survey*<sup>24</sup> (GSS), no período de 1972 a 1994. Nos testes, eles adicionaram dados outros referentes a contextos agregados. Com isso, os autores nos apresentaram uma nova visão acerca do capital social, formulando um significado distinto daquele segundo o qual o capital social consitui uma relação proporcional entre participação cívica e confiança interpessoal no nível individual.

Os pesquisadores então testaram a hipóteses de que as variações nos índices de capital social podem ser justificadas por aspectos psicológicos dos indivíduos, por

---

<sup>24</sup> Disponível em: < <http://www3.norc.org/GSS+Website/> >.

habilidades cognitivas, pela economia e pela satisfação com a vida. Percebeu-se que estas variáveis interferiram na confiança dos cidadãos com relação às instituições.

Esse estudo sobre capital social nos Estados Unidos, utilizou escalas fatoriais criadas com base em três variáveis: engajamento cívico, confiança interpessoal e confiança política. Embora os autores encontrassem relações estatísticas significativas entre confiança interpessoal e engajamento cívico, o impacto substantivo da primeira sobre o segundo é bastante fraco.

O que mais merece destaque nesta pesquisa é a verificação da confiança no governo e nas instituições políticas como um dos principais resultados dos processos relacionados ao capital social. A literatura culturalista argumenta que os indivíduos à medida que participam da vida coletiva e das questões políticas, tendem também a confiar mais nos outros membros da comunidade, assim como tendem a participar cada vez mais das atividades associativas. Nesse sentido, Brehn e Rahn defendem que tal relação se dá mais como efeitos múltiplos, e menos como causa e efeito.

Assim, a ideia da relação positiva entre confiança e participação cívica antevê consideráveis consequências para o processo político, sobretudo quanto à confiança nas instituições. Logo, o modelo analítico proposto por Brehn e Rahn reafirmou que a participação cívica se correlaciona positivamente com a confiança interpessoal. Quando os dados evidenciam que os participantes são ativos em suas comunidades, também mostram que estes têm uma propensão a confiar nas instituições e nos outros cidadãos.

Apesar disso, a interferência da confiança interpessoal nos índices de engajamento cívico não pode ser considerada tão determinante, pois se trata de uma determinação estatisticamente fraca. Já os efeitos que o engajamento cívico tem sobre a confiança interpessoal são mais significativos do que o contrário.

Portanto, conclui-se que, apesar de o modelo teórico defender uma relação entre as variáveis, isso não quer dizer que tal relação seja igualmente proporcional. A confiança política nas instituições tem um efeito maior sobre a confiança interpessoal do que o contrário.

De acordo com a literatura, em geral, quando os cidadãos de uma comunidade partilham altos índices de confiança interpessoal, eles confiam mais nos seus governantes. Ao testar esta hipótese, os estudiosos dessa vertente chamam a atenção para a causalidade inversa: as consequências da confiança nas instituições políticas são mais evidentes, tendo por base a confiança interpessoal.

Diante de tais conclusões, pressupõe-se que o capital social é mais um efeito da confiança política do que uma causa. E, por isso, os representantes políticos também são capazes de impulsionar a confiança institucional e um ciclo virtuoso de capital social. Assim, o governo e suas instituições têm uma função essencial: promover a confiança política e interpessoal.

### **3. Bases Teóricas da Perspectiva Institucionalista e a Relação entre Confiança Política e Democracia**

O institucionalismo, em sua gênese, buscou produzir uma teoria das instituições políticas. Nessa perspectiva, as instituições são aquelas publicamente reconhecidas ou constituições estatais. Esta ideia tornou-se mais ampla à medida em que os debates sobre os processos políticos tornaram-se mais difusos. Instituição, portanto, passou a associar-se também a práticas sociais, tendo em vista as interações entre as estruturas sociais e os comportamentos da sociedade e dos agentes políticos.

A tentativa de compreender as mudanças institucionais e suas implicações para as sociedades modernas resulta em dois desafios que, para Rezende, consiste nos maiores postos à corrente institucionalista na Ciência Política: a *precisão conceitual das variáveis de análises* e a *precisão metodológica*. Esta tarefa deve ser levada em consideração principalmente se os trabalhos corresponderem à análise comparada. Tais questões acerca da expansão dos estudos quanto à relação entre as instituições e seus efeitos no comportamento dos atores políticos, revelam, segundo Marta Arretche, que

O apelo da agenda institucional – tanto normativo como positivo – assenta-se sobre o suposto de que o comportamento humano – as preferências e os valores dos indivíduos – não é manufaturável, ao passo que as instituições são um artefato humano, passível de construção consciente. Nesse contexto, o que importa para a vida social são os comportamentos dos indivíduos e não suas preferências. Logo, a contribuição desse programa de pesquisas consistiria na possibilidade de identificar o modo como as instituições afetam os comportamentos, de tal sorte que seja possível influir na vida social propondo instituições políticas que criem incentivos favoráveis aos comportamentos desejados (Arretche, 2007, p. 148).

Portanto, a vertente institucionalista concentra-se em analisar como as instituições interferem ou influenciam as condutas dos indivíduos. Há, de acordo com este viés, a possibilidade de obter dos cidadãos determinados comportamentos que sejam favoráveis aos interesses dos atores políticos, por exemplo. Desse modo, a eficiência e a qualidade na provisão de serviços e políticas públicas podem ser tidas

como fatores determinantes para influenciar a confiança política dos indivíduos nas instituições. Isso porque as atitudes dos líderes políticos no que concerne às suas propostas com relação às demandas públicas podem influir o nível de confiança dos cidadãos.

Para os institucionalistas, as variáveis que importam são, por exemplo, o desempenho do regime, o crescimento econômico, os índices de corrupção, as taxas de inflação, a implementação e efetividade de políticas públicas, além de outras ações político-administrativas. Segundo os autores desta vertente, a *performance* das instituições afeta não somente a confiança sobre elas depositada, mas também, a confiança entre os cidadãos. A confiança política, de acordo com as teorias institucionais, é endógena ao âmbito político. Ela nada mais é do que o resultado esperado das instituições, ou seja, é resultante da ação das instituições diante das demandas sociais.

Desde a década de 1970, várias pesquisas apontam o decréscimo dos índices de confiança nas instituições, principalmente as do âmbito público. Este fora o caso do estudo intitulado *The Crisis of Democracy* (1975), elaborado pelos pesquisadores, como Michel J. Crozier, Samuel Huntington e Joji Watanuki. Neste relatório, os autores diagnosticaram a falência do regime democrático, da governabilidade e das instituições. Apontaram a crise da democracia como um fenômeno generalizado. Após este trabalho, diversas tentativas de explicação acerca das causas da crise das instituições democráticas foram formuladas. A partir de então, as pesquisas passaram a analisar a confiança política tendo como cenário geral a crise de desconfiança política das democracias europeias.

### **3.2. Modelos Teóricos Psicológicos e Socioculturais da Confiança**

Diante da padronização do decréscimo da confiança dos cidadãos nas instituições, atestada por vários estudiosos, Newton e Norris (1999)<sup>25</sup> propuseram

---

<sup>25</sup> Newton e Norris (1999), ao testarem o modelo psicológico, confirmam que, em geral, a relação existente entre confiança interpessoal e confiança política é fraca. Chegaram a resultados semelhantes quando verificaram, por meio de correlações estatísticas, a relação de dezesseis distintas formas de engajamento cívico e confiança institucional. A esse respeito, concluíram que a premissa de que o associativismo cívico gera confiança social, que, por sua vez, gera confiança nas instituições é fraca. (pp. 08-09). É importante frisar que estas variáveis foram analisadas a nível individual e, quando foram testadas a nível nacional, as correlações de nível agregados mostram-se significativamente mais fortes, contribuindo para a conjectura de que não é o capital social que mensura a confiança social e a confiança institucional (p. 11).



verificar se realmente havia uma tal perda generalizada da confiança nas instituições das democracias representativas. Para responder a esta questão, fizeram uma análise da confiança em dezessete (17) democracias trilaterais (países da tríade: América do Norte, Europa Ocidental e Japão), testando variáveis culturais e de desempenho institucional, a fim de verificar qual seria relação entre ambas as variáveis. Suas análises foram realizadas a partir dos dados disponíveis no *World Values Survey* (WVS), de 1980 a 1990.

Como sabemos, a representação política associa-se indiretamente à vontade popular. Os agentes políticos, neste modelo liberal advogado por autores como Constant, Weber e Schumpeter, devem agir e deliberar em consonância com os anseios dos eleitores. A democracia representativa deve, portanto, produzir governo. Caso contrário, o regime democrático deve assegurar aos eleitores o direito de punir seus hipotéticos representantes numa eleição futura. A punição será dada pela denegação daquela plataforma de governo a qual anteriormente o eleitor havia confiado seu capital político, o voto. Este modelo de avaliação periódica de governo via eleições, faz com que a confiança (baseada nos líderes políticos, por exemplo) seja mais fluida e variável. Numa palavra, a *ineficiência* de um governo pode gerar desconfiança política.

Em contrapartida à confiança nos líderes políticos e suas plataformas de governo, a confiança nas instituições não é atingida de forma instantânea ou celarada, por eventos particulares. Em face disso, Newton e Norris (1999) consideram que as instituições são os indicadores que podem nos fornecer um quadro mais seguro da situação da apreciação pública quanto ao regime, tendo em vista que as instituições se constituem como base para o sistema político. Este ponto de vista revela que, se a opinião pública começar a evidenciar fragilidade e instabilidade nas instituições, então este dado deverá demandar alguma preocupação pública.

As análises supracitadas revelam uma perda significativa de confiança nas instituições do setor público, diferentemente do que houve no setor privado, uma vez que o fenômeno não foi generalizado. Portanto, as causas evidenciam mais um caráter governamental do que econômico. Vejamos:

A culpa não pode ser facilmente colocado na porta da intensificação da concorrência econômica global ou o desemprego e crescimento econômico lento, o crescimento desses três têm produzido nas democracias trilaterais. Se as dificuldades econômicas eram a causa, então se poderia esperar que a confiança em grandes empresas a caísse, mas isso não aconteceu. Pelo contrário, o colapso do comunismo parece ter elevado a fé no capitalismo e nas corporações empresariais. A limitação do problema especificamente às instituições políticas e governamentais sugere que as teorias amplas e gerais

de crise social e econômica são inadequadas. (NEWTON e Norris, 1999, p. 05)<sup>26</sup>.

Conclui-se daí que os indivíduos possuem diferentes percepções das instituições públicas e privadas. Os resultados mostram que, de um lado, no setor privado ou a confiança não teve variações significativas ou aumentou; de outro, no setor público, a tendência indicou uma diminuição dos índices, principalmente quanto ao Parlamento, as Forças Armadas e a Polícia. Embora o decréscimo de confiança nas instituições públicas não tenha sido percebido em todas elas, o que não endossa as afirmações sobre uma “crise generalizada”, é consenso de que este é um assunto problemático para as democracias.

Em busca de explicações plausíveis acerca do fator causal da confiança, Newton e Norris revisam teorias socioculturais (mais especificamente, as psicossociais<sup>27</sup>) e teorias institucionais. As primeiras — teorias socioculturais — associam a confiança a características de personalidade, ou seja, seriam oriundas de sentimentos interiores e do desenvolvimento psicológico do indivíduo. Dessa forma, a confiança resumir-se-ia em “uma orientação afetiva que faz parte da nossa personalidade básica e é em grande parte independente do mundo político externo” (Newton e Norris, 1999, p.06)<sup>28</sup>.

As orientações subjetivas, adquiridas mediante experiências sócio-afetivas, são responsáveis pelas atitudes dos indivíduos em relação à observância, cautela, cooperação (ou não) quanto às questões políticas. Embora reconheça a importância desta vertente para o debate teórico, os pesquisadores alertam para suas limitações, as quais se caracterizam pela restrição quanto a avaliar o problema a nível individual e pouco recorrer às circunstâncias sociais e políticas.

O modelo explicativo sociocultural argumenta que a confiança deriva de experiências de socialização, as quais determinam as relações entre os indivíduos, com a possibilidade de criar e reforçar relações de altruísmo, honestidade, reciprocidade e cooperação. Dessa forma, quanto mais fortes são estas relações, mais as instituições são eficazes e estáveis, e seus atores políticos pessoas nas quais pode ser depositada

---

<sup>26</sup> Versão original: “Blame cannot easily be laid at the door of intensified global economic competition or the unemployment and slow economic growth these have produced in the Trilateral democracies. If economic hardship were the cause, then one might expect confidence in major companies to tumble, but it has not. On the contrary, the collapse of communism seems to have heightened faith in capitalism and business corporations. The limitation of the problem to specifically political and governmental institutions suggests that broad and general theories of social and economic crisis are inappropriate”.

<sup>27</sup> Em seu texto, encontramos referências a Allport, 1961; Cattell 1965 e Gabriel 1995.

<sup>28</sup> Versão original: “trust is an affective orientation that forms part of our basic personality and is largely independent of our experience of the external political world.” (p. 6)

confiança, pois deles espera-se a correspondência entre suas ações políticas e as necessidades da sociedade. E, uma vez que estas relações baseadas em valores cívicos contribuam para que as instituições sejam mais estáveis e eficazes, elas igualmente colaboram para a propagação e o aumento da confiança entre os cidadãos. Em outras palavras, a teoria sociocultural defende que este é um processo cíclico, como defende Putnam (1993).

Ainda em busca dos fatores causais da confiança, Newton e Norris revisam, em segundo plano, as teorias institucionais. Aí o fundamento da confiança está nas instituições. Assim, o que importa é o desempenho institucional, tendo em vista que não há uma relação significativa entre confiança no nível interpessoal e confiança nas instituições. É, portanto, a *performance* das instituições que influenciará diretamente na confiança dos cidadãos. Ou seja, o bom funcionamento e a eficácia das instituições geram mais confiança nos indivíduos, ao passo que, o mau desempenho provoca a desconfiança mútua entre estes. Por isso, entende-se que a confiança institucional é um excelente parâmetro para compreender e verificar como está o funcionamento da vida pública (Newton e Norris, 1999).

Newton e Norris se apoiam nas explicações institucionalistas de que o nível de confiança dos cidadãos nas instituições é determinado pelo desempenho do regime, uma vez que as deliberações ou as implicações que provém do âmbito político de um governo afetam todos, mesmo que não seja de forma igual. Assim, é possível afirmar que elevados níveis de confiança interpessoal são decorrentes de elevados índices de confiança institucional.

Portanto, sob este ponto de vista, a confiança política é resultante de processos políticos internos às instituições democráticas. Ela nada mais é do que o resultado esperado das instituições. Assim, quando as instituições funcionam bem, geram a confiança institucional. Como é de se esperar, se elas não funcionam satisfatoriamente, geram desconfiança e ceticismo (Mishler e Rose, 2001). Em razão disso, a confiança política não é a causa do desempenho institucional, mas sim, a consequência dele.

Uma importante observação feita por Mishler e Rose é que, ao contrário do que poderíamos pensar, as teorias institucionalistas não excluem as influências culturais para a confiança política. Isso porque se as instituições, de certa forma, criarem um padrão de desempenho (satisfatório ou não) no decorrer de várias gerações, seus resultados surtirão efeitos parecidos ao longo dos anos quanto à confiança institucional. Tal processo pode explicar por que a passagem de um regime político para o outro interfere

na confiança, uma vez que estas mudanças políticas implicam em descontinuidades fundamentais na própria sociedade, que podem ser refletidas até mesmo nos seus valores ou crenças.

#### **4. O Debate sobre Confiança Interpessoal e Confiança Política na América Latina**

Em meio a esta discussão sobre confiança política, o caso específico da América Latina adquire uma denotação particular não apenas porque nos remete a casos de regimes democráticos recém-consolidados, mas também porque os índices de confiança interpessoal e política estão entre os mais baixos dentre os países estudados por diversos *surveys*. Esse contexto atraiu a atenção de vários pesquisadores<sup>29</sup> que passaram a dedicar seus esforços à tarefa de compreender não apenas os fatores que determinam a confiança interpessoal e a confiança política, mas também, seus efeitos para as democracias latino-americanas.

Como sabemos, as recentes democracias da região apresentam volatilidade nas formações e organizações partidárias e ainda enfrentam sérias crises econômicas (Lagos, 2000). Quer dizer, estes países não possuem estabilidade nos processos políticos, além de apresentarem arranjos institucionais frágeis, dentre outros problemas (O'Donnell, 1998). Ou ainda, como já afirmaram Power e Jamison (2005), não têm o reservatório de legitimidade que as democracias mais antigas e consolidadas possuem.

Segundo a economista Marta Lagos (2000), os regimes democráticos da América Latina tendem a desconsiderar as instituições autoritárias que os antecederam. Além disso, as mudanças econômicas realizadas a fim de contornar crises tiveram efeitos não só na economia, mas também, no âmbito político. Isso porque não é possível obter “estabilidade sem crescimento econômico, e crescimento sustentado é impossível sem bases institucionais sólidas” (Lagos, 2000, p. 04).

Além destes fatores agravantes, quando tratamos do contexto latino-americano, outro elemento deve ser levado em conta: a cultura política. Sabendo disso, e ao considerar variáveis da cultura política da região, Lagos confirmou, por meio da análise dos dados do *Latinobarómetro* de 1995, que a região possui uma cultura cívica e

---

<sup>29</sup> Em se tratando do caso latino-americano, temos como referências os trabalhos de Lúcio Rennó (1998, 2000, 2001, 2003, 2011), Marta Lagos (2000) Mitchell Seligson e John Booth (2006), Eisenberg e Feres Júnior (2006), José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello (2013), Marcello Baquero (2002), entre outros pesquisadores contemporâneos.

política comum, apesar das particularidades de cada país. Foram consideradas como as principais características (comuns aos dezessete países): o *déficit* de confiança interpessoal<sup>30</sup>, a descrença na honestidade das pessoas e na obediência às leis. Estes resultados indicam, em hipótese, que a confiança interpessoal tem sérias implicações para a confiança institucional, reforçando a tese culturalista de que a pouca ou a ausência de confiança social explica a baixa confiança nas instituições<sup>31</sup>.

Um dos argumentos que merece destaque é o fato de que a desconfiança parece estar “institucionalizada” na América Latina. Acerca disso, Marta Lagos acrescenta alguns exemplos interessantes:

as burocracias latino-americanas - tanto públicas como privadas - requerem certidões e provas de boa-fé. Em alguns países, é necessária a “certidão de sobrevivência” para provar que se está vivo. Pode-se entrar num banco com dinheiro em mãos e ser informado que não se pode abrir uma conta para depositá-lo porque não há ninguém para “recomendá-lo”. (Lagos, 2000, p. 07)

Estas situações são apenas uma amostra isolada, dentre inúmeras outras, as quais exemplificam a desconfiança com a qual podemos nos deparar diariamente na América Latina. Exemplos assim ratificam a hipótese segundo a qual, a institucionalização da desconfiança tem impacto sobre a cultura cívica de uma região, sobretudo em países com democracias não consolidadas.

Por outro lado, como na América Latina os cidadãos são poucos participativos quanto aos assuntos políticos, é de se esperar uma “cultura submissa”<sup>32</sup>, diferentemente das democracias consolidadas. Os cidadãos latino-americanos não entendem que podem (e de que forma podem, além do voto) influenciar nos processos decisórios, principalmente em seus resultados (Lagos, 2000).

Já os pesquisadores Edward Muller e Mitchell Seligson (1994), concluíram que a confiança interpessoal e a confiança política, na América Latina, apresentam baixos indicadores devido ao *déficit democrático*, sobretudo quanto à estabilidade do regime. Para eles, a explicação para a instabilidade das democracias latino-americanas não deve limitar-se a fatores como a confiança interpessoal. As explicações devem abranger características macro-estruturais do sistema, e não simplesmente ampararem-se em crenças individuais.

---

<sup>30</sup> Os dados da sua análise confirmaram que, no geral, cerca de 10 a 25% das pessoas confiam em outras (Lagos, 2000, p. 05).

<sup>31</sup> Um importante dado encontrado por Marta Lagos é que nenhum dos índices referentes à confiança nas instituições mostrou-se significativamente mais alto do que a confiança entre os cidadãos. A única instituição que não se enquadrou nesse caso foi a Igreja Católica (43%).

<sup>32</sup> Almond e Verba (1989).

Os autores colocam em questionamento as hipóteses de Putnam e Inglehart sob a alegação de que é preciso verificar em que medida o regime democrático pode contribuir para os níveis de confiança interpessoal e política. Isso porque, segundo eles, não é possível antecipar a causalidade desta relação, ou seja, não é possível afirmar se a estabilidade do regime gera a confiança interpessoal ou o inverso. Por esta razão, o modelo de Inglehart é alvo de críticas. Seus críticos consideram que o autor só parte de uma única direção, uma *causalidade unidirecional*, enquanto os seus resultados evidenciam que há uma causalidade mútua.

Em 2001, esta hipótese sobre a influência de variáveis macroestruturais também foi testada pelos cientistas políticos John A. Booth e Patricia Bayer Richard para analisar os países da América Central. A pesquisa, intitulada *A Formação do Capital Social na América Central: Violência Política, Repressão, Dor e Perda*, foi realizada a partir das análises de *survey* que abrangeram o período de 1991 a 1995. Os países analisados no estudo foram: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. Os resultados confirmaram as inferências feitas por Muller e Seligson quanto aos países da América Latina: a confiança interpessoal não é determinante em todos os contextos. Questões como a repressão, o conformismo e a desigualdade social podem afetar mais o comportamento dos cidadãos centro-americanos do que o baixo nível de confiança interpessoal e política, sendo determinantes para este mesmo nível de confiança.

Estudando a relação entre os determinantes da participação em associações, Rennó (2003) testa a validade das vertentes culturalista e institucionalista, considerando o conjunto dos dados do *Latinobarómetro* de 1996. A relevância deste trabalho deve-se à dissociação das distintas formas de participação em vez de considerá-las como um todo, e por testar importância da confiança interpessoal e a existência de um contexto institucional que favoreça a participação em cada um destes tipos.

Foram consideradas assim a participação em associações tradicionais de demandas políticas — partidos e sindicatos —, a participação em associações de grupos locais e com demandas específicas, a participação em novos movimentos sociais (como o ambiental) e a participação em protestos políticos. Além da influência nestes distintos tipos de participação nas variáveis tradicionais do capital social (confiança interpessoal, otimismo e tolerância), o autor testou também a importância de variáveis agregadas que sopesam a importância estatística do arcabouço institucional (número de anos com eleições livres e diretas e taxas de homicídios).

Os resultados de Rennó indicaram que a confiança interpessoal e o otimismo não se correlacionam com a participação nos novos movimentos sociais, nem em grupos locais. Além disso, o autor verificou que a tolerância importa para a participação nos novos movimentos sociais e na participação em protestos, confirmando em parte um pressuposto da teoria do capital social. As variáveis que tentaram medir o peso institucional foram importantes para três tipos de participação, com exceção apenas da participação em grupos locais como associações de bairro e de igreja.

Importa destacar que, neste estudo, a confiança interpessoal apresentou correlação negativa com a participação em partidos e sindicatos, o que contradiz a hipótese do capital social e reforça uma perspectiva já apontada em outros trabalhos de que a desconfiança pode mobilizar também a ação política. Sendo assim, o autor mostra que a criação de estruturas de oportunidade política e participação em associações fomentam a participação, o associativismo cívico, mais do que a confiança interpessoal, o otimismo, a tolerância no nível individual e a confiança no contexto latino americano.

Em *Desconfiança política na América Latina* (2005), Timothy J. Power e Gisele D. Jamison (2005) tentaram examinar o contexto, as causas e os efeitos da desconfiança política na América Latina, sobretudo quanto aos políticos. Para tanto, suas análises englobaram os dados de 1990 até 2005. Neste estudo, eles entenderam que a *percepção* que os cidadãos têm das ações dos governantes e/das elites políticas, isto é, dos políticos profissionais, pode ter efeitos não apenas na legitimidade, mas também, na confiança política no regime e suas instituições. Destacaram ainda a tendência de distinção do juízo que os cidadãos fazem entre as ações dos políticos e a avaliação que fazem da democracia como um sistema político de governo. Este estudo, portanto, demonstra mudanças no nível crítico de análises dos indivíduos.

Power e Jamison frisaram que a “confiança nos políticos” é um dos aspectos de análise quando o assunto em questão é a confiança ou apoio à democracia. Logo, é essencial a verificação do contexto sem desconsiderar a confiança social e política, pois não é apropriado estudar a confiança nos governantes desvinculada de outros aspectos da confiança, quer seja no âmbito social quer seja institucional.

Constatada a desconfiança nos governantes dos países da América Latina, um dos argumentos centrais apoia-se no pressuposto de que este indicativo é resultante de uma “síndrome mais ampla” como, por exemplo: pouca confiança interpessoal, pouca confiança no desempenho de governo e/ou desconfiança nas instituições. Portanto, é exatamente este conjunto de fatores que torna tão complicado analisar a confiança nos

políticos de forma independente, tendo em vista a clara necessidade de compreender o contexto. Contudo, mesmo cientes desta assertiva, os pesquisadores verificam alguns indicadores que possam explicar, pelo menos a princípio, a pouca confiança que os latino-americanos depositam em seus representantes.

Apesar dos indicadores apresentarem uma tendência à desconfiança, e mesmo sendo esta a realidade na maior parte dos países, o que mais nos chama atenção neste estudo, é a postura adotada por Power e Jamison. Ao contrário da visão de que a desconfiança política representa um problema do qual a democracia não poderá contorná-lo futuramente, eles alegam que esta é meramente uma “visão alarmista”.

No entanto, isso não quer dizer que este não seja um motivo de preocupação. Como sabemos, trata-se de uma análise sobre democracias novas, ou seja, em desenvolvimento, diferentemente de democracias industriais consolidadas e mais avançadas. Esta ressalva é importante para enfatizar que a desconfiança política pode surtir consequências diferentes a depender do seu contexto social, econômico e político.

Neste aspecto, o estudo de Power e Jamison amplia sua envergadura, uma vez que intenta descobrir se a crescente desconfiança política pode ser determinada como um *fenômeno global*. Para eles, este é o principal desafio analítico hodierno imposto aos estudiosos da confiança:

Nos últimos quinze anos, o principal desafio analítico tem sido determinar se a erosão dessa confiança faz parte de uma “tendência mundial” de níveis decrescentes de apoio aos políticos devido a “fatores seculares comuns” ou se as tendências podem ser cíclicas e/ou atribuíveis a “fatores específicos de cada país”, tais como “tradições históricas específicas”, desempenho dos governos ou o funcionamento de determinados sistemas políticos” (NORRIS, 1999<sup>a</sup>, P. 8). Os esforços para resolver esse enigma distribuem-se por vários campos. (Power e Jamison, 2005, p. 67)

Além desses fatores mencionados acima, podemos acrescentar, nesse conjunto de possibilidades, fatores concernentes a aspectos culturais, mais especificamente à cultura cívica, tais como baixa confiança interpessoal, pouco interesse no associativismo cívico ou político, na participação política etc. O que nos leva a confirmar que ainda há muito a ser debatido para que estas imprecisões sejam resolvidas. Fato este que a literatura especializada, em geral, não nega.

Considerando as democracias da América Latina, Daniel Zovatto (2002) afirma a compreensão das opiniões dos próprios cidadãos pode nos levar a entender até que pontos os cidadãos sentem-se insatisfeitos com o funcionamento da democracia,



principalmente, diante dos resultados econômicos de seus governos, bem como verificar se o motivo de estarem insatisfeitos está relacionado à percepção que eles têm sobre os processos políticos e institucionais. Algumas de suas conclusões merecem destaque, dentre elas a que se refere à diferença que há, na América Latina, entre as instituições capazes de produzir imagens e as instituições que dizem respeito ao arranjo do regime democrático. Quanto a este ponto, percebeu-se que a Igreja Católica<sup>33</sup> e a Televisão alcançam índices mais altos de confiança do que a Presidência, Congresso e Partidos Políticos. Enquanto as primeiras obtiveram índices de 75% e 46% respectivamente, a Presidência teve uma média de 33%, o Congresso de 27% e os Partidos 20%.

Estes resultados significam que as instituições religiosas e privadas têm um prestígio maior do que as do âmbito público nas democracias latino-americanas<sup>34</sup>, uma realidade absolutamente contrária aos índices apresentados pelas democracias europeias<sup>35</sup>. Tal realidade pode ser explicada em razão das frustrações que os indivíduos sentem em relação às suas expectativas com o funcionamento dos processos, atores e instituições democráticas, afirma Zovatto (2002).

Enquanto os cidadãos esperam que as instituições atendam às demandas sociais, são diuturnamente informados acerca de problemas econômicos e escândalos de corrupção. Neste cenário, a tendência geral é que tais cidadãos desconfiem das instituições democráticas. Lembremos que o ato de confiar implica que algo ou alguém corresponderá às expectativas de outrem, expectativa que é recorrentemente frustrada em nosso contexto latino-americano.

Já o artigo *As Covariantes da Confiança Política na América Latina*, de Célia Colen (2010)<sup>36</sup> soma-se aos trabalhos contemporâneos que intentam identificar o que a região latino-americana tem em comum quanto ao grau de confiança política. Neste trabalho, há a tentativa de verificar quais são as variáveis que influenciam o grau de confiança política nos países latino-americanos. Os resultados encontrados por Colen mostram que os fatores institucionais são significativamente mais relacionados a esta dimensão da confiança do que os fatores culturais.

De acordo com seus resultados, fazem parte desse conjunto de variáveis institucionais: as políticas públicas, o combate à corrupção, a sofisticação política e a

---

<sup>33</sup> Quando Zovatto se refere a imagens, ele está falando das ideias de salvação e consolo que a Igreja passa a seus fiéis e das cenas da realidade que passam na TV seguidas de suas críticas.

<sup>34</sup> A análise acima confirma o que Newton e Norris (1999) concluíram a respeito da percepção que os indivíduos europeus: estes possuem opiniões e visões distintas das instituições públicas e privadas.

<sup>35</sup> É importante lembrar que as análises de Zovatto englobaram um período de seis anos, de 1996 a 2002.

<sup>36</sup> A sua análise engloba a série do Latinobarômetro de 2005.

percepção do desempenho econômico. Entretanto, fatores como a confiança interpessoal e a percepção das atitudes dos outros cidadãos (aspectos culturais) também importam para determinar a confiança política, porém em menor grau do que as primeiras, institucionais.

Tendo em vista que um de seus objetivos centrais é a operacionalização do conceito de confiança política, Colen destaca a importância das variáveis relacionadas ao contexto, uma vez que em locais nos quais os índices de corrupção são menores, a confiança tende a ser maior. Considerar variáveis contextuais pode contribuir para a compreensão da relação da confiança entre cidadãos e instituições. A seu ver, as pesquisas realizadas na América Latina são bastante influenciadas pela vertente culturalista. Os trabalhos desta abordagem têm como característica a ênfase conferida aos fatores causais da confiança política, dentre os quais, destacam-se as evidências históricas.

O trabalho reforça a conclusão de que a América Latina possui baixos níveis de confiança em suas instituições democráticas (Congresso, Partidos Políticos, Administração Pública e Judiciário). Ademais, em consonância com a literatura institucionalista, identifica o desempenho como o principal fator que determina tais índices. Depreende-se que o combate à corrupção, a implementação de políticas públicas e o crescimento econômico explicam estatisticamente de forma mais significativa a confiança política. Isso não implica dizer que as variáveis culturais não têm peso sobre esses índices. Elas possuem sim, porém em menor escala. Quer dizer, a experiência prática dos cidadãos com relação à democracia explica mais a confiança do que as suas experiências primárias apreendidas na socialização.

Outra importante evidência são os dados que se referem à relação do apoio ao presidente com a confiança nas instituições. Estes dados mostram que os cidadãos que apoiam o presidente tendem a confiar mais nas instituições democráticas do que aqueles que não o apoiam. Uma possível explicação é que os latino-americanos não dissociam a avaliação que fazem das estruturas democráticas da avaliação dos chefes do Poder Executivo (ou chefes de Estado).

Colen, ao partir desta perspectiva institucionalista, julga que este cenário contínuo de decréscimo da confiança política nos países latino-americanos, longe de ser irreversível, pode ser modificado. A mudança seria possível a partir da promoção de políticas públicas que capazes de atender de forma efetiva às demandas da sociedade,

bem como através do aprimoramento do *accountability* com vistas a coibir práticas corruptas, dentre outras medidas.

A literatura especializada já nos mostrou até aqui que a instabilidade, o fraco desenvolvimento econômico, os casos de corrupção, a fragilidade das instituições, o desinteresse pela pelas questões públicas, a pouca participação popular, dentre outros fatores, atingem a legitimidade e a qualidade da democracia. Não apenas isso, estes fatores diminuem a credibilidade da máquina estatal, uma vez que infringem os direitos e as liberdades da sociedade. Em decorrência do arranjo institucional instável que os caracteriza, os países latino-americanos despontam como os principais campos de análises sobre confiança política. Como se os politólogos se propusessem estudar as enfermidades institucionais onde elas se manifestam de forma mais crônica e evidente.

O caso do Brasil, especificamente, revela que embora a maior parte dos brasileiros prefira a democracia, cada vez mais eles desconfiam das suas instituições, principalmente dos partidos políticos, do Congresso Nacional e do Judiciário (Moisés, 2010). Quanto aos baixos níveis de participação política, Moisés julga serem eles decorrentes da pouca confiança interpessoal. A hipótese do estudioso é que, quanto maior o sentimento de desconfiança em relação ao outro, maior será a desmotivação dos brasileiros quanto a participar dos assuntos relacionados à política. Os resultados deste trabalho mostram que no Brasil os níveis mais altos de confiança interpessoal ficam limitados à família. Os outros níveis, mais baixos, estão relacionados a outros ciclos de convivência como, por exemplo: vizinhos, amigos, frequentadores de igreja, colegas de trabalho etc.

A pouca confiança que os cidadãos depositam sobre as instituições democráticas pode interferir diretamente na própria concepção de democracia, afirma Moisés (2010). Ou seja, embora a democracia seja regida por princípios tais como a garantia de direitos civis, políticos e sociais, a garantia do sufrágio universal e a garantia constitucional de eleições regulares e transparentes — o que denominamos de Estado Democrático de Direito —, é necessário para a legitimação de tal desenho institucional, a materialização destes direitos e garantias. É a materialidade dos direitos que confere maior legitimidade às instituições do regime. Como assinala Moisés, as instituições devem “assegurar a distribuição de poder na sociedade e também a possibilidade dos cidadãos, em sua condição de eleitores, avaliarem e julgarem o desempenho dos que governam em seu nome” (Moisés, 2010, p. 271).

Ademais, a confiança política constitui-se um *capital de governança* e, por isso, nos fornece o grau de “submissão e aceitação às leis e às normas democráticas” (Moisés, 2010, p. 273). A confiança política relaciona-se, portanto, ao comprometimento do indivíduo nos assuntos políticos. Em outros termos, a confiança política implica no desenvolvimento e no futuro do regime democrático, uma vez que ela interfere diretamente na esfera pública e impulsiona o reconhecimento da autoridade do governo. Constitui-se, portanto, numa variável significativa no que diz respeito à legitimidade do regime democrático.

Em 1994, Marcello Baquero<sup>37</sup> falou-nos de um desafio que até hoje impõe-se às democracias da América Latina:

Nesse cenário político e economicamente complexo do processo de consolidação democrática, o desafio que se coloca para os governantes e a sociedade civil é o de encontrar mecanismos de reaproximação capazes de fortalecer o amadurecimento democrático, a despeito das incertezas que este processo possa criar. (Baquero, 1994)

A respeito disso, resta-nos uma pergunta: se a confiança política é baixa na América Latina, por que a democracia ainda é tida como melhor regime de governo? A percepção valorativa que os cidadãos têm das instituições políticas não deve ser confundida com as próprias instituições em si, como entes materialmente constituídos. Ambos não são a mesma coisa. Confiar menos nas instituições políticas não significa afirmar que os cidadãos não confiam no regime. Eles ainda o veem como a melhor forma de governo, pois não acreditam que haja alternativa melhor, sobretudo em razão da experiência, bastante viva na memória nacional destes países, com regimes autoritários.

Em suma, os cidadãos latino-americanos não *acreditam* nas instituições democráticas. Para sermos mais precisos, eles não acreditam no seu funcionamento (Baquero, 1994; Moisés, 2010; Denise, 2004.). Ou seja, as instituições do regime democrático não estão correspondendo ao que é esperado pela sociedade civil. Por este motivo, a confiança política pode servir como um eficaz parâmetro para a organização e consolidação da democracia. Em resumo, é necessário que as pesquisas sobre confiança política centrem-se nos determinantes, nas consequências e na relação da confiança com

---

<sup>37</sup> Ver mais em: *Os Desafios na Construção de uma Cultura Democrática na América Latina: Estado e Partidos Políticos*.

a democracia, principalmente quanto à consolidação efetiva desta, sobretudo nas democracias latino-americanas.

A confiança política refere-se ao quanto o regime democrático age em consonância com o que é esperado e reivindicado pela população. Assim, confiar em um sistema político e em suas instituições implica dizer que o sentimento que os cidadãos possuem é de que as suas expectativas são atendidas. A confiança está diretamente relacionada à ação futura do objeto da confiança, quer dizer, a confiança está diretamente ligada à *expectativa* e à *promessa*. Em termos correlatos, a dimensão política da confiança está estritamente associada às expectativas e às perspectivas dos cidadãos em relação às instituições democráticas.

Nos últimos anos, o desenvolvimento de pesquisas comparadas revela a constante tentativa em abordar as “incertezas” que permeiam as sociedades democráticas modernas, principalmente nas áreas das ciências humanas, a exemplo da Ciência Política, Sociologia e Filosofia (Moisés, 2010). Em geral, os estudos abordam tais incertezas porque tendem a associar a confiança política à imprevisibilidade dos resultados da instauração de um novo regime.

A análise da confiança política justifica-se porque esta variável tem o papel de suprir a ausência “recursos cognitivos” aos cidadãos. Assim, por meio da confiança política, os cidadãos apreciam e avaliam as decisões no âmbito político, principalmente quando estas deliberações interferem diretamente na sua vida. Em outras palavras, a confiança política é imprescindível para o *policy process* em torno das políticas públicas, desde a formulação até a sua avaliação. Para decidir politicamente é necessária a aceitação dos cidadãos. Segundo José Álvaro Moisés (2010), é a crença de que tais políticas públicas surtirão efeitos positivos para a comunidade política a qual pertence que fundamenta a aceitação dos cidadãos.

Portanto, as experiências políticas dos cidadãos são tão importantes quanto a confiança política propriamente dita. São as experiências que regem a percepção que se tem do desempenho das instituições. A partir delas, criam-se expectativas quanto às políticas públicas, às leis e às normas institucionais. É por este motivo que a literatura especializada nessa temática advoga que a confiança política se configura num *capital de governança*.

#### 4.1. Conclusão parcial

Os trabalhos mencionados até aqui<sup>38</sup>, são exemplos de possíveis explicações para o que ocorre nos sistemas políticos contemporâneas da América Latina no que concerne aos níveis de confiança interpessoal e política. Diante da atual conjuntura político-administrativa de tais países, julgamos que as vertentes culturalista e institucionalista devam ser reavaliadas quanto a seus métodos de análises. Ademais, tais abordagens devem considerar a cultura política e administrativa, uma vez que esses países, caracterizados por serem democracias “não-consolidadas” (Frey) ou “delegativas” (O’Donnell), não possuem estabilidade na arena política no que se refere aos processos políticos, além de apresentarem arranjos institucionais instáveis, dentre outros problemas.

Como foi possível perceber, não há um consenso na literatura entre as vertentes culturalista e institucionalista no que concerne à origem da desconfiança política na América Latina e nos países desenvolvidos. Uma perspectiva advoga que a confiança tem sua gênese na comunidade cívica; a outra defende que a confiança política depende de variáveis institucionais.

Para além de tal dissenso ideológico e metodológico, cremos que houve certa *desatenção* dos estudos mais recentes, embora não todos, quanto ao impacto das políticas de redistribuição de renda sobre os índices de confiança na América Latina em geral, e no Brasil, em particular. O propósito, doravante, será investigar se este impacto deveras existiu. Para tanto, faremos um breve levantamento acerca do estado da arte dos estudos referentes às políticas de redistribuição de renda no Brasil desde seu advento.

---

<sup>38</sup> Lagos, 2000; Power e Jamison, 2005; Muller e Seligson, 1994; Booth e Richard, 2001; Zovatto, 2002; Colen, 2010 e Moisés, 2010.

### *CAPÍTULO III*

## **PANORAMA DA POLÍTICA SOCIAL DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL**

Os índices de desigualdade de distribuição de renda na América Latina são significativamente elevados se comparados aos índices dos países desenvolvidos. A tal ponto que, quando jornalistas e estudiosos referem-se ao tema da pobreza latino-americana, imediatamente aludem aos indicadores de concentração de renda. Apesar desta herança secular de desigualdade e concentração de renda, nas duas últimas décadas o quadro começou a mudar. Fontes como *Panorama Social*, organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), apontam para uma moderada redução dos índices.

Dentre os fatores que contribuem para reversão de tal situação estão os esforços governamentais para a implementação de políticas sociais de redistribuição de renda. O propósito destas políticas é minimizar a situação de pobreza de parte da população, embora, em muitos casos, não tenham impacto significativo sobre a concentração de renda propriamente dita.

Em termos conceituais, os programas de transferência de renda são políticas que tem a finalidade de melhorar as condições de vida de famílias que se encontram em situação de pobreza extrema, sobretudo no que diz respeito aos níveis de consumo, à educação e à saúde. Para atingir este objetivo, estabelecem-se critérios e condições para a escolha dos beneficiários, tal como ocorre na aplicação de políticas de transferência de renda condicionada (PTRC). São programas que destinam auxílio financeiro mensal à pessoas ou famílias mediante o cumprimento de determinadas condições.

É esta modalidade, particularmente, que nos interessará para a pesquisa. Como alternativa política, ela tornou-se mais difusa na América Latina nas últimas décadas. A experiência de sua aplicação, entretanto, data do início do século XIX, quando os ingleses criaram um sistema de ajuda social denominado *Poor Law* (1834)<sup>39</sup> (Dulci,

---

<sup>39</sup> Lei elisabetana conhecida como *Poor Law* ou Lei dos Pobres é considerada pioneira do Estado de Bem-Estar Social, instaurada no século XVI. Foi criada com a finalidade de minimizar a situação de pobreza na Inglaterra a partir de cobrança de taxas locais para serem destinadas aos cuidados (alimentação, saúde, vestuário) de pobres, doentes e às pessoas não aptas ou sem condições de trabalhar. A lei dos pobres pode ser caracterizada em dois períodos: 1601 e 1834. Neste último, a lei foi reformulada e ficou conhecida como *New Poor Law*. Esta, por sua vez, embora tenha mantido o mecanismo de financiamento do sistema, tinha o objetivo de reduzir os custos para os contribuintes de taxa (Marshall, 1968; Steven, 2000).

2009). A experiência do *Poor Law* foi sucedida, um século depois pela assunção do Estado Social moderno (*Welfare State*).

À parte tais experiências, o *design* institucional das políticas sociais que conhecemos hoje faz parte de um sistema contemporâneo de proteção social que tem o objetivo de minimizar os problemas socioeconômicos provocados pelo mercado. Nesse sentido, o Estado assume a responsabilidade de garantir o bem-estar social de todos (Kerstenetszky, 2010). Iniciativas como estas — *Poor Law*, *Welfare State* e os atuais programas de transferência de renda — influenciaram diretamente a redução exponencial da pobreza em todo o mundo nos últimos dois séculos. O propósito deste capítulo, nesta lógica, é entender como ocorreu o decréscimo dos índices de pobreza a partir do advento das políticas sociais de transferência de renda no Brasil e na América Latina. Tais políticas serão compreendidas como consequência da expansão da cobertura do gasto público social nos países latino-americanos, com ênfase no Brasil.

Após abordarmos o decréscimo destes índices, discorreremos sobre a principal política de transferência de renda (PTR) implementada no país: o *Programa Bolsa Família* (PBF), considerado, comparativamente a outros similares em diversos países, o maior programa de transferência de renda do mundo. Para tanto, verificaremos a funcionalidade do programa, as condições impostas para receber o benefício, o perfil dos beneficiários e os resultados obtidos<sup>40</sup>.

Como já enfatizamos anteriormente, a pergunta que rege este trabalho é: qual é o impacto das políticas de redistribuição de renda sobre os índices de confiança nas instituições políticas brasileiras? Não dispomos de dados suficientes para assegurar que políticas sociais como *Bolsa Família*, por exemplo, são as causas para a melhoria da distribuição de renda dos brasileiros ou para a redução da pobreza. Tais políticas são tidas aqui apenas como *fatores concorrentes* para este cenário. O que nos interessa, de fato, é verificar a correlação com a confiança depositada nas instituições. Porém, só examinaremos tal correlação nos capítulos posteriores. Precisamos agora entender o funcionamento do Bolsa Família e o impacto dele sobre os índices de concentração de renda e sobre os índices de pobreza.

---

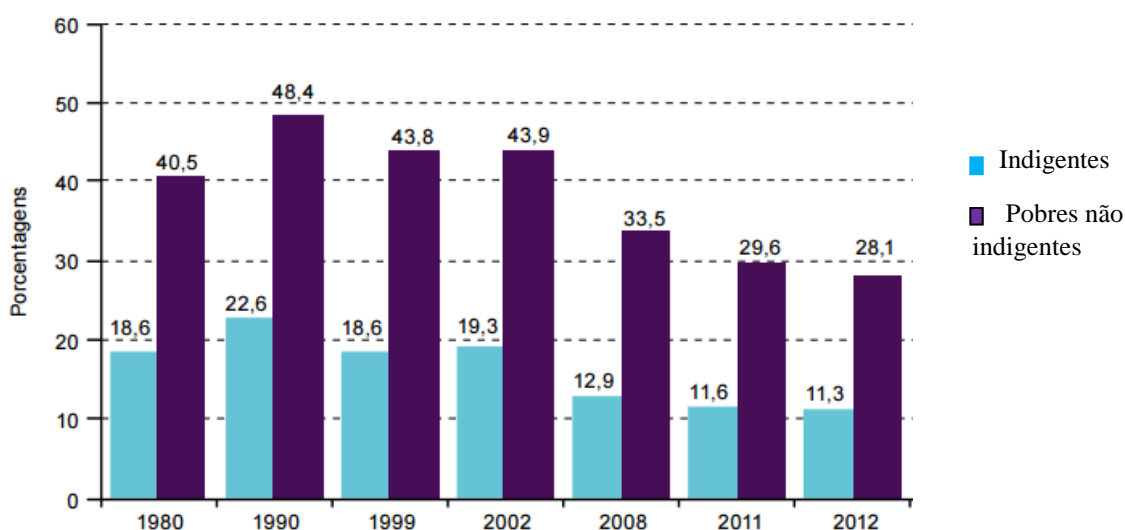
<sup>40</sup> Tais informações foram coligidas mediante as informações disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, Portal da Transparência e Caixa Econômica Federal.



## 1. Os Indicadores de Desigualdade de Renda e o Contexto do Surgimento das Políticas de Redistribuição na América Latina

Uma região com elevados índices de concentração de renda, via de regra, é marcada por mazelas como desigualdade social, desemprego, baixa escolaridade e insalubridade sanitária. Uma realidade assim, conforme constatamos na América Latina, gera dúvidas sobre a possibilidade de reversão do quadro. Não obstante, já é possível detectar uma ligeira amenização dos índices. Segundo o relatório *Panorama Social da América Latina* (2012), produzido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o decréscimo dos níveis de pobreza na América Latina, apesar de praticamente insignificantes, tem ocorrido de forma gradativa e constante. Se observarmos os dados apresentados num intervalo de trinta e dois anos, as variações serão percebidas de forma mais clara, como podemos verificar no gráfico a seguir:

**Gráfico 01: América Latina: Decréscimo da pobreza e da indigência, 1980-2012**  
(em %)



Fonte: *Adaptado*. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2014.

Este gráfico apresenta dados referentes ao período de 1980 a 2012. Evidencia a redução da pobreza ao longo desses anos, em porcentagem. Em 1980, o número de pessoas consideradas indigentes correspondia a 18,6%; enquanto o número de pobres não-indigentes era 40,5%. Em 2012, há um decréscimo de 7,2% para o primeiro grupo

(11,3%) e de 11,7% para o segundo grupo (28,1%). A recuperação e o crescimento da economia, assim como a diminuição na taxa de desemprego e a inflação moderada, favoreceram estes resultados na América Latina. Porém, se formos analisar os países isoladamente perceberemos que a variação entre esses indicadores é bem maior<sup>41</sup>.

Ainda segundo o relatório *Panorama Social* (2012), a renda que mais contribuiu para a redução da pobreza na região proveio do trabalho. Contudo, houve um impacto decorrente das rendas oriundas de transferências públicas. Também a reorientação do gasto público total, sobretudo na década de 90, contribuiu para tal redução. Como sabemos, o gasto público total já registrava um crescimento de 50% no período de 1992 a 1993. Aumentou para 60,5% durante os anos de 2000-2001 e chegou a 65,9% entre os anos de 2010 e 2011. Dado que o gasto público subsume os gastos sociais, devemos ter em conta que a ampliação deste incorreu no crescimento daquele. Ademais, neste período, os serviços públicos tiveram prioridade (CEPAL, p.40).

A diminuição da pobreza verificada no contexto latino-americano, como assinala o professor e pesquisador Lauro Mattei, não pode ser associado apenas:

aos aspectos do crescimento econômico, uma vez que diversas políticas de Estado foram adotadas visando reduzir o problema. Assim, do ponto de vista das iniciativas governamentais, registre-se que os anos 1990 aportaram à região um conjunto de mudanças de ordem política e econômica destinadas à promoção da justiça social no Continente. Na esfera social procurou-se combater o problema da pobreza pela ótica liberal que prevaleceu no cenário mundial, o que induziu à implementação de políticas focalizadas, muitas das quais com caráter meramente compensatório (MATTEI, 2010).

Após 1990, difundiram-se, na América Latina, os Programas de Transferência de Renda (Silva, 2014), os quais tiveram com precursor o *Programa Bolsa Escola*, criado em 2001, no Brasil. Este processo de difusão, para muitos pesquisadores, marca uma nova fase do sistema de proteção social (Mattei 2010; Silva, 2014; Villatoro, 2010), em virtude do maior investimento em tais políticas, da ampliação da cobertura de pessoas e famílias pobres atendidas, da transferência direta de recursos, dentre outros.

Como sabemos, antes da introdução efetiva das políticas de redistribuição de renda na agenda dos governos latino-americanos, os sistemas de proteção social visavam, sobretudo, direitos previdenciários e relacionados a serviços médico-assistenciais. Apesar da relevância social, tais programas atendiam apenas uma parte da população, especificamente as pessoas inseridas no mercado de trabalho formal.

---

<sup>41</sup> Para saber mais: Panorama Social, 2014. Disponível em <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37706/S1420848\\_pt.pdf;jsessionid=EEAA8BA2EB05CFB831318BB2A61DFC54?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37706/S1420848_pt.pdf;jsessionid=EEAA8BA2EB05CFB831318BB2A61DFC54?sequence=1)>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

Segundo Dulci (2009), os setores sociais restantes eram excluídos do sistema. Segundo o autor, desde o início, a proteção social na América Latina foi caracterizada “pela segmentação da cobertura de serviços” (Dulci, 2009, p. 03). Em geral, os países não conseguiam atingir mais do que 60% da população<sup>42</sup>.

Esse problema de segmentação agravou-se mais ainda durante os anos 1980. Este período, conhecido como “década perdida”, fora marcado pela forte crise econômica e pela alta da inflação, tanto nos Estados Unidos como nos países latino-americanos. Na tentativa de estabilizar a situação econômica, algumas medidas foram tomadas pelos governos latino-americanos, dentre as quais a diminuição do gasto público. Esta redução, como era de se esperar, influenciou diretamente nos programas sociais que vigoravam até então (Mattei, 2010).

Apesar da redução do investimento nesses programas, a erradicação da pobreza ainda se fazia presente na agenda política de governos e de organizações internacionais. A urgência desta pauta obrigou os governos a repensar ações compensatórias. Assim, após os anos 1990 ocorreu uma ampliação dos gastos públicos para os programas de Transferência de Renda (*Cash Transfer Programs* — CTP).

Uma das iniciativas mais representativas desse momento foi a inserção do combate à pobreza e à fome como uma das metas da *Declaração do Milênio*<sup>43</sup> (ODM), no ano 2000<sup>44</sup> pelas Organizações das Nações Unidas (ONU). No documento esta meta encontra-se definida da seguinte forma: “decidimos [...] reduzir para metade, até ao ano 2015, a percentagem de habitantes do planeta com rendimentos inferiores a um dólar por dia e a das pessoas que passam fome (2000, p.09)”. Trata-se de um projeto com vistas a estabelecer um sistema universal de proteção social o qual deveria incluir o continente latino-americano. Segundo os Chefes de Estado de 191 países, signatários do documento, não seriam poupados:

esforços para libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjectas e desumanas da pobreza extrema, à qual estão submetidos actualmente mais de 1000 milhões de seres humanos. Estamos empenhados em fazer do direito ao desenvolvimento uma realidade para

---

<sup>42</sup> Eram exceções: a Argentina, Uruguai, Brasil, Chile, Costa Rica e Cuba (Huber, 1996 *apud* Dulci, 2009).

<sup>43</sup> Este documento pode ser consultado na íntegra pelo endereço:

< <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

<sup>44</sup> Este documento teve como objetivos gerais: i) erradicar a extrema pobreza e a fome; ii) atingir o ensino básico universal; iii) promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; iv) reduzir a mortalidade infantil; v) melhorar a saúde materna; vi) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; vii) garantir a sustentabilidade ambiental; e viii) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Fonte: <<http://www.pnud.org.br/odm.aspx>>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

todos e em libertar toda a humanidade da carência. (DO MILÊNIO, Declaração. Nações Unidas. 2000. P. 6-7)

Nos anos subsequentes, novos planos foram traçados, porém de forma mais específica. Vários países da região deram início a programas sociais destinados à transferência de renda. Tais programas também teriam o intuito de reduzir a pobreza e, conseqüentemente, a exclusão social resultante dela. Mattei (2010) destaca alguns programas que surgiram durante esse período:

[...] o Programa Fome Zero, no Brasil; o Programa Familiar, na Argentina. O Programa Família em Ação, na Colômbia; o Plano de Alimentação dos Trabalhadores, na Venezuela; o Plano Nacional de Alimentação, no Uruguai; o Programa Chile Solidário no Chile; o Programa Local de Alimentação, no Equador; e o Programa Oportunidades, no México (Mattei, 2010, p. 03).

Estas iniciativas visavam complementar o orçamento das famílias em condição de pobreza por meio de um auxílio em dinheiro. Informações socioeconômicas foram utilizadas para traçar o perfil dos beneficiários, em geral, pessoas ou famílias classificadas como vulneráveis. Os programas sociais de transferência de renda foram projetados e formulados, ora de forma condicionada, ora de forma não condicionada. Cada governo estipulou um valor conforme as necessidades preestabelecidas, as possibilidades materiais e os objetivos específicos.

Desde então, segundo Mattei (2010, p. 09), as políticas de transferência de renda foram implementadas como “amortecedores” às conseqüências decorrentes de crises econômicas ou como “alternativas” a programas de proteção social considerados tradicionais. No caso da América Latina, a similaridade das recorrentes crises econômicas — as quais vitimavam os mais pobres de forma mais aguda — fez com que os programas de combate à pobreza e os programas de transferência de renda tivessem um mesmo desenho e um mesmo conjunto de condicionalidades. Em sua maioria, tais programas visavam, desde o início, dirimir problemas como fome e saúde, além de investir na formação de capital humano (a exemplo dos programas de melhoria do nível educacional).

Além dessas metas, a ampliação do investimento em programas de proteção social, especialmente os de transferência de renda, ocorreu em virtude do reconhecimento dos governos de que tais programas eram potencializadores não apenas do desenvolvimento social, mas também, do desenvolvimento econômico (Silva, 2004). Numa palavra, os *policy makers* passaram a identificar o programa, dentre outros

atributos, como um formador de mercado, sobretudo, em regiões nas quais tal mercado inexistia.

Até o ano de 2012, a Latino-América e o Caribe contavam com dezoito (18) políticas dessa natureza, como podemos observar no quadro abaixo:

**Tabela 01: Programas de Transferência de Renda Condicionada na América Latina (1990 - 2012)**

<b>País</b>	<b>Programa</b>	<b>Ano de implementação</b>
Honduras	Programa de Asignación Familiar (PRAF)	1990
	“Bonos 10.000” Programa Presidencial Salud, Educación y Nutrición	2010
México	Oportunidades	1997
Equador	Bono de Desarrollo Humano	1998
Colômbia	Programa Familias en Acción	2000
Jamaica	Programme of Advancement Through Health and Education (PATCH)	2001
Chile	Chile Solidário	2002
Brasil	Bolsa Família	2003
El Salvador	Red Solidarietà	2005
	Programa Comunidades Solidarias Rurales Programa Comunidades Solidarias Urbanas	2009
Peru	Red Juntos	2005
Paraguai	Programa Abrazo, Programa Tekoporã e Programa Ñpytyvô	2005
Republica Dominicana	Programa Solidaridad	2005
Panamá	Red Oportunidades	2006
Costa Rica	Avancemos	2005
Trinidad e Tobago	Target Conditional Transfer Cash (TCCTP)	2007

Uruguai	Programa Nuevo Régimen de Asignaciones Familiares	2008
Bolívia	Programa Bono Madre —Niño “Juana Azudy”	2009
Argentina	Programa Asignación Universal por Hijo para Protección Social (AUF)	2009
Guatemala	Mi Bono Seguro	2012

Fonte: *Adaptado*. Silva, 2014, p. 301

O Brasil fora o precursor, tendo em vista que o programa *Bolsa Escola* data de 2001. Se compararmos tais programas, veremos que os modelos de transferência condicionada são predominantes, sobretudo porque a modalidade condicionada tende a criar uma divisão de responsabilidades na relação entre os atores participantes, o governo e os beneficiários. Como qualquer política pública com beneficiário específico, os critérios de seleção da provisão do auxílio podem excluir grupos de pessoas, famílias ou regiões, o que inevitavelmente resulta em exclusão de alguns em benefício de outros.

## 2. Características das Políticas de Transferência de renda na América Latina

Dentre as características dos programas de transferência de renda condicionada na América Latina e no Caribe, Silva (2014) identificou os seguintes aspectos de comparação: (1) eixos mobilizadores, (2) público-alvo, (3) objetivos, (4) abrangência, (5) critérios de ingresso, (6) permanência e desligamento, (7) condicionalidades e acompanhamento, (8) benefícios monetários e não monetários, (9) gestão e (10) impactos. Vejamos como eles nos permitem comparar os respectivos Programas.

1. Quanto aos *eixos mobilizadores* para a provisão de programas de transferência de renda condicionada, constatou-se que os governos decidem implementar tais programas quando há crise econômica, quando há necessidade de investimento em capital humano, quando há tentativa de estabelecer uma nova rede de proteção social e quando há necessidade de fortalecimento da assistência social para os pobres.

2. No que diz respeito ao *público-alvo*, em geral, os programas são destinados a famílias, e não a indivíduos. Há ainda um público preferencial e um público de menor indicação. No primeiro grupo — preferencial — estão as crianças, as pessoas idosas, os desempregados, as mulheres gestantes (ou em fase de amamentação) e as pessoas deficientes. No segundo grupo — de menor indicação — estão os índios, os

desalojados, os quilombolas, os moradores de rua e as vítimas de trabalho infantil ou escravo.

3. No que concerne aos *objetivos dos programas* latino-americanos, Silva (2014) afirma que eles estão associados ao enfrentamento e superação da pobreza. Quer dizer, neste aspecto não há divergências entre eles.

4. Quanto à *abrangência dos programas*, são de cobertura nacional, apesar de nem todos alcançarem todo o território, por terem uma implementação progressiva. Ademais, há políticas específicas destinadas a famílias e grupos sociais específicos (crianças, adolescentes, gestantes etc.).

5. Os *critérios de ingresso* são estabelecidos conforme cada grupo de beneficiário dos programas e conforme a aplicação de procedimentos distintos de seleção: entrevistas, visitas domiciliares, criação de sistema de informação nacional, documentos comprobatórios, além da utilização de critérios geográficos.

6. No que diz respeito à *permanência dos usuários nos programas*, a maioria determina que o descumprimento das condições impostas para o recebimento do benefício implica no desligamento; outros estabelecem prazos para o encerramento do benefício.

7. Quanto às *condicionalidades*, referem-se às áreas de educação (matrícula e frequência escolar dos filhos), saúde (acompanhamento clínico regular dos filhos e gestantes), nutrição (acompanhamento nutricional), trabalho (capacitação profissional) etc.

8. Quanto aos *benefícios e aos pagamentos*, na maior parte dos programas, há uma transferência monetária mensal destinada à família (maioria) ou à pessoa. Os valores variam de acordo com a necessidade e com a região, e o pagamento é feito por entidades públicas e privadas. Segundo Silva (2014), o recebimento do benefício pode ser por meio de cheque, cartões e *tickets*. Cabe aos gestores, o acompanhamento e a avaliação periódica dos benefícios, dos beneficiários e dos resultados das políticas de transferência de renda. A pesquisadora elenca ainda benefícios não-monetários os quais se associam diretamente ao cumprimento das condicionalidades impostas pelos programas. Dentre esses benefícios estão: melhorias na saúde, na alimentação e na formação profissional; o ingresso ou reinserção no mercado de trabalho; a imissão de documento; a melhoria no âmbito habitacional, de infraestrutura, etc.

9. Sobre a *gestão das políticas de transferência de renda* é possível dizer que, em geral, trata-se de uma experiência descentralizada, descendente do nível nacional ao

local, principalmente quanto ao acompanhamento e à vistoria do cumprimento das condicionalidades. Na execução de alguns programas, há, por exemplo, o envolvimento das comunidades, das entidades locais e dos próprios beneficiários.

**10.** Um dos últimos pontos a serem tratados por Maria Ozenira da Silva são os *impactos das PTRCs*. Ao fazer esta abordagem, ela organiza os argumentos em torno de seis dimensões: (a) indicadores de capacidades humanas; (b) indicadores de pobreza; (c) impacto sobre o consumo; (d) geração de renda e inserção no mercado de trabalho; (e) trabalho infantil e (f) empoderamento da mulher.

(a) Os impactos sobre as capacidades humanas dizem respeito principalmente à educação e à saúde. Podem ser citados: a ampliação do acesso à educação, com a consequente diminuição da evasão escolar; o aumento do controle do crescimento das crianças e a ampliação da cobertura da medicina preventiva.

(b) Quanto aos indicadores de pobreza, verifica-se a sua redução a partir de efeitos positivos, sobretudo em locais nos quais os programas têm maior abrangência e investimento<sup>45</sup>.

(c) Também percebe-se que o auxílio financeiro na renda da família eleva o consumo. Este consumo, em geral, está ligado ao vestuário e à alimentação.

(d) No que diz respeito ao mercado de trabalho, os beneficiários são empregados, na maioria dos casos, no mercado informal, pois é difícil a inserção por meios de vias formais.

(e) Quanto ao trabalho infantil, ela conclui que os resultados são diversos, mas indicam que as famílias procuram conciliar o trabalho com o benefício para melhorar as condições financeiras.

(f) Quanto ao empoderamento da mulher constata-se uma tendência para que a mulher tenha mais controle sobre as deliberações domésticas, melhore seu bem-estar e tenha destaque social na comunidade em que vive.

Mais do que uma apologética dos programas de transferência de renda, a autora critica a insuficiência de tais programas em atender às demandas básicas das famílias. Enfatiza o problema do grande contingente populacional considerado pobre ou extremamente pobre que não é atendido por tais programas, alude à má qualidade dos serviços públicos, etc.

---

<sup>45</sup> Silva (2014, p. 304), cita como exemplos: Argentina, Brasil, Equador, Jamaica e México.



Já Lauro Mattei (2014), ao abordar algumas questões sobre as políticas de transferência de renda na América Latina, assinala que tais políticas ainda não possuem explicações ou retornos dos órgãos gestores. O autor questiona o que ocorre com os beneficiários depois do fim do período de vigência do benefício. Além disso, afirma ser necessária a adoção de mecanismos de avaliação qualitativa, e não apenas métodos de avaliação puramente quantitativos, baseados em números. Destaca a importância de políticas de transferência de renda serem reforçadas ou complementadas por políticas de inclusão social, sobretudo no que diz respeito ao âmbito do trabalho. Medidas desta natureza — relativas à capacitação para o trabalho—, afirma Mattei, devem ser consideradas em virtude da necessidade de aliar as PTRCs a uma rede de proteção universal, pois, embora sejam imprescindíveis, não são suficientes para retirar as famílias da situação de inófia.

### **3. Políticas de Redistribuição de Renda Condicionada e o Combate à Pobreza no Brasil**

Desde 1993, relugamentou-se no Brasil uma política que visa garantir renda de um salário-mínimo a idosos e pessoas que não tenham condições de sustentar-se (condições física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo) financeiramente<sup>46</sup>. Esta política foi nomeada de *Benefício de Prestação Continuada (BPC)*<sup>47</sup> e está prevista na Constituição Federal. Apesar de estar relacionada à assistência social, limita-se a um segmento da população pobre. Em anos subsequentes ao início de sua instauração, percebeu-se que era necessário destinar atenção às famílias pobres brasileiras de uma forma mais abrangente. O debate público concentrava-se cada vez mais no tema da garantia de renda mínima às famílias necessitadas. Enfatizava-se a importância de associar a transferência de renda à educação.

Sendo assim, as primeiras experiências de políticas de transferências de renda condicionadas e focalizadas nas famílias pobres tiveram início com a criação dos programas *Bolsa Escola* e *Bolsa-Alimentação*, ambos criados em 2001 durante o

---

<sup>46</sup> Para saber mais, acessar o site do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS): <http://www.mtps.gov.br/servicos-do-ministerio/servicos-da-previdencia/beneficios-assistenciais-e-de-legislacao-especifica/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc-loas>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

<sup>47</sup> SOCIAL, LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA. Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro De 1993. MPAS/SAS.

governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

O *Bolsa Escola*, sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), visava a frequência regular de crianças na escola. A condicionalidade imposta pelo *Bolsa Escola* consistia na obrigação da família em manter a criança sob uma frequência mínima de 85% de presença em sala de aula. Outra condição era que as famílias tivessem um rendimento mensal inferior a R\$ 90,00. Havia um controle trimestral para conferir a matrícula e a frequência escolar. Esta política social foi pensada e financiada pelo próprio governo, sem auxílio financeiro de bancos de desenvolvimento em sua fase inicial. Com a expansão do programa, passou a haver a contrapartida de algumas instituições (Handa; Davis, 2006).

Quanto ao segundo — o *Bolsa Alimentação*<sup>48</sup> — foi implementado pelo Ministério da Saúde (MS) com o objetivo de suprir as deficiências nutricionais de parte da população do país mediante uma complementação na renda às famílias carentes. Seu público-alvo eram mães em fase de amamentação e crianças de até seis anos. As famílias beneficiárias perfaziam uma renda mensal inferior a meio salário mínimo. O salário mínimo em 2001 era de R\$ 180,00. Esse benefício tinha como valor de pagamento, no mínimo, R\$ 15,00, e poderia alcançar, no máximo, R\$ 45,00 por família.

Além desses dois programas, foi criado em 1996 o *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil* (PETI), o qual se dirigia a famílias com crianças de 7 a 14 anos. Ficava sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério de Previdência e Assistência Social (SEAS/MPAS). Eram destinadas bolsas mensais: de R\$ 25,00 por cada criança que fosse retirada do trabalho infantil na área urbana ou rural (isto é, áreas que tivessem população inferior a 250.000 habitantes); e bolsas de R\$ 40,00 por criança em regiões com população superior a 250.000 habitantes. Outra condição requerida era que a criança tivesse frequência mínima de 85% nas atividades de ensino escolar e nas iniciativas socioeducativas e de convivência solicitadas pelo programa<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> Para saber mais: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Programa alimentação saudável: bolsa-alimentação / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. – 1. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alimenta\\_saudavel.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alimenta_saudavel.pdf). Acessado em 10 de janeiro de 2016.

<sup>49</sup> Mais informações estão disponíveis no site da Caixa Econômica Federal: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/peti/Paginas/default.aspx>. Acesso em 20 de janeiro de 2016.

Em 2001, foi criado o *Programa Agente Jovem*, o qual reunia um conjunto de ações formuladas também pelo SEAS/MPAS. Nesse programa, uma bolsa de R\$ 60,00 era destinada a jovens entre 15 e 17 anos, durante doze meses (tempo para a capacitação teórica e prática com vistas à permanência na escola, à atuação na comunidade e à inserção do mercado de trabalho). Os beneficiários eram jovens pertencentes a famílias que perfaziam uma renda mensal de até meio-salário mínimo e encontravam-se em situação de risco e vulnerabilidade social.

As políticas sociais que vigoravam até então, de fato, melhoravam a vida das pessoas mais pobres. Entretanto, elas funcionavam de forma não coordenada, tinham órgãos gestores diferentes e objetivos vários. Segundo, Dulci (2014, p. 08) isso gerou uma “superposição e imprecisão no foco”.

Em 2003, houve a transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores — PT). Já em seu programa de governo, o novo presidente tinha em sua agenda metas como: desenvolvimento, distribuição de renda e inclusão social. De acordo com o documento:

A implementação de políticas sociais como eixo do desenvolvimento exige medidas audaciosas e criativas. As políticas sociais quase sempre foram tratadas no Brasil como questões marginais, vinculadas ao assistencialismo [...] O País precisa de políticas sociais integradas, estratégicas, formuladas e implementadas por meio de ações intersetoriais, buscando sempre parcerias com os diversos segmentos, entidades e movimentos sociais. (Partido dos Trabalhadores, *Programa de governo 2002*, p. 40)<sup>50</sup>

A partir do estabelecimento destas metas, ainda no início de seu governo, um novo arranjo de políticas sociais foi organizado. A principal diferença se deu, sobretudo, na ampliação da cobertura da proteção social no Brasil. Houve, portanto, uma unificação dos programas sociais já existentes por meio de uma política única de transferência de renda: o *Programa Bolsa Família* (PBF), em 2003, que se configurou no maior programa de transferência de renda da América Latina.

---

<sup>50</sup> Disponível em: < <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf> >. Acessado em 06 de abril de 2016.

#### **4. *Bolsa Família*: Condições, Perfil dos Beneficiários, Funcionalidade e Resultados**

Resultante de uma estratégia do governo federal direcionada a unificar os programas sociais já existentes, o *Bolsa Família* surge, como já dissemos, em 2003, sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O programa passou a distinguir-se, sobretudo, pela ampliação do orçamento, pelo volume exponencialmente maior de gastos e pelo total de famílias atendidas. Foi criado pela Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regimentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. O seu objetivo principal era combater a miséria e a desigualdade a partir de auxílios monetários mensais repassados pelo Governo Federal às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Para tanto, o programa se destinava a famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 77,00 ou com renda entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00, contanto que fossem famílias compostas por crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. O valor do benefício dependia de alguns fatores como o número de pessoas, a idade, a existência de gestantes, etc.

Para o recebimento do benefício, exigia-se uma contraparte das famílias que deveriam cumprir algumas condicionalidades preestabelecidas. Tais condicionalidades voltavam-se, principalmente, para três áreas: educação, saúde e assistência social. No âmbito educacional, era necessária a matrícula e a frequência de, no mínimo, 85% da carga horária mensal, de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. Quanto à saúde, as famílias deveriam vacinar as crianças menores de 07 anos. As gestantes precisariam realizar exames pré-natais e as nutrizes deveriam fazer acompanhamentos. Além disso, caberia às famílias atualizarem seus dados e cadastros na Prefeitura de seus respectivos municípios.

No que diz respeito ao desenho de sua gestão, pode-se dizer que o programa era, e ainda é, descentralizado, uma vez que envolve a colaboração de diferentes níveis e setores do governo (federal, estadual e municipal). Nesse sentido, as competências passaram a ser definidas da seguinte maneira: o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) gerencia o programa em nível Federal. Para tanto, administra e supervisiona as ações para o cumprimento de todas as condicionalidades; coordena e apoia financeiramente a descentralização do programa por meio da articulação com Ministérios intersetoriais. Além disso, o MDS operacionaliza e

disponibiliza todos os dados do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal<sup>51</sup>.

Ao Ministério da Saúde (MS), caberia a responsabilidade de acompanhar e fornecer informações sobre o crescimento e o desenvolvimento infantil. Ter atenção à alimentação e às necessidades nutricionais das crianças menores de sete anos e assistir às gestantes e aos recém-nascidos. O Ministério da Educação, por sua vez, deveria fiscalizar o cumprimento da frequência escolar mínima de 85% ao mês de crianças e adolescentes de seis a quinze anos.

A competência dos Estados estaria relacionada à coordenação intersetorial e ao auxílio aos municípios. Deveriam oferecer às prefeituras capacitação e apoio técnico, além de monitorar as condicionalidades e a execução dos recursos financeiros federais. O desempenho dos Estados seria mensurado pelo Índice de Gestão Descentralizada do Estado (IGD-E). Este mecanismo de controle levaria em consideração a atuação estadual quanto ao cadastramento, à atualização das informações e ao acompanhamento das condicionalidades. A partir dos resultados do desempenho, os valores repassados mensalmente seriam avaliados, tendo em vista que a necessidade de atingir um aproveitamento mínimo do Índice<sup>52</sup>.

Quanto aos municípios, os gestores atuariam na provisão dos serviços básicos de saúde e educação. Realizariam o mapeamento e a coleta de dados para que as famílias fossem inseridas no sistema de Cadastro Único.

Desde 2006, os municípios passaram a contar com o Índice de Gestão Descentralizada<sup>53</sup> (IGD). Trata-se de um índice que mensura o desempenho de todos os municípios na gestão do *Bolsa Família* e no Cadastro Único no que diz respeito ao acompanhamento das condicionalidades e à qualidade dos serviços. À medida que o desempenho melhora, os municípios recebem diretamente os recursos para serem utilizados nos serviços públicos prestados ao programa. Tais recursos são provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o Fundo Municipal de

---

<sup>51</sup> O Cadastro Único contém todas as informações a respeito das famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza.

<sup>52</sup> Mais informações podem ser consultadas no site do Ministério do Desenvolvimento Social: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/igd/igd-e>>. Acessado em 03 de março de 2016.

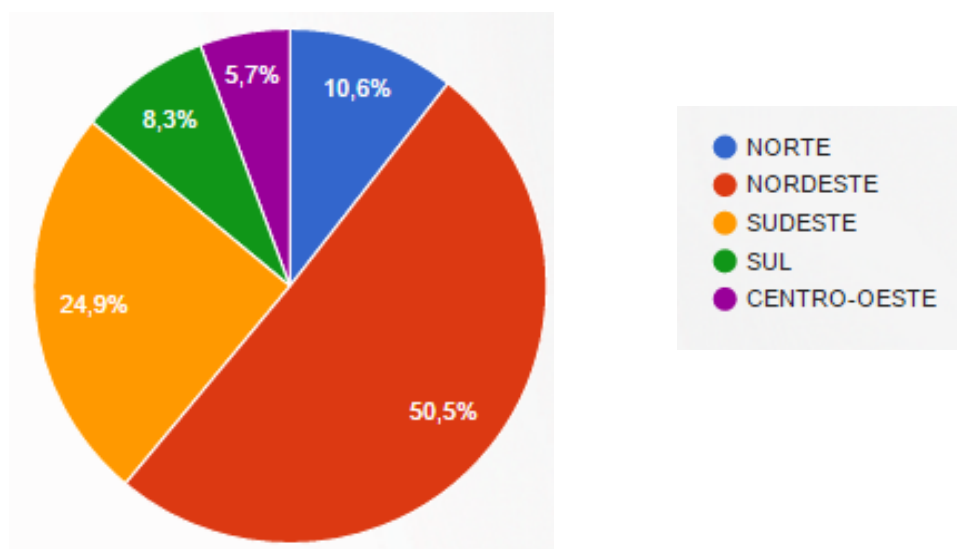
<sup>53</sup> Estas informações foram encontradas no Caderno informativo sobre o Índice de Gestão Descentralizada do PBF, produzido pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). Está disponível em: <[http://famem.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Caderno\\_IGD.pdf](http://famem.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Caderno_IGD.pdf)>. Acessado em 03 de março de 2016.

Assistência Social (FMAS). Assim, os municípios têm mais autonomia para decidir onde a verba será melhor aplicada.

Feitas estas explicações sobre o funcionamento do *Bolsa Família*, apresentaremos algumas informações sobre sua abrangência. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, durante o ano de sua implementação, o recurso destinado para a execução do programa totalizou R\$ 3,2 bilhões. Neste período 3,6 milhões de famílias pobres ou em situação de extrema pobreza foram assistidas.

Quando observamos os investimentos feitos em 2010 e 2012, é possível verificar o quanto foi significativo o aumento da quantidade de famílias beneficiárias. Os gráficos resumem este acréscimo a partir de uma distribuição regional:

**Gráfico 02: Quantidade de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família (2010)**

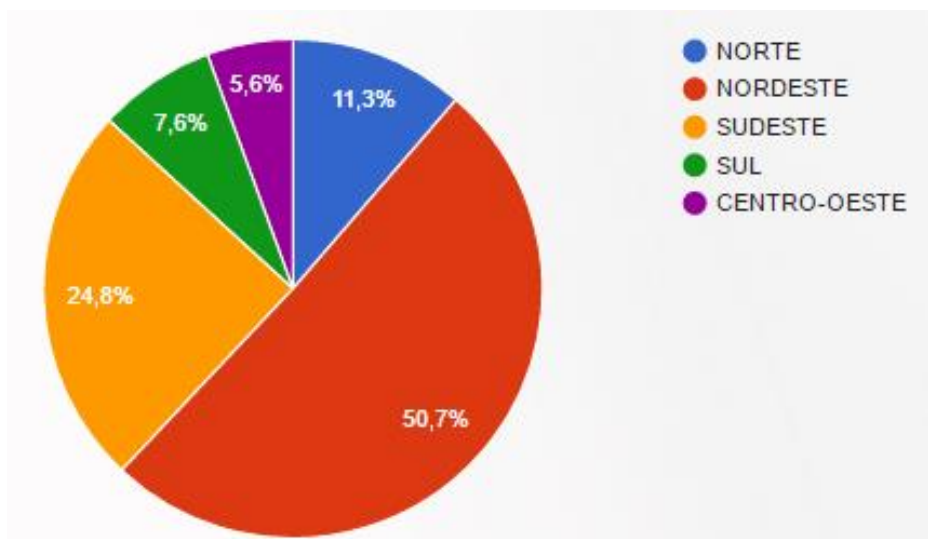


Fonte: DATA SOCIAL, MDS, *Folha de pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF)*.

Em 2010, o número de famílias beneficiadas correspondia a 12.778.220<sup>54</sup>, e o total de recursos financeiros pagos em benefícios foi R\$ 14.372.702.865,00. A maior concentração de famílias atendidas situava-se na região Nordeste (50,5%), seguida da região Sudeste (24,9%). A terceira região mais assistida era o Norte (10,6%). O Sul e o Centro-Oeste possuíam menos famílias beneficiadas (8,3% e 5,7%, respectivamente).

<sup>54</sup> Para esta informação, o MDS utilizou a folha de pagamento como referência.

**Gráfico 03: Quantidade de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família em (2012)**

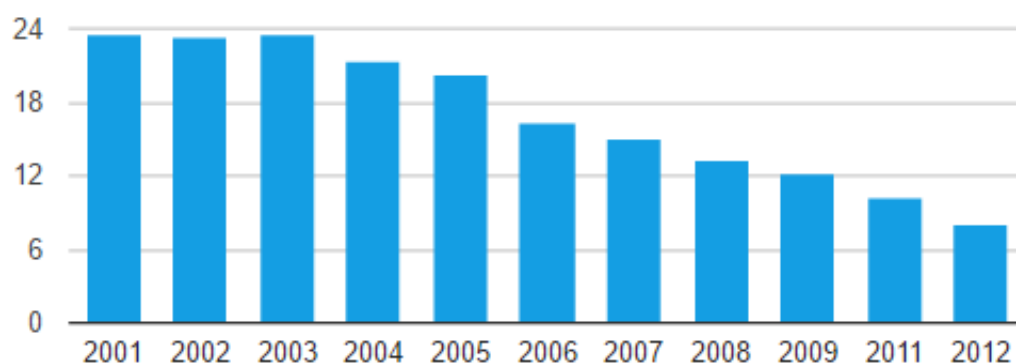


Fonte: DATA SOCIAL, MDS, *Folha de pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF)*.

Em 2012, a quantidade de famílias beneficiadas aumentou para 13.902.155, e o valor repassado ao programa alcançou R\$ 21.156.744.695,00. Durante esse período, houve também uma expansão da cobertura de transferência de renda. Quer dizer, houve um aumento da percentagem de famílias atendidas pelo *Bolsa Família* nas regiões Nordeste (50,7%) e Norte (11,3%). Nas demais regiões houve uma diminuição: Sudeste (24,8%), Sul (7,6%) e Centro-Oeste (5,6%).

No tocante aos resultados desta política de transferência de renda, os institutos de pesquisa, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, fornecem-nos dados acerca dos índices de redução da pobreza. Como será possível observar no gráfico 04 (p.85), a incidência de medição da pobreza em 2003 atingia 23,65% da população. Em 2012, este índice caiu para 8,04%. Portanto, se compararmos os dois períodos, percebe-se um decréscimo significativo em relação às pessoas que viviam em situação de pobreza.

**Gráfico 04: Renda — índice analítico de incidência de medição da pobreza (%)**



Fonte: DATA SOCIAL, MDS, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*.

O decréscimo desses indicadores desde 2001 não se deve tão somente ao Programa *Bolsa Família*. Porém, é consenso na literatura que tal Programa contribuiu substantivamente para que isso ocorresse (Soares, 2006, Hoffman; 2006; Barros & Carvalho, 2007; Sousa e Osório, 2010, dentre outros).

Em 2012, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) juntamente com programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) solicitou um relatório<sup>55</sup> ao Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares. A empresa *Datamétrica* pôs-se então a avaliar os resultados do *Bolsa Família*. Dentre os resultados obtidos, concluiu-se que o programa teve efeitos positivos, sobretudo, na área da educação e saúde.

Foram analisados cinco eixos: frequência escolar; condições de saúde, empoderamento das mulheres; trabalho infantil e mercado de trabalho. Quanto ao primeiro aspecto, a pesquisa mostrou que a frequência de crianças de 6 a 17 anos pertencentes a famílias beneficiadas pelo programa foi de 19,9% maior do que as crianças que compunham famílias não beneficiárias. Foi destacado no Relatório que o Nordeste teve resultados maiores comparados às demais regiões.

Quanto à saúde, avaliou-se o número de vacinas. Apesar de ser elevado o número de vacinações em geral, houve uma ampliação de até 82% para a cobertura

<sup>55</sup> Ver mais em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3632> Acesso em 19 de janeiro de 2016. Frisa-se que não foram encontradas informações sobre o nome do relatório.



desse atendimento às famílias beneficiadas (antes era de 79%)<sup>56</sup>. No que diz respeito ao empoderamento da mulher, percebeu-se que ela passou a tomar mais decisões domiciliares do que antes (8% a mais). A pesquisa tomou por base decisões sobre compra de remédio, vestuário, alimentação, saúde, etc. Outro resultado concernente ao tempo de trabalho doméstico imposto às mães de crianças e adolescentes indicou que houve uma diminuição de 4,5 horas no tempo de trabalho comparado ao dado anterior. No que diz respeito à participação no mercado de trabalho, os dados não mostram grande diferença entre aqueles que não recebiam o benefício e os beneficiários.

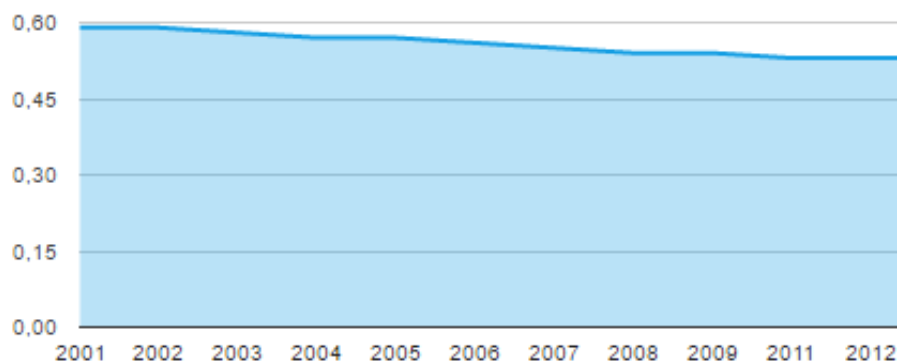
Em de seus comunicados intitulados *A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda*, o IPEA divulgou alguns dados sobre o declínio da desigualdade no Brasil. Ao fazer uma síntese sobre as mudanças distributivas, o documento indicou que a redução da desigualdade poderia ter como provável responsável a variedade das fontes de renda. De acordo com os números encontrados, as causas que contribuíram para uma aproximação maior com a igualdade podem ser assim distribuídas: as rendas provenientes do Trabalho correspondem a 58%; a rendas oriunda da Previdência, 19%; por fim, as rendas advindas do Benefício de Prestação Continuada, 4%. As rendas resultantes do *Bolsa Família* correspondem a 13% deste total. Portanto, as políticas sociais do país foram responsáveis por 36% do total. A análise do impacto na renda média mostrou que 2% dizem respeito ao PBF.

O *Gráfico 05* nos dá uma visão abrangente do declínio dos índices de desigualdade no país a partir do *coeficiente de Gini*. Para reforçar essas informações, o *Gráfico 06* indica a redução do número de pessoas extremamente pobres no país, abrangendo um recorte temporal maior (1976-2012).

---

<sup>56</sup> Quando a discussão sobre os efeitos do *Bolsa Família* concentram-se nos impactos sobre a formação de capital humano, constata-se que os efeitos quanto aos indicadores sobre a saúde e educação ainda não são significativos (Souza, 2011).

**Gráfico 05: Renda – Medição da Desigualdade (PNAD) – Coeficiente de GINI**



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

**Gráfico 06: Pobreza - Número de Pessoas Extremamente Pobres\***

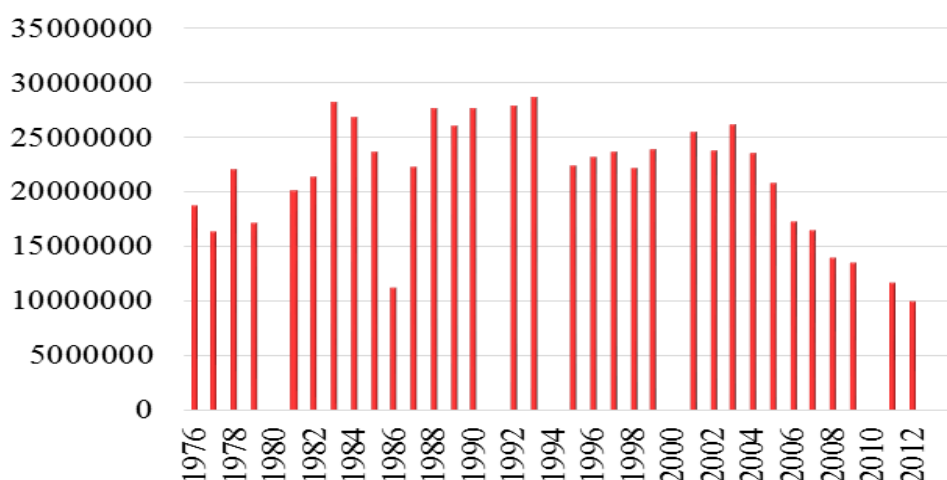


Gráfico elaborado a partir dos dados disponíveis pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA)

\* O ano de 2010 não contém dados porque durante este período estava sendo realizado o senso do IBGE.

A partir do *Gráfico 05*, verifica-se que desigualdade de renda em anos anteriores à implementação do *Bolsa Família* perfazia 0,59 em 2001 e 0,59 em 2002. Portanto, não houve variação. Em 2003, o índice de Gini estava em 0,58. Durante o período de execução do programa, percebe-se um contínuo decréscimo da desigualdade entre os brasileiros, a qual em 2012 correspondia a 0,53.

Conforme o *Gráfico 06*, uma série temporal de 1976 a 2012 evidencia o quanto o número de pessoas em situação de extrema pobreza variou ao longo desses anos. Em 1976, eram 18.875.380 de pessoas. Em 2012, este número reduziu para 10.081.225. Confirma-se, portanto, a queda gradativa durante este período. A reassalva, neste caso, diz respeito à década de 1980, que pode ser considerada o período no qual a situação era mais crítica, sobretudo em razão do elevado número de pessoas em condição de extrema pobreza. A partir dos anos 2000, é possível perceber um decréscimo linear dos indicadores.

Embora o *Bolsa Família* tenha impacto menor do que as pensões e aposentadorias, os pesquisadores reafirmam que a expansão das políticas sociais de transferência de renda constituíram-se num fator predominante. Nesse caso, o Programa é considerado o mais eficiente para a erradicação da desigualdade (Soars e Sátyro, 2009; Cury *et al.*, 2009).

Apesar de todos os contributos socioeconômicos à vida dos brasileiros, alguns autores advertem-nos quanto a necessidade de universalização do programa para todos os brasileiros carentes de políticas sociais (Kerstenetzky, 2014). Atualmente, dizem eles, a provisão de serviços públicos requeridos nas condicionalidades devem ser reavaliadas quanto à qualidade.

## CAPÍTULO IV

### COMPARAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA CONFIANÇA POLÍTICA A PARTIR DE VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS E SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL (2010-2012)

#### 1. Procedimentos Metodológicos

##### 1.1. Tipo da Pesquisa, base de dados e dimensão da amostra

Para a realização da pesquisa, a metodologia utilizada valeu-se de uma abordagem quantitativa (empírico-analítica), por meio da qual foi possível empregar técnicas estatísticas para avaliar a relação entre as variáveis coligidas. Todos os testes estatísticos foram realizados no *software* R<sup>57</sup> versão 3.2.1 (Ambiente R).

Optou-se por esta ferramenta a despeito de outros *softwares* possíveis (como o SPSS, por exemplo), porque, além de ser um *software* de domínio público, o seu código-fonte é aberto, o que possibilitou a modificação dos comandos e procedimentos quando necessário. Ademais, neste *software* também é possível realizar uma grande variedade de testes estatísticos<sup>58</sup>, dentre os quais pudemos fazer os testes utilizados nesta pesquisa.

Para a aplicação dos testes, utilizamos uma base de dados secundária — o *Barômetro das Américas*<sup>59</sup>. Trata-se de um *survey* organizado sob a coordenação do instituto *Latin American Public Opinion Project*<sup>60</sup> (LAPOP), centro de pesquisa de opinião que realiza *surveys* em 28 países, incluindo os países da América do Norte, América Central, América do Sul e algumas regiões do Caribe. Cada pesquisa é feita com base em um projeto nacional de probabilidade e seus entrevistados são adultos em idade de votar. As entrevistas ocorreram nas residências dos respondentes, exceto no Canadá e nos Estados Unidos, onde foram feitas via *internet*.

A escolha desta base justifica-se porque os questionários do *Barômetro das Américas* contêm uma quantidade significativa de perguntas sobre confiança política, seja quanto à dimensão institucional, seja quanto à dimensão no nível interpessoal.

---

<sup>57</sup> Este *software* foi desenvolvido pelo canadense Robert Gentleman, estatístico e bioinformático, e pelo neozelandês Ross Ihaka, também estatístico.

<sup>58</sup> Testes paramétricos e não-paramétricos, modelagem linear e não linear, séries temporais, classificação dos dados, agrupamentos, criação de gráficos, elaboração de tabelas, etc.

<sup>59</sup> Disponível em: < <http://www.americasbarometer.org/>>. Acessado em 30 de novembro de 2015.

<sup>60</sup> Desde quando as pesquisas são feitas desde 2004.

Ademais, ele contém uma das principais variáveis desta pesquisa: beneficiário do programa de transferência de renda Bolsa Família<sup>61</sup>, uma vez que esta variável não existe em *surveys* como o Latinobarômetro, por exemplo.

As variáveis foram coligidas a partir de duas ondas de entrevistas: uma realizada em 2010 e outra em 2012. Pretendia-se verificar a correlação entre as variáveis num período maior no intuito de apresentar uma série temporal, porém, devido à falta de dados na base (constatada após uma varredura no R através da contagem), nos restringimos a esses dois anos, os quais continham todas as variáveis delimitadas<sup>62</sup>. Além disso, com esse recorte temporal foi possível obter dados para uma amostra representativa, uma vez que abrange todas as regiões brasileiras.

Em 2010, o tamanho da amostra (n) totalizou 2482 pessoas, as quais foram entrevistadas nas cinco regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Um total de 2.135 entrevistados em áreas urbanas e 347 em áreas rurais.

A dimensão da amostra (n) em 2012 totalizou 1500 pessoas, composta também pelas cinco regiões anteriormente citadas. Na área urbana, foram entrevistadas 1296 pessoas, ao passo que 204 pessoas foram entrevistadas nas zonas rurais.

Para fins metodológicos, as análises estatísticas desta pesquisa subdividem-se em duas etapas. A primeira será feita neste capítulo e é puramente descritiva. Ela visa observar como os dados se distribuem de acordo com a confiança institucional, seguida de interpretações. Nesta parte, pretende-se apresentar um comparativo dos indicadores de confiança nas instituições entre 2010 e 2012 a fim de verificarmos se houve ou não variação nos índices. Em seguida, apresentaremos a distribuição da confiança institucional a partir de um conjunto de variáveis selecionadas. Este tópico foi organizado a partir de cada instituição. A segunda etapa constituirá o capítulo IV e será composta por métodos de regressão logística multinomial a fim de constatarmos se a condição de beneficiário do programa de transferência de renda tem impacto sobre os índices de confiança nas instituições brasileiras. Este é o problema da pesquisa. Os procedimentos metodológicos dessa parte serão explicados minuciosamente no capítulo correspondente.

---

<sup>61</sup> Nos questionários e na base de dados, esta variável pode ser encontrada pela denominação *Cct1b*.

<sup>62</sup> Adiante, estas variáveis serão apresentadas.

## 1.2. Descrição das Variáveis

De antemão, definimos os índices de confiança nas instituições políticas como variáveis dependentes. Tais variáveis foram estabelecidas a partir das questões sobre confiança política nas instituições, quais sejam: o Sistema Judiciário, o Congresso Nacional, o Executivo e os Partidos Políticos. Escolhemos estas instituições porque as consideramos fundamentais para a legitimidade e autoridade de um regime democrático.

Quanto às variáveis independentes, estas foram selecionadas com base nas vertentes teóricas culturalistas e institucionalistas, as quais serviram para orientar os objetivos deste trabalho. A partir de seus resultados, tornou-se possível comparar o poder preditivo de ambas as correntes. Enquanto, as variáveis relacionadas à vertente culturalista dizem respeito à confiança interpessoal, à participação em reuniões comunitárias, ao interesse em assuntos políticos e à simpatia por partido político, as variáveis institucionalistas englobam aspectos relacionados à percepção da atuação das instituições, como: avaliação do desempenho no combate à pobreza, avaliação do combate à corrupção, avaliação do desempenho econômico, avaliação do gerenciamento da economia nacional e avaliação da situação econômica familiar.

Foram incluídas na análise um conjunto de variáveis independentes, algumas de caráter socioeconômico, uma vez que as consideramos importantes quando o assunto em questão é política social de transferência de renda. Foram, portanto, estabelecidas quatro variáveis independentes: sexo, situação econômica familiar, número de filhos e zona (urbana e rural). Obviamente, há uma vasta opção de variáveis, porém foi necessário limitar algumas para que fosse viável testar os modelos de regressão.

E resumo, organizamos todas estas variáveis em três conjuntos ou categorias: 1) variáveis institucionais; 2) variáveis culturais e; 3) variáveis socioeconômicas. Esta classificação facilitará a interpretação dos dados que serão obtidos.

**Tabela 02: Índice de Variáveis Dependentes**

<b>VARIÁVEIS DEPENDENTES</b>			
<b>Índice</b>	<b>Variável</b>	<b>Pergunta</b>	<b>Respostas</b>
Confiança no Judiciário	B10A	Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança na justiça?	- Nenhuma confiança - Pouca confiança - Muita confiança
Confiança no Executivo	B21A	Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança na Presidenta da República?	- Nenhuma confiança - Pouca confiança - Muita confiança
Confiança no Congresso Nacional	B13	Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança no Congresso Nacional?	- Nenhuma confiança - Pouca confiança - Muita confiança
Confiança nos Partidos Políticos	B21A	Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança nos Partidos Políticos?	- Nenhuma confiança - Pouca confiança - Muita confiança

**Tabela 03: Índice de variáveis independentes**

<b>VARIÁVEIS INDEPENDENTES</b>			
<b>Índice</b>	<b>Variável</b>	<b>Pergunta</b>	<b>Respostas</b>
Beneficiário de programa de transferência de renda (Bolsa Família)	Cct1b	Agora falando especificamente sobre o Programa Bolsa Família, o (a) sr./sra. ou alguém em sua casa é beneficiário deste programa?	- Sim - Não
Avaliação do combate à Pobreza	n1	Até que ponto o (a) sr./sra. diria que há combate à pobreza?	- Nada - Pouco - Muito
Avaliação do combate à corrupção	n9	Até que ponto diria que há combate à corrupção no governo?	- Nada - Pouco - Muito
Avaliação do gerenciamento da economia.	n15	Até que ponto o (a) sr./sra. diria que o gerenciando da economia está bem?	- Nada - Pouco - Muito

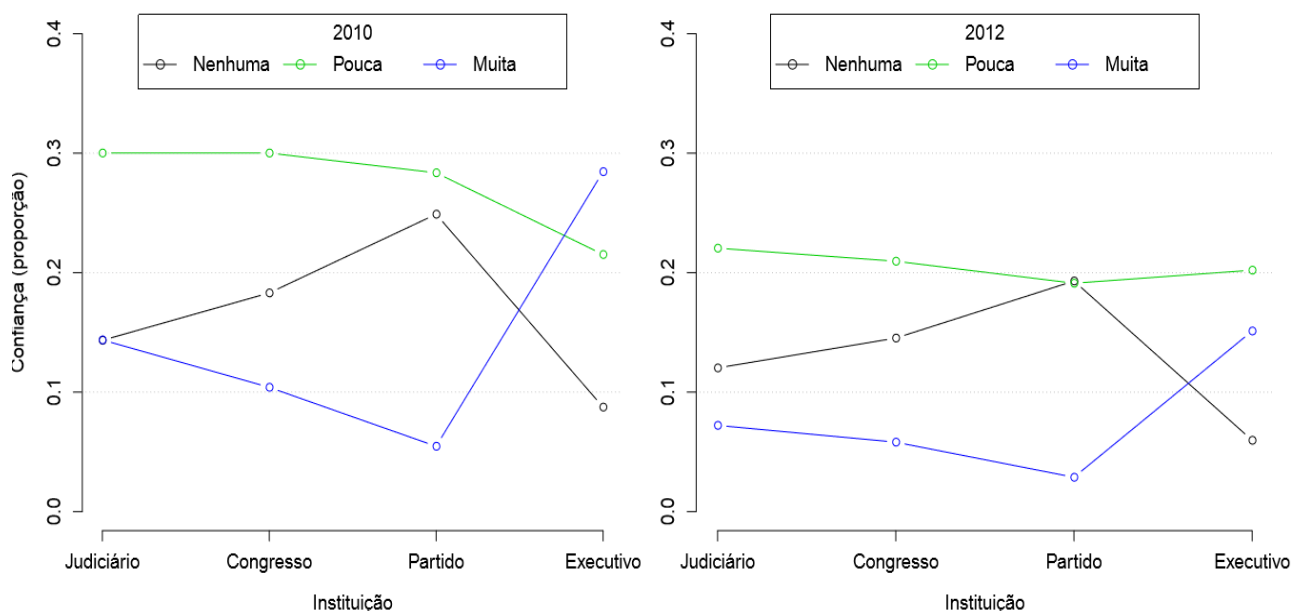
Avaliação da situação econômica nacional	Soct1	Agora, falando da economia...Como o (a) sr./sra. avalia a situação econômica do país?	- Muito boa - Boa - Nem boa, nem má - Má - Muito má (péssima)
Interesse por política	POL1	O quanto o (a) sr./sra. se interessa por política?	- Muito - Alguma coisa - Pouco - Nada
Situação econômica e familiar	Q10d	O salário ou renda que o sr./sra. recebe e o total da renda da família é?	- Sobra, dá para economizar/poupar - É suficiente, não gera grandes dificuldades - Não é suficiente, gera dificuldades - Não é suficiente, gera grandes dificuldades
Participação em reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade	Cp8	Participa de reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade?	- Uma ou duas vezes por semana - Uma ou duas vezes por mês - Uma ou duas vezes por ano - Nunca
Confiança interpessoal	IT1	Agora, falando das pessoas daqui, o (a) sr./sra. diria que as pessoas daqui são....?	- Muito - Algum - Pouco - Nada confiáveis
Número de filhos	Q12	O(A) sr./sra. tem filhos? Quantos?	--
Identificação com partido político	Vb10	Atualmente o (a) sr./sra. simpatiza com algum partido político?	- Sim - Não
Zona	Ur	Zona	- Rural - Urbana
Sexo	Q1	Sexo	- Masculino - Feminino

## 2. Análises descritivas

Apresentaremos neste tópico os índices de confiança nas quatro instituições políticas mediante três categorias: “nenhuma”, “pouca” e “muita”. O primeiro gráfico refere-se ao ano de 2010 e o segundo refere-se a 2012. Vejamos como se apresentou a confiança dos brasileiros durante esse período:



**Gráfico 07: Grau de Confiança nas Instituições, 2010 – 2012 (em proporção)**



Os resultados evidenciam que houve um decréscimo na confiança nas instituições da democracia brasileira de um ano para o outro. Quanto à primeira instituição — o Judiciário — em 2010, aproximadamente 15% dos cidadãos declarava “não ter confiança alguma”; 30% “confiava pouco”, e o grau de “muita confiança” perfazia 15% dos entrevistados. Enquanto em 2012, 13% dos brasileiros não confiava no Judiciário, 23% “confiavam pouco”, e menos de 10% dos brasileiros declarava ter “muita confiança” nesta instituição. Ou seja, percebe-se um declínio progressivo dos indicadores.

No que diz respeito ao Congresso Nacional, ao compararmos os dois anos, concluímos os de 18% de cidadãos que não confiavam na instituição passaram para 14% em 2012; o índice de pouca confiança correspondia a 30% (dado semelhante ao do Judiciário), porém decaiu para 21%; e o percentual de 11% dos que afirmavam ter muita confiança no Congresso decaiu para 9%.

Quanto aos Partidos Políticos, 25% dos cidadãos totalizava nenhuma confiança em 2010; enquanto esse número passou para 20% no segundo período, em 2012. O nível de “pouca confiança” era o equivalente a 29% e passou para 20%,

respectivamente. O nível “muita confiança” alcançou somente 9% no ano de 2010 e diminuiu para cerca de 7% em 2012. Esses números mostram que os Partidos detêm pouquíssima confiança dos brasileiros.

Os dados verificados para o Executivo são os seguintes: em 2010, 10% dos brasileiros não confiava na instituição; 25% confiavam pouco e 29% tinham muita confiança. Já em 2012 apenas 9% dos cidadãos não confiavam no Executivo, ao passo que 22% confiavam pouco e 15% declaravam ter muita confiança na instituição.

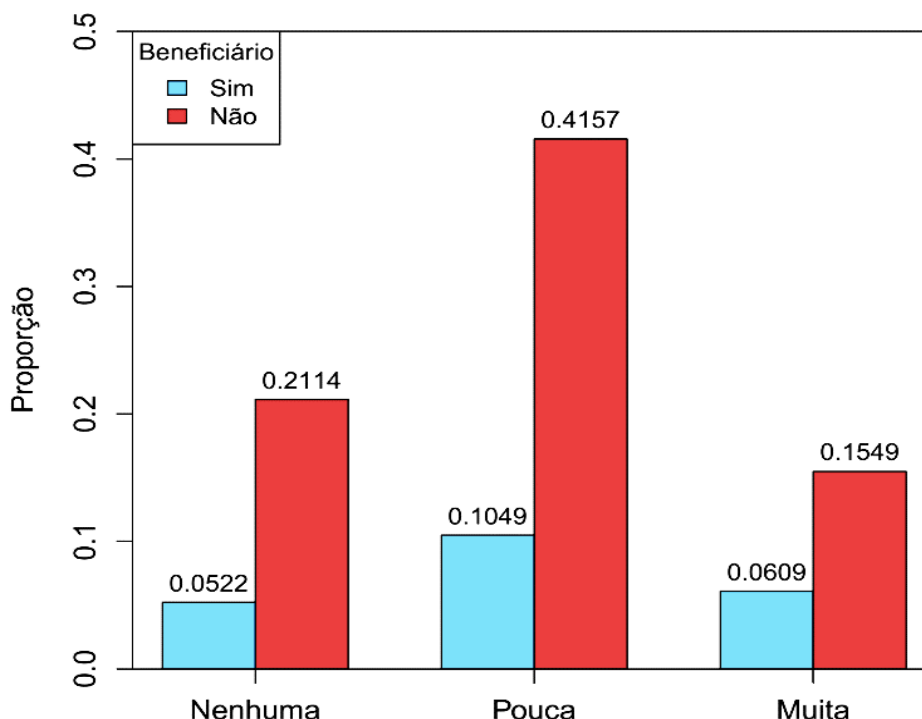
Por fim, esses resultados apontam que, apesar do decréscimo no grau de confiança, o Executivo apresenta-se como a instituição na qual os brasileiros mais confiam durante o período em análise. Em contrapartida, os Partidos Políticos são os que menos detêm confiança, tendo em vista que cerca de 25% e 20% dos cidadãos não possuía confiança alguma neles.

Feita a comparação dos indicadores de confiança política nas quatro instituições democráticas brasileiras, apresentaremos algumas associações entre o índice de confiança com outras variáveis, as quais serão representadas por diagramas de frequências.

Organizaremos este tópico por instituição: Judiciário, Congresso Nacional, Executivo e Partidos Políticos. As variáveis as quais iremos correlacionar à confiança são: i) beneficiário (ou não) do Bolsa Família; ii) renda familiar; iii) sexo; iv) zona; v) participação em reunião de uma associação de bairro; vi) interesse por política; vii) simpatia por Partido Político; viii) confiança interpessoal. Estas são apenas uma parte do nosso conjunto de variáveis. Optamos por selecionar algumas para fazer uma breve descrição e apresentar a distribuição dos dados. As análises de todas elas serão feitas de forma mais aprofundada nas regressões, no capítulo subsequente. Vejamos agora os níveis de confiança no Poder Judiciário a partir da variável “beneficiário ou não do programa bolsa família”.

## 2.1 Distribuição da Confiança no Judiciário

**Gráfico 08: Confiança no Judiciário de acordo com a Variável “Beneficiário (ou não) do Programa Bolsa Família” (2010-2012)**



No gráfico, há uma associação entre confiança no Judiciário e o recebimento ou não do benefício *Bolsa Família*. Verifica-se que os índices de confiança para quem é beneficiário correspondem a 5,22% para “nenhuma confiança”, 10,49% para “pouca confiança” e 6,9% para “muita confiança”. Quanto aos que não são beneficiários, os índices são: 21,14% para “nenhuma confiança”; 45,57% para “pouca confiança” e 15,49% para “muita confiança”.

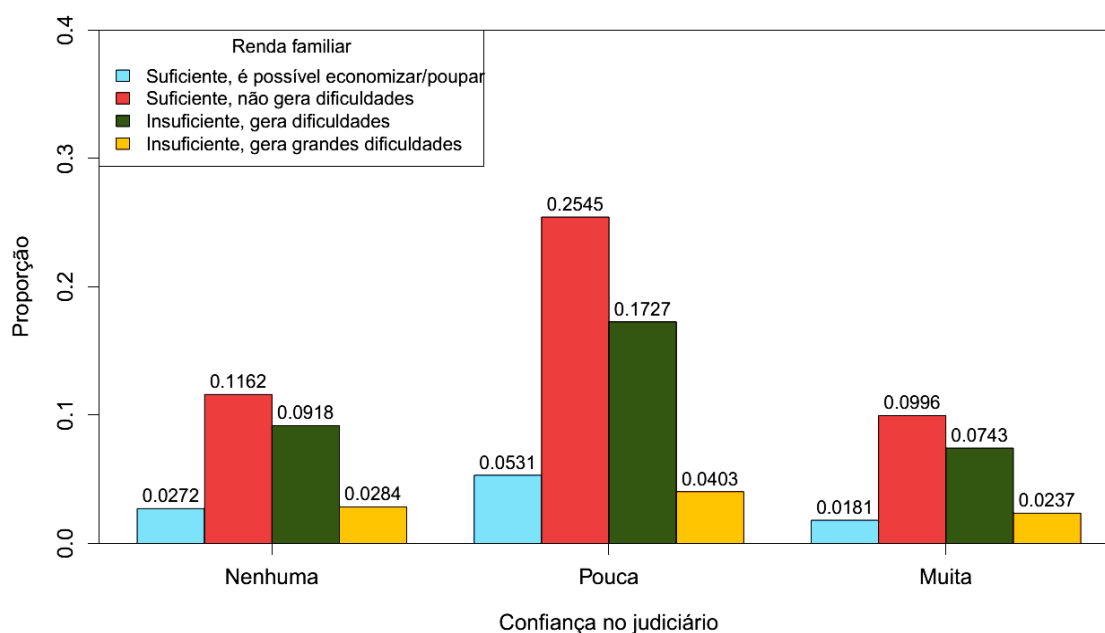
Portanto, as pessoas de ambos os perfis tendem a confiar pouco no Judiciário. Os valores mais altos (21,14% e 41,57%), os quais correspondem a “nenhuma” e a “pouca”, relacionam-se a quem não é beneficiado pelo Programa.

Os valores mais baixos (5,22% e 6,9%) dizem respeito àqueles que fazem parte do Programa. Ou seja, de um lado, estão aqueles que menos têm propensão a não confiar de forma alguma; de outro, estão aqueles que menos declaram ter muita confiança na instituição.

Feito isso, passaremos agora para a correlação entre a confiança na instituição e a renda das famílias brasileiras. Para tanto, a renda familiar foi classificada em quatro

categorias conforme o questionário do Barômetro das Américas: 1) suficiente, é possível economizar/ poupar; 2) suficiente, não gera dificuldades; 3) insuficiente, gera dificuldades e 4) insuficiente, gera grandes dificuldades. Vejamos como ficaram os índices de confiança:

**Gráfico 09: Confiança no Judiciário de Acordo com a Renda Familiar (2010-2012)**



O gráfico mostra, primeiramente, que, dentre as pessoas que consideram sua renda suficiente e com possibilidade de fazer economias, 3% declararam não ter confiança no Poder Judiciário; 5% declararam ter “pouca confiança” e apenas 2% consideraram ter “muita confiança”.

Dos que possuem uma renda suficiente e não passam por dificuldades, 12% não confiam na instituição; 25% confiam pouco e 10% confiam bastante. No que concerne aos brasileiros com renda familiar insuficiente às suas necessidades e que, por isso, passam por dificuldades, 17% confiam pouco, seguidos de 9% que não acreditam que a instituição corresponda às demandas sociais. Por fim, 7% não confiam de forma alguma no Judiciário.

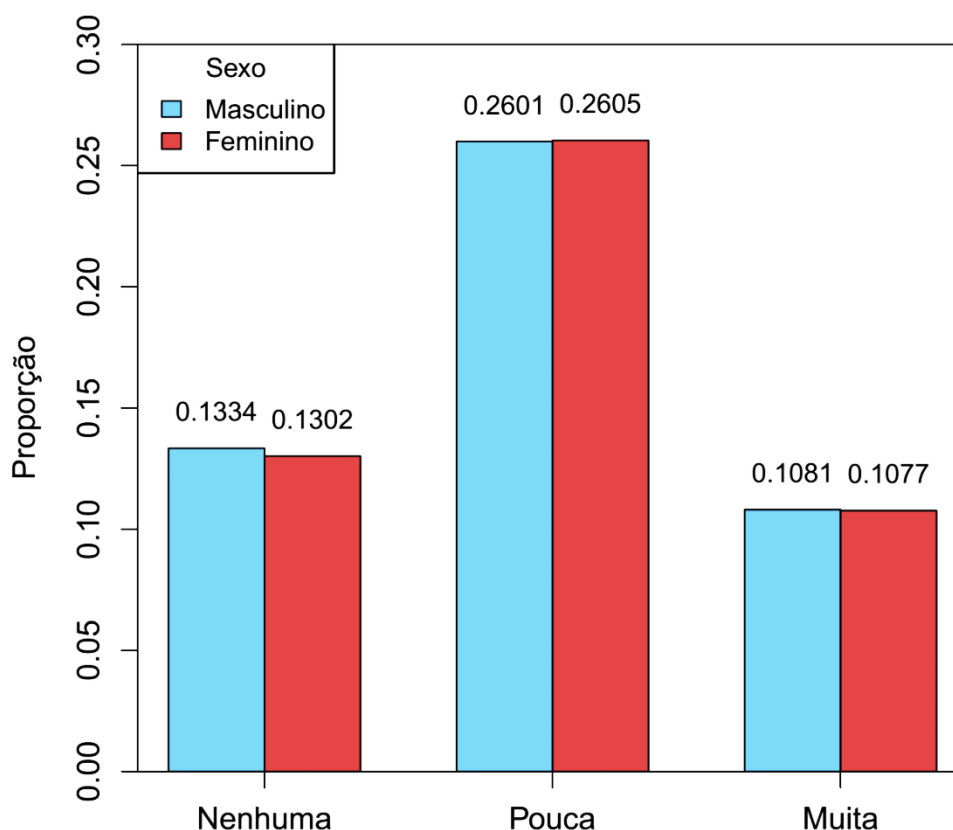
Quanto aos brasileiros com renda insuficiente, os quais passam por grandes dificuldades, estes apresentam os menores indicadores nos três níveis de confiança analisados. 3% não têm confiança, 4% têm pouca confiança e apenas 2% julgaram a instituição “muito confiável”.

Com esses resultados, podemos observar que, aqueles que mais confiam na instituição tem renda considerada suficiente, isto é, não vivem dificuldades financeiras. Destes, 10% julgam a instituição do Judiciário muito confiável. Em contrapartida, estes também representam a maior parcela dos que mais desconfiam da instituição (12%).

Um dos dados que nos chamaram a atenção refere-se a dois grupos extremamente opostos quanto à renda que auferem: os brasileiros com renda suficiente, a ponto de poupar, e os brasileiros com renda insuficiente, os quais passam por dificuldades de subsistência. Ambos têm um indicador comum: 3% julgaram o Judiciário não confiável.

Quando a associação é feita com a variável “sexo”, os dados não se apresentam de forma tão díspares, de modo que chegam a compor a mesma proporção. Observe:

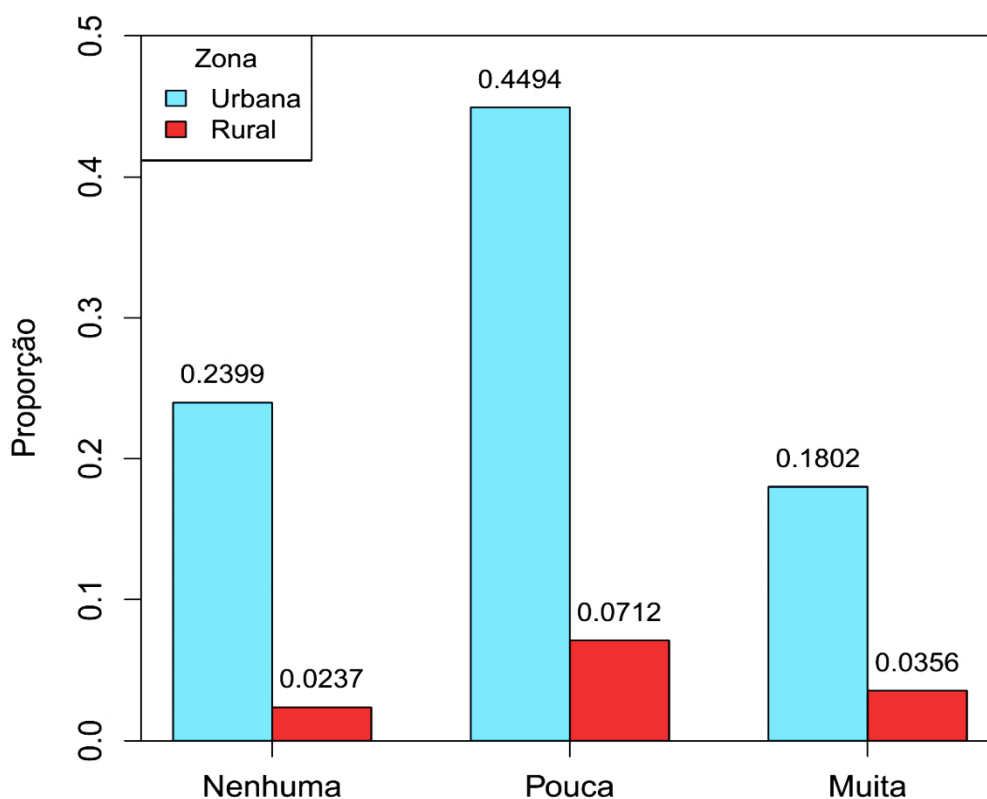
**Gráfico 10: Confiança no Judiciário de Acordo com o Sexo (2010-2012)**



A proporção de homens e mulheres que não confiam no Judiciário equivale a 26%, distribuída em 13% respectivamente para cada sexo. Ademais, pouco mais da metade dos brasileiros, isto é, 52% possuem pouca confiança. Os dados evidenciam também que somente 22% julgam a instituição muito confiável (11% para os homens e

11% para as mulheres). Logo, vê-se que as pessoas, independente do sexo, tendem a confiar pouco no Judiciário.

**Gráfico 11: Confiança no Judiciário de acordo com a Área Geográfica (2010-2012)**

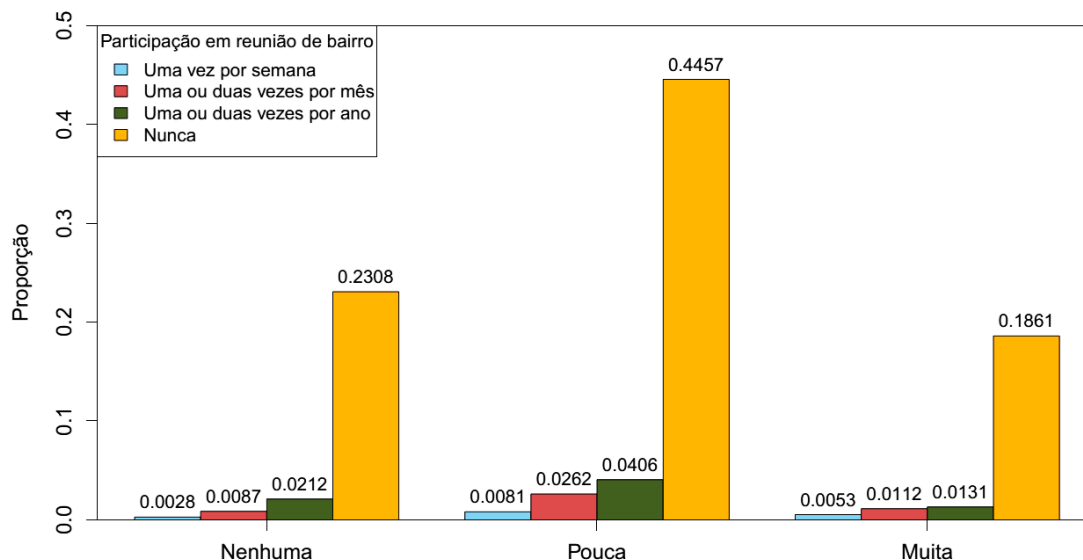


Ao verificarmos a distribuição da confiança no Judiciário a partir das áreas geográficas (urbana e rural), encontramos dados bastante divergentes. Em geral, os brasileiros que vivem na zona urbana confiam mais na instituição, enquanto os que vivem nas zonas rurais são os que mais desconfiam. Entretanto, faz-se uma ressalva para o grau correspondente a nenhuma confiança: os moradores de zona urbana apresentam um alto índice, ou seja, 24% declaram não ter confiança alguma no Judiciário em comparação a 2% apenas daqueles que moram nas zonas rurais.

No que diz respeito aos demais dados: de um lado, a zona urbana apresenta 45% para pouca confiança e 18% para muita confiança. De outro, a zona rural apresenta 7% para pouca confiança e apenas 4% para muita confiança. Apesar de serem indicadores bastante distintos, devemos levar em conta o contingente populacional de ambas as

regiões. Segundo o Censo 2010<sup>63</sup> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira estava distribuída da seguinte forma: na zona urbana eram 160.925.792 de pessoas (84%) e na zona rural eram 29.830.007 (16%).

**Gráfico 12: Confiança no Judiciário de acordo com a Participação em Reuniões de uma Associação de Bairro ou Junta de Melhorias para a Comunidade (2010-2012)**



Em uma análise acerca da confiança no Poder Judiciário por parte de pessoas que tem o hábito (ou não) de participar de reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade, hierarquizamos a frequência de participação em quatro níveis: “uma vez por semana”, “uma ou duas vezes por mês”, “uma ou duas vezes por ano” e “nunca”.

Os dados se comportam de forma não muito destoantes na maioria dos casos, variando de 0% a 4% de confiança. Os brasileiros que participam uma vez por semana em reuniões desse tipo são a minoria, pois representam apenas 2% dos entrevistados. E, por consequência, são aqueles com os mais baixos índices de confiança (tendo em vista a porcentagem total). Todos eles confiam, seja “pouco (1%) ou “muito” (1%), no Judiciário, considerando que ninguém afirmou não ter confiança (0%).

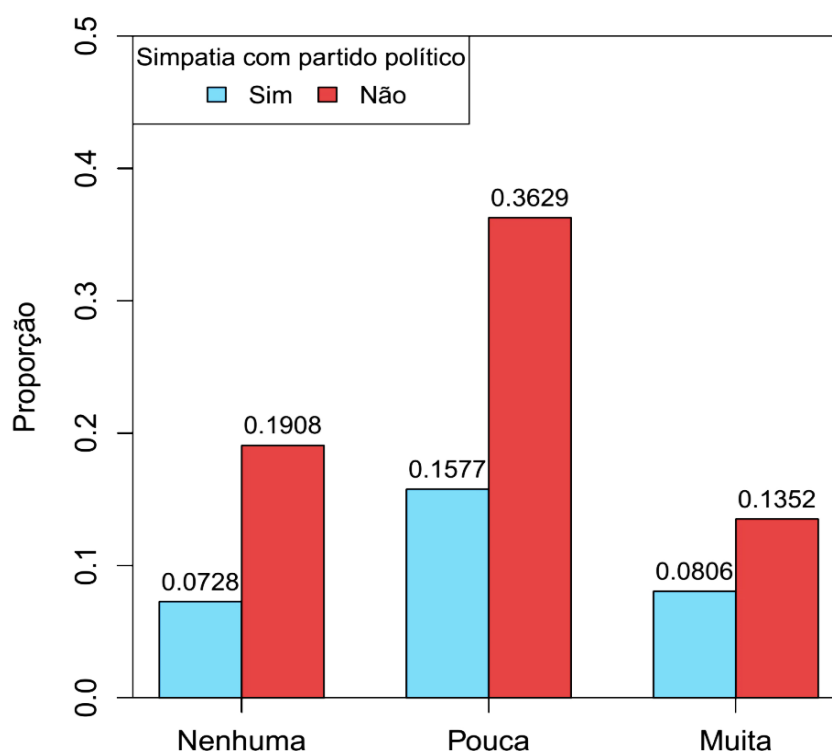
<sup>63</sup> Informação encontrada no site do IBGE sobre “População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio - 1960/2010”. Para saber mais ver: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acessado em 29 de março de 2016.

A maioria é representada por aqueles que nunca frequentaram ou frequentam reuniões de bairro ou outras reuniões para melhorias da sua localidade. Por esse motivo, os dados com valores mais altos provêm de suas respostas. Por exemplo, 23% não confiam no Judiciário, ao passo que 19% declaram “confiar muito”. Nesse caso, a pouca confiança detém índices mais altos, totalizando 49%. Ou seja, quase a metade dos brasileiros que não se interessam por essa modalidade de participação cívica confiam pouco no Judiciário.

A despeito dessa situação, 2% tendem a ter uma frequência de uma vez por semana, como já dissemos; 5% procuram participar uma ou duas vezes por mês; 7%, uma ou duas vezes por ano. Logo, constituem-se a minoria da sociedade brasileira, totalizando apenas 14%. Logo, fica evidente que o brasileiro é um tanto indiferente quanto a ser participativo em associações cívicas. E, quanto menor a participação, maiores são os índices de confiança no Judiciário brasileiro.

Diante desta constatação, apresentaremos abaixo a confiança no Judiciário associada ao interesse que o brasileiro tem por questões políticas.

**Gráfico 13: Confiança no Judiciário de Acordo com a Simpatia Partidária (2010-2012)**



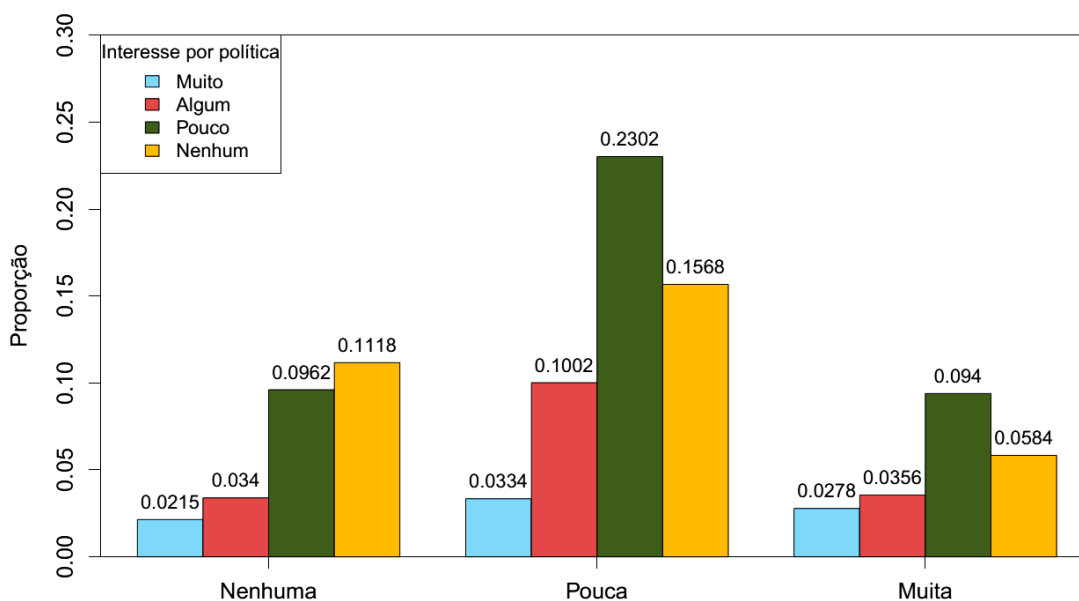


Quando o que está em questão é se o brasileiro simpatiza ou não com algum partido político, apenas 31% dos brasileiros tinham simpatia partidária no período de 2010 a 2012. A maior parte dos cidadãos brasileiros (69%) declarou não ter qualquer identificação partidária.

No que concerne à confiança política, os dados apresentam-se de forma bastante diferentes em cada caso. Dos brasileiros que não se identificam com nenhum partido, 19% não confiam no Judiciário; 36% confiam pouco na instituição e 14% a veem como “muito confiável”. Dentre os que afirmam simpatizar com algum Partido Político, 3% não confiam; 4% confiam pouco e apenas 2% confiam muito no Judiciário.

Em todos os casos, os maiores índices, nos três níveis de confiança, dizem respeito aos brasileiros que não possuem identificação partidária. Proporcionalmente, são eles os que mais confiam no Judiciário.

**Gráfico 14: Confiança no Judiciário de acordo com o Interesse por Política (2010-2012)**



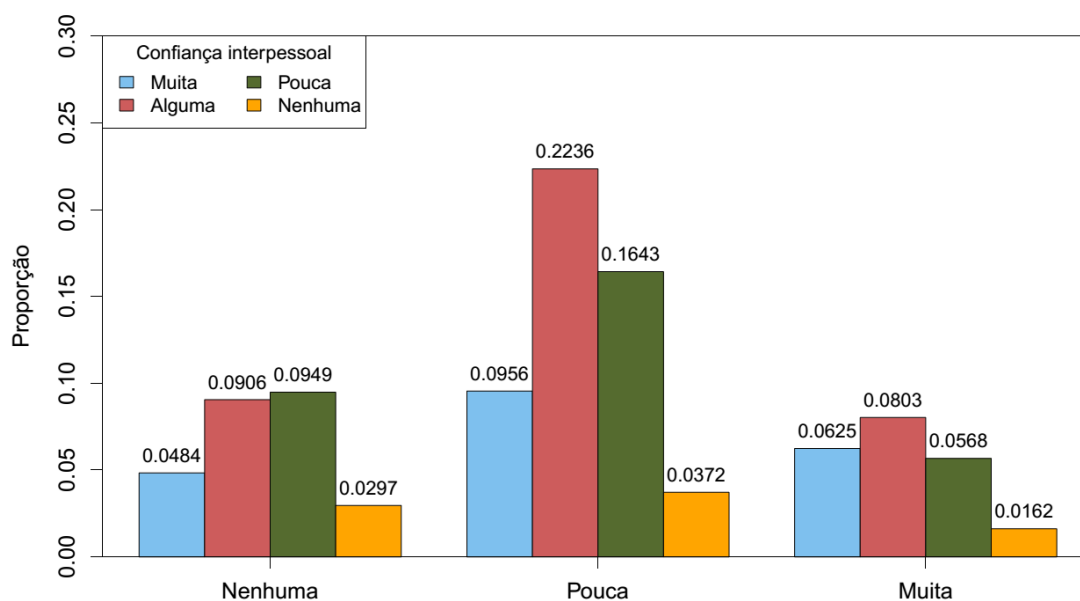
No que diz respeito ao interesse dos cidadãos brasileiros pelos assuntos relacionados à política, os que afirmam ter muito interesse correspondem a 8%, dos quais 2% não confiam de forma alguma no Judiciário; 3% confiam pouco e, igualmente, 3% tem muita confiança na instituição. Logo, são os que menos confiam na instituição. Em segundo lugar, os brasileiros que declaram ter algum interesse nas

questões políticas correspondem a 17% dos índices de confiança. Desse total, 3% não confiam; 10% confiam pouco e 4% acreditam que o Judiciário é muito confiável.

Em contrapartida, a maior porcentagem concentra-se em “pouca confiança” (42%), na qual o menor índice relaciona-se àqueles que possuem “muito interesse” (9%) por política, e o maior se refere a “pouco interesse por política” (23%).

Em sequência, o segundo maior indicador de confiança refere-se aos brasileiros que declaram não ter interesse nessa área. De acordo com os dados, 11% não confiam; 16% confiam pouco e 33% consideram a instituição muito confiável. Assim, é possível concluir que a confiança depositada no Poder Judiciário brasileiro varia muito de acordo com o interesse dos cidadãos quanto às questões políticas.

**Gráfico 15: Confiança no Judiciário de acordo com a Confiança Interpessoal (2010-2012)**



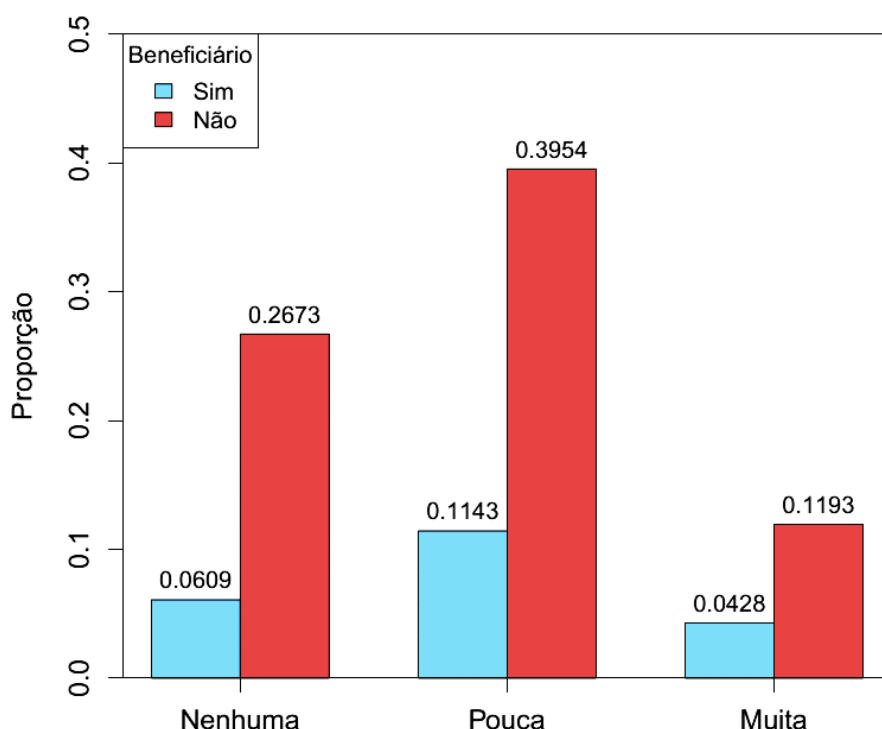
O último gráfico deste tópico demonstra como a confiança no Judiciário se apresenta a partir da confiança interpessoal. Os índices mais baixos dizem respeito àqueles que não confiam em seus concidadãos. Eles, por exemplo, são os que menos declaram ter muita confiança na instituição (2%). A maioria confia pouco (4%) e 3% não vê o Judiciário como uma instituição confiável.

Quanto aos brasileiros que possuem uma relação de “alguma confiança” e aos que confiam pouco uns nos outros, os dados não destoam muito, como é possível

observar. Do primeiro grupo, 9% não acredita no Judiciário; 22% confia pouco e 8% tem muita confiança. Do segundo grupo, os índices são: 5%, 10% e 6% respectivamente. Logo, vê-se que são indicadores próximos, com exceção do grau de “pouca” confiança, o qual apresenta uma diferença de 12% de um para o outro.

## 2.2. Distribuição da Confiança no Congresso Nacional

**Gráfico 16: Confiança no Congresso de Acordo com Beneficiário (ou não) de Programa Bolsa Família (2010-2012)**

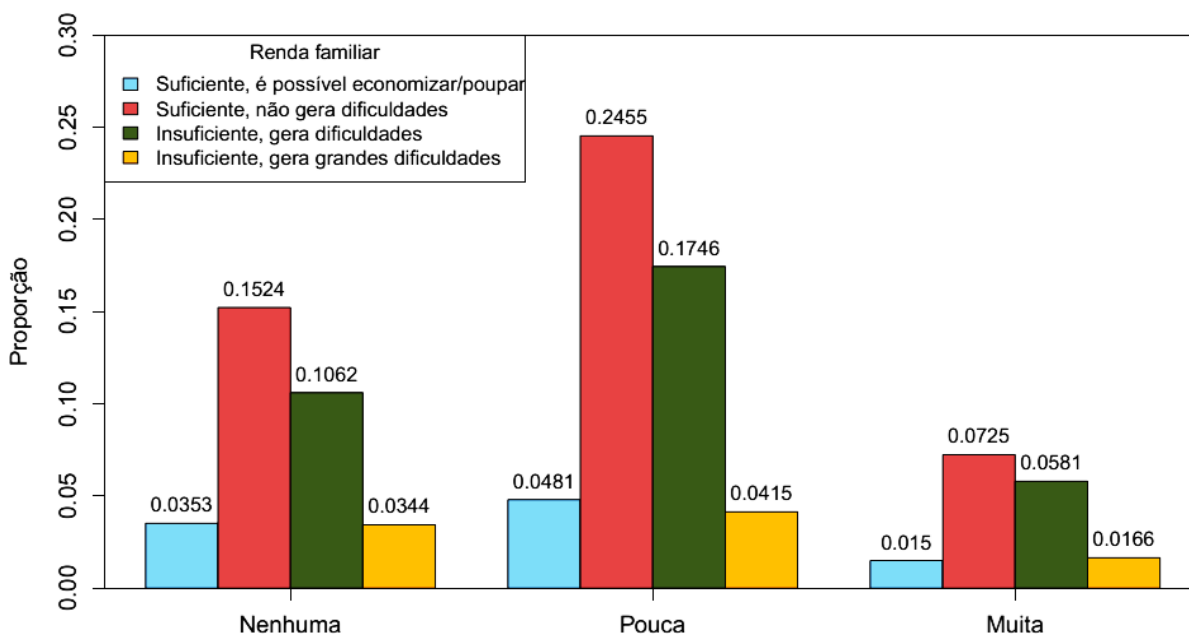


Durante o período de 2010 a 2012, do total de entrevistados, 22% eram beneficiários do *Programa Bolsa Família*, enquanto 78% não participavam do Programa. Tendo em vista o grupo de beneficiários, os resultados apontam que eles tendem a confiar pouco no Congresso Nacional (11%). A minoria está relacionada aos que confiam muito na instituição, apenas 4%. Os beneficiários que não confiam de forma alguma totalizam 6%.

Quanto aos “não beneficiários”, apresentam índices bem mais elevados de confiança no Congresso. De um lado, 27% não confiam. De outro, 12% têm muita confiança na instituição. O grau mais alto de confiança encontra-se na categoria pouca confiança, com 40%. Ou seja, a maior parte dos entrevistados não são beneficiários e

tendem a confiar pouco no Congresso Nacional. Os que recebem o benefício monetário são os que mais desconfiam. Logo, a participação no *Programa Bolsa Família* não implica necessariamente em confiança no Judiciário.

**Gráfico 17: Confiança no Congresso de Acordo com a Renda Familiar (2010-2012)**



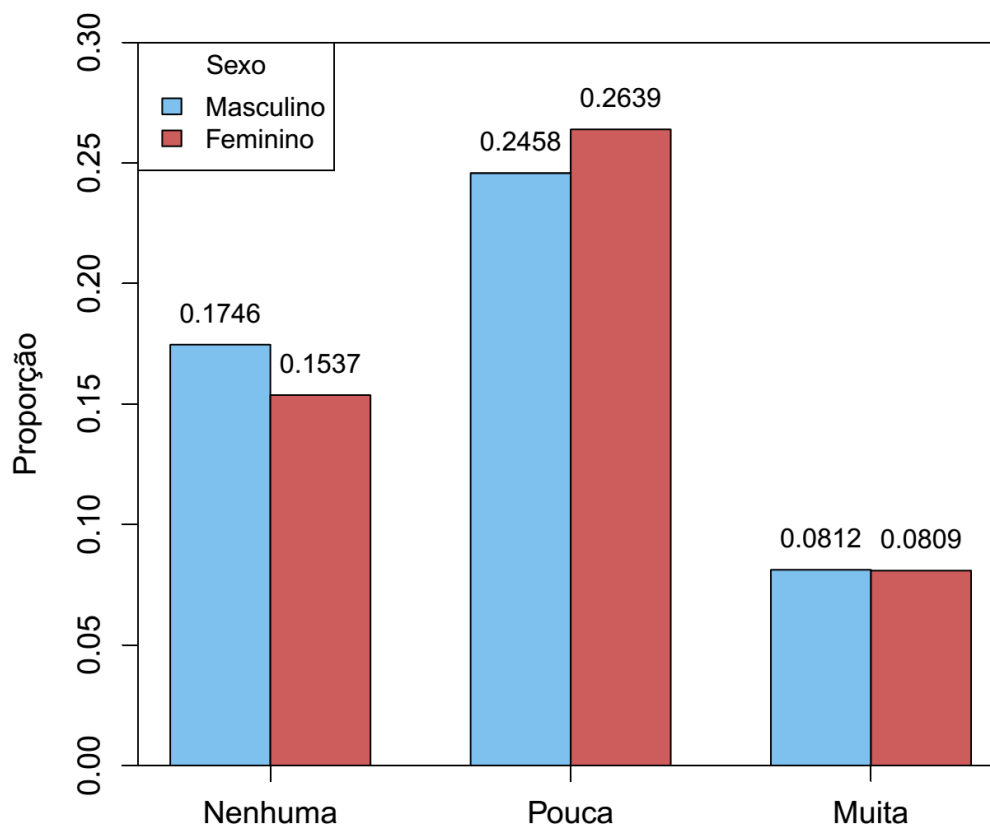
Ao verificarmos a confiança no Congresso *vis-à-vis* a renda familiar, percebemos que, assim como nos outros gráficos, a pouca confiança prevalece com indicadores mais elevados. Seguindo a sequência da legenda, os brasileiros que consideram sua renda suficiente com possibilidade de fazer economias ou poupanças representam 10% das pessoas entrevistadas. Dentre elas, 4% não têm confiança no Congresso, 5% têm pouca confiança e apenas 2% consideram confiar muito na instituição.

Quando a renda familiar é considerada suficiente, sem gerar dificuldades, 15% alegam não confiar na instituição. Aqueles que confiam pouco são 25%. Apenas 6% têm muita confiança. Os brasileiros que possuem uma renda familiar insuficiente, de modo que passam por dificuldades, em sua maioria, confiam pouco no Congresso (17%). Ainda sobre este grupo de entrevistados, 11% não confiam de maneira nenhuma e somente 6% tem muita confiança.

Os índices mais baixos dizem respeito aos brasileiros que possuem renda insuficiente, os quais passam por grandes dificuldades. Portanto, estes são os que mais desconfiam do Congresso Nacional. Os valores são bastante próximos. Apenas 2%

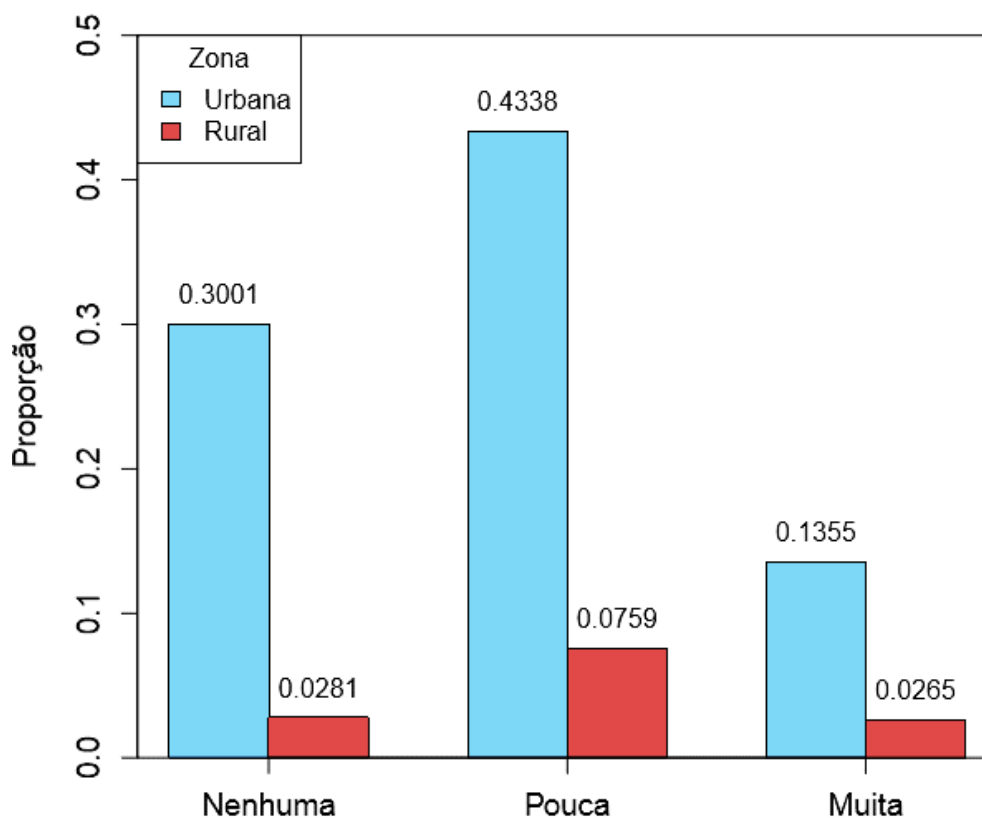
deles acreditam que a instituição é muito confiável. Quanto aos que confiam pouco, somam-se 4%. Por fim, 3% não depositam confiança alguma.

**Gráfico 18: Confiança no Congresso de Acordo com o Sexo (2010-2012)**



Já a associação entre confiança política no Congresso e a variável sexo forneceu os seguintes resultados: 17% das mulheres não confiam no Congresso; já para os homens este número cai para 15%. A respeito da pouca confiança na instituição, o índice fica em 25% para as mulheres e 26% para os homens. Ao analisarmos a categoria muita confiança, os indicadores são os mesmos para ambos os sexos, 8%. Portanto, embora seja possível perceber que as mulheres confiam mais no Congresso, não podemos afirmar que houve uma variação significativa da confiança política entre homens e mulheres durante o período analisado. Os resultados revelam uma opinião política análoga acerca do desempenho do Congresso, com níveis de confiança parecidos.

**Gráfico 19: Confiança no Congresso de Acordo com a Área Geográfica (2010-2012)**

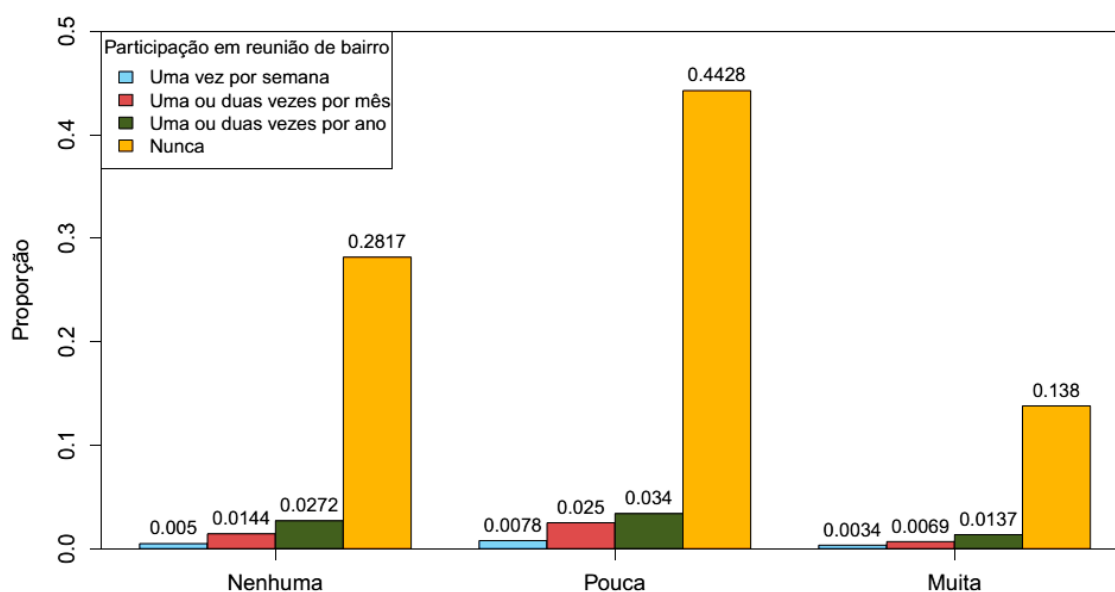


Agora, quando verificamos os indicadores de confiança a partir da zona geográfica, os resultados gerais são parecidos com os que foram obtidos quanto ao Judiciário. Os habitantes da zona urbana são, ao mesmo tempo, os que mais desconfiam e os que mais confiam se comparados aos habitantes da zona rural. É óbvio que, como foi dito anteriormente, existem aspectos do contingente populacional que devem ser levados em consideração<sup>64</sup>. Enquanto a zona urbana representa 87% da população de entrevistados, 13% pertencem à zona rural.

Primeiramente, iremos comentar acerca da zona urbana. Desta, 30% dos respondentes não confiam no Congresso; 43% confiam pouco e 14% confiam muito. Na zona rural, 3% não confiam; 8% acreditam que a instituição é pouco confiável e 3% têm muita confiança. Em ambos os casos, os maiores níveis situam-se em pouca confiança.

<sup>64</sup> Esta questão foi abordada na página XXX deste capítulo.

**Gráfico 20: Confiança no Congresso em correlação à Participação em Reuniões de uma Associação de Bairro ou Junta de Melhorias para a Comunidade (2010-2012)**



A comparação do índice de confiança *vis-à-vis* a frequência de participação em reuniões de bairro evidencia que os brasileiros que não têm o hábito de participar constituem a maioria (86%) e são, proporcionalmente, os que mais confiam no Congresso, embora tenham considerável índice de desconfiança. Destes, 28% não confiam na instituição. A maior parte confia pouco, totalizando 44%, e a minoria confia muito, apenas 14%.

Os níveis mais baixos, os quais variam de 0% a 1%, dizem respeito aos brasileiros que participam uma vez por semana de reuniões de bairro. Nesse conjunto, 1% não confia, do mesmo modo que 1% declara confiar pouco. No período analisado, os que têm o costume de participar uma vez por semana não julgam o congresso muito confiável (0%).

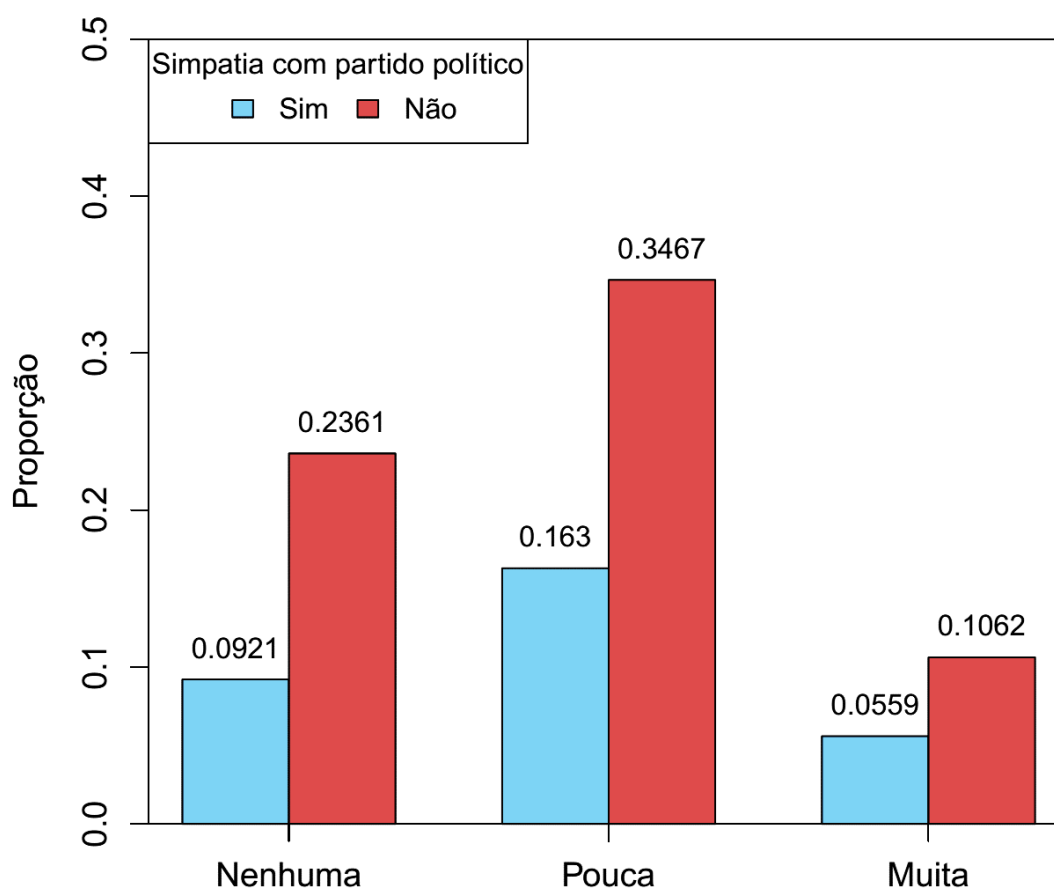
A participação mensal, de uma a duas vezes, também apresenta baixos indicadores quanto à confiança política. Assim como o grupo mencionado acima, 1% não confia. A pouca confiança fica em torno de 3%, e 5% confia muito na instituição.

As pessoas que participam uma ou duas vezes por ano apresentam a mesma distribuição para os níveis “nenhuma confiança” e “pouca confiança”. Ambas alcançam o patamar de 3%. No que concerne a muita confiança, somente 1% concorda.

Assim igualmente ao que vimos acerca da confiança no Judiciário, os indicadores mais elevados concentram-se nas pessoas que não têm hábito de participar de associações cívicas. Em seguida, pode-se dizer que o brasileiro participa, em geral, uma ou duas vezes por ano.

Vejamos agora a correlação da confiança à variável “Simpatia Partidária”:

**Gráfico 21: Confiança no Congresso de acordo com a Simpatia Partidária (2010-2012)**



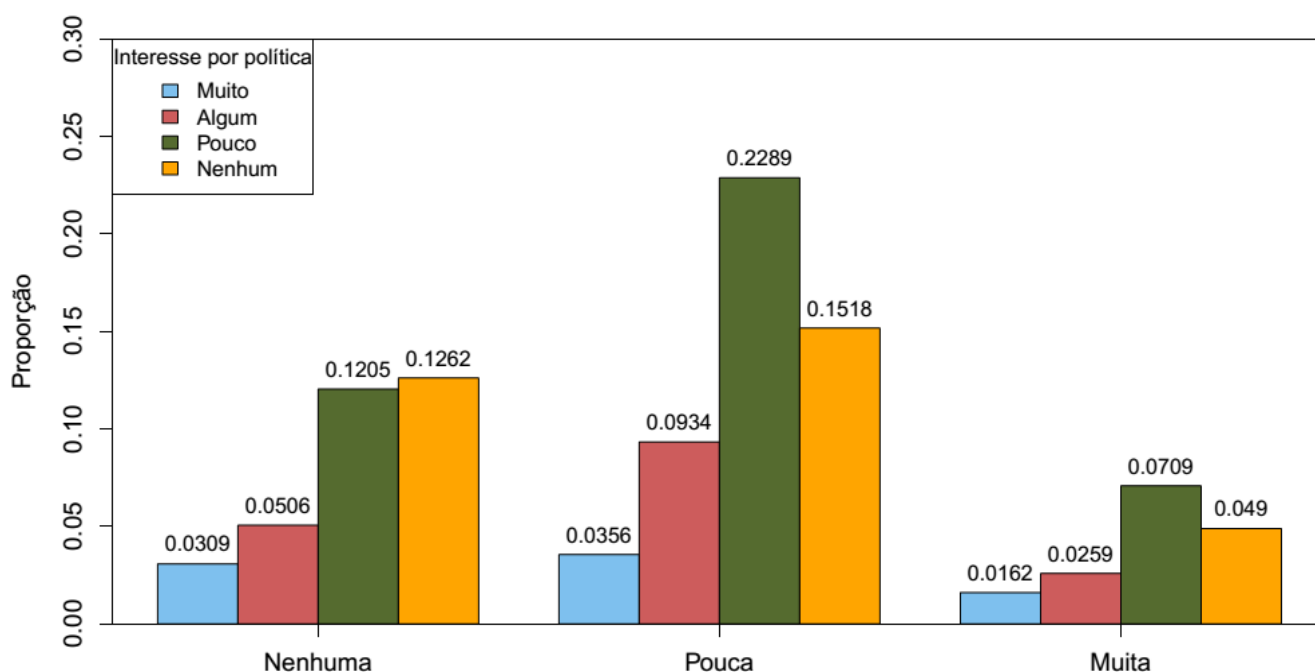
A identificação partidária como variável para mensurar a confiança no Congresso revela que há uma variação significativa entre quem tem simpatia por algum Partido Político do sistema eleitoral brasileiro e quem não tem. A princípio, é possível concluir que os brasileiros, em sua maioria, não possuem identificação partidária com nenhum partido. Este grupo compõe 69% dos entrevistados, dos quais 24% não têm confiança no Congresso, 35% confia pouco e 11% têm muita confiança.



No que concerne aos cidadãos que possuem identificação partidária, a maior parte têm pouca confiança (16%), 9% não têm confiança alguma, e a minoria acredita que a instituição é muito confiável (5%).

Os dois casos evidenciam que tendo ou não simpatia por partido político, o maior índice de confiança está em 51%, concentrando-se em pouca confiança, seguido de nenhuma confiança (33%). O nível mais baixo refere-se a “nenhuma confiança”, o qual atinge apenas 16% do total.

**Gráfico 22: Confiança no Congresso de Acordo com o Interesse por Política (2010-2012)**



Ao analisarmos a confiança a partir do interesse que o cidadão tem por política, chegamos às seguintes conclusões: as pessoas que demonstram pouco interesse por política detêm mais confiança do que os outros. Para seguirmos a ordem de interesse, vejamos: dos brasileiros que afirmam ter muito interesse por assuntos políticos, 3% não confiam no Congresso Nacional; 4% dizem confiar pouco e 2% julgam a instituição muito confiável.

Quanto aos brasileiros que têm algum interesse por política, 5% não confiam no Congresso; 9% confiam pouco e 3% têm muita confiança. Para os cidadãos que são

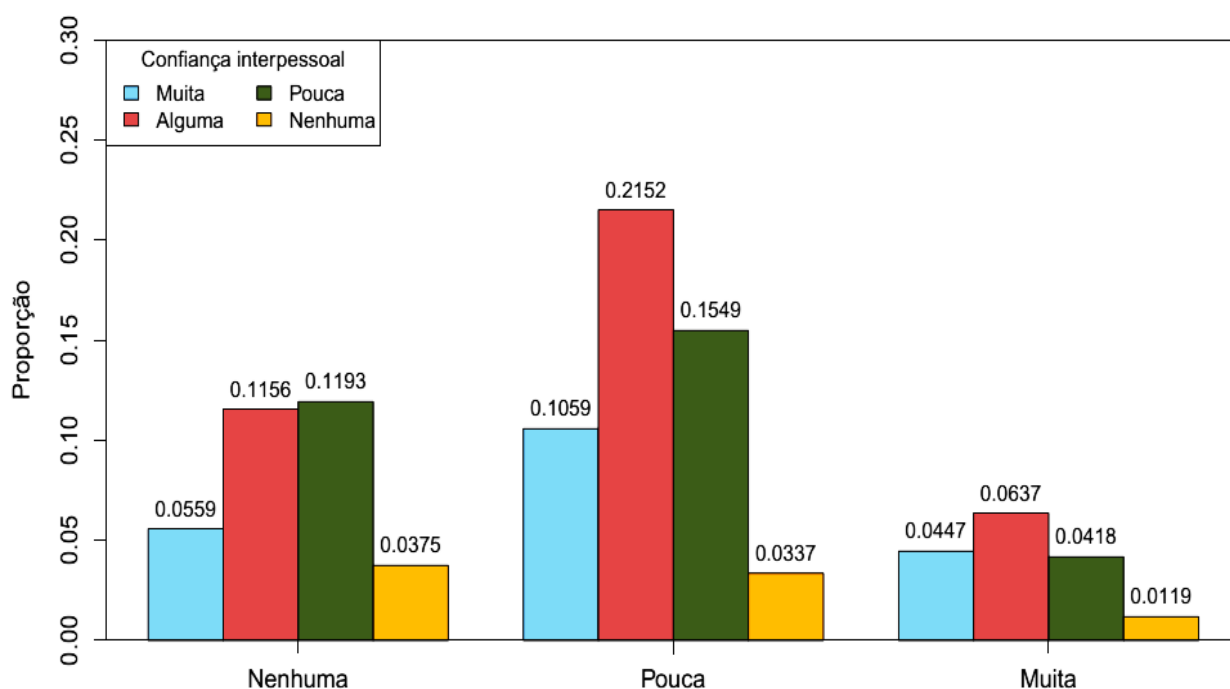
pouco interessados em política, a desconfiança é de 1%; a pouca confiança é de 23% e a muita confiança está em 7% no período analisado.

Por fim, os cidadãos que não se interessam de forma alguma por questões políticas, em sua maioria, depositam pouca confiança no Congresso (15%). Em um patamar bem próximo, ficam aqueles que não têm confiança na instituição, totalizando 13%. A minoria desse grupo concentra-se no nível pouca confiança, apenas 5% dos brasileiros.

Em suma, quando a análise compreende o nível de confiança no Congresso correlacionado ao interesse dos brasileiros por política, os dados mostram que os níveis mais baixos de confiança se concentram entre aqueles que possuem “muito” e “algum” interesse por assuntos do âmbito político, variando de 8% a 17%. Em contrapartida, os maiores indicadores se restringem àqueles que possuem “pouco” ou “nenhum interesse”. Dentre as pessoas que fazem parte desses grupos, os índices variam de 31% a 33%.

Portanto, as pessoas menos interessadas por política têm uma relação de mais confiança na instituição do Congresso; e quanto mais interessadas elas são por essas questões, mais desconfiadas se tornam frente a esta instituição. No geral, a avaliação do interesse político evidencia que os brasileiros confiam pouco no Congresso Nacional.

**Gráfico 23: Confiança no Congresso de acordo com a Confiança Interpessoal (2010-2012)**



A última análise da distribuição da confiança política no Congresso a partir de dados referentes à confiança interpessoal mostra que, de um lado, os brasileiros que mais confiam na instituição têm alguma confiança em seus concidadãos. De outro, os brasileiros que não confiam uns nos outros tendem a desconfiar sobremaneira do Congresso.

A fim de detalharmos os dados, seguiremos a sequência das informações conforme a legenda do gráfico. O primeiro nível refere-se ao alto grau de confiança interpessoal, o qual totaliza 21% dos entrevistados. Esse total se subdivide da seguinte maneira: 6% confiam muito em seus concidadãos, mas não têm nenhuma confiança no Congresso Nacional; 11% têm pouca confiança e 4% têm muita confiança na instituição.

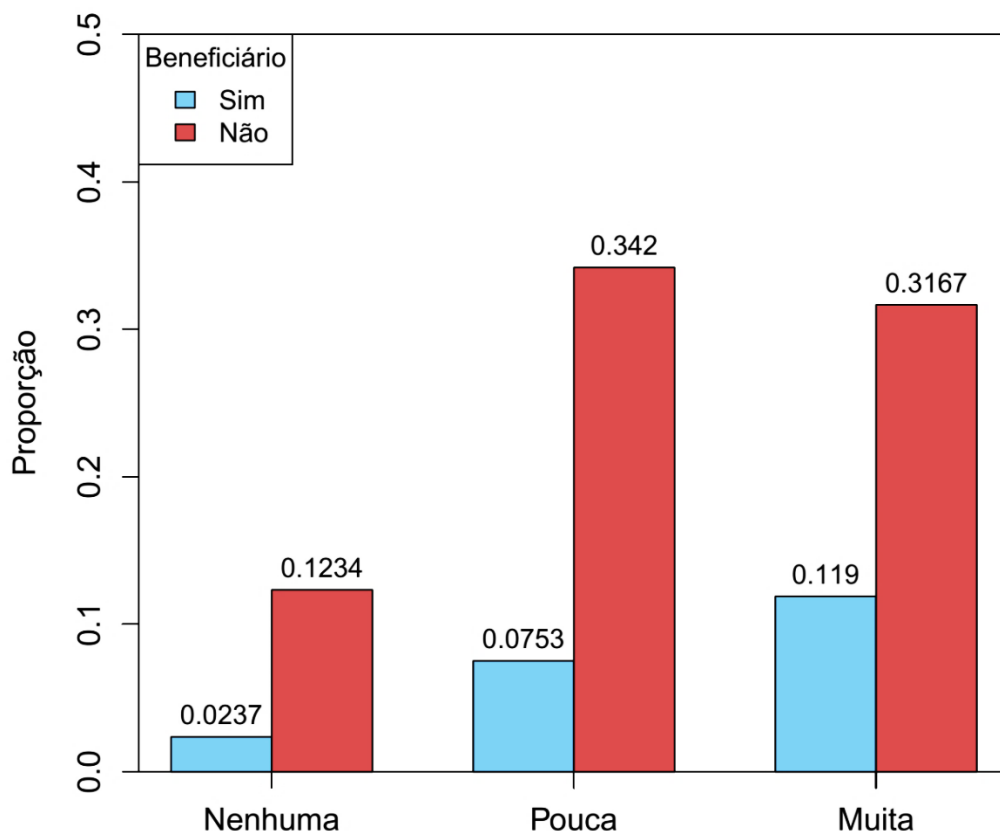
Os brasileiros que têm alguma confiança nos outros representam 39%, dos quais 12% não confiam, 22% confiam pouco e apenas 6% afirmam ter muita confiança no Congresso. Quanto aos indivíduos que têm pouca confiança interpessoal, totalizam 32% dos entrevistados. Desse total, 12% não confiam, 15% confiam pouco e 4% dizem confiar muito na instituição.

O último nível de confiança interpessoal refere-se ao grau “nenhuma”, ou seja, refere-se aos brasileiros que não possuem uma relação de confiança nos demais. Vejamos: 4% não confiam no Congresso, 3% confiam pouco e 1% julgam a instituição muito confiável.

Portanto, infere-se que esse grupo de pessoas constitui a minoria dos brasileiros, os quais, em geral, confiam de alguma forma em seus concidadãos. Ou seja, 92% possuem muita confiança nos outros, ou têm alguma confiança ou confiam pouco. Somente 8% não têm confiança interpessoal. Logo, percebe-se que há uma tendência positiva entre confiança interpessoal e confiança no Congresso.

### 2.3. Distribuição da Confiança no Executivo

**Gráfico 24: Confiança no Executivo de Acordo com Beneficiário (ou não) de Programa Bolsa Família (2010-2012)**



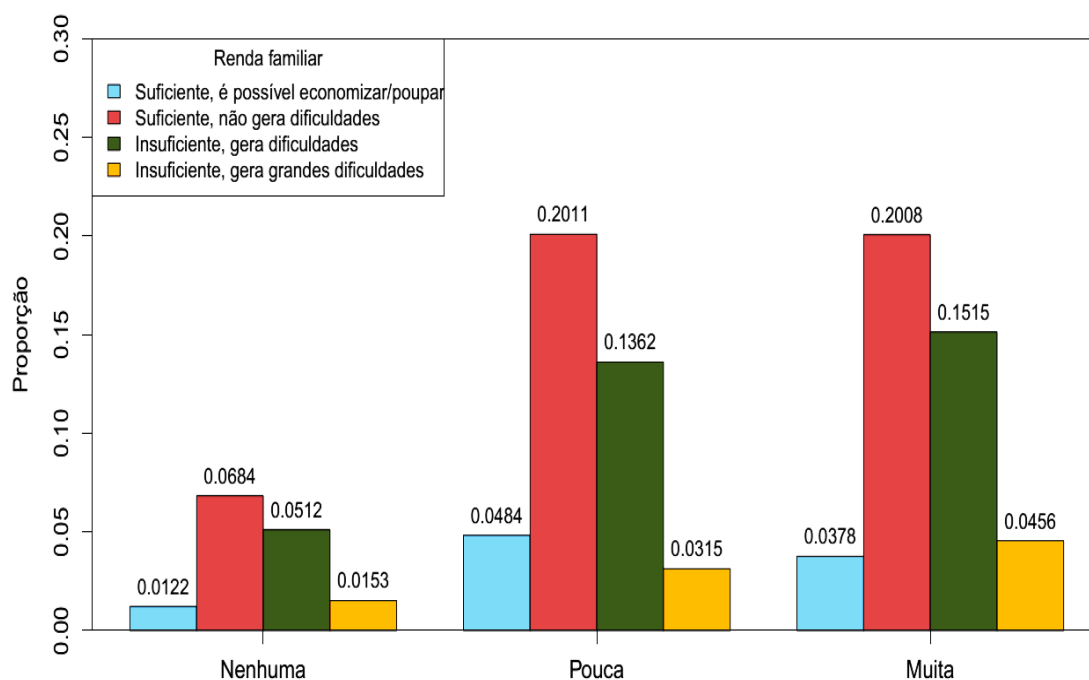
Veamos agora como a confiança política no Executivo se distribui a partir da variável “Beneficiário do Programa Bolsa Família”. Em convergência com as análises anteriores, os dados revelam que a confiança se distribui de forma parecida para as instituições aqui analisadas. No que diz respeito aos beneficiários (22%), 2% deles não têm confiança no Executivo, 8% têm pouca confiança e 12% têm muita confiança.

Apesar de termos que considerar que o número de beneficiários é menor do que a quantidade de não beneficiários, é visível que a maioria deles tende a ter muita confiança no Executivo (12%), enquanto somente 2% não acreditam que a instituição mereça confiança.

Quanto aos brasileiros que não pertencem ao público de beneficiários, a maioria confia pouco na instituição. Ou seja, enquanto no primeiro caso 8% confia pouco, neste, 34% julga ter pouca confiança no Executivo, seguido de 32% que deposita muita

confiança na instituição. Por fim, a minoria, em ambos os perfis de indivíduos, refere-se ao grau de nenhuma confiança, o qual representa 14% do total.

**Gráfico 25: Confiança no Executivo de Acordo com a Renda Familiar (2010-2012)**



A princípio, este gráfico indica que a maioria dos brasileiros entrevistados considera sua renda familiar suficiente, de modo que não passa por dificuldades (47%), ou então avalia sua renda insuficiente, gerando dificuldades (37%). No outro extremo, 10% dos brasileiros consideram sua renda suficiente para fazer economias ou poupança e 9% têm renda familiar insuficiente e passam por grandes dificuldades financeiras.

Quanto à análise da confiança no Executivo associada à renda familiar, esta indica que a maior parte dos brasileiros confia muito neste Poder. Ou seja, 44% avalia que a instituição do Executivo é muito confiável. Depois, seguem os brasileiros que confiam pouco, totalizando 42% de confiança no Executivo. Portanto, a menor parte, apenas 15%, alega não ter confiança alguma.

Ao verificarmos a variação em cada grau de confiança no Executivo, podemos descrever os seguintes resultados: no que diz respeito ao nível “nenhuma confiança”, que totaliza 15%, 1% desse valor refere-se aos brasileiros com renda familiar suficiente com possibilidade de fazer economia; 7% está relacionado àqueles que ganham o

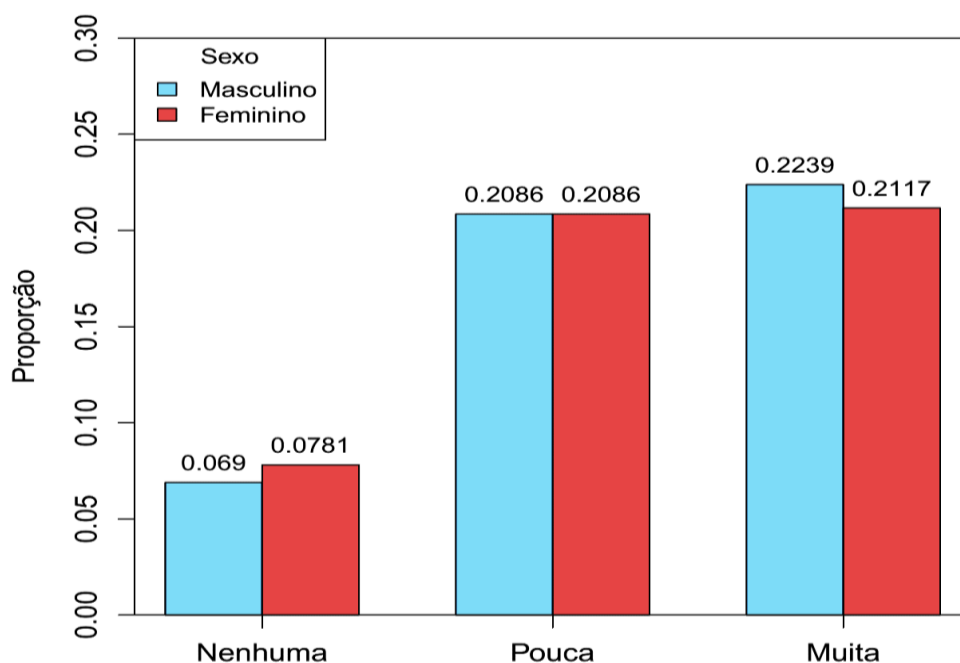
suficiente e que não passam por dificuldades; 5%, aos brasileiros com renda familiar insuficiente, a qual resulta em dificuldades; e 2% refere-se aos cidadãos que passam por muitas dificuldades e não têm renda familiar suficiente para supri-las.

No que concerne ao grau “pouca confiança”, 20% diz respeito às famílias com renda suficiente e que não passam por problemas financeiros; 14% têm renda insuficiente, mas sem dificuldades; 5% têm renda suficiente e fazem economias; e 3% dos que confiam pouco no Executivo enfrentam dificuldades e têm uma renda familiar insuficiente.

Quanto ao nível “muita confiança”, o qual totaliza 44%, é possível perceber que os que mais julgam a instituição muito confiável são os brasileiros com o segundo perfil, que têm uma renda satisfatória, sem passar por problemas financeiros (20%), seguidos daqueles que têm uma renda insatisfatória e enfrentam dificuldades (15%). Os índices mais baixos desse nível estão relacionados aos que acreditam ter uma renda familiar satisfatória e, por isso, fazem economias, e aos que julgam ter uma renda insuficiente, causando grandes dificuldades, 4% e 5%, respectivamente.

Portanto, conclui-se que os brasileiros que mais desconfiam do Executivo têm o perfil de pessoas com renda familiar insuficiente (passam por grandes dificuldades). Este grupo representa 9% do total. Em contrapartida, os que mais confiam têm uma renda regular, satisfatória, e não passam por dificuldades. Este último grupo representa 47%, ou seja, quase a metade dos brasileiros.

**Gráfico 26: Confiança no Executivo de Acordo com o Sexo (2010-2012)**

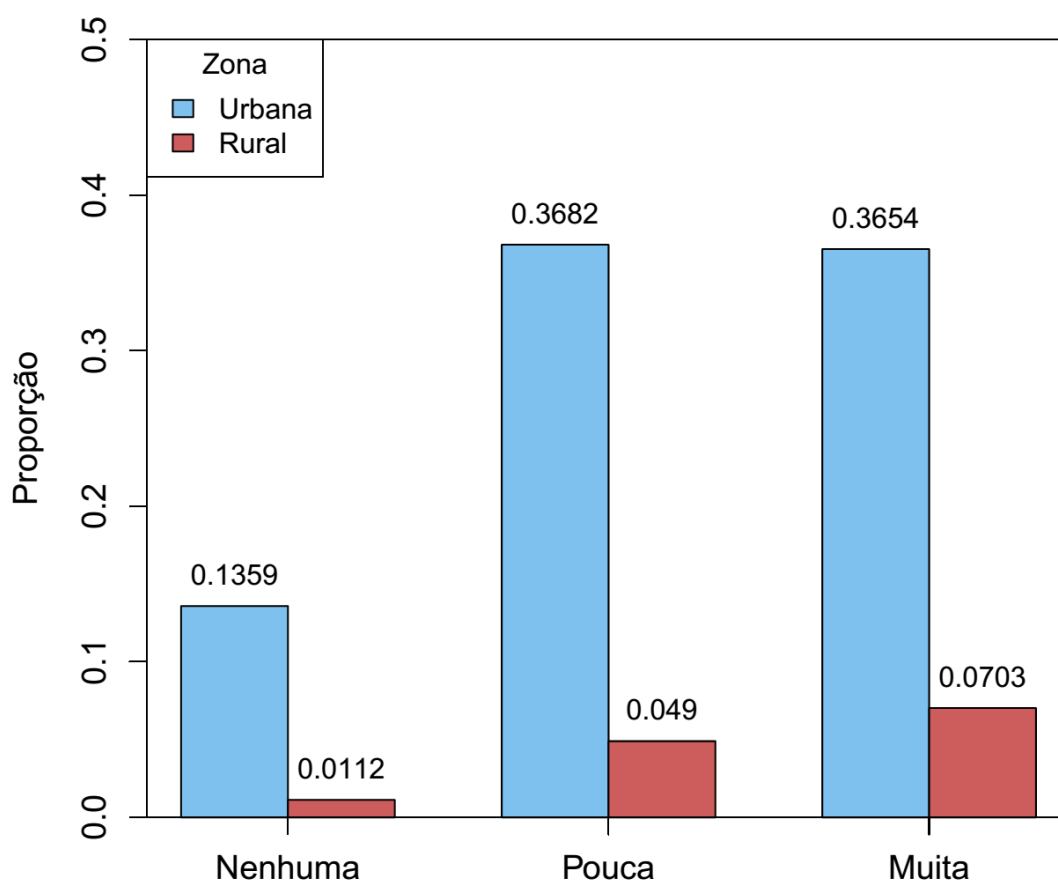


Enquanto no Judiciário e no Congresso a tendência, considerando a confiança em relação ao sexo, era de que homens e mulheres confiassem muito ou não tivessem confiança nas respectivas instituições, no Congresso as variáveis se comportam diferentemente. Há uma tendência maior para muita e pouca confiança. A primeiro grau corresponde a 44% e o segundo equivale a 42%. Ou seja, 44% de homens e mulheres confiam muito no Executivo, e 42% confiam pouco na instituição.

Numa análise mais detalhada, a confiança política no Executivo Federal se distribui da seguinte maneira: 7% de homens não confiam no Executivo; 21% têm pouca confiança e 22% consideram a instituição muito confiável. Quanto às mulheres, 8% não confiam, 21% confiam pouco e 21% têm muita confiança.

Em síntese, a ausência de confiança apresenta índices baixos, os quais perfazem 15% do total. Uma parcela considerável tanto de homens quanto mulheres confiam muito no Executivo, representando 44%. Outra parcela, também considerável, tende a confiar pouco nas instituição, representando 42%.

**Gráfico 27: Confiança no Executivo de Acordo com a Área Geográfica (2010-2012)**

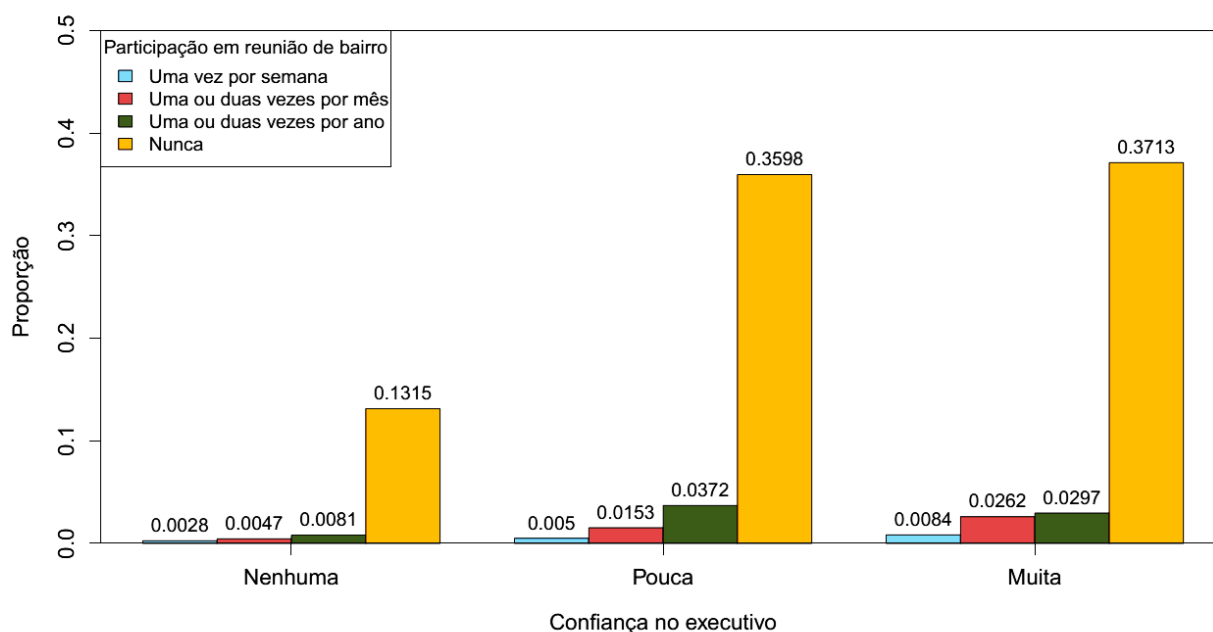


A distribuição dos índices de confiança conforme a área geográfica na qual o brasileiro mora indica que os moradores das áreas urbanas confiam mais no Executivo Federal e os que habitam nas zonas rurais confiam menos nas instituições. Percebe-se, para além disso, que os dados se distribuem de forma um pouco diferente dos casos analisados até aqui, quais sejam, o Judiciário e o Congresso.

Esta análise evidencia que tanto na zona urbana quanto na zona rural os maiores índices de confiança política no Executivo se distribuem entre pouca e muita confiança, perfazendo um total de 42% e 44%, respectivamente. Os índices mais baixos referem-se ao grau “nenhuma confiança” (15%).

A confiança dos indivíduos nas zonas analisadas nos leva a inferir que os índices se comportam de forma similar nos dois casos. Devemos observar o fato de que, na zona urbana, os brasileiros que têm pouca confiança representam 37%, e a mesma quantidade é vista para aqueles que confiam muito no Executivo, isto é, 37%. Em contrapartida, na zona rural, 5% das pessoas confiam pouco e 7% têm muita confiança. No que diz respeito a “nenhuma confiança”, 14% está relacionada à zona urbana e 1% à zona rural. Destarte, tendo em vista a análise da confiança no Executivo por zona geográfica, as pessoas são menos desconfiadas da instituição.

**Gráfico 28: Confiança no Executivo de acordo com a Participação em Reuniões de uma Associação de Bairro ou Junta de Melhorias para a Comunidade (2010-2012)**





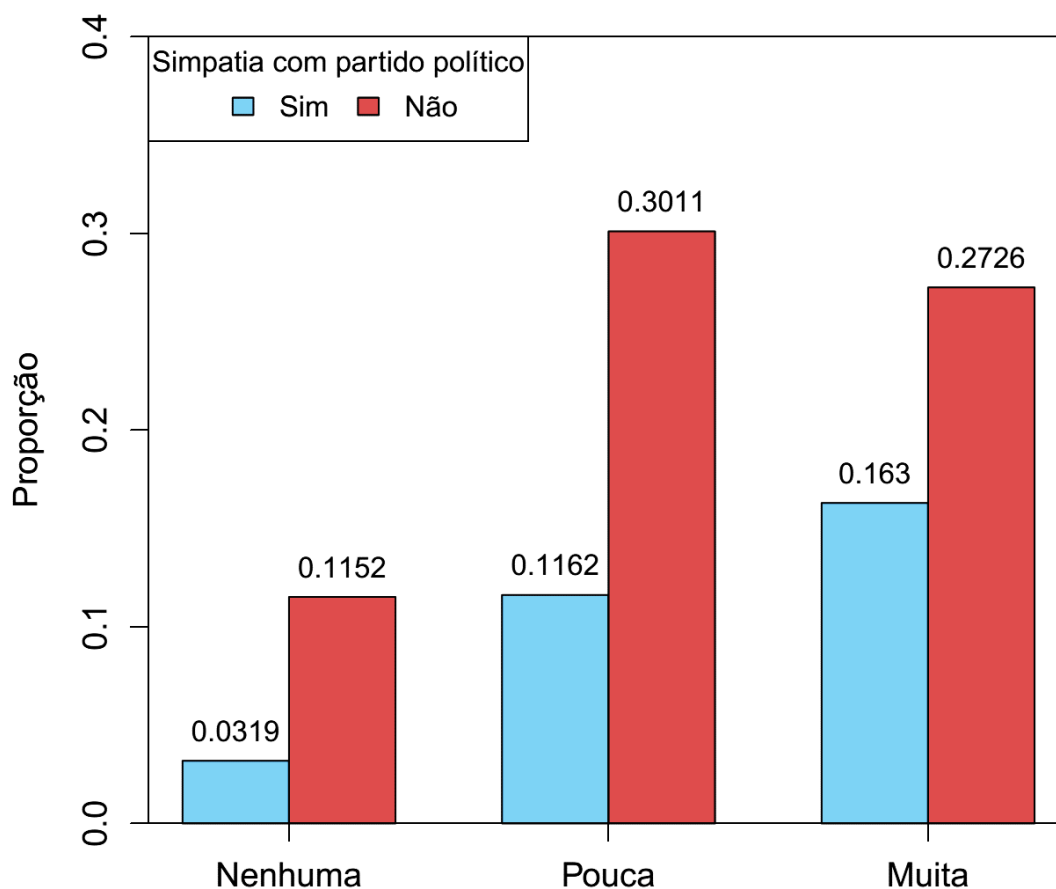
O período de 2010 a 2012 mostra que 2% da população entrevistada participou uma vez por semana de reuniões de associação de bairro; 5% participou uma ou duas vezes por mês; 8% frequentou uma ou duas vezes por ano; e 86% nunca participou.

Os dados apontam que os brasileiros muito confiantes no Executivo Federal são aqueles que nunca participam de reuniões desse tipo, ou seja, não têm vida associativa. Eles representam 37% da população. Por outro lado, os brasileiros que desconfiam da instituição e têm “nenhuma confiança”, correspondem a 15%. A partir desse número, é possível afirmar que os cidadãos que participam, pelo menos uma vez por semana ou por mês de reuniões de associações, não se incluem no grau “nenhuma confiança”, tendo em vista que representam 0%. Portanto, este grupo confia de alguma forma no Executivo (pouco ou muito).

Dos cidadãos que participam uma vez por semana, 0% não tem confiança no Executivo; 1% confia pouco e 1% percebe que a instituição inspira muita confiança. Quanto aos brasileiros que participam de associações cívicas uma ou duas vezes por mês, 0% deles não confia; 2% afirmam confiar pouco e 3% confiam muito no Executivo. No que diz respeito aos que frequentam reuniões de associações uma ou duas vezes por ano, 1% não confia na instituição; 4% têm pouca confiança e 3% declara confiar muito. Por fim, quanto aos brasileiros que não têm vida associativa em questões referentes ao seu bairro ou comunidade, 13% não têm confiança alguma no Executivo; 36% confiam pouco e 37% avaliam a instituição muito confiável.

Esses resultados nos levam a concluir que quanto maior a participação em reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade — durante o recorte temporal de 2010 a 2012 — menor a confiança no Poder Executivo. Em contrapartida, quanto menor a vida associativa, maior a confiança na instituição.

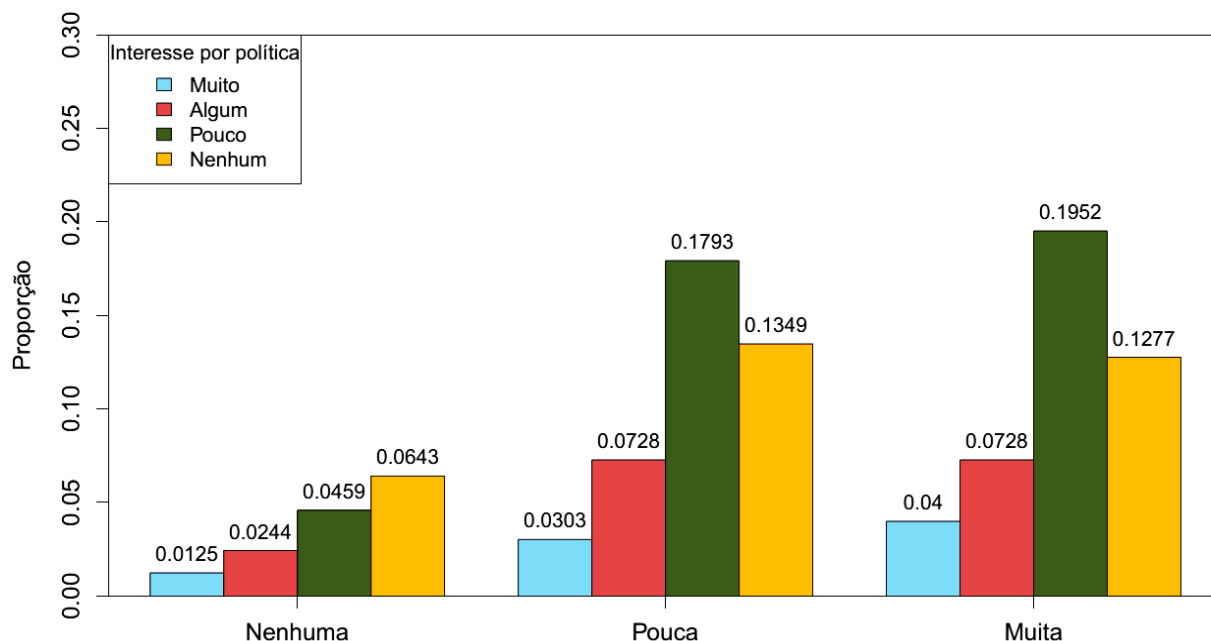
**Gráfico 29: Confiança no Executivo de Acordo com a Simpatia Partidária  
(2010- 2012)**



A confiança política no Poder Executivo, tendo por base a simpatia com algum partido político, aponta que 15% dos brasileiros não confiam na instituição. Desse total, 3% referem-se àqueles que possuem identificação partidária e 12% aos que não têm simpatia por nenhum partido brasileiro.

Dentre os declarantes, 42% afirmam que a instituição do Executivo é pouco confiável; 12% tem simpatia por partido político e 30% não. Quanto a avaliar o Executivo como uma instituição muito confiável, 44% dos entrevistados assim o reputam, dos quais 16% pertencem ao primeiro grupo — com identificação partidária — e 27% pertencem ao segundo, composto por pessoas sem qualquer identificação partidária. Sendo assim, quanto menor a identificação partidária, maiores são os indicadores de confiança e, quanto maior a simpatia com partido, menores são tais índices.

**Gráfico 30: Confiança no Executivo de Acordo com o Interesse por Política  
(2010-2012)**



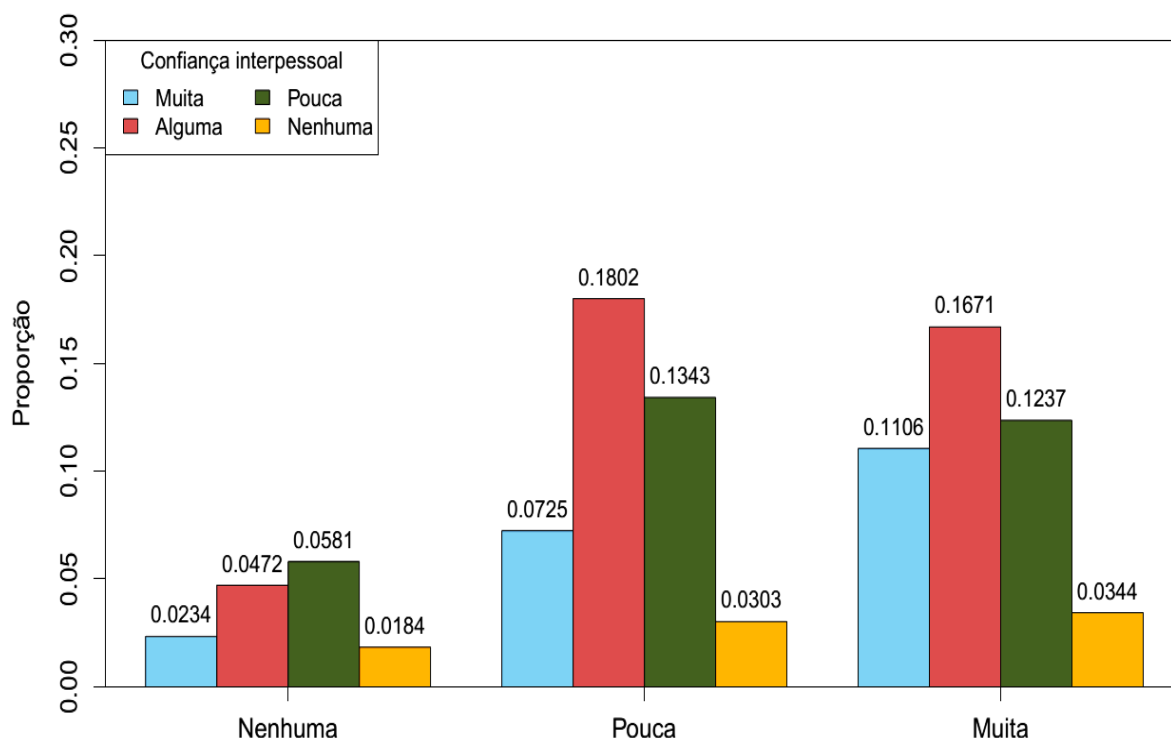
Um dos aspectos da cultura cívica de uma sociedade é o interesse que seus membros têm por assuntos que dizem respeito à vida política. No Brasil, grande parte dos cidadãos revela ter “pouco” interesse pela política (42%), ou seja, uma parcela significativa da população não demonstra se preocupar com questões do âmbito político. Em seguida, 33% dos brasileiros não têm interesse nenhum por tais questões; 17% declara ter algum interesse e a minoria, 8%, alega ser muito interessada por política.

Portanto, daqueles que representam a maioria — pessoas que pouco dão atenção à política —, é possível observar que 5% não confiam de forma alguma no Executivo; 18% confiam pouco e 20% tem muita confiança na instituição. Quanto ao grupo de brasileiros que não se importam com política (33%), a minoria revelou não ter confiança no Executivo, apenas 6%. Os demais representam indicadores semelhantes: 13% julgam a instituição pouco confiável e 13% acreditam que ela é muito confiável.

No que diz respeito aos brasileiros que se importam muito ou de alguma forma pelas questões do âmbito político, estes representam, como já dito, a menor parcela dos entrevistados. Dos primeiros, 1% não tem confiança no Executivo; 3% declaram ter pouca confiança e 4% acreditam muito na instituição. Quanto aos segundos, 2% desconfiam completamente; 7% confiam pouco e muito, respectivamente.

A seguir, explanaremos uma análise descritiva acerca da confiança no Executivo. Vejamos como os níveis de confiança institucional estavam durante os anos de 2010 a 2012, tendo por base o nível de confiança interpessoal.

**Gráfico 31: Confiança no Executivo de Acordo com a Confiança Interpessoal (2010-2012)**



Os dados sobre confiança no Executivo e confiança interpessoal revelam que 39% dos brasileiros entrevistados possuem alguma confiança para com seus concidadãos, dos quais 5% não tem confiança no Executivo; 18% declaram que sua confiança é pouca e 17% têm muita confiança.

A segunda maior parcela de brasileiros são aqueles que declaram ter “pouca” confiança interpessoal, os quais compreendem 32%. Nesse total, 6% desconfiam do Executivo; 13% têm pouca confiança e 12% julgam a instituição muito confiável. Em seguida estão os cidadãos que confiam muito uns nos outros. Juntos eles somam 21%. Destes, 2% não julgam a instituição confiável; 7% têm pouca confiança e 11% acreditam muito no Executivo.

Como podemos perceber, os indicadores acerca do nível de confiança institucional mais baixos referem-se aos brasileiros que afirmam não confiar de maneira

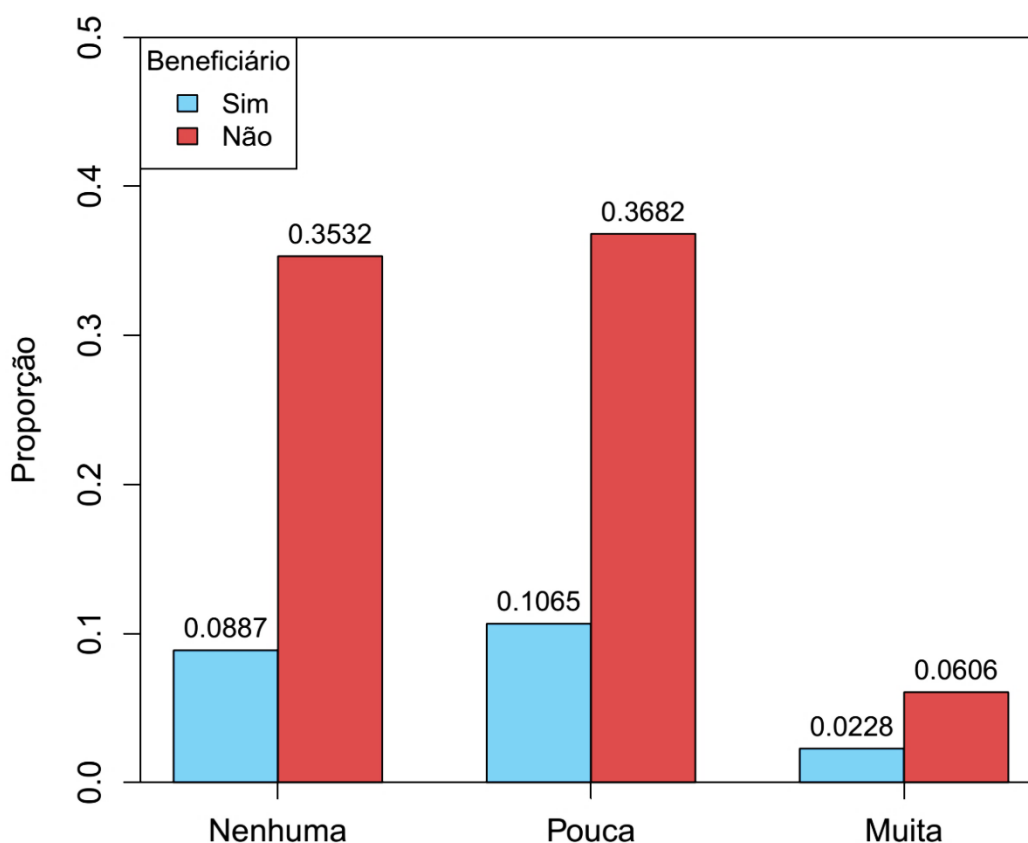
alguma nos outros. Eles representam a minoria dos entrevistados, apenas 8%, dos quais 2% não tem confiança; 3% confiam pouco e 3% têm muita confiança na instituição em análise.

Esta constatação mostra uma tendência dos brasileiros em confiar uns nos outros, ou seja, 92% das pessoas entrevistadas confiam de alguma forma nos brasileiros — de pouco a muito. O maior grau de desconfiança no Executivo relaciona-se aos brasileiros com pouca confiança interpessoal. Em contrapartida, o maior nível de confiança (muita) refere-se aos cidadãos que declaram ter alguma confiança interpessoal.

Feitas estas observações, passaremos agora para a análise descritiva da última instituição selecionada nesta pesquisa: os Partidos Políticos.

## 2.4. Distribuição da Confiança nos Partidos Políticos

**Gráfico 32: Confiança Partidos Políticos de Acordo com Beneficiário (ou não) de Programa Bolsa Família (2010-2012)**



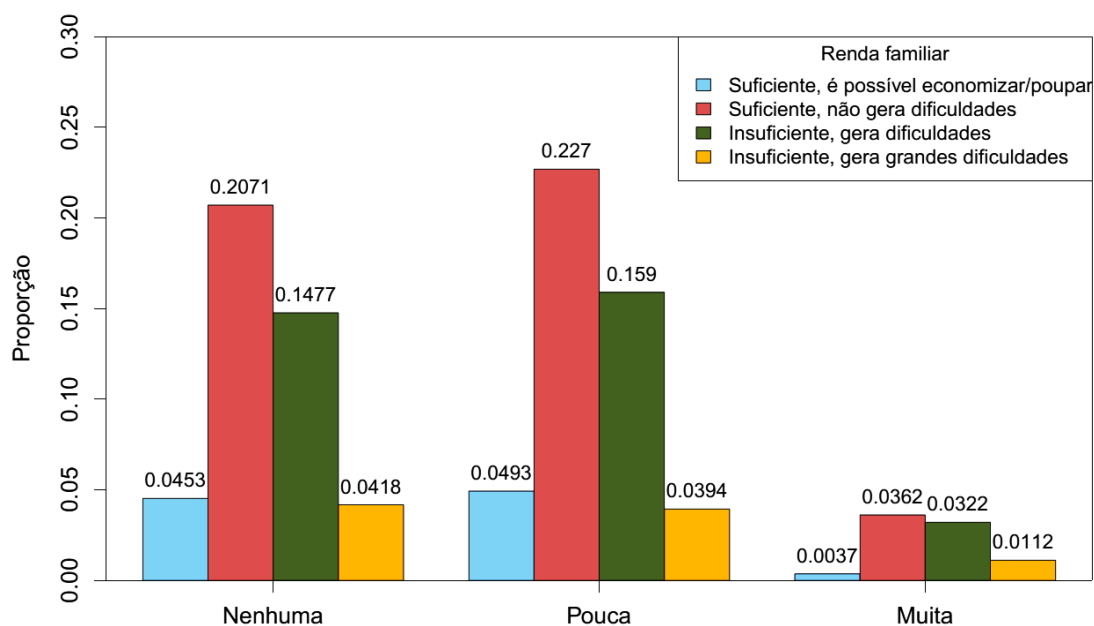
Para começar, observemos os dados referentes à confiança nos partidos políticos considerando o recebimento ou não do benefício do *Programa Bolsa Família*. Assim, como as descrições anteriores a esta — referentes ao Judiciário, Congresso e Executivo —, os partidos apresentam um comportamento semelhante nos dados.

Como sabemos, a maioria dos brasileiros entrevistados são não-beneficiários. Representam 78% da população. 22% diz respeito aos brasileiros que participam do programa de transferência de renda.

Quanto ao nível de confiança nos partidos, tomando por base o grupo de beneficiários: a maior parte tem pouca confiança na instituição (37%), enquanto a menor parcela (6%) considera os partidos muito confiáveis. Em uma situação intermediária, é possível verificar que 35% declara não ter confiança. Diante desse número, não podemos deixar de mencionar o elevado grau de desconfiança que essa instituição tem para quem participa do programa em questão.

No que concerne aos brasileiros beneficiários, estes constituem uma minoria da população, pois totalizam 22%. Destes, 9% desconfiam dos partidos políticos; 11% confiam pouco e 2% têm muita confiança.

**Gráfico 33: Confiança Partidos Políticos de Acordo com a Renda Familiar (2010-2012)**



A renda familiar como variável para mensurar a confiança nos partidos mostramos, a princípio, que os brasileiros, ou tendem a não confiar, ou confiam pouco na

instituição. O grau de nenhuma confiança institucional atinge 44% e o nível “pouca” alcança 47%. Ou seja, ambos representam quase a totalidade de entrevistados, restando apenas 8% para o indicador de muita confiança.

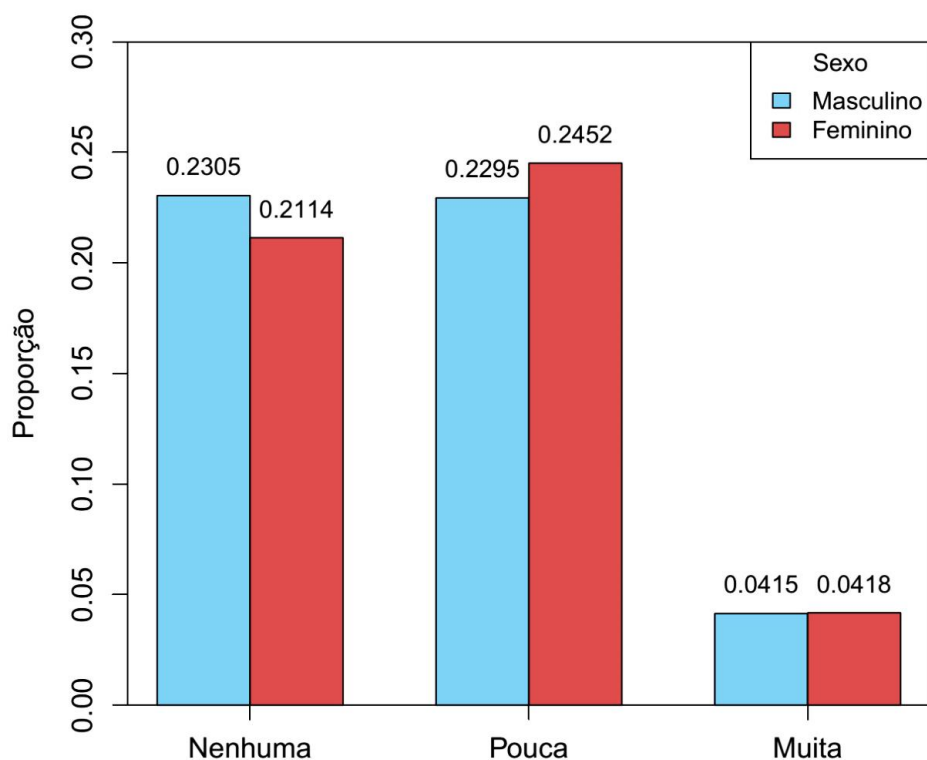
Para fins explicativos, seguiremos a ordem das barras de frequência. Dos brasileiros que possuem uma renda considerada suficiente e com possibilidade para economizar, 5% desconfiam dos partidos; outros 5% confiam pouco e 0% confia muito. Isso significa que os brasileiros com este perfil de renda familiar dividem suas opiniões entre não ter confiança na instituição e ter pouca confiança.

Sobre os cidadãos que possuem uma renda familiar suficiente, porém inviável à poupança, 21% não têm confiança nos Partidos Políticos, 23% confiam pouco e 4% têm muita confiança. Estes compreendem, portanto, a maior parte dos entrevistados, além de apresentarem uma diferença significativa em relação aos demais quanto à distribuição dos indicadores de confiança institucional.

A respeito dos brasileiros que possuem renda familiar insuficiente e, por conta disso, passam por dificuldades, 15% desconfiam dos Partidos; 16% confiam pouco; 3% julgam os Partidos Políticos como instituições muito confiáveis. Este perfil dos brasileiros representa a segunda maior parte da população (34%).

Na última posição do gráfico encontram-se os brasileiros com renda familiar insuficiente de tal modo que impõe a eles grandes dificuldades de subsistência. Neste grupo socioeconômico, a confiança nos Partidos Políticos se distribui da seguinte maneira: 4% desconfia; igualmente 4% tem pouca confiança e 1% confia muito. Percebe-se, portanto, que estes brasileiros dificilmente demonstram confiar muito na instituição.

**Gráfico 34: Confiança nos Partidos Políticos de Acordo com o Sexo (2010-2012)**



Quando tomamos a variável sexo como referência para verificar o índice de confiança política nos partidos políticos brasileiros, verificamos, de antemão, que os dados se distribuem de forma bastante parecida tanto no que diz respeito aos homens quanto às mulheres, cada um representando metade dos entrevistados.

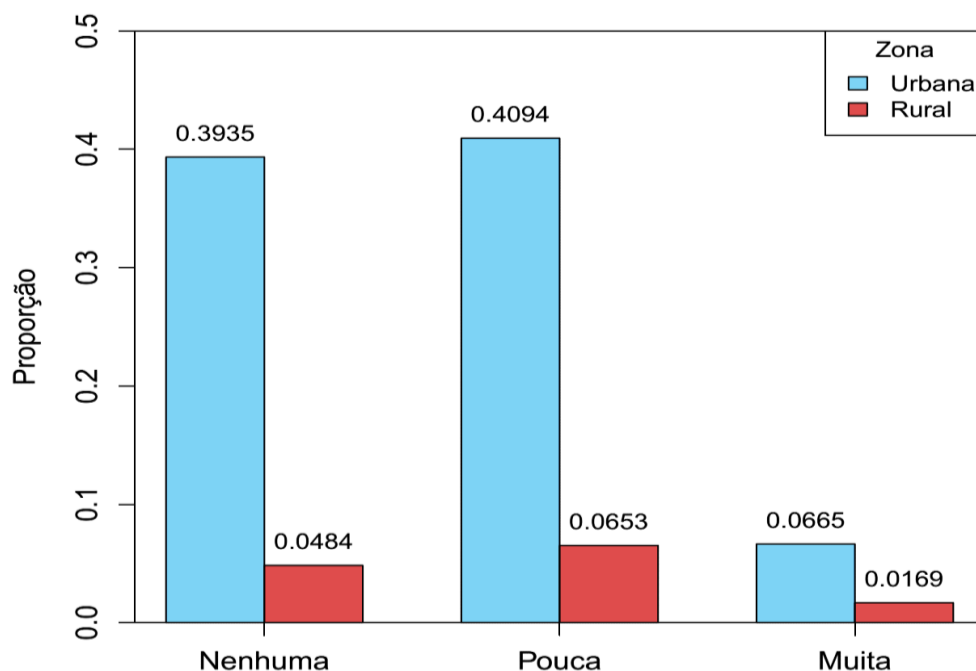
No que se refere ao sexo masculino, temos os seguintes dados: 23% não confia nos partidos políticos; 23% acredita que a instituição é pouco confiável e 4% julga-a muito confiável.

Quanto ao sexo feminino, temos a seguinte distribuição: 21% das mulheres não acredita que os Partidos Políticos são dignos de alguma confiança; 25% confia pouco e 4% deposita muita confiança na instituição.

Assim sendo, os indicadores de confiança, independentemente de que nível seja, são muito próximos. Tanto os homens quanto as mulheres têm o mesmo indicador de confiança quando afirmam ter muita confiança, pois cada um representa 4%, totalizando juntos, 8%. Neste caso, a minoria declara confiar muito nos Partidos Políticos. O maior indicador de confiança associa-se ao nível “pouca” (47%). O nível intermediário está em “nenhuma confiança”, o qual totaliza 44%.



**Gráfico 35: Confiança nos Partidos Políticos de Acordo com a Área Geográfica  
(2010-2012)**



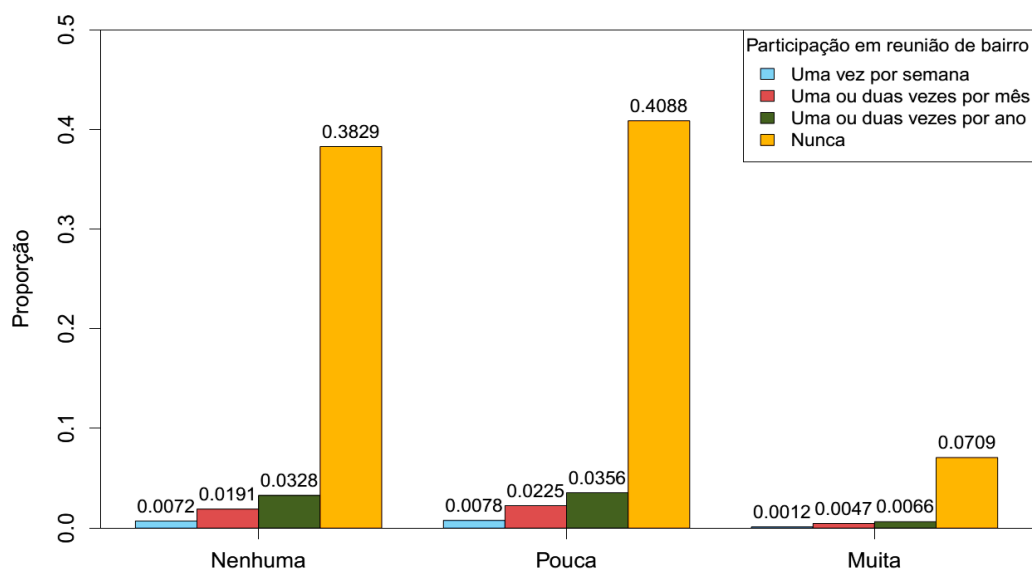
Neste gráfico, uma vez mais, constatamos uma convergência de dados com as análises realizadas sobre a confiança institucional no Judiciário, no Congresso e nos Partidos. Isso porque, quando avaliamos as três instituições, os maiores índices se distribuem entre os graus “nenhuma” e “pouca” confiança, de modo que os indivíduos que moram na zona urbana apresentam indicadores proporcionalmente maiores em razão, sobretudo, de representarem um contingente populacional maior em relação aos moradores da zona rural. Dentre as quatro instituições de análise desse estudo, apenas o Executivo apresenta indicadores diferentes, pois a maior parte da confiança dos brasileiros que moram em tais regiões, corresponde a “pouca confiança” ou a “muita confiança”.

No caso dos partidos políticos, como podemos observar no gráfico acima, a confiança política na instituição corresponde ao seguinte: na zona urbana, o total de entrevistados equivale a 87%, dos quais 39% não têm confiança nos partidos, 41% têm pouca confiança e 7% afirma confiar muito.

Quanto à zona rural, 5% não têm confiança alguma nos partidos, 7% julga a instituição pouco confiável e 2% têm muita confiança. Ao todo 13% dos indicadores se referem a esta zona.

De uma forma mais geral, tendo por base a zona geográfica, o grau “nenhuma confiança” corresponde a 44%. A pouca confiança nos partidos políticos equivale a 47% e 8% diz respeito a muita confiança. Assim, percebe-se que a confiança política concentra-se, em sua maior parte, entre “nenhuma” e “pouca”. E os menores indicadores relacionam-se a muita confiança.

**Gráfico 36: Confiança nos Partidos Políticos de Acordo com a Participação em Reuniões de uma Associação de Bairro ou Junta de Melhorias para a Comunidade (2010-2012)**



A análise da confiança nos partidos políticos associada à vida associativa ou à vida cívica no Brasil, revela que os maiores níveis de confiança relacionam-se aos brasileiros que não têm o costume de participar de reuniões de associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade. Ou seja, aqueles que nunca participam tendem a ter mais confiança nos partidos de seu país. Eles representam uma parcela de 86% da população. É visível o desinteresse dos brasileiros quanto a dedicar-se a uma vida associativa, principalmente, quando esta tem como escopo melhorar a localidade em que vive.

Os brasileiros que não participam de associações cívicas têm sua confiança política distribuída da seguinte maneira: 38% não confiam de forma alguma nos partidos; 41% confiam pouco e 7% confiam muito. No que concerne aos brasileiros que participam uma vez por semana, 1% não confia nos partidos políticos, 1% acredita que

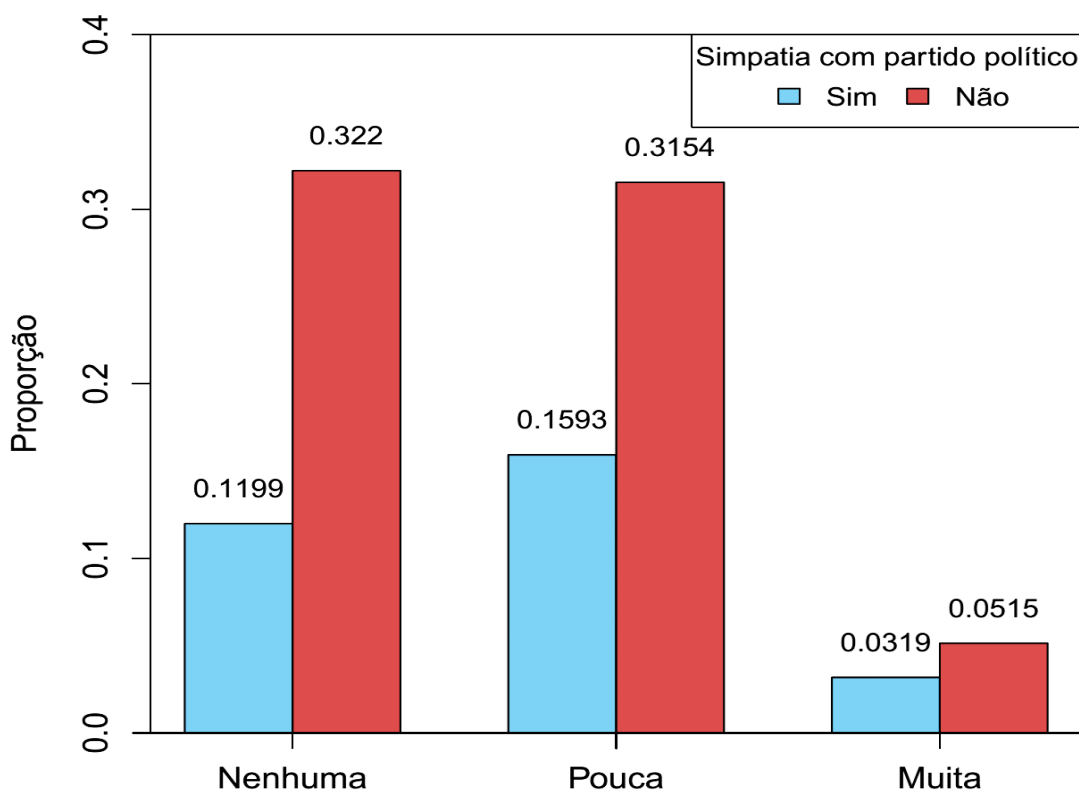
eles são pouco confiáveis e nenhum confia na instituição (0%). Quer dizer, estes brasileiros correspondem à minoria da população (2%).

Há ainda os brasileiros que participam de reuniões de bairro uma ou duas vezes por mês. Juntos, eles correspondem a 5% da população. Deste total: 2% não confiam nos Partidos Políticos; 2% confiam pouco e nenhum afirma ter muita confiança na instituição (0%). Portanto, a confiança política nos Partidos, nesse caso, concentra-se entre os dois primeiros níveis (“nenhuma” e “pouca”).

Quanto aos cidadãos que participam uma ou duas vezes por ano, estes totalizam 8% dos brasileiros, dos quais: 3% não têm confiança alguma nos partidos; 4% julga a instituição pouco confiável e 8% deposita muita confiança.

Esses resultados nos levam a concluir, portanto, que há uma grande apatia quanto à participação em associações cívicas, a exemplo de reuniões de bairros ou da filiação partidária. É mais comum aos brasileiros não participar do que ir pelo menos uma vez a encontros desse tipo.

**Gráfico 37: Confiança nos Partidos Políticos de acordo com a Simpatia Partidária (2010-2012)**



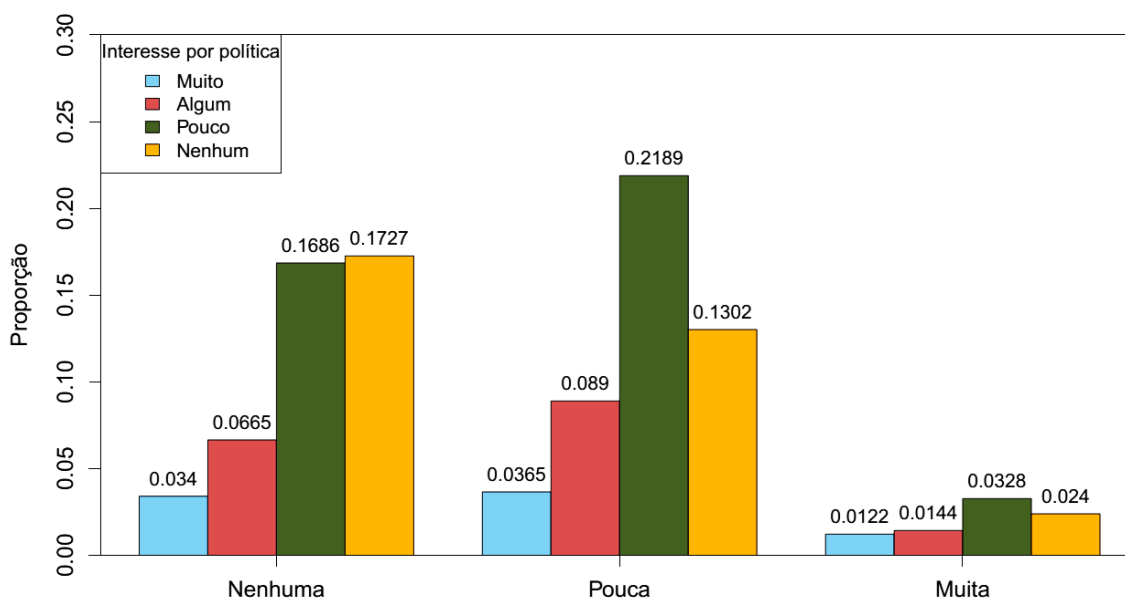
Ao verificarmos a maneira como a confiança política nos partidos se distribui a partir da identificação partidária, confirmamos o que os gráficos sobre outras instituições apresentaram: a quantidade de brasileiros que não possuem simpatia com partido político algum é consideravelmente maior se comparada aos que possuem. Enquanto os primeiros correspondem a 69%, ou seja, mais de dois terços, os segundos representam 31% dos brasileiros.

Em ambos os casos, os indicadores de confiança concentram-se, em sua maioria, entre os níveis “nenhuma” (44%) e “pouca” (47%) confiança. Os menores indicadores dizem respeito aos brasileiros que acreditam que os partidos são instituições muito confiáveis, apenas 8%.

Seguindo a ordem das colunas, os dados referentes aos cidadãos que, durante o período de 2010 a 2012, afirmaram ter simpatia partidária, são tais que: a maior parte tem pouca confiança nos partidos políticos (16%) e os brasileiros que não confiam de forma alguma na instituição correspondem a 12%. O menor índice de confiança corresponde a 3% e representa os cidadãos que declaram confiar muito nos partidos.

Em contrapartida, os brasileiros que não possuem identificação partidária caracterizam-se desta forma: 32% não confiam nos partidos; igualmente, 32% têm pouca confiança; e a minoria (5%) avalia a instituição como “muito confiável”.

**Gráfico 38: Confiança nos Partidos Políticos de Acordo com o Interesse por Política (2010-2012)**



A análise da confiança nas instituições partidárias com base no interesse que os brasileiros dedicam à política nos revela que 44% deles tende a confiar muito nos partidos; 47% confiam pouco e 8% têm muita confiança nestas instituições. Primeiramente, os dados associados aos brasileiros muito interessados por política demonstram que estes representam 8% da população. Deste total de 8%, 3% não confiam, 4% confiam pouco e 1% confia muito. Diante disso, percebe-se que o sentimento de pouca confiança é predominante entre os brasileiros que têm muito interesse por questões políticas, tendo em vista que correspondem a 4%.

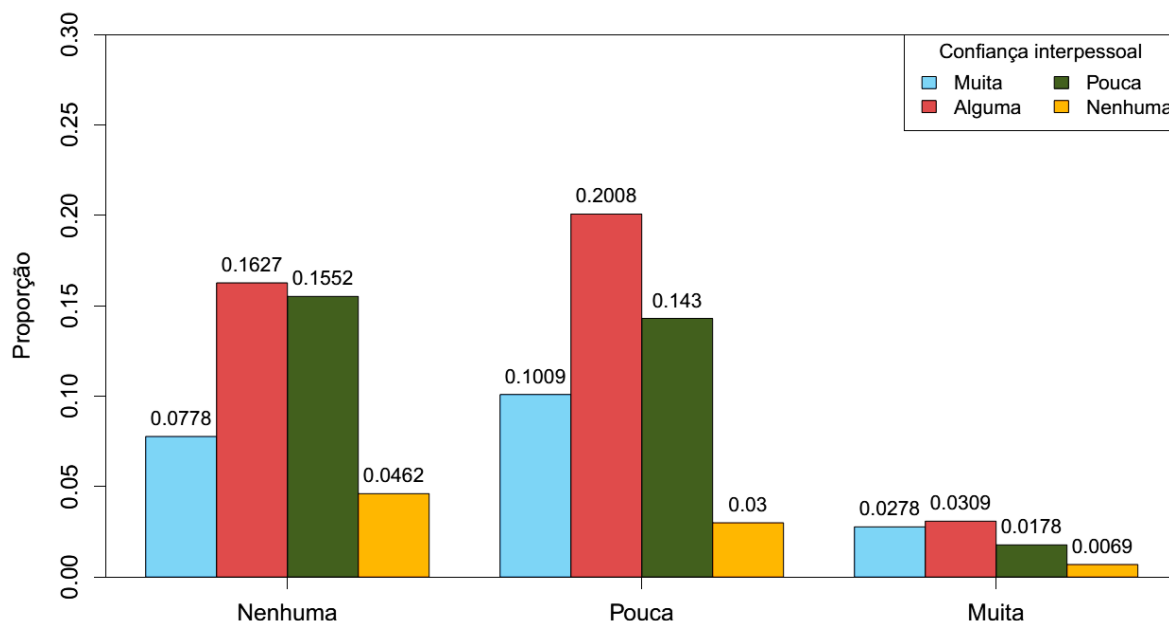
No que diz respeito aos brasileiros que afirmam ter algum interesse por política, estes totalizam 17% da população, dos quais 7% não confia de forma alguma nos partidos, 9% confia pouco e 1% avalia a instituição como “muito confiável”.

Em seguida, observamos os índices de confiança para os brasileiros com pouco interesse por assuntos relacionados à política. Destes, 17% veem os partidos como instituições não confiáveis; 22% depositam pouca confiança e 3% acreditam que os partidos são muito confiáveis.

Por fim, o gráfico apresenta a confiança nos partidos políticos para os brasileiros que não têm interesse algum por política. Os cidadãos com este perfil equivalem a 33% da população. Deste total, 17% não têm confiança nos partidos; 13% confiam pouco e somente 2% avaliam os partidos como instituições muito confiáveis.

Desse modo, o gráfico nos mostra que os brasileiros, ao demonstrarem pouco interesse por política (42%), tendem, igualmente, a confiar pouco nas instituições partidárias (47%). Observa-se ainda que o índice de desconfiança é elevado, atingindo 44%. São poucos os brasileiros que confiam muito nos partidos, sobretudo se considerarmos a variável “interesse por política”. Eles representam apenas 8% da população.

**Gráfico 39: Confiança nos Partidos Políticos de acordo com a confiança interpessoal (2010-2012)**



Este último gráfico nos mostra como a confiança nos partidos políticos brasileiros associa-se à confiança interpessoal. Como é possível observar a confiança interpessoal está categorizada em quatro níveis, quais sejam, “muita”, “alguma”, “pouca” e “nenhuma”. A partir desses níveis, podemos ver como está a confiança dos brasileiros nas instituições partidárias.

A começar pelos cidadãos que possuem muita confiança interpessoal, 8% deles não confiam nos partidos políticos, enquanto 10% confiam pouco e 3% têm muita confiança. Quanto aos brasileiros com alguma confiança em seus concidadãos, 16% desconfia da instituição, 20% — a maioria — têm pouca confiança e a minoria, 3%, afirma ter muita confiança.

Ao verificarmos a confiança política nos partidos considerando os brasileiros que alegam ter pouca confiança nos outros, constatamos que a maioria desconfia da instituição (16); 14% têm pouca confiança e apenas 2% consideram os partidos muito confiáveis. No que diz respeito aos que não possuem confiança interpessoal, a maioria (47%) julga esta instituição pouco confiável, seguida de 44% que a considera não confiável e de 8% que têm muita confiança.

Em resumo, com base na confiança interpessoal, a maioria dos brasileiros confia pouco nos Partidos Políticos. Correspondem a 47% do total. Em contrapartida, apenas 8% do total considera os partidos uma instituição bastante confiável.

## CAPÍTULO V

### ESTIMATIVAS DOS PARÂMETROS DAS REGRESSÕES LOGÍSTICAS MULTINOMIAIS PARA CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

#### 1. Procedimentos metodológicos

##### 1.1. Modelo Utilizado

Todos os testes estatísticos foram realizados no *software* R<sup>65</sup> versão 3.2.1 (Ambiente R) por meio do pacote *nnet* e do comando *multinom*. O método estatístico utilizado foi a regressão logística multinomial, a qual possibilita a análise da correlação entre uma variável dependente e um, ou mais de um, conjunto de variáveis independentes. O modelo de regressão não se limita apenas a respostas binárias, as quais admitem somente dois estados (0 e 1 ou “sim” e “não”, por exemplo), uma vez que nos dá a possibilidade de analisar várias categorias (Bittencourt, 2012).

Tendo em vista que parte de nossas variáveis são, em sua maioria, qualitativas, e indicam a existência de três ou mais grupos, a opção deste modelo, em detrimento da regressão logística considerada tradicional, justifica-se por permitir a extensão para variáveis respostas politômicas, ou seja, variáveis com três ou mais categorias; porque possibilita uma estimação direta de probabilidade de uma observação  $x$  pertencer a determinado nível e por ser possível também testar a significância de um amplo número de variáveis independentes (parâmetros). O teste de significância contribui para delimitar as variáveis que mais contribuem ou que não contribuem para que determinado nível seja influenciado.

O modelo utiliza uma variável resposta  $Y$ . Em nossa pesquisa, esta variável assumiu três categorias 1 (nenhuma confiança), 2 (pouca confiança) e 3 (muita confiança)<sup>66</sup>. Em razão dessa recategorização, o modelo logístico apresenta a razão entre  $Y=2$  e  $Y=1$  e a razão entre  $Y=3$  e  $Y=1$ , pois o nível  $Y=1$  foi tomado como base<sup>67</sup>.

---

<sup>65</sup> Este *software* foi desenvolvido pelo canadense Robert Gentleman, estatístico e bioinformático, e pelo neozelandês Ross Ihaka, também estatístico.

<sup>66</sup> Segundo os questionários, os entrevistados responderam o grau de confiança em cada instituição a partir de uma escala de 0 (nenhuma) a 7 (muito). Neste trabalho, recodificamos as variáveis originais nas três categorias citadas: 1 (nenhuma confiança), 2 (pouca confiança) e 3 (muita confiança).

<sup>67</sup> Nível 1 (nenhuma confiança) é a base.

As funções lineares *logit*  $g(x)$  permitem a estimação dos parâmetros  $\beta$ , que pode variar de  $-\infty$  a  $+\infty$ . Para tanto, baseia-se num vetor  $x$  de observações. Dessa forma:

$$g_1(x) = \ln \left[ \frac{P(Y = 2)}{P(Y = 1)} \right] = \beta_{10} + \beta_{11}x_1 + \dots + \beta_{1p}x_p$$

$$g_2(x) = \ln \left[ \frac{P(Y = 3)}{P(Y = 1)} \right] = \beta_{20} + \beta_{21}x_1 + \dots + \beta_{2p}x_p$$

As estimativas dos parâmetros são obtidas a partir de máxima verossimilhança (*maximum-likelihood estimation*) e indicam o cálculo das probabilidades condicionais para a ocorrência de cada categoria da variável-resposta (Y), como exemplificam as equações abaixo:

$$P(Y = 1|x) = \frac{1}{1 + e^{g_1(x)} + e^{g_2(x)}}$$

$$P(Y = 2|x) = \frac{e^{g_1(x)}}{1 + e^{g_1(x)} + e^{g_2(x)}}$$

$$P(Y = 3|x) = \frac{e^{g_2(x)}}{1 + e^{g_1(x)} + e^{g_2(x)}}$$

Por meio da discriminação logística entre os níveis, é possível estabelecer uma generalização direta do modelo logístico (Bittencourt, 2012). Dessa forma, na regressão logística multinomial, a probabilidade de uma determinada observação  $x$  pertencer a uma das classes  $y$  é estimada a partir da expressão:

$$g_i(x) = \ln \left[ \frac{P(Y = y_i|x)}{P(Y = y_k|x)} \right] = \beta_{i0} + \beta_{i1}x_1 + \dots + \beta_{ip}x_p, i = 1, 2, 3, \dots, k - 1$$

$$g_k(x) = 0$$

Em suma, a interpretação da regressão logística multinomial pode ser realizada em duas etapas. A primeira é a análise das estimativas dos parâmetros. A estimativa é feita por máxima verossimilhança, a qual mede os valores das probabilidades dos diversos parâmetros do modelo. A segunda etapa é a verificação do nível de significância de cada parâmetro (*p-value*), por meio da qual se constata a probabilidade de se obter uma estatística de teste igual ou mais extrema que aquela observada em uma



amostra. Isto nos mostrará a magnitude da significância dos parâmetros mediante a análise do *valor - p*. Esta análise tem a finalidade verificar que variáveis são determinantes para a confiança nas instituições brasileiras. Ou seja, quais dessas impactam os índices de confiança nas instituições.

Feitas estas duas etapas metodológicas, discorreremos sobre as probabilidades estimadas para cada nível de confiança nas instituições. Esta análise, diferentemente da primeira (por variável), será feita no nível individual. Assim, verificaremos as probabilidades de confiança nas instituições a partir de cada indivíduo da amostra, tendo por base as suas características.

Para tanto, observaremos as probabilidades para os indivíduos 01 a 15, depois, dos indivíduos 3195 a 3202. Este grande intervalo de casos se deve à ampla quantidade de entrevistados da amostra. Com este total de indivíduos e com as observações encontradas, será possível ter indícios sobre o perfil dos brasileiros quanto à confiança no Judiciário, no Congresso, no Executivo e nos Partidos Políticos. Ou seja, poderemos ter bases probabilísticas que nos mostrem a propensão da desconfiança ou da confiança de cada indivíduo e constatar se há ou não um padrão entre eles. Estas análises contribuirão bastante de modo que nos permitirão entender melhor a cultura política dos brasileiros.

## 2. Estimativas dos Parâmetros das Regressões Logísticas Multinomiais para Confiança nas Instituições

**Tabela 04: Estimativas dos Parâmetros da Regressão Logística Multinomial para Confiança no Judiciário**

Parâmetro	Estimativa		Erro padrão		Estatística do Teste		Valor - P	
	2	3	2	3	2	3	2	3
Intercepto	-1,0279	-2,9185	0,5475	0,6574	-1,8773	-4,4392	0,0605	0,0000
Beneficiário de Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família) (Não)	0,0901	-0,1452	0,1165	0,1393	0,7731	-1,0427	0,4395	0,2971
Sexo (Feminino)	0,1704	0,2283	0,0918	0,1164	1,8565	1,9618	0,0634	0,0498
Zona (Rural)	0,2037	0,1354	0,1509	0,1768	1,3493	0,7658	0,1772	0,4438
Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por mês)	-0,1639	-0,6576	0,4602	0,5272	-0,3562	-1,2474	0,7217	0,2123
Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por ano)	-0,4851	-1,0104	0,4293	0,4983	-1,1300	-2,0276	0,2585	0,0426
Participação em reuniões de uma associação de bairro (Nunca)	-0,4259	-0,6433	0,4017	0,4550	-1,0601	-1,4138	0,2891	0,1574
Confiança interpessoal (Pouca confiança)	0,3181	-0,1304	0,1268	0,1495	2,5088	-0,8718	0,0121	0,3833
Confiança interpessoal (Alguma confiança)	0,0612	-0,4665	0,1297	0,1570	0,4716	-2,9712	0,6372	0,0030
Confiança interpessoal (Nenhuma confiança)	-0,1424	-0,4900	0,1794	0,2254	-0,7935	-2,1738	0,4275	0,0297
Avaliação do Combate à Pobreza	0,0621	0,1646	0,0314	0,0400	1,9824	4,1160	0,0474	0,0000
Avaliação do Combate à corrupção	0,1154	0,2392	0,0312	0,0374	3,6965	6,3998	0,0002	0,0000

Avaliação do gerenciamento da economia.	0,1682	0,3590	0,0326	0,0425	5,1586	8,4561	0,0000	0,0000
Interesse por política (Algum)	0,6326	-0,0397	0,1995	0,2320	3,1708	-0,1711	0,0015	0,8641
Interesse por política (Pouco)	0,4885	-0,1101	0,1794	0,2045	2,7228	-0,5382	0,0065	0,5905
Interesse por política (nenhum)	0,0562	-0,6075	0,1848	0,2154	0,3044	-2,8209	0,7608	0,0048
Situação Econômica Familiar (Suficiente, sem maiores problemas)	0,1321	0,1980	0,1541	0,2020	0,8575	0,9804	0,3912	0,3269
Situação Econômica Familiar (Não suficiente, moderada)	0,0761	0,1806	0,1625	0,2122	0,4687	0,8513	0,6393	0,3946
Situação Econômica Familiar (Não suficiente, grave)	-0,1064	0,2784	0,2071	0,2620	-0,5135	1,0626	0,6076	0,2880
Número de filhos	0,0258	0,0493	0,0250	0,0296	1,0321	1,6636	0,3020	0,0962
Avaliação da situação econômica do país (Boa)	0,3266	0,6106	0,2785	0,3442	1,1728	1,7737	0,2409	0,0761
Avaliação da situação econômica do país (Nem boa, nem ruim)	-0,0127	0,4321	0,2742	0,3407	-0,0462	1,2684	0,9631	0,2047
Avaliação da situação econômica do país (Má)	0,1148	0,6538	0,3014	0,3811	0,3807	1,7159	0,7034	0,0862
Avaliação da situação econômica do país (Muito má)	-0,4698	0,5132	0,3111	0,3869	-1,5102	1,3264	0,1310	0,1847
Identificação com partido político (Não)	0,0859	-0,0181	0,1032	0,1265	0,8319	-0,1429	0,4055	0,8863

## 2.1. Interpretação dos parâmetros do modelo I

Cada tabela de estimativas de regressão logística multinomial para os indicadores de confiança nas instituições contém 25 parâmetros, cada um em uma linha específica. A interpretação dos dados será feita em duas etapas: primeiro analisaremos as estimativas dos parâmetros e, depois, o nível de significância deles (*p-value*). Por isso, destinamos um parágrafo para cada parâmetro. A estimativa será feita por máxima verossimilhança (*maximum-likelihood estimation*), a qual medirá os valores dos diversos parâmetros do modelo. Com isso, é possível maximizar a informação contida nos dados, para aumentar a acurácia das estimativas.

Como informamos no início deste capítulo, a variável dependente “confiança nas instituições” configura-se uma variável nominal e apresenta mais de dois níveis de codificação. Ou seja, possui mais de duas categorias: *nenhuma* (nível 1), *pouca* (nível 2) e *muita* confiança (nível 3). O nível base ou referência, portanto, será o primeiro. Assim, todas as interpretações serão feitas relacionadas ao nível 1 (nenhuma confiança).

**I.** De acordo com a Tabela 04, podemos observar que o intercepto ou *parâmetro*  $\beta_0$  (valor médio) apresenta dois valores de coeficientes. O primeiro se refere à pouca confiança em comparação à nenhuma confiança, relação esta que apresenta uma estimativa negativa (-1,2079). Isso quer dizer que é mais provável que haja o predomínio do sentimento desconfiança (nível 1) do que pouca confiança (nível 2) na instituição do Judiciário. O segundo coeficiente (-2,9185) refere-se à estimativa da relação entre o nível 3 e 1. Os resultados apontam que a probabilidade de haver muita confiança é menor do que a probabilidade de ter desconfiança na instituição. Portanto, tanto os níveis 2 e 3 da variável confiança no Judiciário são menos prováveis do que o nível 1. Mas, não podemos deixar de dizer que a relação entre 2/1 (-1,2079) é mais provável do que a relação entre os níveis 3/1 (-2,9185), pois ela possui uma estimativa maior.

**II.** Quanto à estimativa do parâmetro — *Beneficiário de Programa de Transferência de Renda* —, quem não é beneficiário tem uma estimativa positiva para pouca confiança (0,0901) e negativa para muita confiança (-0,1452). Fazendo uma comparação com quem recebe o benefício: de um lado, aqueles que não o recebem têm mais chances de ter pouca confiança na instituição do que não confiar; de outro, quem não é beneficiário tem menos probabilidade de considerar o Judiciário muito confiável do

que não ter confiança nele. Logo, os níveis de confiança tem mais possibilidades de se concentrarem entre os níveis 1 e 2 — nenhuma e muita confiança.

**III.** O parâmetro sobre a variável *sexo (feminino)*. Ela serve de base para a variável — masculino. Os resultados da regressão indicam que as mulheres têm maior probabilidade de confiar pouco do que não confiar. E esta possibilidade aumenta ainda mais quanto ao nível 3. Isso porque este nível tem um coeficiente positivo em relação ao nível 1, além de aumentar em relação ao 2. Ou seja, as mulheres possuem maiores chances de ter muita confiança na instituição do que nenhuma e pouca em relação aos homens.

**IV.** O parâmetro *zona (rural)*. Os coeficientes apresentam-se positivos tanto no nível 2 quanto no nível 3. Assim, é possível dizer que, quando comparados com os habitantes da zona urbana, os moradores do meio rural possuem maior probabilidade de confiar pouco (0,2037) do que desconfiar completamente (nível 1). Ademais, têm também mais chances de ter muita confiança (0,1354) do que nenhuma. Então, estes coeficientes nos permitem afirmar que os indicadores tendem a se concentrarem em “pouca” e “muita” confiança nas instituições.

**V.** Da quinta à sétima linha da tabela 04, as estimativas englobam a variável “participação em reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade”. Esta variável foi subdividida em três a partir de cada uma de suas respostas. Desse modo, os parâmetros serão as referências da variável de participação de *uma vez por semana*. Primeiramente, é possível afirmar que as estimativas daqueles que *participam uma ou duas vezes por mês* são negativas nos níveis 2 e 3. Em outras palavras, as pessoas que têm esta frequência — de uma ou duas vezes por mês — têm mais chances de não confiar do que confiar pouco (-0,2037) e menos probabilidade de não ter muita confiança do que nenhuma (-0,6576). Portanto, a estimativa do parâmetro indica que é mais provável que as pessoas com vida associativa de uma vez por mês tenham mais chances de desconfiar e de confiar pouco do que os brasileiros que participam de reuniões cívicas uma vez por semana.

**VI.** No que diz respeito ao parâmetro — *participação com frequência de uma ou duas vezes por ano* em reuniões cívicas — em relação àqueles que participam uma vez por semana, os coeficientes são negativos para os níveis 2 e 3. Portanto, os brasileiros que fazem parte do primeiro grupo tendem a desconfiar do Judiciário do que considerá-lo pouco confiável. Ou seja, o nível 2 é negativo em relação ao nível 1, pois tem o

coeficiente -0,4851. Além disso, constata-se que este grupo de brasileiros tem menos chances ainda de julgar a instituição muito confiável do que não confiável, pois o nível 3 também apresenta uma estimativa negativa (-1,0104) comparado ao primeiro nível.

**VII.** Parâmetro que se refere à não *participação* em reuniões cívicas, ou seja, diz respeito aos brasileiros que nunca participam. As estimativas, assim como a análise anterior, são negativas para os níveis 2 e 3 em relação ao 1. Portanto, quem não participa tem menos probabilidade de confiar pouco no Judiciário do que não confiar nele (-0,4259). O mesmo, mas em proporção distinta, ocorre no nível 3. Ou seja, quem não participa tem menos chances ainda de confiar muito na instituição do que não confiar nela (-0,6433). Logo, estas pessoas tendem a não confiar de forma alguma no Judiciário do que aquelas que participam de reuniões cívicas pelo menos uma vez por semana.

Da oitava à décima linha da tabela analisada, as estimativas se referem à confiança interpessoal, variável que foi subdivida em três parâmetros: *pouca*, *alguma* e *nenhuma*. Todas estas devem ser interpretadas em comparação à variável *muita confiança interpessoal*, pois elas são as referências.

**VIII.** Portanto, quanto ao parâmetro pouca confiança interpessoal, o primeiro coeficiente é positivo para o nível 2 em relação ao nível 1 (0,3181). Quer dizer, os brasileiros que confiam pouco em seus concidadãos têm mais chances de ter pouca confiança do que nenhuma confiança em relação aos brasileiros que confiam muito uns nos outros. O segundo coeficiente é negativo para o nível 3 em relação ao nível 1. Ou seja, é mais provável que alguém com muita confiança interpessoal desconfie do Judiciário do que tenha “muita confiança” neste Poder. Portanto, é presumível que a pouca confiança interpessoal se associe também à pouca confiança na instituição do Judiciário.

**IX.** Quanto ao parâmetro referente a *alguma* confiança interpessoal, o nível 2 tem estimativa positiva em relação ao nível 1 (0,0612). Por isso, aqueles que possuem alguma confiança no outro tendem mais a confiar pouco no Judiciário do que desconfiar da instituição. Já o nível 3 tem um coeficiente negativo (-0,4665) em relação ao nível 1. Isto significa que é menos provável que esses brasileiros tenham muita confiança do que nenhuma confiança no Judiciário, se comparados aos brasileiros que confiam muito uns nos outros.

**X.** O parâmetro relacionado a *nenhuma* confiança interpessoal possui estimativas negativas para os dois níveis (2 e 3). Isso significa que os brasileiros que não confiam

nos outros brasileiros têm mais chances de, também, não confiar no Judiciário do que confiar pouco (-0,1424). Do mesmo modo, essas pessoas têm mais probabilidades de não confiar do que ter muita confiança na instituição (-0,4900). Assim, é mais presumível que os índices de confiança política se concentrem em “nenhuma confiança no Judiciário”.

Quanto aos parâmetros que se encontram no intervalos entre as linhas onze e treze — *avaliação do combate à pobreza*, *avaliação do combate à corrupção*, *avaliação do gerenciamento da economia* — estas têm em suas respostas a escala de um a sete (nada — muito). Então, as suas interpretações se darão apenas pela observação dos coeficientes nos níveis 2 e 3 em relação ao nível 1. Isso porque não há uma resposta ou variável de referência. Vejamos a continuação das análises.

**XI.** Seguindo a ordem, o parâmetro *avaliação do combate à pobreza* possui estimativas positivas para os níveis 2 e 3 em relação ao 1. Portanto, infere-se que quanto melhor a avaliação do combate à pobreza pelo governo e suas instituições são maiores as chances de o indivíduo ter pouca confiança no Judiciário do que nenhuma confiança nele (0,0621). Ademais, maior ainda é a probabilidade de os brasileiros terem muita confiança do que nenhuma confiança (0,1646). Ou seja, a partir dos coeficientes positivos é possível dizer: quanto melhor a avaliação do desempenho institucional no combate à pobreza, maiores tendem a ser os indicadores de confiança, concentrando-se, sobretudo, em muita confiança (nível 3).

**XII.** A respeito do parâmetro que se refere à *avaliação do combate à corrupção*, o nível 2 foi positivo comparado ao nível 1 (0,1154) e o nível 3 também foi positivo em relação ao nível 1 (0,2392). Portanto, quanto melhor a avaliação do combate à corrupção, mais probabilidades há de os brasileiros terem pouca e/ou muita confiança do que nenhuma confiança no Judiciário.

**XIII.** O parâmetro *avaliação do gerenciamento da economia* mostra que o coeficiente do nível 2 apresenta uma relação positiva em relação ao nível 1 (0,1682). Assim, à medida que os brasileiros avaliam bem o gerenciamento da economia, eles são mais tendenciosos a confiar pouco no Judiciário do que desconfiar dele. O coeficiente do nível 3 igualmente apresenta uma relação positiva em relação ao nível 1. Ou seja, à medida que os brasileiros avaliam bem o desempenho da economia, maiores são as chances de eles confiarem muito na instituição em questão do que não confiar de forma

alguma. Portanto, nesse caso, os níveis de confiança política concentram-se em pouca e muita confiança, com maior tendência ao 3 nível (muita).

No que diz respeito aos parâmetros relacionados ao interesse por política, estes foram divididos em três — *algum*, *pouco* e *nenhum*. Dessa forma o parâmetro ou a variável base é *muito interesse por política*.

**XIV.** As análises do parâmetro que se refere a *algum* interesse por política revelam que as estimativas apresentaram uma relação positiva no nível 2 e negativa no nível 3 em relação ao nível 1. De acordo com o nível 2, se comparados aos brasileiros que têm *muito* interesse por política, aqueles que afirmam ter *algum* interesse em tais questões tendem a confiar pouco no Judiciário do que não confiar (0,6326). Conforme o coeficiente do nível 3, estes brasileiros tendem a desconfiar da instituição do que ter muita confiança (-0,0397). Portanto, os indicadores de confiança política no Judiciário são mais altos para nenhuma e pouca confiança.

**XV.** Em seguida, quanto ao parâmetro *pouco interesse por política*, seus coeficientes comportam-se semelhante ao caso anterior: positivo para o nível 2 e negativo para o nível 3. Logo, comparados aos brasileiros que têm *muito* interesse por política, os que dizem se interessarem pouco por estas questões têm mais chances de confiar pouco no Judiciário do que não confiar nele (0,4885). Estas pessoas também tendem a não ter muita confiança na instituição, mas a desconfiar dela (-0,1101).

**XVI.** No que concerne ao parâmetro *nenhum interesse por política*, este parâmetro apresenta o mesmo comportamento: positivo para o nível 2 e negativo para o nível 3. Desse modo, em relação aos brasileiros que têm *muito* interesse por política, os que dizem não se interessarem por tais assuntos têm mais chances de confiar pouco no Judiciário do que não confiar nele (0,0562). Estas pessoas ainda são tendenciosas a não ter muita confiança no Judiciário e, por isso, desconfiar dele (-0,6075).

O parâmetro sobre a *avaliação da renda familiar* dividiu-se em três — *suficiente, não gera dificuldades; insuficiente; gera dificuldades* e *insuficiente, gera grandes dificuldades*. O parâmetro com a função de base é *suficiente, com possibilidade de economizar*. Vejamos, a seguir, as interpretações do modelo.

**XVII.** O parâmetro que diz respeito à avaliação da renda familiar como *suficiente, não gera dificuldade* indica estimativas positivas para os níveis 2 e 3 em relação ao nível 1. Portanto, é mais provável que os brasileiros pertencentes a esse grupo de avaliação da sua renda familiar tenham pouca confiança no Judiciário do que



desconfiem dele (0,1321). Além disso, eles possuem mais chances ainda de julgar a instituição muito confiável do que não confiável (0,1980).

**XVIII.** O parâmetro que corresponde à avaliação da situação econômica como *insuficiente, mas sem gerar dificuldades* apresenta uma relação parecida com a análise anterior quanto aos seus coeficientes: positiva para ambos os níveis. De um lado, os brasileiros que consideram sua renda insuficiente, mas não passam por dificuldades, têm mais chances de confiar pouco na instituição do que não confiar em relação àqueles que têm renda suficiente e economizam (0,0761). De outro, é mais provável ainda que confiem muito no Judiciário do que desconfiem dele (0,1806).

**XIX.** Quanto ao parâmetro sobre *avaliação da renda familiar insuficiente, gerando grandes dificuldades*, apenas nele os coeficientes apresentam relações distintas dos anteriores, pois um apresenta-se negativo para o nível 2 em relação ao nível 1, e o outro apresenta-se positivo para o nível 3 em relação ao 1. Portanto, os brasileiros que têm uma renda familiar insuficiente e passam por muitas dificuldades tendem a desconfiar do Judiciário em vez terem pouca confiança (-0,1064). Em contrapartida, são maiores as possibilidades de eles terem muita confiança do que nenhuma (0,2784). Esses valores de estimativas nos levam a concluir que os índices de confiança se concentram entre nenhuma e muita confiança, tendo este último uma predominância maior.

**XX.** O parâmetro que diz respeito ao *número de filhos* tem coeficientes positivos para os dois níveis em relação ao nível 1, o que nos leva a presumir que quanto mais filhos os brasileiros têm, mas eles são tendenciosos a confiar pouco ou muito no Judiciário do que não confiar de forma alguma. Isso porque a estimativa do nível 2 (pouca) é positiva em relação ao nível 1 (nenhuma) — 0,0258, e a estimativa do nível 3 em relação ao nível 1 também é positiva (0,0493), com a diferença de que é maior. Logo, quanto mais filhos, mais confiança os brasileiros depositam no Judiciário.

Os parâmetros seguintes referem-se à *avaliação da situação econômica do país*. Por ter mais de uma categoria, foi também subdividida em quatro, quais sejam: *boa; nem boa, nem ruim; má; muito má*. Assim, estas serão as referências para a variável resposta *muito boa*. Dito isso, prossigamos.

**XXI.** No parâmetro *avaliação da economia do país como boa*, o coeficiente teve uma relação negativa no nível 2 em relação ao nível 1 (-0,0127). Portanto, quando os brasileiros avaliam “boa” a situação econômica nacional, são maiores as chances de terem pouca confiança do que nenhuma confiança no Judiciário. Positiva também foi a

estimativa para o nível 3 em relação ao nível 1. Logo, esses brasileiros tendem a ter muita confiança no Judiciário em vez de nenhuma (0,6106). Percebe-se ainda que a estimativa no nível 3 é bem maior se comparada à estimativa no nível 2. Por isso, os índices mais altos concentram-se em “confiança política”. Lembramos que esta análise tem como parâmetro de referência os brasileiros que julgam a economia do país *muito boa*.

**XXII.** Quanto ao parâmetro — *avaliação da economia do país (nem boa, nem ruim)*, percebe-se que, de um lado, o coeficiente é negativo para o nível 2 em relação ao nível 1. Assim, os brasileiros que têm essa percepção da economia tendem mais a desconfiar no Judiciário do que confiar pouco nele (-0,0127). De outro, o coeficiente é positivo para o nível 3 em relação ao nível 1. Portanto, há mais probabilidade ainda que esses brasileiros confiem muito no Judiciário do que desconfiem dele (0,4321). Esses resultados mostram a grande probabilidade dos brasileiros que avaliam “nem boa, nem ruim” a economia do país de terem muita confiança no Judiciário, assim como de não confiarem nele. Logo, os índices de confiança concentram-se nesses dois níveis (1 e 3).

**XXIII.** O parâmetro — *avaliação da economia do país (má)* — nos mostra que os brasileiros com esta percepção têm mais chances de considerar o Judiciário pouco confiável do que não confiável, pois o coeficiente é positivo para o nível 2 em relação ao nível 1 (0,1148). Estes brasileiros são mais ainda tendenciosos a ter muita confiança do que nenhuma confiança na instituição (0,6538), pois a estimativa é positiva para o nível 3 em relação ao nível 1.

**XXIV.** O penúltimo parâmetro da Tabela 04 diz respeito à *avaliação da economia do país (muito má)*. As estimativas apresentaram-se distintas nos dois níveis: negativa para a relação 2/1 (-0,4698) e positiva para a relação 3/1 (0,5132). Estes valores nos levam a duas conclusões acerca dos brasileiros que avaliam a economia do Brasil está péssima: i) é mais provável que esses brasileiros desconfiem completamente do Judiciário do que confiem pouco nesta instituição; ii) há uma probabilidade maior ainda de que eles julguem a instituição muito confiável do que não confiável. Portanto, os maiores indicadores referem-se a muita confiança.

**XXV.** Por fim, o último parâmetro refere-se à *identificação partidária (não)*. Isso quer dizer que o parâmetro de referência é a categoria de resposta *sim*, a qual indica que a pessoa se identifica com algum partido. A estimativa para o nível 2 em relação ao nível 1 é positiva. Portanto, em comparação aos brasileiros que se identificam com

algum partido, aqueles que não possuem identificação partidária tendem a considerar o Judiciário pouco confiável ao invés de desconfiar da instituição. A estimativa para o nível 3 em relação ao nível 1 é negativa. Isso significa que estes brasileiros são mais propensos a desconfiar do que confiar muito no Judiciário. Portanto, verifica-se que os índices de confiança política situam-se, em sua maior parte, nos níveis 1 e 2.

Feitas estas análises concernentes às estimativas, iremos verificar a magnitude da significância dos parâmetros mediante a análise do *valor - p*. Esta parte tem a finalidade de verificar que variáveis do conjunto acima são determinantes para a confiança no Judiciário, ou seja, quais influenciam diretamente na confiança dos brasileiros quanto a esta instituição. Para fins de organização analisaremos por nível: primeiramente o nível 2 e, posteriormente, o nível 3. Sempre, ambos comparados ao nível 1.

Em suma, iremos comparar os níveis de significância dos testes, ou seja, cotejar os parâmetros significativos e não significativos para os indicadores de confiança. Para tanto,  $p = 0,05$ . Desse modo, se o valor -  $p$  for inferior ou igual a este nível de significância, o parâmetro será considerado significativo, logo, impactará na confiança no Judiciário. Caso contrário, será não significativo e não terá impacto sobre a confiança na instituição. Vejamos a seguir.

## 2.2. Teste de significância para a correlação dos níveis 2 e 1

I) Em vista disso, os parâmetros que **influenciam** para que os brasileiros tenham **pouca confiança** (2/1) no Judiciário em comparação a nenhuma confiança são:

- Confiança interpessoal (Pouca confiança) — 0.0121.
- Avaliação do combate à pobreza — 0,0474.
- Avaliação do combate à corrupção — 0,0002.
- Avaliação do gerenciamento da economia — 0,0000.
- Interesse por política (algum) — 0,0015.
- Interesse por política (pouco) — 0,0065.

II) Quanto aos parâmetros não significativos, ou seja, que **não têm influência** para que os cidadãos **confiem pouco** no Judiciário, temos:

- Intercepto — 0,0605
- Beneficiário de Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família) (Não) —0,4395.
- Sexo (Feminino) — 0,0634.
- Zona (Rural) — 0,1772.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por mês) — 0,7217.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por ano) — 0,2585.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Nunca) — 0, 2891.
- Confiança interpessoal (Alguma confiança) — 0,6372.
- Confiança interpessoal (Nenhuma confiança) — 0,4275.
- Situação Econômica Familiar (Suficiente, não gera dificuldades) — 0,3942.
- Situação Econômica Familiar (Não suficiente, gera dificuldades) — 0,6393.
- Situação Econômica Familiar (Não suficiente, gera grandes dificuldades) — 0,6076.
- Número de filhos — 0, 3020.
- Avaliação da situação econômica do país (Boa) — 0,2409.
- Avaliação da situação econômica do país (Nem boa, nem ruim) — 0,9631.
- Avaliação da situação econômica do país (Má) — 0,7034.
- Avaliação da situação econômica do país (Muito má) — 0,1310.
- Identificação com partido político (Não) — 0, 4055.

### 2.3. Teste de significância para a correlação dos níveis 3 e 1

I) As variáveis que **influenciam** para que os brasileiros tenham **muita confiança** (3/1) no Judiciário em comparação a nenhuma confiança são:

- Intercepto — 0,0000.
- Sexo (feminino) — 0,0498.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (uma vez por ano) — 0,0426
- Confiança interpessoal (alguma) — 0,0030.
- Confiança interpessoal (nenhuma) — 0,0297.

- Avaliação do combate à pobreza — 0,0000.
- Avaliação do combate à corrupção — 0,0000.
- Avaliação do gerenciamento da economia — 0,0000.
- Interesse por política (algum) — 0,0048.

**II)** Em contrapartida, as variáveis que **não têm influência** para que os cidadãos **confiem muito** no Judiciário, são:

- Beneficiário de Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família) (Não) — 2971.
- Zona (Rural) — 0,4438.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por mês) — 0,2123.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Nunca) — 0,1574
- Confiança interpessoal (Pouca confiança) — 0,3833.
- Interesse por política (Algum) — 0,8641.
- Interesse por política (Pouco) — 0,5905.
- Situação Econômica Familiar (Suficiente, sem maiores problemas) — 0,3269.
- Situação Econômica Familiar (Não suficiente, moderada) — 0,3946.
- Situação Econômica Familiar (Não suficiente, grave) — 0,2880.
- Número de filhos — 0,0962.
- Avaliação da situação econômica do país (Boa) — 0,0761.
- Avaliação da situação econômica do país (Nem boa, nem ruim) — 0,2047.
- Avaliação da situação econômica do país (Má) — 0,0862.
- Avaliação da situação econômica do país (Muito má) — 0, 1847.
- Identificação com partido político (Não) — 0, 8863.

### **3. Explicações prévias para a interpretação das probabilidades estimadas para cada nível de confiança institucional por indivíduo.**

A próxima tabela 05 (p. 153) a ser analisada apresentará as probabilidades no nível individual. A partir de seus resultados, será possível traçarmos um perfil dos indivíduos da amostra, tendo em vista as suas características. Portanto, antes de realizarmos a interpretação das probabilidades, apresentaremos, a seguir, o perfil de

cada indivíduo (esta caracterização será a mesma para as análises no nível individual nas demais instituições).

Tais atributos foram coligidos por meio das variáveis delimitadas para esta pesquisa. Portanto, vejamos:

- **Indivíduo 1:** tem as seguintes características: mora na zona urbana; é do sexo feminino; não recebe benefício do Bolsa Família; nunca participa de reuniões de moradores; tem pouca confiança interpessoal; a seu ver não há combate à pobreza e à corrupção; o governo não gerencia bem a economia; não tem muito interesse por política; tem uma renda familiar considerada suficiente e que permite economizar; tem quatro filhos; avalia a situação econômica do país como “boa” e tem identificação partidária.
- **Indivíduo 2:** mora na zona urbana; é do sexo feminino; não é beneficiária de política de transferência de renda (BF); nunca participa de reuniões de moradores; tem alguma confiança interpessoal; acredita que há muito esforço do governo para combater a pobreza; porém, avalia que não há combate à corrupção; avalia também que é pouco o esforço para gerenciar bem a economia; tem muito interesse por política; tem uma renda suficiente, sem gerar muitas dificuldades; tem dois filhos; avalia a situação econômica nacional como “muito boa” e não tem identificação partidária.
- **Indivíduo 3:** zona urbana; do sexo feminino; não é beneficiária do Bolsa Família; nunca participa de reuniões de moradores; tem alguma confiança interpessoal; acredita que há muito esforço do governo para combater a pobreza; porém, avalia que há pouco combate à corrupção; avalia que está sendo pouco o esforço para o bom gerenciamento da economia; não se interessa por política; tem uma renda suficiente e que não gera muitas dificuldades; um filho; avalia que a situação econômica nacional não está boa nem ruim (moderada) e não possui identificação partidária.
- **Indivíduo 4:** mora na zona urbana; é do sexo feminino; é beneficiária de política de transferência de renda (BF); nunca participa de reuniões de moradores; tem alguma confiança interpessoal; para ela, há muito combate à pobreza, mas não há luta contra a corrupção; avalia muito bom o gerenciamento da economia; não se interessa por política; sua renda familiar é suficiente, mas gera dificuldades; tem um filho; avalia “boa” a economia nacional; não tem identificação partidária.

- **Indivíduo 5:** zona urbana; do sexo masculino; não é beneficiário do Bolsa Família; nunca participa de reuniões de moradores; tem pouca confiança interpessoal; avalia que há pouco combate à pobreza, mas nenhum combate à corrupção; tem a percepção de que o governo está gerenciando muito bem a economia; tem pouco interesse por questões políticas; sua renda familiar é insuficiente e gera dificuldades; tem três filhos; a seu ver, a economia do país está ruim; e não possui identificação partidária.
- **Indivíduo 6:** mora na zona urbana; é do sexo feminino; não recebe benefício de política de transferência de renda (BF); nunca participa de reuniões de moradores; tem muita confiança interpessoal; avalia que não há combate à pobreza, mas que há muito combate à corrupção; considera muito bom o gerenciamento da economia, afirma ter algum interesse por política; tem uma renda familiar insuficiente e que gera dificuldades; tem três filhos; avalia “péssima” a economia nacional e não tem identificação partidária.
- **Indivíduo 7:** mora na zona urbana; é do sexo masculino; não participa do BF; não participa de reuniões de bairros; tem muita confiança interpessoal; acredita que há muito combate à pobreza e à corrupção; avalia que a economia está sendo muito bem gerenciada; tem algum interesse por política; a renda familiar é suficiente e consegue poupar; não tem filhos; a economia do país está moderada (nem boa, nem má) e tem identificação partidária.
- **Indivíduo 8:** mora na zona urbana; é do sexo feminino; é beneficiário do Bolsa Família; nunca participa de reuniões de moradores; não tem confiança interpessoal; avalia que o governo se empenha muito em combater à corrupção e a inófia; considera que há um gerenciamento muito bom da economia; se interessa pouco por política; sua renda familiar é insuficiente e passa por grandes dificuldades financeiras; tem um filho; considera “boa” a situação econômica do país e não simpatiza com nenhum partido político.
- **Indivíduo 9:** mora na zona urbana; homem; não é beneficiário do BF; nunca participa de reuniões de bairros; tem alguma confiança interpessoal; tem a percepção de que não há combate à miséria e de que há pouco combate à corrupção; não se interessa por política; tem renda familiar insuficiente e passa por dificuldades; tem dois filhos; avalia que a situação da economia do país está “má” e não tem identificação partidária.

- **Indivíduo 10:** mora na zona rural; é do sexo feminino; é beneficiário do programa Bolsa Família. Nunca participa de reuniões de moradores; tem alguma confiança interpessoal; a seu ver, há muito combate à pobreza e à corrupção; avalia ainda que o governo gerencia muito bem a economia; não tem o mínimo de interesse por política; a renda familiar é insuficiente e gera dificuldades; não tem filhos; considera a situação econômica do Brasil moderada (nem boa, nem má) e não tem identificação partidária.
- **Indivíduo 11:** mora na zona urbana; homem; não é beneficiário do BF; nunca participa de reuniões de bairros; tem alguma confiança interpessoal; tem a percepção de que há muito combate à miséria e pouco combate à corrupção; avalia a que o governo gerencia muito bem a economia; se interessa muito por questões políticas; tem renda familiar suficiente, sem gerar dificuldades; não tem filhos; avalia que a economia nacional está boa e se identifica com algum partido brasileiro.
- **Indivíduo 12:** mora na zona rural; é do sexo masculino; não é beneficiário do BF; participa uma ou duas vezes por mês em reuniões de moradores; tem muita confiança interpessoal; considera que o governo combate pouco à miséria e à corrupção, porém acredita que a economia é gerenciada muito bem; tem muito interesse por política; tem renda familiar suficiente, sem passar por necessidades; três filhos; considera a economia nacional moderada e não possui identificação partidária.
- **Indivíduo 13:** mora na zona rural; é do sexo masculino; não é beneficiário do BF; participa uma ou duas vezes por mês em reuniões de moradores; tem muita confiança interpessoal; considera que há muito combate à pobreza e pouco combate à corrupção; avalia que o gerenciamento da economia está muito bem; tem muito interesse por política; a sua renda familiar é insuficiente e gera dificuldades; tem um filho; avalia que a economia nacional está “boa” e não simpatiza com partido político.
- **Indivíduo 14:** mora na zona urbana; homem; não é beneficiário do BF; nunca participa de reuniões de bairros; tem muita confiança interpessoal; tem a percepção de que há muito esforço institucional em combater à miséria e à corrupção; avalia a que o governo gerencia muito bem a economia; se interessa pouco por questões políticas; tem renda familiar insuficiente, sem gerar dificuldades; tem um filho; avalia que a economia nacional está moderada e não se identifica com partidos políticos.



- **Indivíduo 15:** é da zona urbana; sexo feminino; não é beneficiária do BF; nunca participa de reuniões de moradores; tem alguma confiança interpessoal; não vê esforço institucional algum em combater à miséria e à corrupção; também não acha que o governo gerencia bem a economia; não se interessa por assuntos políticos; sua renda familiar é suficiente e não gera dificuldades; tem dois filhos; considera que a situação econômica do país está mal e não tem simpatia partidária.
- **Indivíduo 3195:** mora na zona urbana; é do sexo feminino; é beneficiária do BF; participa de reuniões de moradores, pelo menos, uma vez por ano; tem alguma confiança interpessoal; considera que há pouco esforço governamental quanto ao combate à pobreza, porém que há muito esforço em combater a corrupção; a seu ver, o governo gerencia muito bem a economia; é muito interessado em política; tem renda insuficiente e passa por grandes dificuldades; tem seis filhos; avalia que a situação da economia nacional está moderada (nem boa, nem má) e tem identificação partidária.
- **Indivíduo 3196:** mora na zona urbana; é do sexo feminino; não é beneficiária do Bolsa Família; nunca frequenta reuniões de moradores; tem pouca confiança interpessoal; considera que não há esforço governamental quanto ao combate à pobreza, e à corrupção; para ele, o governo não gerencia bem a economia; não tem interesse por política; tem renda suficiente, sem gerar grandes dificuldades; tem um filho; considera que a situação econômica nacional está má e não tem identificação partidária.
- **Indivíduo 3197:** mora na zona urbana; é do sexo feminino; é beneficiário do BF; nunca frequenta reuniões de moradores; tem alguma confiança interpessoal; avalia que não há empenho para reduzir ou combater a pobreza e a corrupção; acredita que não há um bom gerenciamento da economia; se interessa pouco por política; tem renda familiar insuficiente e passa por muitas dificuldades financeiras; tem dois filhos; avalia a situação econômica do país como moderada (nem boa, nem má) e tem identificação partidária.
- **Indivíduo 3198:** mora na zona urbana; é do sexo masculino; não recebe auxílio financeiro do BF; nunca participa de reunião de moradores de bairro; tem alguma confiança interpessoal; avalia que não há empenho para reduzir ou combater a pobreza e a corrupção; acredita que o bom gerenciamento da economia não está a contento, precisa melhorar; não se interessa por política; a renda familiar é suficiente e não gera

grandes dificuldades; tem dois filhos; considera que a situação da economia no país está moderada (nem boa, nem má) e não possui identificação partidária.

- **Indivíduo 3199:** mora na zona urbana; é do sexo masculino; não recebe auxílio financeiro do BF; nunca participa de reunião de moradores de bairro; tem pouca confiança interpessoal; avalia que o desempenho governamental e institucional para combater a miséria e a corrupção grande; considera que a economia é muito bem gerenciada; se interessa pouco por questões políticas; sua renda familiar é insuficiente e gera dificuldades; não tem filhos; considera que a situação da economia no país está moderada (nem boa, nem má) e possui identificação partidária.

- **Indivíduo 3200:** mora na zona urbana; é do sexo masculino; não recebe auxílio financeiro do BF; nunca participa da reunião de moradores de bairro; tem pouca confiança interpessoal; a seu ver, há pouco esforço do governo para diminuir a pobreza, porém, grande esforço em combater a corrupção; considera que a economia não é tão bem gerenciada, pois vê pouco esforço governamental para isso; tem pouco interesse por política; sua renda familiar é insuficiente e gera dificuldades; tem um filho; analisa que a situação econômica nacional está “muito boa”; não tem simpatia em relação à partido político.

- **Indivíduo 3201:** mora na zona urbana; é do sexo feminino; não é beneficiária do BF; nunca participa de reunião de moradores de bairro; tem muita confiança interpessoal; acredita que há muito esforço para o combate à pobreza, mas nenhuma quanto à corrupção; considera que economia está sendo muito bem gerenciada; se interessa pouco por assuntos políticos; a sua renda familiar é suficiente e não gera dificuldades; não tem filhos; avalia “muito boa” a situação econômica do país e não possui identificação partidária.

- **Indivíduo 3202:** mora na zona urbana; é do sexo feminino; é beneficiário do BF; nunca participa de reunião de moradores de bairro; tem muita confiança interpessoal; avalia que há muito esforço para o combate à pobreza e pouco em relação à corrupção; vê pouco esforço governamental para gerenciar bem a economia; se interessa pouco por política; sua renda familiar é suficiente e não gera dificuldades; tem três filhos; considera que a economia do país está numa situação “péssima” (muito má) e possui identificação partidária.

Uma vez apresentadas estas características, passaremos agora para as análises, que serão feitas por indivíduos, seguindo a ordem das linhas da tabela, como estabelecem os padrões estatísticos.

#### 4. Probabilidades estimadas para cada nível de confiança no Judiciário

**Tabela 05 — Probabilidades estimadas para cada nível de confiança no Judiciário**

Indivíduo	Probabilidade		
	1	2	3
1	0,6130	0,3298	0,0572
2	0,2074	0,6328	0,1598
3	0,2391	0,6216	0,1392
4	0,1850	0,5875	0,2275
5	0,3345	0,5596	0,1059
6	0,2966	0,4448	0,2586
7	0,1500	0,4796	0,3704
8	0,1587	0,4878	0,3535
9	0,3825	0,5237	0,0938
10	0,1110	0,5067	0,3822
11	0,1524	0,4816	0,3660
12	0,1518	0,4579	0,3902
13	0,1124	0,4792	0,4085
14	0,1108	0,4379	0,4513
15	0,4057	0,5244	0,0699
.	.	.	.
.	.	.	.
.	.	.	.
3195	0,1904	0,3750	0,4346
3196	0,4781	0,4659	0,0560
3197	0,4692	0,4349	0,0960
3198	0,4211	0,5042	0,0747
3199	0,0861	0,4569	0,4570
3200	0,1998	0,6054	0,1949
3201	0,2269	0,5858	0,1873
3202	0,1457	0,4278	0,4266

4.1.

#### 4.1. Interpretação das probabilidades estimadas para cada indivíduo quanto à confiança no Judiciário

- **Indivíduo 1:** quanto às probabilidades para este indivíduo, podemos concluir que ele **tem uma propensão a não confiar** no Judiciário (0,6130 — nível 1), pois a probabilidade do nível 2 é 0,3298 e do nível 3 é 0,0572.
- **Indivíduo 2:** com estas características, **há grande probabilidade desse indivíduo ter pouca confiança** no Judiciário (0,6328 — nível 2). Isso porque, para o nível 1 a probabilidade estimada é 0,2074 e para o nível 3 é 0,1598.
- **Indivíduo 3:** **tem grandes chances de ter pouca confiança** no Judiciário (0,6216 — nível 2). O nível 1 tem probabilidade estimada de 0,2391 e o nível 3 tem probabilidade de 0,1392.
- **Indivíduo 4:** é mais provável que o indivíduo 4 tenha **pouca confiança** no Judiciário (0,5875 — nível 2), pois o nível 1 é 0,1850 e o nível 3 é 0,2275.
- **Indivíduo 5:** podemos concluir que este indivíduo **é mais propenso a confiar pouco** no Judiciário (0,5596 — nível 2). O nível 1 tem probabilidade estimada de 0,3345; enquanto o nível 3 tem probabilidade estimada de 0,1392.
- **Indivíduo 6:** também **tende a ter pouca confiança** no Judiciário (0,448 — nível 2). Isso porque o nível 1 tem probabilidade estimada de 0,2966 e para o nível 3 de 0,2586.
- **Indivíduo 7:** **há mais chances para que este indivíduo tenha pouca confiança** no Judiciário (0,4796 — nível 2), tendo vista que a probabilidade estimada para o nível 1 é 0,1500 e para o nível 3 é 0,3704.
- **Indivíduo 8:** é mais propenso a **confiar pouco** no Judiciário (0,5237— nível 2) do que confiar muito (0,3535) e/ou desconfiar (0,1587).
- **Indivíduo 9:** há maior probabilidade de o indivíduo 9 também **ter pouca confiança** no Judiciário (0,5237 — nível 2). Isso porque a probabilidade para não confiar é de 0,3825 e para ter muita confiança é de 0,0938.
- **Indivíduo 10:** **tende a confiar pouco** no Judiciário (0,5067 — nível 2). Esta tendência é maior do que os níveis 2 e 3 para os quais as probabilidades são, respectivamente: 0,110 e 0,3822.

- **Indivíduo 11:** maior probabilidade de **confiar pouco** no judiciário (0,4816 — nível 2). Pois, para o nível 1, a probabilidade é de apenas 0,1524, enquanto para o nível 3 é de 0,3660.
- **Indivíduo 12:** tem mais propensão a confiar pouco (0,4579 — nível 2) porque no nível 1 a probabilidade é de 0,1518, e no nível 3 é de 0,3902.
- **Indivíduo 13: tem mais tendência a ter pouca confiança no Judiciário** (0,4792 — nível 2) do que não confiar (0,1124 — nível 1) e/ou confiar muito (0,4085 — nível 3).
- **Indivíduo 14:** é mais provável que este indivíduo tenha **muita confiança no Judiciário** (0,4513 — nível 3). Pois, a probabilidade de não ter confiança é 0,1108 e de ter pouca confiança é 0,4513.
- **Indivíduo 15:** tem mais chances de ter pouca confiança no Judiciário (0,5244 — nível 2), tendo em vista que a probabilidade para não ter confiança nesta instituição é de 0,4057 (nível 1) e para ter muita confiança é 0,0699 (nível 3).
- **Indivíduo 3195:** tem mais probabilidade para ter **muita confiança no Judiciário** (0,4346 — nível 6). Para ele não confiar na instituição a probabilidade é de 0,1904 (nível 1) e para confiar pouco é de 0,3750 (nível 1).
- **Indivíduo 3196:** é mais provável que este indivíduo **não confie no Judiciário** porque o nível 1 é mais alto (0,4781), enquanto o nível 2 é 0,4659 e o nível 3 é 0,0560.
- **Indivíduo 3197:** é mais propenso também a **não confiar no Judiciário** (0,4692 — nível 1). O nível 2 tem a probabilidade de 0,4349. O nível 3 tem a probabilidade de 0,0960.
- **Indivíduo 3198:** é mais provável que ele **tenha pouca confiança no Judiciário**, pois a probabilidade mais elevada se concentra no nível 2 (0,5042). As demais probabilidades são: 0,4211 para o nível 1 e 0,0747 para o nível 2.
- **Indivíduo 3199:** é mais propenso a **ter muita confiança no Judiciário**, pois o nível 3 tem a probabilidade de 0,4570; enquanto o nível 1 tem a probabilidade de 0,0861, e o nível 2 tem a probabilidade estimada de 0,4569.
- **Indivíduo 3200: tende a ter pouca confiança no Judiciário** (0,6054— nível 2). A probabilidade estimada para o nível 1 é 0,1998 e para o nível 3 é 0,1949.
- **Indivíduo 3201:** há uma probabilidade estimada maior para este indivíduo ter **pouca confiança no Judiciário** (0,5858 — nível 2). A probabilidade estimada para o nível 1 é 0,2269 e para o nível 3 é 0,1873.

- **Indivíduo 3202:** de acordo com as probabilidades estimadas, o último indivíduo é mais propenso a ter **pouca confiança no Judiciário** (0,4278 — nível 2). Quanto ao nível 1, a probabilidade é 0,1457. E, para o nível 3, é 0,4266.

## 5. Estimativas dos Parâmetros da Regressão Logística Multinomial para Confiança no Congresso

**Tabela 06: Estimativas dos Parâmetros da Regressão Logística Multinomial para Confiança no Congresso**

Parâmetros	Estimativa		Erro padrão		Estatística do Teste		Valor - P	
	2	3	2	3	2	3	2	3
Intercepto	-1,1809	-4,2538	0,4946	0,6742	-2,3873	-6,3096	0,0170	0,0000
Beneficiário de Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família) (Não)	-0,0838	-0,1036	0,1099	0,1456	-0,7624	-0,7112	0,4458	0,4770
Sexo (Feminino)	0,3289	0,3122	0,0867	0,1209	3,7933	2,5821	0,0001	0,0098
Zona (Rural)	0,3100	0,1960	0,1410	0,1799	2,1990	1,0893	0,0279	0,2760
Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por mês)	-0,1121	-0,6509	0,3913	0,5154	-0,2865	-1,2630	0,7745	0,2066
Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por ano)	-0,2557	-0,1151	0,3712	0,4783	-0,6888	-0,2407	0,4909	0,8098
Participação em reuniões de uma associação de bairro (Nunca)	0,0026	-0,1450	0,3411	0,4384	0,0078	-0,3308	0,9938	0,7408
Confiança interpessoal (Pouca confiança)	0,1108	-0,1285	0,1187	0,1538	0,9337	-0,8359	0,3504	0,4032
Confiança interpessoal (Alguma confiança)	-0,2124	-0,5812	0,1222	0,1644	-1,7382	-3,5348	0,0822	0,0004
Confiança interpessoal (Nenhuma confiança)	-0,4996	-0,6662	0,1722	0,2394	-2,9004	-2,7828	0,0037	0,0054

Avaliação do Combate à Pobreza	0,0881	0,1243	0,0296	0,0419	2,9778	2,9668	0,0029	0,0030
Avaliação do Combate à corrupção	0,1754	0,3191	0,0290	0,0386	6,0558	8,2564	0,0000	0,0000
Avaliação do gerenciamento da economia.	0,1170	0,3548	0,0309	0,0455	3,7919	7,7921	0,0001	0,0000
Interesse por política (Algum)	0,4829	0,2098	0,1792	0,2421	2,6940	0,8668	0,0071	0,3860
Interesse por política (Pouco)	0,5531	0,3585	0,1630	0,2164	3,3943	1,6571	0,0007	0,0975
Interesse por política (nenhum)	0,2025	0,0703	0,1697	0,2278	1,1934	0,3084	0,2327	0,7578
Situação Econômica Familiar (Suficiente, sem maiores problemas)	0,1247	-0,0046	0,1449	0,2053	0,8606	-0,0224	0,3894	0,9821
Situação Econômica Familiar (Não suficiente, moderada)	0,2107	0,1478	0,1540	0,2163	1,3681	0,6831	0,1713	0,4945
Situação Econômica Familiar (Não suficiente, grave)	-0,0354	0,0257	0,1964	0,2719	-0,1803	0,0946	0,8569	0,9246
Número de filhos	-0,0095	0,0396	0,0232	0,0296	-0,4104	1,3359	0,6815	0,1816
Avaliação da situação econômica do país (Boa)	-0,1644	0,2172	0,2705	0,3634	-0,6078	0,5977	0,5433	0,5500
Avaliação da situação econômica do país (Nem boa, nem ruim)	-0,2132	0,3979	0,2685	0,3613	-0,7941	1,1014	0,4271	0,2707
Avaliação da situação econômica do país (Má)	-0,3259	0,4869	0,2939	0,4023	-1,1090	1,2103	0,2674	0,2262
Avaliação da situação econômica do país (Muito má)	-0,7096	0,3170	0,3044	0,4123	-2,3307	0,7688	0,0198	0,4420
Identificação com partido político (Não)	-0,0344	0,0136	0,0964	0,1317	-0,3572	0,1034	0,7209	0,9177



## 5.1. Interpretação dos parâmetros do modelo II — Confiança no Congresso

I. Quanto ao parâmetro  $\beta_0$  — intercepto — suas estimativas nos permitem concluir que: o primeiro coeficiente é negativo no nível 2 em relação ao nível 1, ou seja, há maior probabilidade dos índices mais elevados se concentrarem em *nenhuma confiança* do que em *pouca confiança* (-0,1809). O mesmo vale para a interpretação para o nível 3, que apresentou coeficiente negativo em relação ao nível 1. Assim, há mais chances de constatarmos *nenhuma confiança* do que muita confiança na instituição do Congresso (- 4,2538).

II. O parâmetro *beneficiário (não)* também apresenta coeficientes com valores negativos. O primeiro diz respeito ao nível 2 em comparação com o nível 1 (-0,0838). O segundo refere-se ao nível 3 em relação ao nível 1 (-0,1036). Então, podemos afirmar que é presumível que os brasileiros não beneficiários do Programa Bolsa Família tendam mais a desconfiar do Congresso do que ter pouca ou muita confiança nele. Lembramos que esta conclusão é feita em comparação aos brasileiros que são beneficiários, pois esta é a variável referência desse parâmetro.

III. O parâmetro *sexo (feminino)* funciona como referência para a categoria “masculino”. Nesse caso, as estimativas são positivas para os dois níveis (2 e 3) em relação ao nível 1. De acordo com o primeiro coeficiente, as mulheres, comparadas aos homens, tendem mais a ter pouca confiança do que nenhuma confiança no Congresso, (0,3289). E, conforme o segundo coeficiente, elas também são mais propensas a avaliar o Congresso como uma instituição muito confiável do que nada confiável (0,3122). Portanto, os maiores indicadores concentram-se entre “pouca” e “muita” confiança.

IV. O parâmetro *zona (rural)* tem estimativas positivas tanto para o nível 2 quanto para o 3 em relação ao nível 1. A partir delas, é possível concluir que o brasileiro, morador da zona rural, tem mais probabilidade de ter pouca confiança no Congresso do que nenhuma confiança nele em relação aos brasileiros moradores da zona urbana (0,3100 — nível 2). Ademais, é provável também que eles julguem a instituição muito confiável do que não confiável (0,1960 — nível 3).

Os dois próximos parâmetros se referem à participação em reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade. Antes de os analisarmos, faremos a seguinte observação: a variável destes parâmetros foi subdividida a partir de suas respostas. Tendo em vista que ela possui quatro possíveis respostas, três delas

serão as referências, quais sejam: *uma ou duas vezes por mês; uma ou duas vezes por ano e nunca*. Eles devem ser analisadas como referência ou base para a variável *que indica a frequência de uma vez por semana*.

V. O parâmetro *participação em reuniões na comunidade (uma ou duas vezes por mês)* apresenta estimativas negativas para os níveis 2 e 3 em correlação com o nível 1. O primeiro coeficiente (-0,1121— nível 2/1) mostra que as pessoas que participam de reuniões cívicas nesta frequência tendem a desconfiar do Congresso do que confiar pouco nele. Igualmente, há mais chances de estas pessoas desconfiarem do que confiarem muito na instituição (-0,6509 — nível 3/1).

VI. O parâmetro *participação em reuniões na comunidade (uma ou duas vezes por ano)* também possui estimativas negativas. Portanto a interpretação será semelhante a anterior. Tendo por base a correlação do nível 2 para o nível 1, os brasileiros que participam uma ou duas vezes por ano de reuniões de comunidade são mais propensos a desconfiar do que a confiar no Congresso (-0,2557); A correlação do nível 3 para o nível 1 também indica que há mais probabilidade de tais brasileiros não confiarem no Congresso do que terem muita confiança nele.

VII. O parâmetro *participação em reuniões na comunidade (nunca)* possui coeficientes diferentes: positivo para a correlação dos níveis 2/1 e negativo para a correlação dos níveis 3/1. De acordo com o primeiro coeficiente (0,0026), os brasileiros que nunca participam de tais reuniões têm mais chances de ter pouca confiança no Congresso do que não confiar nele. O segundo coeficiente (-0,1450) mostra que, nesse caso, as chances maiores referem-se à nenhuma confiança do que muita confiança. Ou seja, os indicadores concentram-se nos dois primeiros níveis (nenhuma e pouca confiança).

VIII. O parâmetro *alguma confiança interpessoal* possui dois coeficientes com valores distintos. O primeiro é positivo no nível 2 em relação ao nível 1 (0,1108). Isso significa que os brasileiros com alguma confiança interpessoal tendem igualmente a achar o Congresso pouco confiável em vez julgá-lo não confiável. O segundo coeficiente é negativo no nível 3 em relação ao nível 1, ou seja, é mais provável que esses brasileiros desconfiem da instituição do que confiem muito nela (-0,1285). Portanto, a confiança política deste grupo de brasileiros no Congresso, comparados àqueles *com muita confiança interpessoal*, tende a se concentrar entre os níveis “nenhuma” e “pouca”.

**IX.** O parâmetro *pouca confiança interpessoal* apresenta duas estimativas negativas. A primeira refere-se à correlação entre os níveis 2 e 1 (-0,2124). Esta associação negativa indica que a probabilidade de os brasileiros com alguma confiança interpessoal desconfiarem do Congresso é maior do que a probabilidade de confiar pouco nesta instituição comparados aos brasileiros com muita confiança interpessoal. A segunda estimativa negativa diz respeito à correlação entre os níveis 3 e 1 (-0,5812). O coeficiente mostra que o grupo de brasileiros do parâmetro em questão é mais propenso a desconfiar do Congresso do que considerá-lo muito confiável.

**X.** O parâmetro *nenhuma confiança interpessoal* também tem dois coeficientes negativos. O primeiro volta-se à correlação entre os níveis 2 e 1 (-0,4996). Este valor tem a seguinte interpretação: comparados aos brasileiros que têm muita confiança interpessoal, os que não confiam uns nos outros têm mais chances de julgar o Congresso uma instituição não confiável do que pouco confiável. O segundo coeficiente refere-se à relação entre os níveis 3 e 1 (-0,6662). Isto significa que esses brasileiros também tendem mais a desconfiar da instituição do que confiar muito. Assim, depreende-se que os índices ficam concentrados no nível 1.

**XI.** Quanto ao parâmetro da *avaliação do combate à pobreza*. A primeira estimativa é positiva para a correlação entre o nível 2 e nível 1 (0,0881), assim como a segunda estimativa é positiva para a correlação entre os níveis 3 e 1 (0,1243). Estas associações mostram que: quanto melhor os brasileiros avaliam o desempenho do governo no que diz respeito ao combate à miséria, mais eles tendem a confiar pouco e muito no Congresso do que desconfiar dele. Ressalta-se que o coeficiente mais alto está associado ao nível 3, ou seja, à muita confiança.

**XII.** O parâmetro referente à *avaliação do esforço no combate à corrupção* também possui dois coeficientes positivos. O primeiro coeficiente (0,1754) mostra a tendência positiva para pouca confiança no Congresso à medida que os brasileiros avaliam bem o esforço institucional nesse sentido. Ou seja, o nível 2 de confiança é mais provável que o nível 1 (nenhuma). A mesma lógica deve ser utilizada para interpretar o segundo coeficiente (0,3191), pois à medida que a avaliação é boa, os indicadores de confiança tendem a ser maiores no nível 3 (muita) do que no nível 1 (nenhuma).

**XIII.** O parâmetro sobre *avaliação do gerenciamento da economia*, assim como o parâmetro anterior, tem duas estimativas positivas. A primeira estimativa (0,1170—nível 2/1) mostra que quanto melhor os brasileiros avaliam o desempenho do governo

em relação à economia, mais há chances de eles confiarem pouco no Congresso do que desconfiarem nele. A segunda estimativa (0,3548 — nível 3/1), por seu turno, revela que maiores ainda são as probabilidades dessas pessoas terem muita confiança no Congresso do que nenhuma.

Os próximos três parâmetros se referem ao *interesse por política*. Quanto a eles, devemos lembrar que sempre devem ser comparados aos *brasileiros com muito interesse em assuntos políticos*.

**XIV.** As estimativas do parâmetro *algum interesse por política* também são positivas. A primeira evidencia que as pessoas com algum interesse em questões políticas tendem igualmente a confiar pouco no Congresso do que desconfiar dele (0,4829). A segunda estimativa (0,2098) aponta para a maior possibilidade dessas pessoas confiarem muito na instituição do que desconfiarem dela. Ou seja, a confiança política se concentra nos níveis 2 e 3 (pouca e muita confiança, respectivamente).

**XV.** Quanto ao parâmetro *pouco interesse por política*, o primeiro coeficiente é positivo para a correlação entre o nível 2 e nível 1 (0,5531). Esta associação indica que os brasileiros pouco interessados em política são mais propensos a confiar pouco no Congresso. O segundo coeficiente refere-se à relação também positiva entre os níveis 3 e 1 (0,3585), segundo a qual esses brasileiros têm mais chances de ter muita confiança no Congresso do que considerá-lo pouco confiável, se comparados aos brasileiros muito interessados em política.

**XVI.** O parâmetro *nenhum interesse por política* igualmente apresenta estimativas positivas para os níveis 2 e 3 em relação ao nível 1. Ou seja, os brasileiros que não têm interesses por questões políticas tendem mais a confiar pouco ou a confiar muito do que desconfiar do Congresso. Isso porque a primeira estimativa (2/1) é 0,2005, e a segunda (3/1) é 0,0703.

Os parâmetros seguintes dizem respeito à *avaliação da renda familiar*. Ressalta-se que eles devem ser interpretados tendo em vista o parâmetro *suficiente, com possibilidade de economizar*. Vejamos.

**XVII.** O parâmetro que se refere à avaliação da renda familiar como *suficiente, não gera dificuldades*, apresenta dois coeficientes distintos. O primeiro é positivo para o nível 2 em relação ao nível 1. Assim, entende-se que os brasileiros com esta percepção têm mais chances de confiar pouco no Congresso do que desconfiar dele (0,1247). O segundo coeficiente é negativo para o nível 3 em relação ao nível 1, ou seja, esses

brasileiros são mais propensos a desconfiar do que confiar muito (-0,0046). Portanto, os indicadores de confiança política concentram-se entre nenhuma confiança e pouca confiança (níveis 1 e 2).

**XVIII.** Quanto ao parâmetro relacionado aos brasileiros que consideram sua renda *insuficiente, mas sem gerar dificuldades* apresenta duas estimativas positivas para os níveis 2 e 3 em relação ao nível 1. Isso significa que há uma probabilidade maior de os brasileiros com esta percepção, comparados aos que consideram sua renda familiar suficiente (e com possibilidade para fazer economias), confiarem pouco no Congresso do que não confiarem nesta instituição (0, 2107). Ademais, é mais provável que eles tenham muita confiança do que nenhuma (0, 1478) na instituição.

**XIX.** O último parâmetro que se refere à renda familiar é *avaliação da renda familiar insuficiente, gerando grandes dificuldades*. Nesse caso, os coeficientes são distintos para o nível 2 para o 3 em relação ao nível 1. O primeiro coeficiente é negativo para a primeira correlação (2/1), portanto, os brasileiros com esta percepção sobre a renda da família são mais propensos a desconfiar do Congresso do que ter pouca confiança (-0,0354). Em contrapartida, o coeficiente da segunda correlação (3/1) mostra que esse grupo de pessoas tende mais a ter muita confiança nesta instituição do que não ter nenhuma (0,0257).

**XX.** No que diz respeito ao *número de filhos*, este parâmetro também tem estimativas distintas. Enquanto, de acordo com a primeira correlação (2/1), quanto mais os brasileiros têm filhos, mais tendenciosos eles são de desconfiar do Congresso do que ter pouca confiança nele. Isso porque a estimativa do nível 2 (pouca) é negativa em relação ao nível 1 (-0,0095). A segunda correlação (3/1) tem um resultado oposto, pois há mais probabilidade de julgar o Congresso muito confiável do que não confiável (0,0396). Estes resultados nos levam a presumir que os indicadores de confiança se concentram em dois graus, *nenhuma e muita*.

Os quatro parâmetros seguintes dizem respeito à *avaliação da situação econômica do país*. Eles foram categorizados a partir de quatro respostas: *boa; nem boa, nem ruim; má; muito má*. Dessa forma, terão a função de base para o parâmetro *muito boa*.

**XXI.** O parâmetro *avaliação da economia do país (boa)* tem dois coeficientes diferentes. O primeiro é negativo para a correlação entre os níveis 2 e 1 (-0,1644). Esta associação evidencia que os brasileiros que avaliam a situação econômica nacional

como *boa* têm mais chances desconfiar do Congresso do que ter pouca confiança nele. O segundo coeficiente é positivo para a correlação entre os níveis 3 e 1 (0,2172). Ou seja, esses brasileiros tendem mais ainda a confiar muito na instituição do que desconfiar dela.

**XXII.** O parâmetro *avaliação da economia do país (nem boa, nem ruim)* traz correlações semelhantes ao anterior: negativo para a associação entre os níveis 2 e 1, e positivo para a associação entre 3 e 1. A primeira estimativa mostra que os brasileiros com esta percepção, comparados àqueles que avaliam a economia do país como *muito boa*, tendem a não confiar na instituição do que ter pouca confiança nela (-0,2132). A segunda estimativa mostra que esses brasileiros são mais propensos ainda a confiar muito nesta instituição do que não confiar nela (0,3979)

**XXIII.** O parâmetro *avaliação da economia do país (má)* indica que é mais provável que os brasileiros com esta percepção tenham desconfiança no Congresso do que pouca confiança na instituição (-0,3259). Isto porque a primeira correlação é negativa (2/1). Além disso, a outra estimativa mostra que estes mesmos brasileiros são mais propensos ainda a confiar muito no Congresso do que desconfiar dele (0,4869), pois há uma relação positiva para a correlação entre os níveis 3 e 1.

**XXIV.** Quanto ao parâmetro *avaliação da economia do país (muito má/péssima)*, as estimativas têm interpretações também semelhantes às anteriores. O primeiro coeficiente é negativo (-0,7096), e o segundo é positivo (0, 3170). A partir dessas estimativas conclui-se que os brasileiros com esta percepção tendem mais a desconfiar do Congresso do que ter pouca confiança nele. A outra conclusão consiste na evidência de que esse grupo de brasileiros é mais propenso a ter muita confiança na instituição do que nenhuma.

Em resumo, constata-se que as estimativas para os quatro parâmetros referentes à avaliação dos brasileiros sobre a economia do país mostram que a confiança política se concentra em dois extremos — *nenhuma* ou *muita*.

**XXV.** O último parâmetro refere-se à *identificação partidária (não)*, o qual possui dois coeficientes distintos para cada correlação. O primeiro é negativo para a associação do nível 2 com o nível 1. Portanto, comparados aos brasileiros *com* identificação partidária, entende-se que são maiores as chances daqueles que não se identificam com partido algum desconfiarem do Congresso do que terem pouca

confiança nele (-0,0344) e é mais provável ainda que eles confiem muito nesta instituição do que desconfiem dela (0,0136).

Assim como fizemos no capítulo anterior com as análises do Judiciário, a segunda etapa de interpretação do modelo será a respeito da significância dos parâmetros mediante a análise do *valor - p* para identificarmos as variáveis que são ou não determinantes para a confiança no Congresso. Da mesma forma, esta análise será dívida em duas etapas: i) o teste de significância na correlação dos níveis 2 e 1; ii) o teste de significância na correlação dos níveis 3 e 1.

### 5.1. Teste de significância para a correlação dos níveis 2 e 1

I) Os parâmetros que **influenciam** para que os brasileiros tenham **pouca confiança** (2/1) no Congresso em comparação a nenhuma confiança são:

- Intercepto  $\beta_0$  — 0,0170.
- Sexo — 0,0001.
- Zona — 0,0279.
- Confiança Interpessoal (*nenhuma*) — 0,0037.
- Avaliação do combate à pobreza — 0,0029.
- Avaliação do combate à corrupção — 0,0000.
- Avaliação do gerenciamento da economia — 0,0001.
- Interesse por política (algum) — 0,0071.
- Interesse por política (pouco) — 0,0007.
- Avaliação do gerenciamento da economia (mito má/péssima) — 0,0198.

II) Os parâmetros que **não influenciam** para que os brasileiros tenham **pouca confiança** (2/1) no Congresso em comparação a nenhuma confiança são:

- Beneficiário — 0,4458.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (uma ou duas vezes por mês) — 0,7745.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (uma ou duas vezes por ano) — 0,4909.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (nunca) — 0,9938.
- Confiança interpessoal (pouca confiança) — 0,3504.

- Confiança interpessoal (Alguma confiança) — 0,0822.
- Interesse por política (nenhum) — 0,2337.
- Situação Econômica Familiar (Suficiente, não gera dificuldades) — 0,03894.
- Situação Econômica Familiar (Não suficiente, gera dificuldades) — 0,1713.
- Situação Econômica Familiar (Não suficiente, gera grandes dificuldades) — 0,8569.
- Número de filhos — 0,6815.
- Avaliação da situação econômica do país (Boa) — 0,5433.
- Avaliação da situação econômica do país (Nem boa, nem ruim) — 0,4271.
- Avaliação da situação econômica do país (Má) — 0,2674.
- Identificação com partido político (Não) — 0,7209.

## 5.2. Teste de significância para a correlação dos níveis 3 e 1

I) Os parâmetros que **influenciam** para que os brasileiros tenham **muita confiança** (3/1) no Congresso em comparação a nenhuma confiança são:

- Intercepto  $\beta_0$  — 0,0000.
- Sexo — 0,0098.
- Confiança interpessoal (Alguma confiança) — 0,0004.
- Confiança interpessoal (Nenhuma) — 0,0054.
- Avaliação do combate à pobreza — 0,0030.
- Avaliação do combate à corrupção — 0,0000.
- Avaliação do gerenciamento da economia — 0,0000.

II) Os parâmetros que **não influenciam** para que os brasileiros tenham **muita confiança** (3/1) no Congresso em comparação a nenhuma confiança são:

- Beneficiário — 0,4770.
- Zona — 0,2760.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (uma ou duas vezes por mês) — 0,2066.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (uma ou duas vezes por ano) — 0,8098.



- Participação em reuniões de uma associação de bairro (nunca) —0,7408.
- Confiança interpessoal (pouca confiança) — 0,4032.
- Interesse por política (algum) — 0, 3860.
- Interesse por política (pouco) — 0.0975.
- Interesse por política (nenhum) — 0.7578.
- Situação Econômica Familiar (Suficiente, não gera dificuldades) — 0,9821.
- Situação Econômica Familiar (Não suficiente, gera dificuldades) — 0, 4945.
- Situação Econômica Familiar (Não suficiente, gera grandes dificuldades) — 0,9242.
- Número de crianças — 0,1816.
- Avaliação da situação econômica do país (Boa) — 0,5500.
- Avaliação da situação econômica do país (Nem boa, nem ruim) — 0,2707
- Avaliação da situação econômica do país (Má) — 0, 2262.
- Avaliação do gerenciamento da economia (mito má/péssima) — 0,4420.
- Identificação com partido político (Não) — 0, 9177.

## 6. Probabilidades estimadas para cada nível de confiança no Congresso

Tabela 07 — Probabilidades estimadas para cada nível de confiança no Congresso

Indivíduo	Probabilidade		
	1	2	3
1	0,6735	0,3009	0,0256
2	0,2923	0,6019	0,1059
3	0,3224	0,5938	0,0838
4	0,2313	0,6038	0,1649
5	0,5043	0,4162	0,0795
6	0,3512	0,4489	0,1999
7	0,1681	0,5435	0,2883
8	0,2343	0,5552	0,2105
9	0,4657	0,4368	0,0976
10	0,0794	0,5987	0,3219
11	0,2743	0,5591	0,1667
12	0,2947	0,5045	0,2007
13	0,2650	0,5449	0,1901
14	0,1102	0,5075	0,3823
15	0,4956	0,4423	0,0621
.	.	.	.
.	.	.	.
3195	0,2453	0,4092	0,3455
3196	0,5784	0,3773	0,0443
3197	0,4630	0,4806	0,0564
3198	0,5301	0,4042	0,0657
3199	0,0928	0,5282	0,3791
3200	0,2585	0,6121	0,1294
3201	0,2344	0,6552	0,1104
3202	0,1460	0,5932	0,2608

## 6.1. Interpretação das probabilidades estimadas para cada indivíduo quanto à confiança no Congresso

- **Indivíduo 1:** tem mais chances de **desconfiar** do Congresso nacional (0,6735) do que confiar pouco (0,3009) e/ou muito na instituição (0,0256).
- **Indivíduo 2:** há grande probabilidade desse indivíduo ter pouca confiança no Congresso (0,6019 — nível 2). Isso porque, para o nível 1 a probabilidade estimada é 0,2923 e para o nível 3 é 0,1059.
- **Indivíduo 3:** pode-se dizer que ele é mais propenso a **ter pouca confiança** no Congresso (0,5938 — nível 2). O nível 1 tem probabilidade estimada de 0,3224 e o nível 3 tem probabilidade de 0,0838.
- **Indivíduo 4:** é mais provável que ele tenha **pouca confiança** no Congresso (0,6038 — nível 2). Isso porque a probabilidade do nível 1 ser 0,2313 e a do nível 2 ser 0,1649.
- **Indivíduo 5:** o teste resultou nas seguintes probabilidades: 0,5043 para o nível 1; 0,4162 para o nível 2 e 0,0795 para o nível 3. Portanto, conclui-se que este indivíduo tem mais propensão a **não confiar** no Congresso.
- **Indivíduo 6:** é maior a probabilidade deste indivíduo ter **pouca confiança** no Congresso do que nenhuma ou muita confiança, tendo em vista que o nível 1 tem probabilidade estimada de 0,3512; o nível 2 tem estimativa de 0,4489 e o nível 3 tem probabilidade de 0,1999.
- **Indivíduo 7:** há mais chances de haver **pouca confiança** no Congresso (nível 2 — 0,5435) do que nenhuma (0,1681) ou muita confiança (0,2883) nesta instituição.
- **Indivíduo 8:** mais provável que este indivíduo também **confie pouco** na instituição, pois o nível 2 tem probabilidade de 0,5552, enquanto o nível 1 corresponde a 0,2343 e o nível 3 a 0,2105.
- **Indivíduo 9:** há grande probabilidade de o indivíduo 9 **não confiar** no Congresso (nível 1 — 0,4657). Isso se justifica em virtude da probabilidade para confiar pouco ser de 0,4368 e para ter muita confiança ser de 0,976.
- **Indivíduo 10:** tendo em vista que a probabilidade para o nível 2 é 0,5987, é possível afirmar que o indivíduo com tais características tem mais propensão a ter **pouca confiança** no Congresso. Quanto aos níveis 1 e 3, as probabilidades são 0,0794 e 0,3219, respectivamente.

- **Indivíduo 11:** também tem maior tendência a **confiar pouco** no Congresso (nível 2 — 5591) do que ter nenhuma confiança (0,2743) ou muita confiança (0,1667).
- **Indivíduo 12:** também tem mais chances de **confiar pouco** na instituição em questão, pois o nível 2 corresponde a 0,5045 em termos de probabilidade. O nível 1 — nenhuma confiança — equivale a 0,2947 e o nível 3 — muita confiança — corresponde a 0,2007.
- **Indivíduo 13:** é mais provável que este indivíduo tenha uma tendência maior a ter **pouca confiança** no Congresso (0,5549 — nível 2) do que não confiar (0,2650 — nível 1) ou confiar muito na instituição (0,1901 — nível 3).
- **Indivíduo 14:** é mais provável que o indivíduo 14 tenha também **pouca confiança** no Congresso, pois o nível 2 equivale a 0,5075. Enquanto o nível 1 tem probabilidade de 0,1102 e o nível 3 tem probabilidade de 0,3823.
- **Indivíduo 15:** há mais chances de que ele **não tenha confiança** (0,4956), uma vez que a probabilidade para que tenha pouca confiança é de 0,4423 e para muita confiança é de 0,061.
- **Indivíduo 3195:** as probabilidades mostram uma tendência maior ao indivíduo 3195 quanto a ter **pouca confiança** no Congresso, pois o nível 2 corresponde a 0,4092. A probabilidade para que ele não confie na instituição é 0,2453 (nível 1); para que tenha muita confiança a probabilidade é de 0,3455 (nível 3).
- **Indivíduo 3196:** tem mais propensão para **não confiar** no Congresso (0,5784 — nível 1), tendo em vista a probabilidade para ter pouca e muita confiança (0,3773 e 0,0443, respectivamente).
- **Indivíduo 3197:** tem mais probabilidade de ter **pouca confiança** (0,4806 — nível 2). O nível 1 tem probabilidade de 0,4630. O nível 3 tem probabilidade de 0,0564.
- **Indivíduo 3198:** é possível concluir que ele tem mais chances de **desconfiar** do Congresso (0,5301 — nível 1), pois, para o nível 2 (pouca confiança) a probabilidade é de 0,4042 e para o nível 3 é de 0,0564.
- **Indivíduo 3199:** é mais provável que ele tenha **pouca confiança** no Congresso, pois a probabilidade mais alta está no nível 2 (0,5282). As duas restantes são: 0,0928 para o nível 1 e 0,3791 para o nível 3.
- **Indivíduo 3200:** há uma probabilidade maior de que este indivíduo tenha **pouca confiança** no Congresso, pois o nível 2 corresponde à probabilidade de 0,6121.

Enquanto os níveis 1 e 3 possuem as seguintes probabilidades: 0,2585 e 0,1294, respectivamente.

- **Indivíduo 3201:** neste caso, a maior probabilidade se concentra também no nível 2. Portanto, este indivíduo é mais propenso a ter **pouca confiança** (0,6552) no Congresso. Quanto aos demais níveis, há a probabilidade de 0,2344 para que este indivíduo desconfie da instituição e de apenas 0,1104 para que ele tenha muita confiança.

- **Indivíduo 3202:** tem mais propensão, assim como a maioria, a **confiar pouco** no Congresso (0,5932 — nível 2). Isto ocorre porque a probabilidade estimada para o nível 1 é de 0,1460 e para o nível 3 é de 0,2608.

## 7. Estimativas dos parâmetros da Regressão Logística Multinomial para Confiança no Executivo

**Tabela 08 — Estimativas dos parâmetros da Regressão Logística Multinomial para Confiança no Executivo**

Variável	Estimativa		Erro padrão		Estatística do Teste		Valor - P	
	2	3	2	3	2	3	2	3
Intercepto	-1,3420	-2,9785	0,6917	0,7318	-1,9401	-4,0700	0,0524	0,0000
Beneficiário de Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família) (Não)	-0,0385	-0,3225	0,1597	0,1675	-0,2409	-1,9258	0,8096	0,0541
Sexo (Feminino)	0,0203	0,0240	0,1185	0,1289	0,1716	0,1860	0,8637	0,8524
Zona (Rural)	0,1254	0,0860	0,2098	0,2188	0,5977	0,3930	0,5500	0,6943
Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por mês)	0,4655	0,3687	0,5548	0,5838	0,8390	0,6315	0,4015	0,5277
Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por ano)	0,9710	0,3264	0,5102	0,5443	1,9030	0,5997	0,0570	0,5487
Participação em reuniões de uma associação de bairro (Nunca)	0,3836	0,0706	0,4571	0,4841	0,8392	0,1458	0,4013	0,8841
Confiança interpessoal (Pouca confiança)	0,3020	0,0066	0,1713	0,1799	1,7630	0,0369	0,0779	0,9706
Confiança interpessoal (Alguma confiança)	-0,0878	-0,4098	0,1713	0,1818	-0,5124	-2,2535	0,6084	0,0242
Confiança interpessoal (Nenhuma confiança)	-0,2809	-0,3763	0,2285	0,2481	-1,2295	-1,5167	0,2189	0,1293

Avaliação do Combate à Pobreza	0,1388	0,3505	0,0415	0,0445	3,3485	7,8785	0,0008	0,0000
Avaliação do Combate à corrupção	0,0435	0,0891	0,0436	0,0452	0,9984	1,9699	0,3181	0,0488
Avaliação do gerenciamento da economia.	0,3059	0,6380	0,0436	0,0476	7,0141	13,4181	0,0000	0,0000
Interesse por política (Algum)	0,2061	0,2296	0,2469	0,2657	0,8350	0,8642	0,4037	0,3875
Interesse por política (Pouco)	0,6393	0,7778	0,2282	0,2451	2,8013	3,1734	0,0051	0,0015
Interesse por política (nenhum)	0,2603	0,3733	0,2310	0,2505	1,1267	1,4904	0,2599	0,1361
Situação Econômica Familiar (Suficiente, sem maiores problemas)	-0,3425	-0,1825	0,2087	0,2291	-1,6415	-0,7964	0,1007	0,4258
Situação Econômica Familiar (Não suficiente, moderada)	-0,2660	-0,0158	0,2191	0,2406	-1,2141	-0,0656	0,2247	0,9477
Situação Econômica Familiar (Não suficiente, grave)	-0,3188	0,2640	0,2752	0,2999	-1,1586	0,8805	0,2466	0,3786
Número de filhos	0,0045	0,0702	0,0338	0,0355	0,1342	1,9780	0,8933	0,0479
Avaliação da situação econômica do país (Boa)	0,5757	0,1940	0,4179	0,4249	1,3774	0,4565	0,1684	0,6480
Avaliação da situação econômica do país (Nem boa, nem ruim)	0,4651	0,0427	0,4102	0,4176	1,1338	0,1023	0,2569	0,9185
Avaliação da situação econômica do país (Má)	0,1360	-0,3256	0,4308	0,4465	0,3158	-0,7291	0,7522	0,4659
Avaliação da situação econômica do país (Muito má)	-0,1062	-0,5029	0,4393	0,4577	-0,2417	-1,0988	0,8090	0,2719
Identificação com partido político (Não)	-0,2093	-0,4946	0,1409	0,1494	-1,4852	-3,3106	0,1375	0,0009

## 7.1. Interpretação dos parâmetros do modelo III — Confiança no Executivo

**I.** De acordo com a tabela 11, o intercepto  $\beta_0$  (valor médio) possui duas estimativas negativas para os níveis 2 e 3 em relação ao nível 1. Em termos gerais, isso significa que é mais provável que o haja mais desconfiança do que pouca (-1,3420) e/ou muita confiança (-2,9785) no Executivo.

**II.** O parâmetro *beneficiário (não)* também apresenta estimativas negativas. O nível 2 em relação ao nível 1 mostra que os brasileiros não beneficiários do Programa Bolsa Família têm mais propensão a desconfiar do Executivo do que a confiar pouco nesta instituição, se comparado àqueles que são beneficiários (-0,0385). Quanto ao nível 3, a interpretação é semelhante: as pessoas não atendidas por esta política social tendem mais a desconfiar do que confiar muito na instituição em questão (-0,3225). Logo, os maiores índices de confiança situam-se no nível 1 (nenhuma).

**III.** O parâmetro *sexo (feminino)*, ao contrário dos anteriores, possui dois coeficientes positivos. Assim, a correlação entre os níveis 2 e 1 mostra que as mulheres tendem mais a confiar pouco no Executivo do que não confiar nele (0,0203). A correlação entre os níveis 3 e 1, por sua vez, indica que elas são mais propensas a ter muita confiança do que desconfiar do Executivo (0,0240). Dessa forma, é possível concluir que os níveis de confiança se concentram nos níveis 2 e 3.

**IV.** O parâmetro *zona (rural)* possui também coeficientes positivos. A correlação entre os níveis 2 e 1 revela que os brasileiros moradores da zona rural tendem a ter pouca confiança no Executivo em vez de não confiar (0,1254), em relação aos moradores da zona urbana. A associação entre os níveis 3 e 1 mostra também que esses brasileiros são mais propensos a confiar muito do que desconfiar desta instituição (0,0860).

**V.** O parâmetro sobre *participação em reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade* (com frequência de uma ou duas vezes por mês) possui coeficientes positivos para as correlações 2/1 e 3/1. Ou seja, a primeira associação positiva significa que os brasileiros participantes de associações cívicas nesta frequência tendem mais a confiar pouco do que a desconfiar do Executivo (0,4655). A segunda associação mostra que eles também possuem maiores probabilidades de ter muita confiança do que o sentimento de desconfiança na instituição (0,3687). Isso comparado aos brasileiros que vão às reuniões desse tipo uma vez por semana.



- VI.** Quanto ao parâmetro que mensura a *frequência a associações cívicas em uma ou duas vezes por ano*, a primeira estimativa é positiva para a correlação entre os níveis 2 e 1. Tal estimativa indica que os brasileiros com esta frequência são mais propensos a confiar pouco no Executivo do que desconfiar dele, pois o coeficiente corresponde a 0,9710. A segunda estimativa também é positiva (0,3264), sendo assim, aponta para a maior possibilidade de haver um sentimento de muita confiança do que nenhuma confiança por parte desses brasileiros.
- VII.** O último parâmetro concernente à *participação cívica* tem por base as pessoas que nunca participam desse tipo de atividade. Ou seja, os brasileiros que nunca frequentam reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade. Nesse caso, as estimativas também são positivas. A primeira indica uma relação positiva entre os níveis 2 e 1. Assim, é possível dizer que esse grupo de brasileiros são mais propensos a considerar o Executivo uma instituição pouco confiável do que não confiável (0,3836). A segunda estimativa, igualmente, apresenta uma relação positiva entre os níveis 3 e 1. Isso significa que os brasileiros que nunca frequentam reuniões comunitárias são mais tendenciosos a ter muita confiança do que nenhuma confiança (0,0706).
- VIII.** Este parâmetro refere-se ao grau de confiança interpessoal (alguma). Ele serve de base para o grau *muita* confiança. Assim, o primeiro coeficiente mostra uma associação positiva para o nível 2 em relação ao nível 1, levando-nos a concluir que os brasileiros com alguma confiança nos outros são mais propensos a ter pouca confiança do que ter nenhuma confiança no Executivo (0,3020). O segundo coeficiente também mostra uma relação positiva entre os níveis 3 e 1. Ou seja, esses brasileiros, comparados àqueles que têm muita confiança interpessoal, tendem mais a ver o Executivo como uma instituição muito confiável do que não confiável (0,0066). Com isso, pode-se concluir que a concentração dos níveis de confiança no Executivo, nesse caso, limita-se aos níveis 2 e 3.
- IX.** O segundo parâmetro sobre confiança interpessoal leva em conta o grau *pouca*. Este, contrariamente ao anterior, possui duas estimativas negativas para os níveis 2 e 3 em relação ao nível 1. Portanto, infere-se primeiramente que os brasileiros com pouca confiança interpessoal tendem mais a desconfiar do Executivo do que confiar pouco nele (-0,0878). A segunda inferência nos permite concluir que estes brasileiros têm mais

chances de desconfiar da instituição do que ter muita confiança nele (-0,4098). Portanto, há uma prevalência do sentimento de desconfiança nesse caso.

**X.** O terceiro parâmetro também diz respeito à confiança interpessoal e leva em consideração o grau “nenhuma”. Este parâmetro mostra coeficientes negativos para os níveis 2 e 3 em correlação ao nível 1. Dessa forma, a interpretação é a mesma: a partir da associação 2/1, é mais provável que os brasileiros sem confiança interpessoal desconfiem do Executivo do que tenham pouca confiança nele (-0,2809). Ademais, a associação 3/1 mostra que esses brasileiros são mais propensos não confiar no Executivo do que considerá-lo muito confiável (-0,3763).

**XI.** Quanto ao parâmetro *avaliação do combate à pobreza*, a correlação dos níveis 2 e 1 revela que quanto melhor o brasileiro avalia o esforço do governo para o combate à pobreza, mais provável é que ele tenha pouca confiança do que nenhuma confiança no Executivo (0,1388). E a associação entre os níveis 3 e 1 mostra que, à medida que o brasileiro avalia bem o combate à miséria, é mais provável que ele tenha muita confiança nesta instituição do que nenhuma (0,3505).

**XII.** No que diz respeito ao parâmetro sobre *avaliação do combate à corrupção*, as correlações estatísticas também são positivas. Assim, o primeiro coeficiente indica que, à medida que o brasileiro avalia bem o combate à corrupção por parte do governo, mais ele tende a confiar pouco do que não confiar no Executivo (0,0435). O segundo coeficiente também mostra que, quanto melhor a avaliação dos brasileiros quanto à atuação do governo nesse sentido, maior a probabilidade de haver um sentimento de muita confiança no Executivo do que nenhuma confiança na instituição (0,0891).

**XIII.** Quanto ao parâmetro referente à *avaliação do gerenciamento da economia*, as estimativas também são positivas para as duas associações. Portanto, as interpretações são semelhantes às que foram feitas acima. A primeira correlação — entre os níveis 2 e 1 — tem uma relação positiva para a avaliação dos brasileiros. Assim, quanto melhor o ajuizamento que fazem, mais provável que eles tenham pouca confiança em relação à nenhuma confiança no Executivo (0,3059). A segunda correlação — entre os níveis 3 e 1 — também é positiva quanto a isso. Logo, os brasileiros têm uma tendência maior a ter muita confiança do que nenhuma confiança no Executivo (0,6380).

**XIV.** O primeiro parâmetro que se refere a *alguma confiança interpessoal* será base para a variável-resposta *muita*. Esse parâmetro tem relações positivas para as correlações. Os brasileiros que possuem alguma confiança interpessoal tem mais

chances de ter pouca confiança no Executivo do que chances de não confiar nele (0,2061). Estes brasileiros também tendem mais a ter muita confiança do que nenhuma confiança na instituição, quando comparados àqueles com muita confiança interpessoal (0,2296).

**XV.** O parâmetro sobre *pouca confiança interpessoal*, assim como o anterior, apresenta estimativas positivas para as correlações entre os níveis de confiança. Logo, a associação entre os níveis 2 e 1 mostra que os brasileiros que confiam pouco em seus concidadãos são mais propensos a ter pouca confiança no Executivo do que nenhuma confiança nele (0,6993). Da outra associação — entre os níveis 3 e 1 — é possível concluir que esses brasileiros também têm mais chances de confiar muito no Executivo do que chances de não confiar (0,7778).

**XVI.** O parâmetro concernente a *nenhuma confiança interpessoal* tem o primeiro coeficiente positivo. Assim, é possível dizer que os brasileiros com este grau de confiança interpessoal tendem mais a confiar pouco do que a não confiar na instituição (0,2603). Da mesma forma, podemos dizer que é mais provável que tenham muita confiança do que nenhuma confiança no Executivo (0,3733).

**XVII.** O primeiro parâmetro sobre a avaliação da renda familiar tem como resposta o grau *suficiente, não gera dificuldades*. Suas estimativas são negativas para as das correlações. O nível 2 em correlação ao nível 1 tem relação negativa. Portanto, os brasileiros que acreditam que sua renda familiar é suficiente e não passam por dificuldades tendem mais a desconfiar do Executivo do que a ter pouca confiança nele (-0,3425). A segunda estimativa, entre os níveis 3 e 1 evidencia também uma probabilidade maior para a desconfiança em relação à muita confiança (-0,1825). Essas interpretações devem ser consideradas em relação aos brasileiros que possuem uma renda familiar suficiente, com possibilidade de fazer economias ou poupança.

**XVIII.** O segundo parâmetro sobre a avaliação da renda familiar tem como resposta o grau *insuficiente, gera dificuldades*. O primeiro coeficiente é negativo (-0,2660) para a correlação entre os níveis 2 e 1. Ou seja, os brasileiros que assim avaliam a renda familiar são mais propensos a desconfiar do Executivo do que a confiar pouco nele. O segundo coeficiente também é negativo (-0,0158) para a correlação entre os níveis 3 e 1. Isso significa que esses brasileiros, comparados àqueles que têm renda familiar suficiente (sem gerar necessidades), tendem mais a desconfiar do Executivo do que a confiar muito nesta instituição.

**XIX.** Quanto ao último parâmetro sobre a renda familiar, leva-se em conta a avaliação *insuficiente, gera grandes dificuldades*. Os coeficientes apresentam relações distintas. O primeiro apresenta relação negativa para a correlação entre os níveis 2 e 1 (-0,3188). Assim, é mais provável que os brasileiros com renda familiar insuficiente e que passam por dificuldades financeiras tenham mais desconfiança do que pouca confiança no Executivo. O segundo coeficiente apresenta relação positiva para a correlação entre os níveis 3 e 1 (0,2640). Portanto, é mais provável que esses brasileiros confiem muito no Executivo do que desconfiem dele. Nesse caso, os níveis de confiança concentram-se entre “nenhuma” e “muita confiança”.

**XX.** O parâmetro referente ao *número de filhos* possui estimativas positivas. A primeira estimativa (0,0045) diz respeito à correlação entre os níveis 2 e 1. Ela indica que quanto maior o número de filhos, maior é a probabilidade de os brasileiros terem pouca confiança no Executivo do que nenhuma confiança nele. A segunda estimativa (0,0702) mostra também que, quanto mais filhos os brasileiros têm, mais chances há de se constatar muita confiança no Executivo do que nenhuma confiança nele.

Os quatro parâmetros seguintes, como podemos perceber nas análises do Judiciário e do Congresso, dizem respeito à avaliação que os brasileiros fazem da situação econômica do país. Por isso, lembremos que elas serão referências para a variável resposta “*muito boa*”.

**XXI.** O parâmetro sobre a *avaliação da economia do país como boa* tem coeficientes positivos. Portanto, os brasileiros que julgam “boa” a situação econômica nacional têm mais chances de ter pouca confiança no Executivo do que ter muita confiança nele. Isso é o que mostra a correlação entre os níveis 2 e 1 (0,5757). Conclui-se ainda que esses brasileiros são mais propensos a confiarem muito na instituição do que a não confiarem nela (0,1940), como podemos constatar na correlação entre os níveis 3 e 1.

**XXII.** O parâmetro referente à *avaliação da economia do país (nem boa, nem má/moderada)* também tem coeficientes positivos. O primeiro coeficiente (0,4651) é positivo para a correlação entre os níveis 2 e 1. Portanto, os brasileiros com esta avaliação tendem mais a ter pouca confiança do que nenhuma confiança no Executivo. O segundo coeficiente, também positivo, mostra que há uma probabilidade maior de se constatar muita confiança do que nenhuma confiança no Executivo (0,0427 — níveis 3/1).

- XXIII.** Quanto ao parâmetro segundo o qual a *avaliação da economia do país é má*, o primeiro coeficiente é positivo para a correlação entre os níveis 2 e 1 e corresponde a 0,1360. Conclui-se, portanto, que os brasileiros são mais tendenciosos a confiar pouco do que não confiar no Executivo. O segundo coeficiente é negativo para a correlação entre os níveis 3 e 1 e equivale a  $-0,3256$ . Ou seja, é mais provável que esses brasileiros desconfiem do Executivo do que tenham muita confiança nele.
- XXIV.** No que diz respeito ao parâmetro *avaliação da economia do país (má ou péssima)*, as duas estimativas são negativas. Enquanto a primeira ( $-0,1062$ ) mostra que há mais chances de brasileiros com esta percepção desconfiarem do Executivo do que confiarem pouco nele, a segunda estimativa ( $-0,5029$ ) evidencia que é mais provável que eles desconfiem da instituição do que confiem muito nela.
- XXV.** O último parâmetro da análise refere-se à *identificação partidária (não)*. Nesse caso, os brasileiros que não se identificam com partidos políticos serão a base para aqueles que possuem identificação partidária. Os coeficientes são negativos para as duas correlações (2/1 e 3/1). Do primeiro, podemos concluir que os brasileiros que não simpatizam com qualquer Partido Político são mais propensos a desconfiarem do Executivo do que terem pouca confiança nele ( $-0,2093$ ). Do segundo coeficiente, é possível afirmar que esses brasileiros também tendem mais a desconfiar desta instituição do que ter muita confiança nela ( $-0,4956$ ).

## 7.2. Teste de significância para a correlação dos níveis 2 e 1

**I)** Os parâmetros que **influenciam** para que os brasileiros tenham **pouca confiança** (2/1) no Executivo em comparação a nenhuma confiança são:

- Avaliação do combate à pobreza —  $0,0008$ .
- Avaliação do gerenciamento da economia —  $0,0000$ .
- Interesse por política (pouco) —  $0,0051$ .

**II)** Os parâmetros que **não influenciam** para que os brasileiros tenham **pouca confiança** (2/1) no Executivo em comparação a nenhuma confiança são:

- Intercepto —  $0,0524$ .
- Beneficiário de Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família) —  $0,8096$ .

- Sexo — 0,8637.
- Zona — 0,5500.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por mês) — 0,4015.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por ano) — 0,0570.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Nunca) — 0,4013.
- Confiança interpessoal (Pouca confiança) — 0,0779.
- Confiança interpessoal (Alguma confiança) — 0,6084.
- Confiança interpessoal (Nenhuma confiança) — 0,2189.
- Avaliação do combate à corrupção — 0,3181.
- Interesse por política (Algum) — 0,4037.
- Interesse por política (nenhum) — 0,2599.
- Situação Econômica Familiar (Suficiente, sem maiores problemas) — 0,1007.
- Situação Econômica Familiar (Não suficiente, moderada) — 0,2247.
- Situação Econômica Familiar (Não suficiente, grave) — 0,2466.
- Número de filhos — 0,8933.
- Avaliação da situação econômica do país (Boa) — 0,1684.
- Avaliação da situação econômica do país (Nem boa, nem ruim) — 0,2569.
- Avaliação da situação econômica do país (Má) — 0,7522.
- Avaliação da situação econômica do país (Muito má) — 0,8090.
- Identificação com partido político — 0,1375.

### 7.3. Teste de significância para a correlação dos níveis 3 e 1

I) Os parâmetros que **influenciam** para que os brasileiros tenham **muita confiança** (3/1) no Executivo em comparação a nenhuma confiança são:

- Intercepto — 0,0000.
- Confiança interpessoal (Alguma confiança) — 0,0242.
- Avaliação do combate à pobreza — 0,0000.
- Avaliação do gerenciamento da economia — 0,0000.
- Interesse por política (pouco) — 0,0015.
- Número de filhos — 0,0479.
- Identificação com partido político — 0,0009.

**II) Os parâmetros que **não influenciam** para que os brasileiros tenham **muita confiança** no Executivo em comparação a nenhuma confiança (3/1) são:**

- Beneficiário de Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família) — 0,0541.
- Sexo — 0,8524.
- Zona — 0,6943.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por mês) — 0,5277.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por ano) — 0,5487.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Nunca) — 0,8841.
- Confiança interpessoal (Pouca confiança) — 0,9706.
- Confiança interpessoal (Nenhuma confiança) — 0,1293.
- Interesse por política (Algum) — 0,3875.
- Interesse por política (nenhum) — 0,1361.
- Situação Econômica Familiar (Suficiente, sem maiores problemas) — 0,4258.
- Situação Econômica Familiar (Não suficiente, moderada) — 0,9477.
- Situação Econômica Familiar (Não suficiente, grave) — 0,3786.
- Avaliação da situação econômica do país (Boa) — 0,6480.
- Avaliação da situação econômica do país (Nem boa, nem ruim) — 0,9185.
- Avaliação da situação econômica do país (Má) — 0,4659.
- Avaliação da situação econômica do país (Muito má) — 0,2719.

## 8. Probabilidades estimadas para cada nível de confiança no Executivo

**Tabela 09 — Probabilidades estimadas para cada nível de confiança no Executivo**

Indivíduo	Probabilidade		
	1	2	3
1	0,5537	0,3868	0,0595
2	0,0658	0,4406	0,4936
3	0,2017	0,5167	0,2816
4	0,0315	0,3293	0,6392
5	0,2119	0,5279	0,2602
6	0,3554	0,4333	0,2112
7	0,0350	0,3481	0,6169
8	0,0375	0,2540	0,7086
9	0,3060	0,5364	0,1576
10	0,0195	0,2811	0,6994
11	0,0379	0,3466	0,6155
12	0,0602	0,3299	0,6100
13	0,0247	0,2413	0,7340
14	0,0195	0,2542	0,7263
15	0,4194	0,4900	0,0905
.	.	.	.
.	.	.	.
3195	0,0281	0,3188	0,6531
3196	0,5208	0,4102	0,0691
3197	0,2338	0,5482	0,2180
3198	0,2081	0,5843	0,2076
3199	0,0074	0,1757	0,8169
3200	0,0872	0,4748	0,4380
3201	0,0516	0,2780	0,6704
3202	0,0205	0,2197	0,7598



## 8.1 . Interpretação das probabilidades estimadas para cada indivíduo quanto à Confiança no Executivo

- **Indivíduo 1:** é mais provável, a partir dessas características, que este indivíduo **não tenha confiança** no Executivo, pois o nível 1 tem probabilidade de 0,5537. Quanto aos demais níveis, o teste apontou as seguintes estimativas: nível 2 — 0,3868 e o nível — 0,0595.
- **Indivíduo 2:** neste caso, há maior probabilidade de se constatar o sentimento de **muita confiança** no Executivo. Isso se justifica devido à probabilidade do nível 3, que equivale a 0,4936, enquanto a do nível 1 é 0,0658 e a do nível 2 é 0,4406.
- **Indivíduo 3:** pode-se dizer que é mais propenso a **ter pouca confiança** no Congresso (0,5167 — nível 2). O nível 1 tem probabilidade estimada de 0,2017 e o nível 3 tem probabilidade de 0,2816.
- **Indivíduo 4:** nesse caso, é mais provável que este indivíduo tenha **muita confiança** no Executivo (nível 3 — 0,6392) do que nenhuma (0,0315) ou pouca confiança nele (0,3293.)
- **Indivíduo 5:** é mais propenso a ter pouca confiança (0,6392) do que nenhuma (0,2119) ou muita confiança (0,2602.)
- **Indivíduo 6:** também estima-se que o indivíduo 6 tem mais propensão a **confiar pouco** (0,4333). Pois a probabilidade para desconfiar no Executivo é de 0,3554 e para considerá-lo muito confiável é de 0,2112.
- **Indivíduo 7:** tem mais probabilidade de ter **muita confiança** no Executivo, tendo em vista que o nível 3 tem estimativa de 0,6169. Quanto aos níveis 1 e 2, eles possuem estimativas de 0,0350 e 0,3481, respectivamente.
- **Indivíduo 8:** é possível constatar que ele igualmente tem mais tendência a ter **muita confiança** no Executivo, pois o nível 3 corresponde a 0,7086, enquanto o nível 1 equivale a 0,0375 e o nível 2 tem estimativa de 0,2540.
- **Indivíduo 9:** é mais provável que ele tenha, assim como a maioria, **pouca confiança** no Executivo (nível 2 — 0,5364). Pois, para não confiar na instituição, estima-se 0,3060 (nível 1) e para ter muita confiança estima-se 0,1576 (nível 3).
- **Indivíduo 10:** há uma probabilidade maior de constatar-se o sentimento de **muita confiança** no Executivo (0,6994) por parte deste indivíduo. Ademais, são menores as chances de ele desconfiar (0,0195) ou confiar pouco na instituição.

- **Indivíduo 11:** tem uma propensão maior a ter **muita confiança** no Executivo (nível 3— 0,6155) do que ter nenhuma confiança (0,0379) ou pouca confiança nesta instituição (0,3466).
- **Indivíduo 12:** tem mais propensão a ter **muita confiança** (nível 3 — 0,6100) no Executivo do que ter nenhuma (0,0602) ou pouca confiança na instituição (0,3299).
- **Indivíduo 13:** podemos afirmar que é mais provável que este indivíduo tenha **muita confiança**, tendo em vista que o nível 3 tem estimativa de 0,7340. Em contrapartida, o nível 2 (pouca confiança) equivale a 0,2413 e o nível 1 corresponde a 0,0247.
- **Indivíduo 14:** percebe-se uma estimativa maior para o nível 3 (0,7263). Portanto, há uma probabilidade maior que o indivíduo 14 tenha **muita confiança** no Executivo. Quanto aos demais níveis: o primeiro (nenhuma confiança) tem estimativa de 0,0195 e o segundo (pouca confiança) tem estimativa de 0,2542.
- **Indivíduo 15:** verifica-se uma propensão maior para **pouca confiança** no Executivo, uma vez que o nível 2 tem estimativa de 0,4900. Para o nível 1, a probabilidade estimada é de 0,4194 e para o nível 3 estima-se 0,0905.
- **Indivíduo 3195:** é mais provável que este indivíduo **confie muito** no Executivo do que tenha desconfiança ou muita confiança nesta instituição. Pois o nível 3 tem a maior estimativa, correspondendo a 0,6531. O nível 1 corresponde a 0,081 e o nível 2 a 0,3188.
- **Indivíduo 3196:** o teste de probabilidade apontou que este indivíduo tem mais propensão **desconfiar** do Executivo. Isso porque a estimativa do nível 1 corresponde a 0,5208. Quanto às demais, verifica-se 0,4102 para que ele tenha pouca confiança e 0,0691 para que ele tenha muita confiança na instituição.
- **Indivíduo 3197:** tem mais probabilidade de ter **pouca confiança** (0,5482— nível 2) do que nenhuma ou muita confiança, pois os níveis 1 e 3 possuem, respectivamente, as seguintes estimativas: 0,2338 e 0,2180.
- **Indivíduo 3198:** o teste mostra uma propensão maior a **confiar pouco** (nível 2 — 0,5843) no Executivo, pois a estimativa para o nível 1 é de 0,2081 e para o nível 3 é de 0,2076.
- **Indivíduo 3199:** é mais provável que este indivíduo tenha **muita confiança** no Executivo. Isso porque o nível 3 tem estimativa de 0,8169, enquanto o nível 1 estima 0,0074 e o nível 2 estima 0,1757.

- **Indivíduo 3200:** tem mais propensão a ter **pouca confiança** (0,4748) no Executivo do que a ter desconfiança (0,0872) ou muita confiança (0,4380) na instituição.
- **Indivíduo 3201:** nesse caso, as estimativas revelam que há uma probabilidade maior para o sentimento de **muita confiança** do indivíduo em relação ao Executivo. Isso porque o nível 3 corresponde a 0,6704. A estimativa para o nível 1 é de 0,0516 e para o nível 2 é de 0,2780.
- **Indivíduo 3202:** as estimativas para este indivíduo apontam para a seguinte interpretação: é mais provável que ele **confie muito** no Executivo (0,7598) do que desconfie (nível 1 — 0,0205) ou tenha pouca confiança na instituição (nível 2 — 0,7598).

## 9. Estimativas dos Parâmetros da Regressão Logística Multinomial para Confiança nos Partidos Políticos

**Tabela 10 — Probabilidades estimadas para cada nível de confiança nos Partidos Políticos**

Variável	Estimativa		Erro padrão		Estatística do Teste		Valor - P	
	2	3	2	3	2	3	2	3
Intercepto	-1,2783	-5,3275	0,4528	0,8624	-2,8233	-6,1773	0,0048	0,0000
Beneficiário de Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família) (Não)	-0,0077	0,0646	0,1002	0,1720	-0,0771	0,3757	0,9385	0,7072
Sexo (Feminino)	0,2898	0,2994	0,0806	0,1475	3,5972	2,0295	0,0003	0,0424
Zona (Rural)	-0,0447	0,2506	0,1237	0,1937	-0,3617	1,2935	0,7176	0,1958
Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por mês)	-0,0207	0,2761	0,3564	0,6540	-0,0581	0,4222	0,9537	0,6729
Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por ano)	0,0862	0,5221	0,3374	0,6314	0,2555	0,8268	0,7983	0,4083
Participação em reuniões de uma associação de bairro (Nunca)	0,0921	0,4818	0,3086	0,5846	0,2986	0,8242	0,7653	0,4098
Confiança interpessoal (Pouca confiança)	0,0316	-0,4449	0,1083	0,1761	0,2915	-2,5262	0,7707	0,0115
Confiança interpessoal (Alguma confiança)	-0,2306	-0,9540	0,1131	0,1996	-2,0382	-4,7803	0,0415	0,0000
Confiança interpessoal (Nenhuma confiança)	-0,5049	-0,7003	0,1649	0,2808	-3,0629	-2,4939	0,0022	0,0126
Avaliação do Combate à Pobreza	0,0745	0,0442	0,0279	0,0516	2,6727	0,8568	0,0075	0,3916

Avaliação do Combate à corrupção	0,1689	0,3668	0,0265	0,0476	6,3749	7,7091	0,0000	0,0000
Avaliação do gerenciamento da economia.	0,1212	0,3004	0,0291	0,0563	4,1653	5,3332	0,0000	0,0000
Interesse por política (Algum)	0,2414	-0,3073	0,1703	0,2716	1,4174	-1,1313	0,1564	0,2579
Interesse por política (Pouco)	0,2264	-0,4726	0,1553	0,2410	1,4580	-1,9612	0,1448	0,0499
Interesse por política (nenhum)	-0,2189	-0,6809	0,1625	0,2573	-1,3467	-2,6458	0,1781	0,0082
Situação Econômica Familiar (Suficiente, sem maiores problemas)	-0,0530	0,6528	0,1344	0,3273	-0,3946	1,9946	0,6931	0,0461
Situação Econômica Familiar (Não suficiente, moderada)	-0,0288	0,9540	0,1429	0,3354	-0,2019	2,8442	0,8400	0,0045
Situação Econômica Familiar (Não suficiente, grave)	-0,0686	1,2362	0,1853	0,3811	-0,3703	3,2438	0,7112	0,0012
Número de filhos	-0,0038	0,0140	0,0211	0,0347	-0,1818	0,4021	0,8557	0,6876
Avaliação da situação econômica do país (Boa)	-0,1456	0,1734	0,2408	0,4069	-0,6046	0,4261	0,5455	0,6700
Avaliação da situação econômica do país (Nem boa, nem ruim)	0,0608	0,3204	0,2395	0,4057	0,2537	0,7897	0,7997	0,4297
Avaliação da situação econômica do país (Má)	-0,1098	0,5403	0,2662	0,4573	-0,4123	1,1815	0,6801	0,2374
Avaliação da situação econômica do país (Muito má)	-0,5488	0,1359	0,2784	0,4766	-1,9715	0,2851	0,0487	0,7756
Identificação com partido político (Não)	-0,1118	-0,1275	0,0889	0,1575	-1,2571	-0,8091	0,2087	0,4184

## 9.1. Interpretação dos parâmetros do modelo VI — Confiança nos Partidos Políticos

**I.** O parâmetro que se refere ao *intercepto* possui estimativas negativas para os níveis 2 e 3 em relação ao nível 1. A primeira estimativa corresponde a -1,2783. Este valor indica que é mais provável haver desconfiança em relação aos partidos políticos brasileiros do que o sentimento de pouca confiança nele. A segunda estimativa totaliza -5,3275. Isso significa que também há preponderância para a desconfiança em relação a muita confiança nos partidos.

**II.** O parâmetro sobre o *beneficiário (não) do Bolsa Família* apresenta coeficientes distintos. Para a correlação entre os níveis 2 e 3, a estimativa é -0,0077. Ou seja, é mais provável que os não beneficiários de programa de transferência de renda tenham mais desconfiança do que pouca confiança nos partidos, se comparados aos brasileiros que recebem este auxílio. Em contrapartida, a correlação entre os níveis 3 e 1 (0,0646) revela que os não beneficiários tendem a ter muita confiança do que desconfiança nesta instituição.

**III.** O *parâmetro sexo (feminino)* apresenta estimativas positivas. A primeira estimativa (0,2898) diz respeito à associação dos níveis 2 e 1, ou seja, as mulheres tendem mais a ter pouca confiança nos partidos do que nenhuma confiança se comparadas aos homens. A segunda estimativa (0,2994) refere-se aos níveis 3 e 1, seu valor indica que elas também são mais propensas a confiar muito nos partidos do que desconfiar deles.

**IV.** As estimativas do *parâmetro zona (rural)* mostram, primeiro, uma relação negativa entre os níveis 2 e 1, a partir da qual entende-se que os moradores da zona rural são mais propensos a desconfiar dos partidos do que ter pouca confiança neles em relação àqueles que moram na zona urbana (-0,0447). Segundo, mostram uma associação positiva entre os níveis 3 e 1. Desta relação, depreende-se que os moradores da zona rural tendem mais a ter muita confiança do que nenhuma confiança nos partidos (0,2506)

**V.** O parâmetro *participação de reuniões na comunidade (uma ou duas vezes por mês)* possui estimativas diferentes de acordo com as correlações. A primeira mostra uma relação negativa para os níveis 2 e 1 (-0,0207), segundo a qual os brasileiros que possuem esta frequência de participação tendem mais a desconfiar dos partidos do que a confiar pouco neles. A segunda estimativa mostra uma relação positiva para os níveis 3

e 1 (0,2761). Esta, por sua vez, indica que é mais provável que esses brasileiros tenham muita confiança do que nenhuma confiança na instituição. Portanto, os indicadores de confiança concentram-se entre “nenhuma” e “muita confiança” política.

**VI.** O parâmetro *participação em reuniões da comunidade (uma vez por ano)* tem duas estimativas positivas. A primeira estimativa mostra uma relação positiva entre os níveis 2 e 1, ou seja, os brasileiros que frequentam esse tipo de reunião uma vez por ano tendem mais a confiar pouco nos partidos políticos do que desconfiar deles (0,0862). A segunda estimativa revela que esses brasileiros são mais propensos ainda a ter muita confiança do que nenhuma confiança na instituição (0,5221).

**VII.** Quanto à *participação de reuniões na comunidade (nunca)*, podemos observar que o primeiro coeficiente é positivo para a associação entre os níveis 2 e 1 (0,0921). Esta relação positiva mostra que os brasileiros que não participam desse tipo de reunião são mais propensos a ter pouca confiança do que nenhuma confiança nos partidos políticos. A segunda relação (0,4818) refere-se aos níveis 3 e 1. Ela mostra ainda que há uma probabilidade maior de esses brasileiros terem muita confiança do que nenhuma confiança nos partidos políticos.

Os parâmetros seguintes concernentes ao grau de confiança interpessoal serão analisados como “parâmetros bases” para o grau muita confiança. Sendo assim, eles devem ser comparados a este último grau (*muito*).

**VIII.** O parâmetro sobre *alguma confiança* interpessoal tem coeficientes distintos. O primeiro coeficiente é positivo para a relação entre os níveis 2 e 1 (0,0316) e o segundo coeficiente é negativo para a relação entre os níveis 3 e 1 (-0,4449). Portanto o primeiro mostra que os brasileiros que confiam pouco em seus concidadãos tendem mais a ter pouca confiança do que nenhuma confiança nos partidos políticos. Enquanto o segundo evidencia que é mais provável que esses brasileiros desconfiem da instituição do que tenham muita confiança nela.

**IX.** No que diz respeito ao parâmetro *pouca confiança interpessoal*, a primeira estimativa é negativa para a correlação entre os níveis 2 e 1, correspondendo a -0,2306. Portanto, é mais provável que os brasileiros com pouca confiança interpessoal desconfiem do que confiem nos partidos políticos. A segunda estimativa também é negativa para a correlação entre os níveis 3 e 1 (-0,9540). Isso quer dizer que esses brasileiros são mais tendenciosos a desconfiarem dos partidos do que tendenciosos a confiarem muito neles.

**X.** O parâmetro referente à *nenhuma confiança interpessoal* apresenta, por sua vez, duas estimativas negativas. Quanto à correlação dos níveis 2 e 1 a estimativa é -0,5049. Logo, presume-se que os brasileiros que não confiam em seus concidadãos são mais propensos a desconfiarem do que terem pouca confiança nos partidos. No que diz respeito à correlação entre os níveis 3 e 1, a estimativa (-0,7003) indica que esses brasileiros também tendem mais a desconfiar da instituição do que a confiar muito nela.

**XI.** Quanto ao parâmetro sobre a *avaliação do combate à pobreza* as estimativas são positivas para as duas correlações (níveis 2/1 e níveis 3/1). A primeira estimativa (0,0745) mostra que, quanto melhor os brasileiros avaliam o desempenho do governo no combate à pobreza, mais eles tendem a ter pouca confiança nos partidos políticos do que nenhuma confiança neles. A segunda estimativa (0,0442) tem interpretação semelhante, pois, à medida que se confirma o bom desempenho quanto à diminuição da miséria, os brasileiros tendem mais a considerar os partidos muito confiáveis do que não confiáveis.

**XII.** O parâmetro sobre a *avaliação do combate à corrupção*, assim como o anterior, apresenta coeficientes positivos. O primeiro coeficiente indica que, a medida que os brasileiros avaliam bem o desempenho do governo e suas instituições quanto combate ao crime e à corrupção, é mais provável que haja pouca confiança do que desconfiança nos partidos políticos (0,1689). O segundo coeficiente mostra que os brasileiros, nesse caso, tendem mais ainda a ter muita confiança do que nenhuma confiança nesta instituição (0,3668).

**XIII.** Quanto à *avaliação do gerenciamento da economia* verifica-se também estimativas positivas. A primeira se refere à correlação entre os níveis 2 e 1 e corresponde a 0,1212. De acordo com esta relação positiva, quanto melhor é a avaliação dos brasileiros sobre esta questão, mais provável é que eles confiem pouco do que desconfiem dos partidos. A segunda estimativa refere-se às correlações entre os níveis 3 e 1 e equivale a 0,3004. Portanto, presume-se que os brasileiros são mais propensos a terem muita confiança do que nenhuma confiança nos partidos políticos do país.

No que se refere aos parâmetros sobre *interesse por política* que serão interpretados a seguir, é preciso lembrar que eles são bases para a resposta “muito interesse por política”. Sendo assim, vejamos:

**XIV.** O parâmetro *algum interesse por política* apresenta uma estimativa positiva para a correlação entre os níveis 2 e 1. Segundo tal correlação, os brasileiros com pouco interesse em assuntos políticos são mais propensos a ter pouca confiança nos partidos do que a desconfiar deles (0,2414). A segunda estimativa é negativa para a associação



entre os níveis 3 e 1. A partir dela, é possível constatar que há uma probabilidade maior para que os brasileiros desconfiem dos partidos e menor para que eles confiem muito (-0,3073).

**XV.** O parâmetro *pouco interesse por política* apresenta coeficientes diferentes: um positivo (0,2264) para a correlação 2/1 e um negativo para a correlação (-0,4726). A partir do primeiro, podemos verificar uma probabilidade maior para que os brasileiros com muito interesse em política confiem pouco nos partidos. O segundo coeficiente mostra, por sua vez, que esses brasileiros tendem mais a desconfiar do que a confiar muito nesta instituição.

**XVI.** O parâmetro *nenhum interesse por política* apresenta dois coeficientes negativos. O primeiro (-0,2189) refere-se à correlação entre os níveis 2 e 1. Por meio dele entende-se que os brasileiros sem interesse por questões políticas são mais propensos a desconfiar do que ter pouca confiança nos partidos políticos. O segundo coeficiente (-0,6809) também mostra que esses brasileiros têm mais chances de desconfiar do que confiar muito nesta instituição.

Antes de passarmos aos próximos, ressaltamos que os três parâmetros a seguir devem ser interpretados a partir de uma comparação feita com a variável resposta “suficiente, com possibilidade de economizar/poupar”.

**XVII.** Quanto ao parâmetro que se refere à *situação econômica da renda familiar*, os brasileiros que consideram sua renda *suficiente sem gerar grandes problemas* são mais propensos a desconfiar do que a ter pouca confiança nos partidos políticos (-0,0530). Esta é a interpretação obtida pela primeira estimativa. No que concerne à segunda (0,6528), entende-se que os brasileiros tendem mais a julgar os partidos instituições muito confiáveis do que não confiáveis.

**XVIII.** O parâmetro que diz respeito à *situação econômica da renda familiar (insuficiente, gera dificuldades)* tem estimativas distintas. A primeira refere-se à correlação entre os níveis 2 /1 e apresenta uma relação negativa (-0,02888). Ou seja, os brasileiros que assim avaliam sua renda familiar tendem mais a ter desconfiança dos partidos do que ter pouca confiança na instituição. A segunda estimativa refere-se à associação entre os níveis 3 e 1 e apresenta uma relação positiva (0,9540). Isso quer dizer que esses brasileiros são mais propensos a ter muita confiança do que nenhuma confiança nos partidos.

**XIX.** O parâmetro que se refere à *situação econômica da renda familiar (insuficiente, gera grandes dificuldades)*, assim como o anterior, apresenta coeficientes com valores

diferentes. Enquanto o primeiro é negativo (-0,0686), o segundo coeficiente é positivo (0,2362). Portanto, constata-se que os brasileiros nessa situação tendem mais a desconfiar do que considerar os partidos uma instituição pouco confiável. Ademais, é possível, a partir da segunda estimativa, uma probabilidade maior para o sentimento de muita confiança do que de desconfiança.

**XX.** Quanto ao parâmetro sobre o *número de crianças*, é possível verificar duas estimativas distintas. A primeira é negativa para a correlação entre os níveis 2 e 1 (-0,0038). À medida que os brasileiros têm filhos, há uma probabilidade maior de que eles desconfiem dos partidos políticos do que confiem pouco na instituição. A segunda estimativa é positiva para a associação entre os níveis 3 e 1 (0,0140), portanto, é mais provável também que os brasileiros tenham muita confiança nos partidos do que nenhuma.

Os quatro parâmetros abaixo devem ser interpretados a partir de uma comparação feita com a variável resposta “muito boa”.

**XXI.** O parâmetro sobre a *avaliação da situação econômica do país (boa)* tem o coeficiente negativo (-0,1456) para a correlação entre os níveis 2 e 1. Portanto, os brasileiros que avaliam “boa” a economia do país são mais propensos a desconfiar dos partidos do que a confiar pouco neles. Para a correlação entre os níveis 3 e 1, o coeficiente é positivo (0,1734), ou seja, esses brasileiros há mais chances de ter muita confiança do que nenhuma confiança na instituição.

**XXII.** No que diz respeito ao parâmetro *avaliação da situação econômica do país (nem boa/nem má)*, verifica-se estimativas positivas para as duas correlações (2/1 e 3/1). A primeira evidencia que os brasileiros que avaliam “moderada” a economia do país têm mais chances de desconfiar do que confiar pouco nos partidos. A segunda estimativa mostra que eles tendem mais ainda a confiar muito nesta instituição do que não confiar.

**XXIII.** O parâmetro sobre a *avaliação da situação econômica do país (má)* tem coeficientes diferentes: negativo para a correlação 2/1 (-0,1098) e positivo para a correlação 3/1 (0,5403). O primeiro mostra que os brasileiros com esta percepção tendem a desconfiar dos partidos políticos do que a ter pouco confiança. O segundo coeficiente evidencia que há uma probabilidade maior para que esses brasileiros tenham muita confiança do que nenhuma confiança nos partidos políticos.

**XXIV.** O último parâmetro sobre a *avaliação da situação econômica do país* tem por base a percepção *muito má/péssima*. Este parâmetro tem duas estimativas distintas. A associação entre os níveis 2 e 1 mostra que os brasileiros que assim avaliam a situação

econômica nacional são mais propensos a desconfiar do que a confiar pouco na instituição (-0,5488). A associação dos níveis 3 e 1, por sua vez, evidencia haver uma relação positiva quanto a ter muita confiança nos partidos políticos.

**XXV.** Por fim, o último parâmetro da análise de regressão da confiança nos partidos políticos refere-se à *identificação partidária (não)*. Suas estimativas são negativas para ambas as correlações (2/1 e 3/1). Portanto, infere-se que há uma probabilidade maior de os brasileiros sem identificação partidária desconfiarem dos partidos políticos do que terem pouca confiança neles (-0,1188). Além disso, há uma tendência maior para que esses brasileiros desconfiem da instituição do que tenham muita confiança nela (-0,1275). Ressalte-se que esses dados devem ser considerados em comparação aos brasileiros com simpatia por algum partido político. Em suma, este parâmetro, indicador da confiança política, concentra-se no nível 1 (nenhuma confiança).

## 9.2. Teste de significância para a correlação dos níveis 2 e 1

**I)** Os parâmetros que **influenciam** para que os brasileiros tenham **pouca confiança** (2/1) nos partidos políticos em comparação a nenhuma confiança são:

- Intercepto — 0,0048.
- Sexo — 0,0003.
- Confiança interpessoal (alguma) — 0,0415.
- Confiança interpessoal (nenhuma) — 0,0022.
- Avaliação do combate à pobreza — 0,0075.
- Avaliação do combate à corrupção — 0,0000.
- Avaliação do gerenciamento da economia — 0,0000.

**II)** Os parâmetros que **não influenciam** para que os brasileiros tenham **pouca confiança** (2/1) nos partidos políticos em comparação a nenhuma confiança são:

- Beneficiário de Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família) — 0,9385.
- Zona (Rural) — 0,7176.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por mês) — 0,9537.

- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por ano) — 0, 7983.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Nunca) — 0, 7653.
- Confiança interpessoal (pouca confiança) — 0, 7707.
- Interesse por política (algum) — 0, 1564.
- Interesse por política (pouco) — 0, 1448.
- Interesse por política (nenhum) — 0, 1781.
- Situação Econômica Familiar (Suficiente, sem maiores problemas) — 0,6931.
- Situação Econômica Familiar (Não suficiente, moderada) — 0,8400.
- Situação Econômica Familiar (Não suficiente, grave) — 0,7112.
- Número de filhos — 0,8557.
- Avaliação da situação econômica do país (Boa) — 0,5455.
- Avaliação da situação econômica do país (Nem boa, nem ruim) — 0,7997.
- Avaliação da situação econômica do país (Má) — 0, 6891
- Avaliação da situação econômica do país (Muito má) — 0,0487.
- Identificação com partido político (Não) — 0.2087.

### 9.3. Teste de significância para a correlação dos níveis 3 e 1

I) Os parâmetros que **influenciam** para que os brasileiros tenham **muita confiança** (3/1) nos partidos políticos em comparação a nenhuma confiança são:

- Intercepto — 0,0000.
- Sexo — 0,0424.
- Confiança interpessoal (alguma) — 0,0000.
- Confiança interpessoal (nenhuma) — 0,0126.
- Avaliação do combate à corrupção — 0,0000.
- Avaliação do gerenciamento da economia — 0,0000.
- Interesse por política (pouco) — 0, 0499.
- Interesse por política (nenhum) — 0, 0082.
- Situação Econômica Familiar (Suficiente, sem maiores problemas) — 0,0461.
- Situação Econômica Familiar (Não suficiente, moderada) — 0, 0045.
- Situação Econômica Familiar (Não suficiente, grave) — 0, 0012.

II) Os parâmetros que **não influenciam** para que os brasileiros tenham **muita confiança** (3/1) nos partidos políticos em comparação a nenhuma confiança são:

- Beneficiário de Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família) —0,7072.
- Zona — 0,1958.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por mês) — 0, 6729.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Uma ou duas vezes por ano) — 0,4083.
- Participação em reuniões de uma associação de bairro (Nunca) — 0,4098.
- Avaliação do combate à pobreza — 0,3916.
- Confiança interpessoal (Pouca confiança) — 0,0115.
- Interesse por política (Algum) — 0,2579.
- Número de filhos — 0,6876.
- Avaliação da situação econômica do país (Boa) — 0,6700.
- Avaliação da situação econômica do país (Nem boa, nem ruim) — 0, 4297.
- Avaliação da situação econômica do país (Má) — 0, 2374.
- Avaliação da situação econômica do país (Muito má) — 0,7756.
- Identificação partidária — 0,4184.
- Avaliação da situação econômica do país (Muito má) — 0,2719.

## 10. Probabilidades estimadas para cada nível de confiança nos Partidos Políticos

**Tabela 11 — Probabilidades estimadas para cada nível de confiança nos Partidos Políticos**

Indivíduo	Probabilidade		
	1	2	3
1	0,6648	0,3129	0,0223
2	0,4980	0,4663	0,0357
3	0,4091	0,5610	0,0299
4	0,4515	0,4811	0,0674
5	0,6237	0,3482	0,0282
6	0,4502	0,3957	0,1541
7	0,2135	0,6906	0,0959
8	0,3578	0,4917	0,1505
9	0,6148	0,3307	0,0546
10	0,2148	0,5717	0,2135
11	0,3471	0,5398	0,1131
12	0,3411	0,4308	0,2281
13	0,3532	0,3848	0,2621
14	0,1885	0,5869	0,2246
15	0,6368	0,3342	0,0289
.	.	.	.
.	.	.	.
3195	0,2195	0,5118	0,2687
3196	0,6982	0,2830	0,0188
3197	0,5224	0,4421	0,0355
3198	0,6512	0,3265	0,0223
3199	0,1655	0,6613	0,1733
3200	0,4372	0,5063	0,0565
3201	0,3758	0,5753	0,0489
3202	0,2308	0,6624	0,1069

## 10.1. Interpretação das probabilidades estimadas para cada indivíduo quanto à Confiança nos Partidos Políticos

- **Indivíduo 1:** constata-se, mediante suas características, que ele tende a **desconfiar** dos partidos políticos (0,6648). Isso porque o nível 1 apresenta a estimativa mais alta. O nível 2 tem coeficiente de 0,3129 e o nível 3 tem coeficiente de 0,0223.
- **Indivíduo 2:** também é mais propenso a **desconfiar** dos partidos do que ter pouca ou muita confiança. Enquanto o nível 1 tem estimativa de 0,4980; o nível 2 corresponde a 0,4463 e o nível 3 corresponde a 0,0357.
- **Indivíduo 3:** é mais provável que ele tenha **pouca confiança** nos partidos políticos, tendo em vista que o nível 2 tem estimativa de 0,5610. Para que ele não confie nesta instituição, o nível 1 tem estimativa de 0,4091 e para que ele tenha muita confiança, o nível 3 corresponde a 0,2299.
- **Indivíduo 4:** há uma probabilidade maior para que este indivíduo tenha **pouca muita confiança** nos partidos (nível 2 — 0,4811) do que nenhuma (0,4515) ou muita confiança (0,0674.)
- **Indivíduo 5:** é possível verificar que ele tem uma tendência maior a ter **desconfiança** nos partidos políticos (nível 1 — 0,6237) do que ter pouca (nível 2 — 0,3482) ou muita confiança (nível 3 — 0,0282).
- **Indivíduo 6:** as probabilidades apontam também para uma tendência à **desconfiança** nos partidos políticos. Isso porque o nível 1 corresponde a 0,4502. O nível 2 tem estimativa de 0,3947 e o nível 3 de 0,1541.
- **Indivíduo 7:** é mais provável que este indivíduo tenha **pouca confiança** (nível 2 — 0,6906) do que desconfiança (nível 1 — 0,2135) ou muita confiança (nível 3 — 0,0959) nos partidos políticos brasileiros.
- **Indivíduo 8:** há uma probabilidade maior para que o indivíduo 8 **confie pouco** dos partidos políticos, pois o nível 2 equivale a 0,4918. Os demais níveis correspondem, respectivamente, a: 0,3578 — nível 1 e a 0,1505 — nível 3.
- **Indivíduo 9:** as probabilidades, nesse caso, indicam que há uma propensão à **desconfiança** por parte desse indivíduo em relação aos partidos, pois o nível 1 corresponde a 0,6148. O nível 2 e 3 têm estimativas de 0,3307 e 0,0546, respectivamente.

- **Indivíduo 10:** constatamos que é mais provável que este indivíduo tenha **pouca confiança** (nível 2 — 0,5717) do que nenhuma (nível 1 — 0,2148) ou muita confiança (nível 3— 0,2135) nos partidos políticos.
- **Indivíduo 11:** neste caso, o teste de probabilidade tem o seguinte resultado: é mais provável que o indivíduo 11 tenha **pouca confiança** (nível 2 — 0,5398) na instituição do que nenhuma (nível 1 — 0,3471) ou muita confiança nela (nível 3 — 0,1131).
- **Indivíduo 12:** tem mais propensão a ter também **pouca confiança** nos partidos políticos, tendo em vista que o nível 2 possui estimativa de 0,4308 e o nível 1 corresponde a 0,3411 e o 3 tem estimativa de 0,2281. Portanto, é mais a probabilidade para a pouca confiança do que nenhuma ou muita.
- **Indivíduo 13:** pode-se verificar que é mais provável que o indivíduo tenha **pouca confiança** (nível 2 — 0,3848) do que o sentimento de desconfiança (nível 1 — 0,3532) ou de muita confiança (nível 3 — 0,2621).
- **Indivíduo 14:** estima-se que tenha mais propensão a ter **pouca confiança** nos partidos políticos (nível 2 — 0,5869), uma vez que a probabilidade para que ele tenha desconfiança é de 0,1885. Quanto ao sentimento de muita confiança, estima-se 0,2246. Portanto, os níveis 2 e 3 apresentam probabilidades menores do que o primeiro nível.
- **Indivíduo 15:** para este indivíduo, os resultados indicam que ele tende mais a **desconfiar** dos partidos do que a ter pouca ou muita confiança neles. Observa-se isso porque o nível 1 apresenta estimativa mais alta (0,6368), e enquanto as mais baixas limitam-se aos níveis 2 e 3 (0,3342 e 0,0289, respectivamente).
- **Indivíduo 3195:** as probabilidades apontam que é mais provável que este indivíduo **confie pouco** nos partidos do que tenha desconfiança ou muita confiança nesta instituição. Pois o nível 2 tem a maior estimativa, correspondendo a 0,5118, enquanto o nível 1 corresponde a 0, 2195 e o nível 2 a 0,2687.
- **Indivíduo 3196:** verifica-se que há uma propensão maior à **desconfiança** por parte deste indivíduo em relação aos partidos políticos, considerando a estimativa de 0,6892 do nível 1. Os níveis 2 e 3 possuem, respectivamente, as seguintes estimativas:0,2830 e 0,0188.
- **Indivíduo 3197:** também é possível constatar uma probabilidade maior para o sentimento de **desconfiança** nos partidos (nível 1 — 0,5524) do que para o sentimento de pouca (nível 2— 0,4421) e para muita confiança na instituição (nível 3— 0,0355).



- **Indivíduo 3198:** o teste mostra que, nesse caso, também há uma tendência maior para que este indivíduo tenha mais **desconfiança** nos partidos do que para considerá-los pouco ou muito confiáveis. Pois o nível 1 (0,6512) tem estimativa maior do que o nível 2 (0,3265) e 3 (0,0223).
- **Indivíduo 3199:** diferente dos três indivíduos anteriores, este tem mais propensão a **confiar pouco** na instituição em análise, tendo em vista que a estimativa é de 0,6613 para este nível (2 — pouca). Para o nível 1 a probabilidade é de 0,1655 e para o nível 3 tem-se 0,1733.
- **Indivíduo 3200:** é mais provável que este indivíduo tenha também **pouca confiança** nos partidos (nível 2 — 0,5063) do que nenhuma (nível 1 — 0,4372) ou muita (nível 3 — 0,0565) confiança neles.
- **Indivíduo 3201:** quanto a este indivíduo, conclui-se que é mais provável que ele **confie pouco** nos partidos políticos porque a maior estimativa encontra-se no nível 2 (0,5753), enquanto as menores estimativas relacionam-se aos níveis 1 e 3 (0,3758 e 0,0489).
- **Indivíduo 3202:** finalmente, os valores das estimativas correspondentes ao último indivíduo do teste mostram que é mais provável que este indivíduo, assim como a maioria, **confie pouco** nos partidos políticos (nível 2 — 0,6624). Isso porque as menores estimativas correspondem a à probabilidade para não confiar (nível 1 — 0,2308) e para ter muita confiança (nível 3 — 0,1069).

## CONCLUSÃO

Os resultados obtidos nesta pesquisa ratificam o consenso da literatura: as instituições políticas brasileiras estão cada vez menos confiáveis no julgamento dos brasileiros. A análise do período de 2010 e 2012 evidencia um progressivo decréscimo do grau de confiabilidade das instituições. De acordo com a percepção dos cidadãos, o Executivo é a instituição mais confiável da democracia (59% em 2010 e 37% em 2012). Em contrapartida, os Partidos Políticos são os que menos gozam de uma avaliação positiva ante o julgamento dos brasileiros, configurando-se assim os menos confiáveis. No que diz respeito ao Judiciário e ao Congresso, ambos apresentam indicadores intermediários de desconfiança e confiança.

Avaliamos a distribuição da confiança a partir de algumas variáveis socioeconômicas, culturais e institucionais. A principal variável de nossa avaliação refere-se à confiança que os beneficiários do *Programa Bolsa Família* depositam sobre as instituições do Poder Judiciário, do Congresso e do Executivo e dos Partidos Políticos. Como vimos, os índices de confiança concentram-se nos níveis “pouca confiança” e “muita confiança”. Nesse caso, os brasileiros não beneficiários são os que mais desconfiam e também os que mais confiam nestas instituições.

Quanto aos beneficiários, os índices variam entre pouca e muita confiança. Portanto, eles confiam mais em comparação aos que não recebem o benefício. Entretanto, os dados apresentam uma mudança no que diz respeito aos partidos políticos, tendo em vista que os brasileiros, independentemente de receber ou não o benefício do PBF, têm, em sua maioria, pouca confiança institucional.

Feita estas observações, voltemo-nos ao objetivo norteador desta pesquisa: verificar se as políticas de redistribuição de renda têm impacto sobre os índices de confiança nas instituições políticas brasileiras. Para tanto, baseamo-nos na hipótese de que o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família impacta os indicadores de confiança de forma positiva, pois o papel do Estado, diante da redistribuição de benefícios, atenua as desigualdades socioeconômicas e atende às demandas de proteção social de uma parcela específica da população. Como afirmamos no início da dissertação, esta hipótese fundamenta-se na conjectura segundo a qual a confiança institucional depende de aspectos como direitos econômicos redistributivos.

Obtivemos a resposta para essa questão através de análises de regressões multinominais feitas para cada instituição. As regressões nos permitiram realizar estimativas sobre 25 parâmetros, tendo por base três níveis de confiança política (*nenhuma, pouca e muita*). Os parâmetros compreenderam desde aspectos culturais e institucionais até aspectos socioeconômicos. Os testes de significância deixaram evidente que a política de transferência de renda *Bolsa Família* não tem impacto sobre os índices de confiança. Chegamos a esta conclusão porque, para nenhuma das quatro instituições, o valor  $-p$  foi menor ou igual a 0,05. Portanto, a nossa hipótese foi refutada. Ao contrário dela, a transferência de renda via política social não determina que os indivíduos acreditem mais nas instituições do regime democrático, pois não há um efeito estatisticamente significativo.

A despeito desses resultados, a magnitude da significância mostra ainda que, numa visão geral, os fatores determinantes para que os brasileiros tenham mais probabilidade de ter pouca e/ou muita confiança<sup>68</sup> nas instituições são, em sua maioria, voltadas à avaliação do desempenho institucional. Ou seja, a *avaliação do combate à corrupção*, do *combate à pobreza* e do *gerenciamento da economia do país* influenciam a confiança política no Judiciário, Congresso, Executivo e nos partidos políticos. Outros fatores determinantes se referem a aspectos culturais dos brasileiros, quais sejam, a *confiança interpessoal* e o *interesse por política*. No que diz respeito à *identificação partidária*, este fator importa tão somente para os indicadores do Executivo.

Quanto às variáveis socioeconômicas, elas não são determinantes para a confiança em todas as quatro instituições. A variável *sexo*, por exemplo, influencia nos indicadores quando correlacionada à confiança no Judiciário, no Congresso e no Executivo. Ao ser feita uma correlação com os partidos políticos, verifica-se que não há efeito algum. A variável *sexo* determina os indicadores de confiança nestas três instituições, certamente, porque, com o advento do Programa Bolsa Família, como sabemos, empoderou as mulheres como titulares do benefício. Ademais, o Judiciário se constitui, desde o advento da Nova República, na instância mais segura para a afirmação dos direitos das mulheres. A *zona*, por sua vez, tem impacto apenas para a confiança no Congresso, enquanto o *número de filhos* influencia os indicadores relacionados ao Executivo. A *situação econômica familiar* (em todos os níveis) impacta os índices referentes aos partidos políticos.

---

<sup>68</sup> Devemos lembrar que o nível utilizado como base para os parâmetros foi o nível 1 — nenhuma confiança.

Portanto, concluímos que as correlações entre as estimativas realizadas nesta pesquisa revelam que a confiança política não é determinada apenas por variáveis sociais e culturais ou apenas por variáveis de natureza institucional (mesmo que estas sejam mais preponderantes). Se observarmos com atenção, veremos que, dentre os indivíduos beneficiários do *Programa Bolsa Família*, aqueles que admitem “participação em reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade”, são uma ínfima minoria.

O mesmo prognóstico se replica nos casos de indivíduos beneficiários que não são filiados a partidos políticos, tampouco tem identificação partidária. Quer dizer, o fato de ser beneficiário, seja por um longo período ou por um curto período, não provoca impacto significativo sobre o nível de confiança dos respondentes porque políticas sociais desta natureza não convertem indivíduos politicamente passivos em indivíduos politicamente proativos.

Esta correlação explica porque programas como *Bolsa Família* não alteram os índices de confiança no caso do Brasil, neste período. Esta constatação, contudo, não descarta que a experiência de outros países incorra em resultados distintos. Por outro lado, políticas sociais redistributivas não alteram os canais de abertura a participação política, tendo em vista tratar-se de políticas passivas, caracterizadas por serem, politicamente, uma via de mão única: do Estado para o cidadão. Esta lógica unidirecional, ainda que possa impactar em termos socioeconômicos, não pode impactar sobre a percepção ou sobre a experiência política própria a vida dos indivíduos.

Sabemos que, no caso do Brasil, a ascensão do lulismo coroou as políticas de transferência de renda como símbolo de um país menos desigual. Como demonstrou André Singer (2012), o lulismo criou representação política entre as subclasses do país, sobretudo as subclasses do Nordeste, jamais representadas até então. Quer dizer, formou-se um tipo singular de representação neo-varguista na qual o Estado passou a reconhecer, por iniciativa própria, a cidadania de um grupo social amorfo. Esta *ralé*, como a nomeou Jessé Souza, passou a identificar no lulismo sua dignidade cidadã. Quer dizer, o movimento unidirecional do Estado que visava “combater a pobreza”, produziu, como efeito colateral, um movimento passivo de representação eleitoral por parte de um conjunto significativo de cidadãos brasileiros que passaram a identificar com o lulismo a representação de seus próprios interesses.

Como demonstrou Singer, este movimento ocorreu a partir das eleições de 2006. O problema desta interpretação, de resto, quase apologética, é que ela negligencia o fato

de que a representação política não se constitui pela ação benévola do Estado, tendo em vista que ela é necessariamente *proativa*. E este caráter proativo da representação política explica o fato de que, programas de transferência de renda tais como o *Bolsa Família*, não podem alterar os índices de confiança nas instituições porque não são programas de caráter político, participativo, integrativos. São programas unidirecionais nos quais as condicionalidades são eminentemente domésticas, privadas e familiares.

Por outro lado, vimos que os brasileiros mais politizados são também os que menos confiam nas instituições. Este fenômeno ocorre, certamente, porque o acesso a informação política, oferecido ao cidadão-expectador e consumidor desta informação, torna os indivíduos naturalmente mais céticos quanto à confiabilidade das instituições.

Tendo em vista que a política social implementada no Brasil não interferiu nos índices de confiança durante o período entre 2010 e 2012, é plausível considerar que a avaliação do desempenho do regime democrático e de suas instituições depende de elementos concernentes ao desempenho das instituições e da cultura cívica de sua população. Portanto, é possível falar que tais elementos são complementares, indicando que a análise da confiança institucional deve ser explicada a partir de uma abordagem que se utilize tanto da vertente culturalista como do viés institucionalista.

Verificamos também as probabilidades estimadas para cada nível de confiança nas quatro instituições. Realizamos, portanto, interpretações sobre as probabilidades de confiança, tendo em vista as características de cada indivíduo coligidas a partir das respostas do *Barômetro das Américas*. Com isso, foi possível prever a avaliação destes no que diz respeito às instituições do país. Para o Judiciário (tabela 04, p. 152), constatamos que é mais provável que os indivíduos tenham pouca confiança nele. Dos indivíduos analisados, apenas seis que apresentam uma propensão distinta (foram os indivíduos: 01, 14, 3195 e 3199 (muita confiança) e 3196, 3197 e 3199 (pouca confiança)).

Em relação ao Congresso (tabela 06, p. 171), não foi identificada nenhuma estimativa elevada para que os indivíduos tenham nele muita confiança. As maiores estimativas concentraram-se entre “nenhuma” e “pouca”, sendo que este último nível é predominante em quase todos os casos. A exceção também diz respeito a seis indivíduos (01, 05, 09, 15, 3196 e 3198).

Quanto ao Executivo (Tabela 08, p. 190), as probabilidades estimadas mostram um resultado bastante distinto. Nesse caso, os brasileiros têm uma propensão maior a confiar muito nesta instituição. Portanto, há uma probabilidade dos indicadores se

concentrarem entre muita e pouca confiança. Apenas dois indivíduos (01 e 3196) indicaram uma tendência a desconfiar dessa instituição.

A análise dos partidos políticos (Tabela 10, p. 209), por sua vez, também mostra um resultado bem particular. As estimativas variam apenas entre os primeiros níveis de confiança, ou seja, entre nenhuma e pouca confiança. Não há, portanto, probabilidade estimada que indique uma propensão dos indivíduos a julgarem as instituições partidárias muito confiáveis.

Podemos concluir, reiterando parcialmente o que já foi dito, que a cultura política dos brasileiros ainda é caracterizada pela *apatia política*, pelo pouco interesse por valores cívicos, pela pouca simpatia partidária e pela baixa confiança interpessoal.

Por outro lado, percebemos que, apesar do decréscimo dos indicadores de desigualdade de renda no país, ainda é ampla a desconfiança dos cidadãos nas instituições, quiçá por ainda ser grande a percepção de injustiça distributiva<sup>69</sup>. Neste aspecto, os sucessivos escândalos de corrupção impactam, certamente, sobre o julgamento do cidadão expectador. Os resultados do relatório *Panorama Social* (2012), apontam que o mal-estar (desconfiança) dos cidadãos com relação às instituições democráticas pode ser tido como um problema e um desafio para o estabelecimento de pactos sociais pelo direito à igualdade e à redistribuição. Por esta razão, consideramos que ainda é necessário aprofundar os estudos sobre a relação entre política social de transferência de renda e confiança nas instituições, sobretudo pela comparação com outros países que vivenciam experiência política e social semelhante. Quer dizer, esta não é uma temática completamente resolvida.

---

<sup>69</sup> O relatório da CEPAL de 2012 já contém reflexões semelhantes.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture*. Princeton: Princeton University Press. 1963.
- \_\_\_\_\_. *The Civic Culture Revisited*. Boston, Toronto: Little, Brown and Company. 1989.
- ARRETCHE, Marta. *A agenda institucional*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 22. Nº 64. 2007.
- Arrow, Kenneth J. *Social choice and individual values*. Vol. 12. Yale university press, 2012.
- ARROW, Kenneth J. *Social Choice and Individual Values*. Yale university press, 2012.
- COLEN, Célia Maria Ladeia. "As covariantes da Confiança Política na América Latina". In: *Opinião Pública.*, vol.16, n.1, pp. 1-27. 2010
- BARBER, Bernard. *The Logic and Limits of Trust*. Vol. 96. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1983.
- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. Sobre as utilidades do Cadastro Único. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia. *Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: IPEA, 2010, v. 1, p. 181-211.
- BAUER, Paul C. "Conceptualizing and Measuring Trust and Trustworthiness. In: *Political Concepts-Committee on Concepts and Methods Working Paper Series 61* 2013.
- BERNARDO, Alexandre José; RENNÓ, Lucio J.. "Confiança Interpessoal e Engajamento Cívico: uma Análise Correlacional." *Psicologia em Pesquisa*. 2007.
- Bittencourt, Hélio Radke. "Regressão logística politômica: revisão teórica e aplicações." *Acta Scientiae* 5.1 (2012): 77-86.
- BICHIR, Renata Mirandola. *Os mecanismos de coordenação federal do Programa Bolsa Família*. Brasília: MDS, Sagi, 2014.
- BONIFÁCIO, Robert. "José Álvaro Moisés (org) - Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?" [Resenha]. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* no.7, Brasília Jan./Apr. 2012.

BOOTH, John e RICHARD, Patricia. "A Formação do Capital Social na América Central: violência política, repressão, dor e perda". *Opinião Pública*, vol VII, número 1, Campinas, pp. 75-99. 2001.

BREHN, John & RAHN, Wendy. "Individual-level evidence for the causes and consequences of social capital." *American journal of political science* (1997): 999-1023.

CAMPELLO, Tereza. "Uma década derrubando mitos e superando expectativas". In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

CEPAL. *Panorama social da América Latina 2013*. Santiago do Chile: CEPAL, 2013.

CITRIN, Jack; GREEN, Donald Phillip. "Political Leadership and the Resurgence of Trust in Government." *British Journal of Political Science*. 16: 431-53. 1986.

\_\_\_\_\_; MUSTE, Christopher. "Trust in government". In John P. Robinson, Phillip R. Shaver and Lawrence S. Wrightsman, eds., *Measures of Political Attitudes*. San Diego: Academic Press. 1999.

COTTA, Tereza Cristina; PAIVA Luis Henrique. "O programa bolsa família e a proteção social no Brasil". In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia. *Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: IPEA, 2010.

COLEMAN, James S. "Social capital in the creation of human capital." *American journal of sociology*. 1988.

CROZIER, M., HUNTINGTON, S. P., WATANUKI, J., & Trilateral Commission. *Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*. New York Univ Pr. 1975.

DE LAS AMÉRICAS, Barómetro. *Proyecto de Opinión Pública de América Latina (LAPOP)*, [www. Lapop-Surveys. org](http://www.lapop-surveys.org). Disponível em < [http://www.vanderbilt.edu/lapop/LAPOPOP121814\\_Spanish.pdf](http://www.vanderbilt.edu/lapop/LAPOPOP121814_Spanish.pdf) >. Acessado em 20 de dezembro de 2015

DO MILÊNIO, Declaração. Nações Unidas. [www. undp. org/hdr2001](http://www.undp.org/hdr2001)>. Acesso em, v. 20, n. 03, p. 2009, 2000.

EASTON, David. *A Systems Analysis of Political Life*. New York: John Wiley. 1965.

FERES JÚNIOR, João.; EISENBERG, José (2006). Dormindo com o Inimigo: uma Crítica Analítica ao Conceito de Confiança. *Dados*, vol 49, número 3, Rio de Janeiro. 2006.

FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e criação da prosperidade*. Rocco, 1996.



- FUKUYAMA, Francis. *Trust: The Social Virtues and The Creation of Prosperity*. New York: Free press, 1995.
- GODOY, Arthur Leite de. "Confiança Política: Um Estudo sobre o Conceito e seu Impacto sobre a Democracia no Brasil e na América Latina". 2011.
- HALL, Peter A; TAYLOR, Rosemary C. R. "As Três versões do Neo-Institucionalismo". In: *Lua Nova*, nº 58, 2003.
- Hardin, R. "Do we want trust in government?". In: Warren, Mark E. *Democracy and Trust*, ed. Mark E. Warren. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo, Editora Abril (*Coleção Os Pensadores*).
- Inglehart, Ronald. "The renaissance of political culture." *American political science review*.1988
- INGLEHART, Ronald. "Trust, well-being and democracy." *Democracy and trust*. Vol. 88 (1999).
- INGLEHART, Ronald. "The Renaissance of Political Culture". *American Political Science Review*. Vol. 82, nº 4. 1998.
- JUSTINIANO. I. N. S. T. I. T. U. T. A. S. "Tradução de J." *Cretella Jr. E Agnes Cretella*. São Paulo: RT (2000).
- KING, Steven. *Poverty and welfare in England, 1700-1850*. Manchester University Press, 2000.
- LEVI, Margaret, and Laura Stoker. "Political trust and trustworthiness." *Annual review of political science* 3.1 (2000): 475-507.
- LEVI, Margaret. "A State of Trust". In: Valerie Braithwaite and Margaret Levi, eds., *Trust and Governance*. New York:Russell Sage Foundation, 1998.
- LISBOA, Carla. *Brasil ajuda o mundo a reduzir a miséria*. Desafios do Desenvolvimento, v. 10, n. 77, IPEA, 2013, p. 58-63.
- LOPES, Denise M. N. N. "Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina". *Opinião Pública*, Campinas, vol. X, nº 1, p. 162-188, 2003.
- LORENZO, Marina Carvalho de. Os desafios para a difusão da experiência do bolsa família por meio da cooperação internacional. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Sumário executivo. Brasília: IPEA, 2014.
- LOURY, Glenn C. "Intergenerational transfers and the distribution of earnings." *Econometrica: Journal of the Econometric Society* (1981): 843-867.

- MARSHALL, John Duncan. *The old poor law, 1795-1834*. Vol. 2. London: Macmillan, 1968.
- MATTEI, Lauro. "Notas sobre programas de transferência de renda na América Latina." *Texto para discussão* 10 (2010). Conhecendo o R. Uma visão estatística. Mario Mello e Luiz Peternelli
- MDS. *Condicionalidades*. 2014. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados>>. Acesso em 28 de abril de 2016.
- MISHLER, William, and Richard Rose. "What are the origins of political trust? Testing institutional and cultural theories in post-communist societies." *Comparative political studies* 34.1 (2001): 30-62.
- MOISÉS, J. A. & MENEGUELLO, R. (orgs.) *A Desconfiança Política e os Seus Impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo: Edusp, 2013.
- MOISÉS, José Álvaro. "Cidadania, confiança e instituições democráticas." *Lua Nova* 65 (2005): 71-94.
- \_\_\_\_\_. "Democracia e Confiança- Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Democráticas?." *São Paulo: Edusp*. 2010.
- MULLER, E. N. & SELIGSON, Mitchell. "Civic Culture and Democracy: The Question of Causal Relationships". *American Political Science Review*. vol 88, nº 3, p.635-654, 1994.
- NASCIMENTO, Emerson de Oliveira. "Os Novos institucionalismos na Ciência Política Contemporânea e o Problema da Integração Teórica". In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 1. Brasília, Janeiro-Junho de 2009, PP. 95-121.
- NEWTON, Kenneth; NORRIS, Pippa. "Confidence in Public Institutions: Faith, Culture, or Performance". In: PHARR, Susan e PUTNAM, Robert. *Disaffected Democracies*. Princeton: Princeton University Press. 2000
- NORRIS, Pippa. "Institutional explanations for political support." *Critical citizens: Global support for democratic governance*. 1999.
- \_\_\_\_\_. *Democratic deficit: Critical citizens revisited*. Cambridge University Press, 2011.
- O'DONNELL, Guillermo. "Accountability Horizontal e Novas Poliarquias". *Lua Nova*. 1998, n.44, pp. 27-54. 1998.

- PEQUENO, Rosangela dos Santos Alves. O Programa Bolsa-Família: seus efeitos econômicos e sociais na região Nordeste do Brasil. *I Mostra Nacional e I Prêmio Nacional de Estudos sobre o Bolsa-Família*. 2008. Trabalho Completo.
- POWER, Timothy J., and Giselle D. JAMISON. "Desconfiança política na América Latina." *Opinião Pública* 11.1 (2005): 64-93.
- Putnam, Robert D. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster. 2000.
- Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília : Ipea, 2013.
- PUTNAM, Robert David. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton university press, 1993.
- PUTNAM, Robert David. *Comunidade e democracia: a Experiência da Itália Moderna*. FGV Editora, 2000.
- RAWLINGS, Laura B., and Gloria Rubio. *Evaluating the impact of conditional cash transfer programs: Lessons from Latin America*. Vol. 3119. World Bank Publications, 2003.
- RENNÓ, Lúcio. "Instituições, cultura política e lógica da desconfiança numa cidade brasileira". In: BAQUERO, Marcello (org) *Desafios da Democratização na América Latina*. 1998.
- \_\_\_\_\_. "Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina". *Opinião Pública*, vol. VII, número 1. 2001.
- \_\_\_\_\_. "Estruturas de Oportunidade Política e engajamento em organizações da sociedade civil: Um estudo comparado sobre a América Latina". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 21, p. 71-82. 2003.
- \_\_\_\_\_. "Validade e Confiabilidade das Medidas de Confiança Interpessoal: O Barômetro das Américas". In: *DADOS –Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 3, 2011, p. 391-428.2011.
- ROZENBERG, Olivier; MARIE, Jean-Louis; BALME, Rcihard. "Les motifs de la confiance (et de la défiance) politique : intérêt, connaissance et conviction dans les formes du raisonnement politique". *Revue Internationale de Politique Comparée*. 2003/03 (Vol. 10), p.443-461.

- SARTORI, Giovanni. *A política: lógica e método nas ciências sociais*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. Título Original: “La política: logica e metodo in scienze social”.
- SELIGSON, Mitchell & RENNÒ, Lúcio. "Mensurando confiança interpessoal: Notas acerca de um conceito multidimensional". *Dados*, Rio de Janeiro, vol 43, n° 4, p. 783-803. 2000.
- SILVA, Fabricio. *Vitórias na Crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. IUPERJ. Rio de Janeiro: 2009.
- SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo*. Editora Companhia das Letras, 2012.
- SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O programa bolsa família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. *Texto para Discussão*, n. 1424, out. 2009.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon. *Bolsa Família, its design, its impacts and possibilities for the future*. No. 89. Working Paper, International Policy Centre for Inclusive Growth, 2012.
- SOUZA, André P. "Políticas de distribuição de Renda no Brasil e o Bolsa Família." *Brasil: a nova agenda social*. Rio de Janeiro: LCT (2011): 167-186.
- SOUZA, J., & Grillo, A. (2009). *A Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive* (pp. 15-71). Editora UFMG.
- STOLLE, Dietlind; WELZEL, C. “Social Capital, Communitarianism and Human Development: How Threatening is Rising Individual Self-Expression to Social Capital?”. In: *Delivery in 96th Annual Meeting*. Washington D.C. 2000.
- THÉRET, Bruno. “As Instituições entre as Estruturas e as Ações”. In: *Lua Nova*. nº 58. 2003.
- ZOVATTO, Daniel. “Valores, Percepciones y Actitudes hacia la Democracia. Uma Visión Comparada Latinoamericana: 1996-2002. *América Latina Hoy*, 32, 2002, p. 29-53. 2002.
- WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do Programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.